

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Adriana Capuano de Oliveira

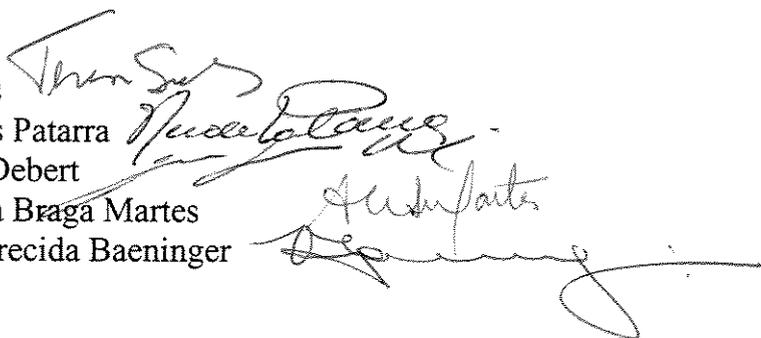
Bienvenido a Miami
**A inserção dos imigrantes brasileiros nos
Estados Unidos da “América Latina”**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob orientação
da Profa. Dra. Teresa Sales

Este exemplar corresponde a versão final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 13 de fevereiro de 2004

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Teresa Sales
Profa. Dra. Neide Lopes Patarra
Profa. Dra. Guita Grin Debert
Profa. Dra. Ana Cristina Braga Martes
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



Suplentes:

Profa. Dra. Célia Sakurai
Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Unicamp
V	EX
TOMBO BC/	59021
PROC.	16-117-04
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/07/04
NºCPD	

CM00198466-5

Bib. d: 31.7726

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

OL4b

Oliveira, Adriana Capuano de

Bienvenido a Miami: a inserção dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da "América Latina" / Adriana Capuano de Oliveira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração internacional. 2. Identidade - Estudos interculturais. 3. Brasil - Relações exteriores - Estados Unidos. 4. Classe social. I. Suarez, Maria Teresa Sales de Melo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Este é um trabalho sobre a imigração de brasileiros para a região do Sul da Flórida (mais especificamente para a cidade de Miami) nos Estados Unidos da América. Está desenvolvido em três partes, sendo que, na Primeira Parte, apresento uma discussão estruturada em pesquisa bibliográfica sobre a formação histórico-cultural destes dois países em questão: Brasil e Estados Unidos, focalizando as conceituações formadoras das noções de identidade nacional dos mesmos. Na Segunda Parte, abordo mais especificamente a questão própria da migração de brasileiros para os Estados Unidos, primeiramente como um todo, e logo em seguida para a região determinada pelo estudo de campo: o Sul da Flórida. Consiste desta parte ainda uma apresentação desta população pesquisada, abordando suas principais características sócio-demográficas, e a própria influência e percepção do local de destino. A Terceira e última parte desta tese visa dar um desfecho a estas discussões anteriores, conjugando a discussão bibliográfica trabalhada no decorrer das partes precedentes com a própria pesquisa de campo elaborada *in loco*. Por meio desta conjunção, esta última parte discute também especificidades da população brasileira imigrante com relação ao seu local de destino, o que vem propiciar a abordagem de algumas percepções no campo das relações de classes sociais entre estes brasileiros, bem como a respeito de alguns laços que ainda os ligam ao país de origem.

ABSTRACT

This is a thesis about Brazilian immigrants in South Florida (more specifically in Miami-Dade) in the United States of America. It is elaborated in three parts. In the First Part, I present a discussion based on a bibliographic survey of the historical and cultural formation of the two countries in focus, Brazil and United States, emphasizing the concepts lying at the base of the notions of national identity in each of them. The Second Part deals more specifically with the issue of Brazilian immigration to the United States, first as a whole, and later specifically in the region contemplated in the field research, South Florida. Also included in this part is a presentation of the Brazilian population living in South Florida and which was the object of study, its main sociological and demographic characteristics, and the influences and perceptions of the land of destination itself. The Third and final Part aims to provide conclusions to the above discussions, bringing together the bibliographic overview with the field research carried out *in loco*. Through this conjunction, the last part also encompasses some of the specificities of the Brazilian immigrant population in relation to its destination, which leads us to discuss some of the perceptions in the realm of class relations within the community, as well as the ties it still maintains with its homeland.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, instituição onde desenvolvi meus projetos não só de Doutorado, mas também o meu curso de Mestrado, e que fará sempre parte da minha vida, através de memórias inesquecíveis que deixarão saudades em meu coração e em minha mente. A todos estes anos de experiência acadêmica e de vida estudantil que passei dentro dos muros desta Universidade, os meus sinceros agradecimentos, não só por ter recebido uma sólida estrutura intelectual, profissional e ética, mas, além disso, pelo sentimento de grande apreço afetivo que tenho por esta instituição, e que sempre ressurgue em mim, toda vez que vejo um flamboyant florido com sua extensa copa, e suas flores vermelhas esparramadas.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq – órgão financiador desta pesquisa, pelo apoio financeiro que me viabilizou a condição de cursar o Doutorado com dedicação integral e um melhor aproveitamento.

À Professora Maria Teresa Sales de Melo Suarez, orientadora deste trabalho. À você Teresa, não encontro palavras para expressar aqui o meu profundo agradecimento, que não se resume às muitas e diversas lições de companheirismo e paciência, no trato sempre gentil de nos ensinar cada vez mais e mais, não só as sábias lições e aprendizados da sociologia, mas tantas outras lições de vida e amizade. Teresa, por tudo o que passamos juntas nestes anos de Doutorado (e de Mestrado também), por todas as reuniões na Unicamp e em sua casa, pelos saudosos seminários e grupos de estudos, pelas aulas e preciosos conselhos, e pelo carinho de uma amiga, muito mais que somente uma orientadora (o que já seria muito...), que esteve sempre do meu lado nos momentos mais loucos que vivi durante estes anos todos, o meu MUITO OBRIGADA, de todo coração! Sem você, esta tese não estaria aqui hoje.... Embora isso possa parecer “clichê” e frase feita, nós duas sabemos o quanto isso é verdade!

Aos Professores Renato Ortiz e Sebastião Velasco Cruz, pelos importantes apontamentos que foram levantados no exame de qualificação, e que certamente contribuíram para o prosseguimento desta tese.

À Ana Cristina Braga Martes, da mesma forma pelos apontamentos de uma segunda qualificação e, muito além disto, pelo incentivo e participação que teve no que eu chamo de “segundo período” deste trabalho. Muitíssimo obrigada por tantas sugestões de leituras, sempre tão pertinentes. Muito obrigada também pelo diálogo que me proporcionou, pela valiosa participação e sugestões que deu a este trabalho, pelo apoio e incentivo constantes, especialmente nesta parte final, que acaba sendo sempre a mais difícil.

À Professora Neide Lopes Patarra, que foi uma entusiasta desta pesquisa, me dando grande apoio e incentivo no início deste trabalho.

Aos pesquisadores do NEPO – Núcleo de Estudos de População: Wilson Fusco, Fábio Yoti Hirano e Roberta Perez. Pela participação e dedicação nos trabalhos desenvolvidos nesta pesquisa, pelo apoio referente a parte estatística do mesmo, e acima de tudo, pelo carinho e amizade sempre presentes, pela confiança e incentivo especialmente, mais uma vez, nos momentos finais desta tese.

Aos colegas do Doutorado, pelo apoio nos cursos, pelas discussões de idéias e, acima de tudo, pela amizade compartilhada: Gláucia de Oliveira Assis, Rossana Rocha Reis, José Renato de Campos Araújo, Elisa Massae Sasaki, Humberto Fonseca (Birô), Álvaro D’antona. Um abraço todo especial ao José Renato, que por diversas vezes partilhou comigo os momentos de renovação da bolsa do CNPq, me dando um grande apoio técnico, inclusive; e à Gláucia de Oliveira Assis, que juntamente com Ana Cristina Braga também participou da segunda qualificação pela qual este trabalho passou, contribuindo com diversos apontamentos.

À Valéria Cristina Scudeler, pelo apoio prestado no desenvolvimento das questões relacionadas às ocupações dos imigrantes, e pela amizade.

Aos funcionários do IFCH, Biblioteca, Secretaria de Pós Graduação e demais repartições que fazem com que o Instituto caminhe. Um abraço especial para a Lurdinha e Gil.

Em Miami, devo meus agradecimentos especiais ao Cônsul Lúcio Amorim, que me recebeu com muita gentileza naquela cidade, colocando-se ao meu inteiro dispor para o que fosse preciso, e me favorecendo também no sentido de me introduzir a alguns brasileiros que foram peças fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa de campo apresentada neste trabalho.

À Rosana Resende, querida amiga que me recebeu em Miami, a quem devo não só agradecimentos no que diz respeito às informações acadêmicas, mas também pela força que me deu enquanto estive naquela cidade. A ela, a minha lembrança da primeira visita que fiz a uma loja brasileira em Miami, muito famosa por sinal, e os primeiros contatos com o mundo brasileiro de Miami. Saudades da nossa amizade e dos salgadinhos brasileiros tão deliciosamente degustados com uma ótima conversa em português lá na Cornell Avenue.

Ainda em Miami e Pompano Beach, devo meus sinceros agradecimentos a diversas pessoas que contribuíram muito para o andamento desta pesquisa, e acima de tudo, que foram minhas companheiras conterrâneas do meu dia a dia vivido no sul da Flórida: Leila Furtado, um abraço muito especial pelo carinho e a gentileza amiga e bem brasileira em todos os momentos. Luzia, Patrícia e Pierre, sempre muito companheiros também. O que seria de mim em Miami sem a ajuda de vocês?.... Márcia B. da Silva, muito obrigada por toda a ajuda e incentivo. Renata Gonçalves Brum, gauchinha de coragem, obrigada pela amizade, carinho e apoio constantes. Carolina do Camilla's, Antônio Pinheiro, Sharon Silveira, Dulcinéa Sarduy, Camélia, Ingrid, Ney, Kathie, Celly e Padre Anselmo.

Ao pessoal da Capelania da Unicamp, amigos que me ajudaram de forma não acadêmica, mas cujo apoio foi fundamental para que eu estivesse aqui hoje. Padre Norberto, Pastor Sílvio e Célia. Como costume dizer a eles, vocês são minha família em Campinas. À Dona Maria Barbieri, que talvez nunca chegue a ler estas linhas, deixo meus agradecimentos igualmente. Assim como as demais pessoas descritas acima, ela também é parte de minha família em Campinas.

À minha irmã e ao meu cunhado, Sandra Maria Capuano de Oliveira e Luis Gustavo Gasparinni Kiatake, por anos de incentivo, “torcida” e, especialmente ao meu cunhado, por toda a ajuda dada em relação aos “aparelhos tecnológicos” importantes para esta pesquisa, especialmente a resolução de problemas no meu micro computador.

Aos amigos, sempre muito queridos, que foram de fundamental importância para que eu chegasse até aqui: Mirela Mellone, Maria Isabel Cunha Mathias, Alessandra Camargo, Joyce Anne Rodrigues Monteiro, André Gustavo Del Corso, Sérgio Simizu, Mrs. Laurie Daise, Ilka Hitomi Joko, Madoka Nawa, Ana Cláudia Farranha, Rosana Mafra, Mauro Neves Júnior e Catia Aida da Silva.

Ao Ariquei Tejada Fonseca, pessoa que participou desta tese em seus momentos finais, mas a quem devo muito. Por todo o seu companheirismo, dedicação e paciência, lhe dedico um agradecimento todo especial.

À minha mãe, Luiza Capuano de Oliveira, que além de fazer parte da dedicatória desta tese enquanto mãe, me ajudou muito na “parte técnica” também, recortando reportagens de interesse para a pesquisa e me ajudando a reler as versões preliminares. Ao meu pai, Cesar de Oliveira, que nunca mediu esforços para me ajudar no que fosse preciso durante toda a minha formação acadêmica.

A todos que participaram efetivamente desta pesquisa, brasileiros que se dispuseram a relatar suas experiências nos Estados Unidos (algumas alegres, outras dolorosas), para que pudesse haver uma maior compreensão deste universo do qual eles são protagonistas, algumas vezes sem nem mesmo desejar tal fato... A todos vocês, muito obrigada pela colaboração com este trabalho.

*A meus pais, Cesar de Oliveira e
Luiza Capuano de Oliveira, que me
ensinaram, sobretudo, a dimensão
da vida. Á minha querida avó,
Rosina (Maria) Villa Capuano,
operária desde os nove anos de
idade nas fábricas da Moóca, que
me ensinou, sobretudo, a dimensão
do trabalho. E ao Jeffery Paul
Hessney, que me ensinou,
sobretudo, a dimensão do amor*

Índice:

INTRODUÇÃOpg. 1

PRIMEIRA PARTE

BRASIL E ESTADOS UNIDOS – MITOS E IDEIAS DE NAÇÃO

I. O ideal de Nação e a construção do conceito de nacional.....pg.17

II. A Nação Brasileira.....pg.25

1. Colonização da América Portuguesa.....pg.26

2. O Brasil Pós-Independência.....pg.39

3. O mito brasileiro: Democracia Racial.....pg.54

III. A Nação (norte) Americana.....pg.69

1. Colonização da América Inglesa.....pg.70

2. Constituição dos Estados Unidos da América.....pg.87

3. O mito americano: Liberdade, Igualdade e Prosperidade (*The Pursuit of happiness*).....pg.99

SEGUNDA PARTE

BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS – O caso de Miami

I. Um novo momento da história brasileira: A emigração nacional.....	pg.109
1. As transformações temporais da emigração brasileira.....	pg.115
2. A emigração de brasileiros para os EUA.....	pg.125
3. O mapa dos brasileiros nos EUA – Recorte da Pesquisa.....	pg.129
II. Miami: A América Latina dos EUA.....	pg.137
1. Características históricas do Sul da Flórida.....	pg.138
2. Entre “Little Havanas” e “Little Haitis”: A recolonização da região através dos fluxos migratórios.....	pg.145
OS BRASILEIROS EM MIAMI.....	pg.159
III. Quem são e como vivem os brasileiros de Miami.....	pg.165
1. Filhos: A Primeira Geração deste Processo.....	pg.167
2. Casamento: União entre iguais.....	pg.174
3. Faixa Etária: A “fuga” de nossa força jovem.....	pg.176
4. Local de Nascimento: Um país inteiro em êxodo.....	pg.181
IV. Entre faxineiras e valets: “Eu não estudei pra isso”	pg.191
1. Ocupações.....	pg.193
2. Condições de Trabalho: Ilusão ou Conformidade?.....	pg.203
3. Colegas de Trabalho: “Hablas Español?”.....	pg.214
4. Remuneração: A razão principal de tudo.....	pg.218

5. Nível Educacional.....	pg.223
V. Mapas Migratórios – A Constante Movimentação Humana.....	pg.231
1. Indo: Apoio na chegada.....	pg.231
2. Nem sempre emigrantes de primeira viagem.....	pg.237
3. Por onde andam os brasileiros de Miami?.....	pg.244
VI. Cidade de Pompano Beach: E Valadares vai também à Flórida.....	pg.259
VII. Integração na Vida Social norte americana.....	pg.279
1. <i>An American Quilt</i> : A importância de ser um grupo étnico nos Estados Unidos.....	pg.280
2. Tudo, menos Hispânico!.....	pg.286
3. Pouca integração com a sociedade norte americana.....	pg.303
4. Pouca integração (política) com o próprio grupo nacional.....	pg.312
5. Muita integração com a fé.....	pg.323

TERCEIRA PARTE

ENTRE MITOS E REALIDADES: IDENTIDADES NACIONAIS EM QUESTÃO

I. Uma questão de classe: Clivagens.....	pg.337
II. A “pobreza” a todos nos une.....	pg.365
1. Ser Hispânico no Sul da Flórida.....	pg.371
2. Etnicidade e Classe: Um jogo de identidades.....	pg.378

III. Como a alegria que não tem onde encostar.....	pg.385
1. Identidades Nacionais: os mestiços e os prósperos.....	pg.391
2. Orgulho de ser brasileiro?.....	pg.396

IV. Considerações Finais.....	pg.413
--------------------------------------	---------------

BIBLIOGRAFIA	pg.421
---------------------------	---------------

ANEXOS

Anexo 1: Versão completa de “ <i>Letters from a Farmer</i> ”	pg.443
Anexo 2: Questionário distribuído no Sul da Flórida.....	pg.445
Anexo 3: Roteiro de Entrevistas – Brasileiros em Miami.....	pg.453
Anexo 4: Critérios de Ocupação segundo Níveis Hierárquicos.....	pg.457
Anexo 5: Fotos da Pesquisa de Campo.....	pg.459

Índice de Tabelas:

- Tabela 1** – Expectativa de Retorno ao Brasil dos imigrantes brasileiros entrevistados – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.121
- Tabela 2** – Dados Sócio-Demográficos gerais dos imigrantes brasileiros entrevistados – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.166
- Tabela 3** – Local de Nascimento dos filhos dos imigrantes brasileiros entrevistados por Local por local atual de residência – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.172
- Tabela 4** – Nacionalidade do cônjuge dos imigrantes brasileiros entrevistados por Sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.175
- Tabela 5** – Imigrantes brasileiros entrevistados por grupos de idade – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.177
- Tabela 6** – Filhos dos imigrantes brasileiros entrevistados por grupos de idade – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.180
- Tabela 7** – Região de Nascimento no Brasil dos imigrantes brasileiros entrevistados – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.183
- Tabela 8** – Região de Nascimento no Brasil dos imigrantes brasileiros por outras cidades em que já havia morado no Brasil – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.188
- Tabela 9** – Última ocupação no Brasil dos imigrantes brasileiros entrevistados; ocupação atual nos EUA; e ocupação anterior à atual nos EUA (segundo níveis hierárquicos – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.196
- Tabela 10** – Rotatividade de emprego dos imigrantes brasileiros entrevistados por tempo de permanência no país (EUA) – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....pg.209

Tabela 11 – País de origem da maioria dos colegas de trabalho dos imigrantes brasileiros entrevistados por sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.216
Tabela 12 – Satisfação dos imigrantes brasileiros entrevistados quanto à renda nos EUA – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.220
Tabela 13 – Nível de escolaridade dos imigrantes brasileiros entrevistados por sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.227
Tabela 14 – Principal motivo dos imigrantes brasileiros entrevistados pela escolha de residência na região de Miami – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.232
Tabela 15 – Outros estados nos EUA onde já moraram os imigrantes brasileiros entrevistados – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.239
Tabela 16 – Local de residência dos imigrantes brasileiros entrevistados agrupados por counties – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.246
Tabela 17 – Local de residência dos imigrantes brasileiros entrevistados representados por cidades, distritos ou bairros – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.248
Tabela 18 – Local de residência dos imigrantes brasileiros entrevistados por local de nascimento – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.267
Tabela 19 – Domínio da Língua inglesa dos imigrantes brasileiros entrevistados por sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.306
Tabela 20 – Nacionalidade da maioria dos amigos e pessoas pelas com as quais os imigrantes brasileiros entrevistados se relacionam através de laços afetivos por sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida.....	pg.310

Índice de Mapas:

Mapa 1 – Estado da Flórida dividido em regiões.....	pg.132
Mapa 2 – Sudeste do Estado da Flórida e suas principais cidades.....	pg.134
Mapa 3 – Central Dade (Miami-Dade County).....	pg.250
Mapa 4 – North Dade (Miami-Dade County).....	pg.251
Mapa 5 – South Dade (Miami-Dade County).....	pg.252
Mapa 6 – Northwest Dade (Miami-Dade County).....	pg.253
Mapa 7 – Miami Beach (Miami-Dade County).....	pg.254
Mapa 8 – Broward County.....	pg.255

Índice de Fotos:

Foto 1 - Pompano Beach: outdoor de promoção escrito em português.....	pg.263
Foto 2 - Pompano Beach: padaria brasileira com foto de Governador Valadares na parede central.....	pg.269
Foto 3 – Little Haiti (Miami) – interior da loja de flores.....	pg.292
Foto 4 – Little Haiti: vista exterior da loja na Byscane Boulevard.....	pg.298
Foto 5 – Hialeah: coral de igreja evangélica hispânica.....	pg.326
Foto 6 – Coconut Grove: frente da churrascaria “O Porcão”.....	pg.349

As demais fotos fazem parte do Anexo 5 – pg. 459

INTRODUÇÃO

Resultado de alguns anos de pesquisa, e de um interesse apaixonado que possuo pelo tema, o texto que se apresenta a seguir concretiza de forma material (letras no papel) a dedicação e o respeito que tenho por um dos aspectos mais interessantes da sociologia, e das ciências sociais como um todo: os movimentos migratórios. A paixão que possuo pelo tema me acompanha desde a infância praticamente, quando me deliciava escutando histórias contadas pela minha avó sobre a “saga” de seus pais ao chegarem no Brasil, as dificuldades, estranhezas, manobras de sobrevivência e também, como não poderia deixar de ser, as recompensas obtidas através do sucesso de quem conseguiu superar as primeiras dificuldades e criar raízes num segundo país de “adoção”. Passada a infância, trilhei caminhos pela sociologia que pouco tinham a ver com o tema, até finalmente encontrá-lo mais uma vez, associado desta vez a uma pesquisa de mestrado, que desenvolveu um trabalho com os brasileiros atualmente residentes no Japão, os famosos “*dekasseguis*”. Mais uma vez, a “paixão” sociológica estava por detrás da proposta de estudo escolhida, personificada na presença de amigos e vizinhos que se encontravam no Japão, e me mandavam cartas cobertas de relatos, verdadeiros documentos antropológicos, cheios de expectativas, alegrias e medos, o que me despertou um interesse singular em relação a este assunto.

Paralelamente a isto, outra “paixão” sociológica também sempre esteve presente na minha vida privada e também de estudante. Afinal de contas, quem migra, sempre tem como referência algum lugar – a sua terra natal – em contraposição a outro lugar, o de destino. E, seja em relação ao local de destino (estórias de infância) ou em relação à terra natal (brasileiros no Japão), o Brasil sempre foi para mim o país em foco nestas questões.

Quem migra leva consigo não somente sonhos e expectativas (sejam elas positivas ou negativas), mas leva também uma identidade cultural, que se transforma, se modifica, mas não desaparece. Os estudos que tenho desenvolvido portanto, desde o mestrado, envolvem este aspecto como sendo um dos interesses primordiais de minhas atenções. E não se trata aqui de qualquer identidade cultural, mas sim daquela que se vincula ao Brasil, pois é esta que está em jogo, tanto no caso dos meus avós que viram seus pais chegando, quanto no caso dos atuais brasileiros, que vêem seus patrícios indo embora. O que significa ser um brasileiro no Japão? Quem tem o “direito” de ser um brasileiro no Brasil? Porque, onde quer que eu vá – especialmente no exterior – eu sou sempre apontada como “a brasileira típica”? Morena (porém não negra, não nos esqueçamos de que o Brasil nunca quis, e ainda não quer, ver sua imagem representada na pele de uma pessoa negra), os cabelos enrolados (mas não totalmente crespos), e um rosto tipicamente “mestiço”? O que significa, afinal de contas, ser um brasileiro? Uma questão que pode ser um tanto quanto banal no cotidiano da vida das pessoas (mas nunca o foi para a academia), ser um brasileiro no exterior passa a ter uma representação muito mais forte, muito mais, digamos assim, “inquieta”.

A partir de 1998, o referencial de análise muda mais uma vez e, desde então, estas colocações principais às quais eu me proponho a estudar giram em torno de um novo ponto: os brasileiros que migraram para os Estados Unidos da América. As preocupações centrais de análise, contudo, permanecem as mesmas, em especial esta relacionada à questão da identidade cultural, que uma vez associada ao movimento

migratório em si, estabelece os dois eixos principais desta pesquisa que se apresenta a seguir.

Assim, em uma primeira parte desta tese, o resgate histórico de algumas abordagens e interpretações dos dois países vinculados a esta pesquisa – Brasil e Estados Unidos – se coloca entre os principais objetivos a serem desenvolvidos. Sobretudo porque, é a partir deste resgate, que eu estabeleço a minha própria interpretação das questões apontadas, sugerindo uma relação entre fatos concretos da história destes países envolvidos e seus respectivos “mitos”, fundamentais na elaboração da identidade cultural das populações que os representam. Esta identidade cultural, notoriamente apoiada nestes mitos (identidade cultural “idealizada”, que representaria o “mito nação”, por assim dizer), será resgatada ao longo de todo este trabalho, em diversos momentos, inclusive nas análises referentes à pesquisa de campo.

Em relação à primeira parte, esta é baseada, sobretudo, em uma discussão bibliográfica com a finalidade de estruturar as interpretações posteriores, discussão esta que nos permite um embasamento teórico e uma revisão da literatura de algumas formulações referentes às identidades destes dois países, bem como à própria idéia de nação em si. Uma vez que um dos focos principais de análise desta pesquisa reside na questão da identidade – relações e/ou transformações – dos brasileiros emigrados para os EUA em um momento de inserção na sociedade receptora, necessitava-se de um forte respaldo teórico que pudesse lhe dar sustentação. Este “respaldo teórico” é, em grande parte, o que tentei buscar na primeira parte deste trabalho.

Assim, a proposta que envolve esta parte da tese visa discorrer primeiramente sobre alguns aspectos do processo de formação destes dois países. No intuito de realizar estudos que me permitissem um debate sobre as características nacionais dos países em questão, busquei estabelecer relações entre os fatos históricos vividos por estes e sua relação praticamente direta com a formação de noções tais como as

de cidadania, de identidade, de direitos políticos e civis, e de pertencimento a uma certa coletividade a qual chamamos “nação”. Contudo, minhas pretensões neste trabalho seriam por demais ambiciosas, caso eu me propusesse a abranger de forma intensa todos os aspectos sociais, políticos e culturais da formação de ambas estas sociedades. Estes aspectos, por si só, já dariam mais que uma tese. Por este motivo, deixo salientado desde o início, na introdução deste trabalho, que o que se pretende com esta primeira parte da tese é tão somente um esboço das formações nacionais que se seguem, não almejando, de maneira alguma, dar conta do problema como um todo, uma vez que isto seria praticamente inviável, levando-se em conta as limitações que possuo e a amplitude do tema, que de forma alguma se esgota com o que eu busquei apresentar.

Meus objetivos em relação a esta primeira parte, portanto, restringem-se tão somente ao intuito de percorrer algumas características tidas como pertencentes a estes países, tanto em termos estruturais quanto naqueles aspectos que fazem parte de conceitos gerais da própria população nativa, ao desenhar o que ela própria é e do que se constitui o seu país. Estas noções, regra geral, constituem as formas de como estes aspectos são vistos internacionalmente, pois são freqüentemente associadas aos ideais de esteriótipos, como veremos a seguir. Ao lado destas perspectivas, formula-se todo um debate sobre as conseqüências destas características frente à construção de conceitos como identidade e nacionalidade. É portanto tão simplesmente um diálogo envolvendo tais questões que pretendo com a primeira parte desta tese.

Em relação ao Brasil, as leituras de apoio estão mais centradas em alguns clássicos das ciências sociais brasileira. Busquei permanecer basicamente dentro de uma literatura que pudesse dar conta dos objetivos propostos num espaço de tempo limitado aos propósitos dessa tese. A escolha que acabei fazendo em relação aos autores com os quais eu irei trabalhar aqui, que são Caio Prado Júnior (1966), Gilberto Freyre (1975), Oliveira Vianna (1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1973), se justifica em parte por este objetivo. A importância e reconhecimento

destes textos são uma outra forte justificativa para esta escolha. Utilizei ainda comentários e observações de outros autores, sobretudo de Roberto Schwarz (1981 e 1989), várias vezes citado, e que foram de grande aproveitamento nas elucidações de idéias, bem como na complementação de questões levantadas.

Sobre os Estados Unidos, a literatura se baseia mais especificamente em trabalhos que, de semelhante forma, evocam a formação cultural e política daquele país. Alexis de Tocqueville (1998), considerado um clássico da literatura política norte americana, é colocado frente a outros textos que discutem igualmente a formação daquela nação, de acordo com seus fatos históricos e/ou formulações conceituais. Textos como os de Oscar Handlin (1959, 1973) e Glazier & Moynihan (1970) também fazem parte desta análise. Mas há que se fazer ainda uma ressalva aqui, no que diz respeito aos estudos que envolvem a formação dos Estados Unidos enquanto nação. Os autores escolhidos para a elaboração desta análise, exceção à Tocqueville, vinculam-se sobretudo à questão da imigração, uma vez que este é o principal ponto que se pretende atingir.

Uma contextualização anterior a estes quadros, visando abordar a própria idéia de nação em si, seus precedentes históricos e sua representação na vida política das sociedades modernas, compõe o início (o primeiro item) dessa primeira parte da tese. Seu embasamento bibliográfico principal está centrado nas obras de Benedict Anderson (1989), Jürgen Habermas (1995), Poutignat & Streiff-Fenart (1997), Eric Hobsbawn & Terence Ranger (1984) e Barth (1969).

Partindo-se dessa primeira parte, o desenvolvimento da pesquisa caminha para uma segunda, que envolve não só o tema central da tese em si, como também as “descobertas” principais realizadas através da pesquisa de campo.

Como já tem sido abordado na bibliografia pioneira sobre o tema (Sales, 1992, 1995, 1999; Margolis, 1994; Martes, 1998, 2001; Patarra, 1995; Fusco, 2000; Assis, 1995, 1999; Scudeler, 1999; Ribeiro, 1998; Sasaki, 1998; entre outros), o universo da emigração brasileira é bastante diversificado, possui diferentes

características e destina-se a diferentes regiões. Este vem sendo cada vez mais discutido, dadas as proporções que, de forma sempre crescente, envolvem estes acontecimentos. Paralelamente à situação nacional, as migrações também continuam a tomar corpo, mesmo em face de medidas mais restritivas impostas pelos países receptores, como é o caso, de particular interesse para nós, dos Estados Unidos da América.

Embora esta pesquisa tenha se beneficiado, enquanto referência bibliográfica, de estudos anteriores que atingem vários países receptores desta população brasileira, o foco de análise desta segunda parte concentra-se em apenas umas destas correntes da emigração brasileira atual: a corrente de brasileiros que emigraram para os Estados Unidos da América, como visto. Dentro dos Estados Unidos, uma localidade em particular tornou-se foco primordial das minhas atenções: a região metropolitana de Miami e parte do sul do estado da Flórida, região que integra os counties¹ de Miami-Dade e Broward (localidades comumente conhecidas aqui no Brasil, simplesmente por Miami).

A escolha de Miami deu-se por ser este um local que ia ao encontro de minhas principais hipóteses de trabalho, quais sejam, resumidamente: averiguar a trajetória – caso esta existisse de fato – da transformação, ou ao menos um esforço concreto no sentido desta transformação, do “grupo Brasil” em um grupo étnico, tal qual os modelos vigentes naquela sociedade; sendo que a presença de uma consolidada classe empresarial brasileira em Miami teria uma relação ímpar dentro dos Estados Unidos na composição destas transformações. Por outro lado, a escolha de Miami ocorreu também por haver uma certa defasagem de estudos da presença de brasileiros com relação àquela área.

¹ County é uma palavra inglesa que significaria em português algo como um “condado”. Na realidade, os counties são divisões político-administrativas inexistentes no Brasil, por este motivo mesmo, a razão de muita confusão entre os brasileiros ali residentes. O “county” seria assim, uma administração político regional maior que a do município, e menor que a do estado. Na versão oficial do dicionário, o county é uma: “*subdivisão do estado aproximadamente correspondente ao município*” (Dicionário Exitus/ Britannica).

A intenção de se estabelecer Miami como local de pesquisa esteve baseada primeiramente na idéia de uma coleta de dados visando abordar um perfil geral da população brasileira ali residente. Concomitantemente a esta apreensão do perfil, as hipóteses estabelecidas no projeto estavam sendo testadas – especialmente esta vinculada às questões de grupos étnicos.

Durante o tempo em que passei em Miami – de dezembro de 2001 a abril de 2002 –, busquei material de coleta de diversas formas. Convivi diariamente com os brasileiros que lá residem. Apliquei questionários em locais os mais diversos (desde hotéis, padarias, salões de cabelereiros, até igrejas, casas de famílias e, na maior fonte de todas as que eu tive: as ruas). Ao lado dos questionários, consegui fazer algumas entrevistas em profundidade, e estas, mesmo que poucas, em face do pavor de se declararem fatos da vida particular em um mundo de clandestinidade, foram de fundamental importância para as minhas análises, pois, como o próprio nome diz, tratam-se de entrevistas em profundidade. Além destas, obviamente, contabilizam-se dezenas de entrevistas “informais”. Fiz visitas freqüentes ao Consulado Brasileiro em Miami e obtive muitas informações das mãos do próprio Cônsul, que sempre me apoiou de todas as maneiras possíveis. Fiz cotidianamente observação participante. Morei com uma brasileira, trabalhei para brasileiros. Trabalhei para cubanos. Vivi como os brasileiros imigrantes “típicos”² vivem em Miami. Cheguei a fazer quatro viagens à Pompano Beach. Visitei jornais, igrejas, lojas do comércio brasileiro, tanto em Miami como em Pompano. Frequentava estas lojas, não apenas como pesquisadora, mas também como consumidora. Fui babá, faxineira, trabalhei em limpeza de restaurante brasileiro e como balconista de uma loja de flores, este último, o único emprego no qual o inglês me valeu alguma coisa. Ao mesmo tempo, freqüentei locais da classe média brasileira em Miami, como restaurantes brasileiros prestigiados (e caros), entidades de profissionais liberais e a Câmara do Comércio Brasileiro em Miami. Vivi, por assim dizer, parte dos dois “Brasis” que co-habitam naquele território estrangeiro.

² Desenvolverei melhor este ponto no decorrer do trabalho.

A pesquisa “documentada”, por sua vez, contou com a presença de diversos brasileiros ali residentes, através de resposta aos questionários (194 questionários), e através de histórias de vida relatadas em entrevistas em profundidade (12 entrevistas), tanto de trabalhadores imigrantes “comuns” (brasileiros que residem nestas localidades e atuam no mercado informal do país, como faxineiros, lavadores de pratos, etc...), quanto o que poderíamos chamar de informantes “qualificados” (pessoas que possuem significativa representação dentro da comunidade brasileira em Miami-Dade e Broward, como foram o caso de padres, pastores e líderes de associações de brasileiros). Todas estas pessoas, tanto as que participaram das entrevistas em profundidade, como as que se dispuseram a responder o questionário, emigraram para aquela região dentro dos mais variados contextos. Indivíduos que emigraram há vários anos, outros pelo período apenas de meses, indivíduos de ambos os sexos, de diferentes graus geracionais, distribuídos por diferentes faixas etárias e de nível social, econômico e educacional. Todos os entrevistados eram brasileiros natos. Também vale a ressalva aqui, mesmo que óbvia, de que não foram contabilizados brasileiros que passam férias ou mesmo períodos mais prolongados naquela região, sendo necessário, como um dos critérios de pesquisa, a residência fixa naquela localidade, mesmo que sem intenção de ser esta definitiva.

Os procedimentos metodológicos que envolveram esta pesquisa de campo atuaram em plena conformidade com os propósitos da mesma. Buscou-se atingir, através da pesquisa de campo, ambas as áreas de conhecimento e coleta de material, tanto quantitativas quanto qualitativas. Em relação às análises qualitativas, estas foram centradas principalmente em entrevistas pessoais com a população em questão. A escolha da população para a qual se direcionariam as entrevistas, tentou contemplar grupos variados de pessoas, com o objetivo de garantir a maior representatividade possível das condições vivenciadas pelos imigrantes. Quanto às análises quantitativas (que tiveram apenas caráter ilustrativo daquela população, uma vez que muito restritas), estas foram feitas através de questionários distribuídos para a população a ser entrevistada, contendo questões que refletissem o perfil dos

mesmos (ver modelo do questionário distribuído no anexo 2). Boa parte dos entrevistados – se bem que a maioria não seguiu este método – foram sendo escolhidos através da técnica de pesquisa conhecida como “bola de neve”, bastante usual dentro de pesquisas migratórias, tendo em consideração, contudo, uma grande preocupação com a possibilidade de abarcar uma maior diversidade possível, na busca de garantir uma representação confiável. A maioria dos entrevistados nesta pesquisa, contudo, tiveram um caráter bastante aleatório (no sentido estrito da palavra, não estatístico), uma vez que foram convidados a participar desta nas ruas e localidades de maior concentração de brasileiros.

As fontes secundárias de análise, material pesquisado em escritórios consulares, órgãos governamentais, e de forma especial, órgãos não-governamentais que trabalham com emigrantes brasileiros, como associações comunitárias de apoio ao trabalhador emigrante, bancos, entidades de pesquisa, entre outros; tanto aqui no Brasil quanto nos EUA, também merecem um destaque nesta coleta de dados. Toda esta malha de informações “preliminares” foi de fundamental importância para a análise contextual da pesquisa.

Estruturada, portanto, nesta pesquisa de campo, a segunda parte desta tese concentra-se sobretudo na análise de todo este material recolhido, ao mesmo tempo que dialoga com as informações acadêmicas precedentes no que se refere à brasileiros no exterior (bibliografia mencionada acima). Estas análises formam a “segunda base” na qual a terceira e última parte desta tese repousa.

Era sobretudo a partir do contexto do trabalho desenvolvido em campo, que esta pesquisa visava obter maiores dados sobre as transformações que o grupo emigrante brasileiro estaria sofrendo em território norte americano. Especialmente com relação ao modelo de organização social vigente nos Estados Unidos, do pluralismo cultural na formação-integração de grupos étnicos diversos à sociedade abrangente. De acordo com as análises bibliográficas que precederam o campo, esta transformação poderia estar ocorrendo, sobretudo em decorrência de alguns fatores que podem ser tidos aqui como fundamentais neste processo. O primeiro destes

fatores é justamente a transformação de intencionalidade pela qual passa o fluxo de emigrantes brasileiros nos Estados Unidos: de um passado onde a “lei” da emigração era a “corrida do ouro”, por assim dizer (Sales, 1999), onde qualquer transação era válida, desde que o resultado final fosse o lucro da pessoa envolvida; estes emigrantes passam, com o decorrer do tempo, a participarem da percepção de que, no caso de uma permanência maior naquele território, eles sairão ganhando se conseguirem jogar conforme as regras do país de destino. Já que a intenção agora é permanecer naquele local, e não somente ganhar a maior quantidade de dinheiro possível no menor espaço de tempo – a lei do “vale tudo” ou da “corrida do ouro” – estes emigrantes estariam formulando suas relações com o país receptor de maneira diversa àquela primeira. Portanto, a relação com o país de destino, e também o país de origem destas pessoas, acabaria sendo significativamente transformada.

Em certo sentido, reside nestas transformações o cerne da pesquisa, enfocando as diferentes condições e formas através das quais o grupo brasileiro estaria colocando sua inserção tal qual mais um grupo imigrante a fazer parte dos diversos outros grupos já existentes e que assim constituem a nação americana; com uma especificidade em particular neste caso, o local de destino: Miami, também conhecida como a América Latina norte americana. Esta perspectiva, por conseguinte, engloba ainda compreender os mecanismos pelos quais este processo estaria se dando, e quais as formas de inserção que o grupo de brasileiros estaria se utilizando. No que estas transformações estariam acarretando em relação às estruturas da própria condição da identidade nacional brasileira, e como estas transformações poderiam estar se estabelecendo num futuro próximo. Pretendia ainda perceber qual a repercussão que tais processos poderiam ter em termos da imagem do brasileiro enquanto tal no local de destino e, em uma outra vertente, qual o papel que possíveis movimentos sociais ou associativos destes brasileiros emigrados estariam desenvolvendo neste processo, bem como e própria imprensa brasileira no sul da Flórida (feita por brasileiros e destinada aos brasileiros residentes naquele país).

Portanto, além de delimitar o alcance da população brasileira naquela região, analisando o perfil do emigrante brasileiro residente em Miami e região, a pesquisa de campo pretendia ainda, a partir da obtenção de tal perfil, trabalhar com os processos de inserção na sociedade norte americana que estes brasileiros estariam utilizando frente a estas novas perspectivas de transformação pelas quais o grupo tem passado. Toda esta malha de informações viria a dar sustentação às hipóteses estabelecidas, vinculadas ao esforço ou, ao menos intenção, por parte desses emigrantes, de uma maior capacidade de fixação em solo norte americano (para si e para seus filhos), bem como a intenção e/ou esforço na participação das regras do jogo daquela sociedade, de composição de grupos étnicos, na reivindicação e requisição da participação de direitos e benefícios sociais estabelecidos.

A terceira parte desta tese portanto, que se traduz em seu desfecho, vai resgatar as análises do início para tentar explicar, em parte, o quadro no qual estes brasileiros se encontram vivendo em Miami atualmente. Se por um lado, Miami “frustrou” as expectativas em relação às minhas primeiras formulações, referentes a um núcleo de maior mobilização do “grupo Brasil” naquela região (dado inclusive em decorrência da presença de uma classe empresarial bem estruturada naquele local, bem como a força da cultura latina que lá existe); por outro revelou-se um campo fértil de estudos, que remontam ainda aspectos da construção nacional de ambos os países. A população brasileira em Miami tem mudado, de fato, seus padrões de intencionalidade com relação ao local de destino. Durante a exposição deste trabalho ficará clara esta constatação. Contudo, ao menos para a região estudada, isso não vem significar uma melhor estruturação do grupo em termos de atuação política no país hospedeiro ou mesmo de fortalecimento da construção de um grupo étnico “coeso” ao redor de uma identidade nacional referenciada em solo estrangeiro. Sabemos que as identidades e os grupos são situações muito relacionais, quaisquer que sejam, e não se pretende ignorar aqui as clivagens que efetivamente existem em todos os agrupamentos brasileiros que residem no exterior. Logicamente, estes não são uma massa homogênea, e momentos de cisão ocorrem

com relativa freqüência. Mesmo entre recursos como a imprensa e movimentos sociais, que evidenciam os laços de solidariedade entre o grupo imigrante, estes também são palcos reveladores de discordância e clivagem do grupo, que perante a diferença, se enxerga como “grupos”, e não somente como uma “unidade brasileira” (esta também, construída e imaginada). Entretanto, estas condições não parecem ser impeditivas de uma caracterização mais abrangente – o grupo Brasil – quando este precisa ou deseja ser evocado. A exemplo de Boston, como demonstrará o texto a ser lido, estas clivagens e diferenças, por mais presentes que estejam nos grupos, não impedem a formação dos mesmos, e nem a luta, ainda que sob uma “fachada” de unidade cultural, na formação (ou ao menos sua tentativa) de um grupo étnico mais estruturado.

Em Miami, entretanto, as diferenças existentes parecem impedir esta formação. E a diferença fundamental que impede este processo, segundo o meu entender, reside na condição de classes desta população. A larga margem de população latina da cidade também contribui, por outro lado, para esta condição; mas sem dúvida, a cisão entre classes sociais é a principal responsável pela frágil unidade brasileira na região. A presença de uma classe empresarial brasileira em Miami fortemente estruturada e solidificada não favorece a união do grupo vinculado pela identidade nacional prévia, muito pelo contrário, ela se coloca como um dos grandes “freios” para a realização deste processo. Reside, em grande parte nesta contradição, neste paradoxo por assim dizer, a terceira parte deste trabalho. A questão de classes por um lado, e a presença latina por outro, proporcionam um quadro bastante particular da população brasileira no sul da Flórida.

PRIMEIRA PARTE

BRASIL E EUA: MITOS E IDEAIS DE
NACÃO

I. O IDEAL DE NAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE NACIONAL

A idéia de pertencimento a algum tipo de grupo, que distingue o “nós” dos “outros” é tão antiga quanto a própria idéia do homem enquanto ser social. Esta questão, de cunho essencialmente antropológico, mas que definitivamente abrange as demais áreas das ciências sociais, acompanha a história do homem desde suas primeiras formações enquanto grupos sociais. Esta diferenciação, distinção entre o “nós” e os “outros” é parte da essência da identidade de cada pessoa em relação ao seu grupo e aos demais (grupos e/ou pessoas).

A palavra *ethnos*, que possui uma força cujos diversos regimes políticos e desdobramentos histórico-sociais não conseguiu suplantar, destina-se, em sua raiz etimológica, exatamente ao designo de pessoas “diferentes de nós mesmos”. “(...) a utilização da palavra ‘étnico’ para designar contrastivamente e muitas vezes negativamente povos ‘outros’ é congruente com as raízes etimológicas do termo *etnicidade* [ethnikos]. No mundo grego, o termo *ethnos* fazia referência aos povos bárbaros ou aos povos gregos não organizados segundo o modelo da Cidade-Estado, ao passo que o termo latino *ethnicus* designava, na tradição eclesiástica do século XIV, os pagãos em oposição aos cristãos” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1997:23). Possuindo, entretanto, o significado ao qual estamos habituados contemporaneamente, a palavra “étnico” ou “etnia” é uma construção ideológica do século XIX (op. Cit, 1997:33), que vem beber, tal qual o texto acima diz, nestas representações etimológicas do passado. Interessante a observação que podemos fazer a respeito desta distinção entre o “nós” e os “outros” (comumente tidos como

inferiores ao “nós”), não só na caracterização da palavra étnico – muito em voga novamente nos dias atuais – como também na relação de alteridade que pode ser vivenciada em diversos momentos da vida social dos indivíduos. Faz parte desta relação de diferenciação e alteridade não só a relação com o termo étnico, mas as distinções de classe, gênero, religião (muitas vezes, esta mesmo associada ao *ethnos*), comunidade, etc... Qualquer tipo de definição que possa caracterizar a nós mesmos como detentores de uma identidade em contraposição ao “outro”, diferente – e, não raras vezes, inferior – suscita esta relação de alteridade. Se por um lado, nos reconhece entre um grupo de iguais, semelhantes a nós mesmos nesta característica específica de nossa identidade, por outro nos distingue dos demais, em uma relação recíproca de diferenciação: o “nós” timbre em se diferenciar dos “outros” da mesma forma que estes “outros” (para si próprios tão somente “nós”), buscam este mesmo movimento. *“A identidade étnica (ou qualquer outra) constrói-se a partir da diferença. A atração entre aqueles que se sentem como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros”* (Poutignat & Streiff-Fenart, 1997:40; citando Max Weber, grifos meus). Assim, homem-mulher; burguês-proletariado; senhor-escravo; cristãos-islâmicos; católicos-protestantes; gregos-romanos; bretões-galegos; galegos-bascos; brancos-negros; ocidental-oriental; e uma infinita oposição de pares distintos, pode marcar o contexto específico da alteridade em determinado momento, desenhando e redesenhando identidades de acordo com cada momento histórico.

As identidades, como é sabido, podem ser múltiplas dentro de cada relação social. Da mesma forma que é possível uma multiplicidade de “identidades” de acordo com cada papel social que o indivíduo vem a exercer em determinada situação; sabemos também que elas não são estáveis, imutáveis, petrificadas. Muito pelo contrário, as identidades sofrem transformações constantes de acordo

com as próprias transformações históricas das sociedades humanas às quais estão vinculadas (Hall, 1996; Ruben, 1986; Ruben, 1987; Poutignat & Streiff-Fenart, 1997; Barth, 1996; Barth, 1997; Pinho, 1997). Este aspecto de “maleabilidade”, melhor dizendo, possibilidade de transformações contínuas, é importante para pensarmos o papel da formação das nações no desenvolvimento histórico da humanidade.

A importância destas informações prévias aqui mencionadas, mesmo que de forma extremamente simplificada, coloca-se apenas em termos de “introduzir” os comentários posteriores. Não tem como finalidade, portanto, a intenção de uma análise própria destes conceitos - que possuem sólidos estudos, amplos demais para os propósitos e objetivos de alcance desta tese. Contudo, estes comentários prévios são fundamentais para a discussão que se propõe a seguir, da idéia de nação, e da assim chamada identidade nacional, nacionalidade, sentimento nacional, etc.... Estes conceitos sim, compõem-se como um dos focos primordiais de nossa atenção no desenvolvimento deste trabalho.

Frutos das diversas revoluções da Era Moderna, as nações, enquanto formações sociais e políticas, vêm ocupar um lugar central na vida das sociedades humanas a partir de então. Elas são, assim como a própria noção de identidade, construções históricas, e assim sendo, estão sujeitas às transformações do tempo e dos homens, não são imutáveis. Mesmo que em um ritmo bastante lento, estas transformações são possíveis, e podem ser verificadas. É com este arcabouço teórico, brevemente comentado, que iremos formular as análises posteriores deste capítulo, abrangendo, a partir de agora, os fins mais pontuais que nos interessam.

A temática específica sobre nacionalidade é também ela bastante ampla, possuindo diversos campos de abordagem de acordo com cada corrente que se dedica ao estudo do tema. Para os fins que nos interessam aqui, entretanto, o importante a ser ressaltado no que diz respeito a este contexto de construção do

“nacional” são alguns comentários, ainda que breves, sobre o desenvolvimento histórico destes conceitos e modos de interpretar a organização social humana. Por se limitarem a breves comentários sobre este tema, também ele vastíssimo, fica a ressalva de que estes podem ser designados como uma orientação apenas, para dar sustentação à construção das duas nacionalidades que nos interessam sobremaneira aqui: a brasileira e a norte americana (ou estado-unidense)¹.

É fato que o caráter nacional que as sociedades adquiriram com o passar dos anos constituiu-se de formas variadas, em diferentes momentos e em diferentes contextos. Não cabe aqui comentarmos a construção nacional de toda a geografia mundial, mas é importante atentarmos para o fato de que o conceito de nação é algo que faz parte de um processo histórico de construção, assim como as noções de direitos e de democracia, cidadania, entre outras. Desta forma, ao refletirmos sobre a construção da nacionalidade, seja ela a brasileira, ou a norte americana, devemos estar cientes de tais aspectos.

Benedict Anderson, ao analisar as origens desta consciência nacional e o desenvolvimento histórico das nações, faz menção a diversos fatores, como a língua, a religião, a revolução da imprensa escrita, de acordo com cada contexto histórico de sua formação. Na Europa, por exemplo, as línguas foram de fundamental importância na formação de instituições com caráter de Estados-nacionais, caso que já não ocorreu da mesma forma entre as nações surgidas através dos processos de colonização do continente americano. Contudo, para o que nos interessa aqui, o importante é salientarmos apenas alguns pontos: quando refletimos sobre estes conceitos – nação e Estado-nação – devemos buscar as premissas básicas para a compreensão destes termos. Habermas coloca que a formação de uma consciência nacional, baseada em laços comuns de etnia, língua ou religião, se construiu através dos tempos como obra de escritores, intelectuais, e

¹ No decorrer deste trabalho, será utilizada a palavra norte americana ou simplesmente “americana”, com a mesma finalidade de designar as pessoas nascidas nos EUA da América (país).

dos meios de divulgação destes recursos de linguagem, ou, nos termos de Anderson, através da imprensa e da revolução lexicográfica. Desta forma, quando Habermas se reporta à situação alemã de construção nacional, ele afirma que “*a propagação do projeto, inicialmente imaginário, de uma nação unificada em termos culturais foi obra de escritores, historiadores e jornalistas*” (Habermas, 1995:90 - grifos meus). Da mesma forma, Anderson coloca este aspecto quando analisa o desenvolvimento histórico do processo desta construção: “*Mais típica, porém, era a coalizão entre os nobres menores, os acadêmicos, os profissionais liberais e homens de negócio, na qual, freqüentemente, os primeiros forneciam os líderes de ‘reputação’, os segundos e terceiros, mitos, poesia, jornais e formulações ideológicas, e os últimos, dinheiro e facilidades de mercado.*” (Anderson, 1989:90 - grifo meu).

Sendo desta forma, podemos considerar que a “consciência nacional” de pertencimento comum a uma coletividade das proporções de uma nação, é dado através de toda uma construção ideológica por parte dos grupos mencionados por estes autores: intelectuais, membros da imprensa, historiadores e escritores literários, entre outros que detêm poderes de comunicação abrangentes². Ambos os autores acima mencionados colocam a questão do “fantasma” imaginário que é pertencer a um grupo de tão extensas proporções e que, na verdade, veio a “substituir” aquele sentimento de pertencimento a grupos menores e mais comunais, que acabam por se esfacelarem com as revoluções da era moderna. Isto porque, para que possa ocorrer um sentimento de pertencimento tão profundo e

² Na atualidade, é importante também pensarmos na questão dos poderes de comunicação de massas de órgãos como a televisão e o rádio, que não se compõem como objeto central de análise de Anderson (ele se limita a analisar a extensão dos poderes escritos, principalmente porque se detém nos momentos de constituição das nacionalidades, tocando neste outro tema – comunicação de massas - somente no final do livro). Todavia, em casos de sociedades com partes muito amplas da população que não possuem acesso à informação escrita, como é o caso do Brasil e de outras sociedades subdesenvolvidas, por exemplo, estes meios de comunicação audiovisuais acabam por exercer muitas vezes as funções dos meios escritos. Tal dado é fato de reflexão quando pensamos nas análises feitas sobre a influência da Rede Globo na formação do imaginário e da unificação da nação brasileira, inclusive em termos de língua (abordaremos mais profundamente estas questões a seguir).

arraigado (o sentimento nacional, nos dias atuais, é capaz de gerar ódios e ressentimentos extremados, dos quais temos exemplos cotidianamente) entre pessoas de tão amplo espectro, é necessário que haja um forte componente emocional introjetado nesta construção de nação, e este só se tornou possível ao lado de todo um aparato ideológico que foi se construindo através dos tempos. Hoje esta noção de nação está tão impregnada na consciência das pessoas, que raramente estas se sujeitariam a pensar em momentos históricos diversos onde as formas de organização social não se dessem nestes termos. Sequer passa no cotidiano das populações contemporâneas a possibilidade de ser a nação uma construção cultural específica e datada, e não algo pré-existente e natural ao homem, como é comumente idealizada. Nas palavras de Anderson: *“Parto de que a nacionalidade, ou, como talvez se prefira dizer, devido às múltiplas significações dessa palavra, nation-ness, bem como o nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo peculiar (...) que hoje em dia inspiram uma legitimidade emocional tão profunda.”* (Anderson, 1989:12 - grifos meus).

Numa outra vertente que corre basicamente ao lado desta construção ideológica – que elabora, por assim dizer, a consciência nacional de pertencimento, enraizada em diferentes argumentos (como a etnia, a língua ou a religiosidade, por exemplo) – se dá a construção de todo um aparato político e militar que, como um momento subsequente a este estado de coisas, estrutura as bases de organização dos Estados-nações, surgindo como um arremate final para as construções culturais e ideológicas acima referidas. Assim, no mesmo instante em que Habermas coloca a formação do Estado-nação alemão como a propagação de um projeto inicialmente imaginário (citado anteriormente), ele descreve como um desfecho para tal situação que esta: *“(...) precede os esforços diplomáticos e*

militares de estadistas como Cavour e Bismarck. Esses dois desenvolvimentos³ culminaram no Estado-nação europeu do século XIX.” (Habermas, 1995:90). No decorrer deste processo de formação de Estados-nações, o aparato político e “estatal” se sofisticava e se expande, organizando e compondo uma abrangência de dominação bastante extensa com respaldo naquela primeira concepção cultural de nação, ideologicamente construída. Citando Anderson “(...) as alavancas políticas do nacionalismo oficial: educação primária compulsória controlada pelo Estado, propaganda organizada do Estado, reescritura oficial da história, militarismo - neste caso, mais um espetáculo do que algo real.” (Anderson, 1989:114 - grifos meus).

É desta forma, portanto, que as nações modernas, tal qual as conhecemos hoje, vão aos poucos se formulando e se constituindo, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, especialmente. Permeadas pelas concepções das diversas revoluções da era Moderna, e do próprio avanço do capitalismo industrial, a formação de Estados-nação se coloca como uma premissa político-social na regra dos agrupamentos humanos a partir de então, e tenta, desta forma, tomar o lugar dos grupos étnicos e/ou comunais anteriores⁴.

É com esta matriz histórica, na qual a nação é uma realidade presente nos dias de hoje e, acima de tudo, é também uma construção histórica amparada, num

³ Habermas especifica em outro ponto de seu trabalho que estes desenvolvimentos referem-se a “*processos históricos convergentes, porém distintos*”.

⁴ Utilizei-me aqui do verbo “tentar”, no parágrafo acima, pois é importante ressaltarmos que o conceito de nação, apesar de englobar no momento de sua construção o sentimento de pertença à etnias e/ou comunidades diversas, destruindo estes sentimentos num primeiro momento, revela-se, mais tarde, muitas vezes como apenas um “verniz” sobre estas formações anteriores, que não “morrem” com a construção dos Estados-nações, em grande parte dos casos. Este é o caso, por exemplo, de muitos países da Europa: “*Para os teóricos da construção nacional, os Estados europeus representaram durante muito tempo o próprio exemplo da assimilação bem sucedida dos grupos étnicos no quadro nacional. Os bretões, os escoceses, os gauleses, os frisios, os corsos eram freqüentemente descritos nos anos 60 como grupos étnicos preexistentes, doravante integrados e desprovidos de uma consciência particularista. (...) Van Den Berghe acentua [no entanto] o ressurgimento da dissidência étnica nos Estados europeus (Grã-Bretanha, França, Espanha), que eram considerados há pelo menos dois séculos como nações homogêneas*”. (Poutignat & Streiff-Fenart, 1997:29). Estes “equivocos” ocorrem, principalmente porque não se pode perder de vista a capacidade de transformação destes conceitos, tal como descrito acima.

primeiro momento, em aparatos ideológicos e, logo em seguida, estruturais (militares e inclusive financeiros), que devemos pensar na construção destas duas nações que fazem parte da análise desta dissertação: Brasil e EUA. O resgate histórico destas formações sociais é de demasiada importância, mas não devemos perder de vista a manipulação ideológica que cerca esta história, na construção de mitos nacionais para a sustentação dos argumentos imaginários destas que viriam a ser futuras nações de ex-colônias. Este é o foco de análises com o qual nos preocuparemos a seguir.

II. A NAÇÃO BRASILEIRA

A história oficial do território que futuramente iria se chamar Brasil, e se constituir tal qual um país, tem início com a “descoberta” de terras (as Índias Ocidentais), em abril de 1500, pelas embarcações de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro.

Muito do que é o Brasil atual ecoa em retratos do passado, que foram na verdade os “moldes” daquilo que se tem presente hoje. Da história brasileira pós-Cabral é que se retiram os elementos necessários para a constituição da nossa identidade nacional, nos termos a que já me referi (capítulo I). São alguns aspectos destes “retratos” que iremos ver a seguir, com base em alguns autores clássicos do pensamento social brasileiro, que se dedicaram a estudos sobre a formação cultural, política e social do Brasil, o que, por sua vez, vem refletir e até mesmo formular (usaria a palavra aqui “forjar”, mas sem nenhum significado pejorativo do termo) a identidade da população gerada neste território.

1. Colonização da América Portuguesa

Os pouco mais de 300 anos de história da dominação de Portugal sobre o território brasileiro, acabaram por estruturar a base política e cultural do país, e são retratados através de diferentes focos de abordagem, de acordo com cada autor que se dedicou ao pensamento da formação social do Brasil. Como colocado na introdução desta tese, de acordo com as pretensões e limitações deste trabalho, foram escolhidos apenas alguns autores dentre os muitos que se dedicaram a esta temática. Citados recorrentemente como os “clássicos” do pensamento social brasileiro, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, e Sérgio Buarque de Holanda, formam como que um “tripé” na elaboração de análises sobre o Brasil. Neste texto, contudo, ainda faço uso de alguns outros autores, com frequência citados por mim, como Oliveira Vianna e Roberto Schwartz, retratando com argumentos complementares as análises mais históricas e sociológicas dos nomes anteriores. Através de concepções marxistas, culturalistas, e até mesmo positivistas, todos estes autores, de certa forma, se dedicaram à compreensão de como se formou, afinal, o brasileiro.

Um dos aspectos fundamentais da constituição brasileira que é sempre mencionado, e no qual, de certa forma, podemos observar pontos de “convergência” nas diferentes abordagens destes autores, é a instituição da escravidão como base de trabalho e das relações sociais da colônia portuguesa. Este aspecto, que de um modo ou de outro detém a reflexão dos autores, pode ser considerado como uma marca na nossa constituição nacional.

Caio Prado Jr. analisa o país desde a sua "descoberta" até o final do Império e a chegada da República com uma coerência notável. Tem-se a sensação de que

todos estes séculos traçaram um caminho absolutamente coerente em um de seus fundamentos, que é a opressão, relacionada intrinsecamente com a escravidão, traço este que já não perpassa outros autores com a mesma intensidade, como é o caso de Gilberto Freyre, que não visualiza tanto a opressão, mas sim a harmonia e a generosidade, entretanto, com o mesmo pano de fundo da escravidão⁵.

O legado colonial, ao alicerçar o desenvolvimento do Brasil na forma escravocrata, desenhou sua constituição e suas características, grande parte das quais estão presentes até hoje na nossa sociedade. A escravidão marca fundamentalmente a estrutura social para a posteridade. Ela é analisada por Caio Prado Jr. como uma instituição total no país, pois era nela que o Brasil se alicerçava⁶, e sendo uma instituição total, marcava decididamente toda a composição social brasileira, inclusive entre aqueles indivíduos que eram considerados livres no conceito, mas não exatamente livres de fato. Vejamos a situação mais esmiuçadamente para um melhor entendimento.

Desde o início de sua colonização, alguns anos após a "descoberta" do país, o Brasil tem se caracterizado ao longo dos séculos através da questão fundiária, que constitui um impasse a ser resolvido até hoje. Este é foco de análise de outros autores também, como por exemplo, Gilberto Freyre, que centra uma das vertentes de seu trabalho na questão do latifúndio, assim como Oliveira Vianna. Nos primeiros anos de colonização, Portugal buscou povoar o país de vasto território para garantir a defesa de que a terra recém-descoberta não ficaria sob o domínio de outros povos da Europa. Para tanto, começou estabelecendo a sua política de colonização e povoamento de terras brasileiras e o fez através da distribuição de

⁵ Gilberto Freyre, a este respeito da escravidão, também chega a abordar alguns aspectos de "perversão" intrínsecos a este sistema, o que ele vem a chamar de *sado-masiquismo colonial* (relações sado-masiquistas entre brancos e negros). Este dado não chega a anular o "mito" da harmonia racial freyriana, mas é interessante de ser observado.

⁶ Diferentemente de outros países da América colonizada, onde a presença da escravidão também foi marcante, mas não foi o alicerce social fundamental, como no caso dos EUA (veremos isso mais detalhadamente a seguir).

terras pela política de capitânicas e sesmarias. Não cabe em nossos objetivos aqui analisar a especificação destes conceitos, o que nos interessa, entretanto, é aprofundar a questão nas conseqüências desta política portuguesa de povoamento da colônia. Constituindo o Brasil, naquela época, um domínio que a Portugal não era de interesse primordial, pois uma vez que somente os recursos naturais poderiam servir para algum proveito (enquanto nas Índias, Portugal podia usufruir de outros bens), a distribuição de suas terras era feita de forma preferencial àqueles colonos que dispunham de recursos próprios para habitar e produzir na nova terra. *“O costume, então dominante, de concederem-se sesmarias, de preferência a pessoas fidalgas, ou com posses bastantes para construir engenho, exclui da propriedade da terra as classes pobres e desfavorecidas.”* (Oliveira Vianna, 1987:61 - grifos meus). À Portugal, não interessava investir suas finanças num pedaço de chão que não poderia lhe render nada além dos próprios recursos naturais, além do que, como já mencionado, o negócio de Portugal com as Índias inspirava para eles razões suficientemente mais fortes para um esforço de investimento lá e não aqui. Desta forma, restava à colonização do Brasil um povoamento por parte de Portugal sim, para que este imenso terreno não passasse a outras mãos invasoras, mas sem um desgaste de esforços por parte da Coroa portuguesa, que não enxergava no Brasil de então fonte de grandes lucros e proveitos. *“A atitude da Coroa vê-se claramente qual foi: povoar sem ônus os ermos da América.”* (Gilberto Freyre, 1975:244). E assim se estabeleceu o caráter da propriedade fundiária da jovem colônia, distribuição de terras a beneficiados que possuíssem bens suficientes para arcar com os custos da colonização, de preferência homens de muitas posses (inclusive escravos), que pudessem fazer lavouras no Brasil, pois o único proveito nesta terra era a própria terra. As lavouras que se estabeleciam aqui eram aquelas do tipo de grande exploração rural (as lavouras de cana e os engenhos de açúcar, principalmente no nordeste

brasileiro), o que era outro motivo fundamental para que os homens que pudessem colonizar o país fossem homens de muitas posses e recursos, já que estes tipos de exploração demandavam um grande capital a ser investido na terra. A mão de obra para trabalhar nestas grandes explorações rurais foi o braço escravo desde o seu princípio, primeiramente a escravidão indígena, logo depois, a escravidão africana. Desde o início, o trabalho agrícola no Brasil (que era o único trabalho possível de ser realizado) se baseou no braço escravo, negro ou índio. O fato é que não se institucionalizou aqui outra concepção do trabalho que não esta. Este veio da nossa formação social, uma vez institucionalizado, prossegue invariavelmente durante os quatro séculos seguintes, como bem observa Gilberto Freyre: *“Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo”* (Gilberto Freyre, 1975:31 – grifo meu). Ou, de outra forma, como coloca Sérgio Buarque de Holanda, enfatizando a presença do escravo na nossa formação social: *“Pode-se dizer que a presença do negro [leia-se escravo] representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais.”* (Sérgio B. Holanda, 1973:17 - grifos meus).

Quanto às características referentes à pequena propriedade, esta não teve chances de se estabelecer no país. Os fatores desta impossibilidade foram múltiplos, mas o resultado foi a inviabilidade do fato. Primeiramente, os direitos a posse de terras eram concedidos somente a colonos abastados, de forma que pudessem arcar com os custos do capital empreendido no país. A pequena propriedade que por ventura tentasse ser implantada, com base no trabalho livre dos pequenos proprietários, não conseguia sobreviver lado a lado com os grandes empreendimentos rurais acima abordados, de cunho escravista, pois a concorrência era impossível. Caio Prado Jr. aponta para o problema decorrente desta estrutura fundiária, ou seja, a forma escrava de trabalho desde o "início" do Brasil, e deixa

ênfâtizada a inviabilidade da realizaçãõ do trabalho livre aqui. *"O trabalho livre de pequenos lavradores nãõ podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas com o grosseiro trabalho do escravo. Este satisfazia plenamente as exigências desta rudimentar agricultura por um custo inacessível ao trabalho livre"* (Caio Prado Jr., 1966:17). Oliveira Vianna também se depara com essa problemática da impossibilidade da pequena propriedade existir no Brasil colonial, e salienta o que ele denomina de "falha grave"⁷ da nossa constituição social, que é a inexistência de uma classe média devido a inexistência destas pequenas propriedades: *"Enquanto os fazendeiros poderosos, os grandes proprietários territoriais, os donos de fazendas de criação, de café ou de cana vêem crescer progressivamente os seus proventos, os pequenos proprietários, os donos de fazendolas e sítios, os simples senhores de engenhocas se conservam numa perpétua mediana, ou caem, pouco a pouco, na pobreza geral."* (Oliveira Vianna, 1987:127). Some-se a isto os ataques de agressividade que estas propriedades sofriam por parte dos indígenas que estavam sendo massacrados e escravizados (pois elas não tinham muitos recursos nem pessoas para a defesa) e por parte dos grandes latifundiários que agrediam, não poucas vezes, as pequenas propriedades vizinhas. Ainda, além de toda a força empregada para sua destruição, formou-se também no país uma legislação opressiva desde o início, que impedia a viabilização dos pequenos domínios, chegando a ponto de ser proibida a fabricação da aguardente, que necessitava de poucos recursos para a sua produção. Mais tarde, Portugal iria proibir também a existência de lavouras que competissem com produtos lusos, como as oliveiras, castanhas e frutas da região mediterrânea, colocando novamente o breque opressor naqueles que quisessem produzir lavouras mais modestas e menos dispendiosas, além, é claro, da proibição de concorrer com os produtos

⁷ Termo utilizado pelo próprio autor.

manufaturados que podiam ser feitos em Portugal, culminando no absurdo de serem proibidas as produções de sapatos, tecidos e quaisquer outros artigos manufaturados, além do rude algodão que vestia os escravos. Nas palavras do próprio Oliveira Vianna: *“É assim que certas culturas, pelo fato de terem similares no reino, não se podem fazer aqui. O mesmo para certas indústrias. Proibia-se o fabrico de aguardente de mel, por exemplo, para não concorrer com o vinho da metrópole.”* (Oliveira Vianna, 1987:244). Quando se pensa que, em outras partes do globo, como na América do Norte e na Europa (principalmente a saxônica), foi justamente a existência destas pequenas propriedades e de pequenos ofícios de manufatura que geraram as bases para a construção de uma sociedade politicamente participativa e as premissas da sociedade moderna tal qual a conhecemos hoje, isto nos faz refletir o quão distante o Brasil esteve desta realidade desde os primórdios de sua constituição como um “país”. Basicamente todos os autores estudados comentam este dado: *“Ora, só da vitalidade dos pequenos domínios, da multiplicidade deles, resultaria a constituição, entre nós, de uma classe média forte, abastada, independente, prestigiosa, com capacidade para exercer, defronte da grande propriedade, a ação admirável dos yomen saxônicos ou dos burgueses da Idade Média. O grande domínio, envolvendo a pequena propriedade num ambiente desfavorabilíssimo à sua vitalidade e expansão, impede, de todo em todo, que este fato se produza. Daí a justeza daquela afirmação de Luiz Couty, ao descrever, em 82, a nossa sociedade: - ‘O Brasil não tem povo!’.”* (Oliveira Vianna, 1987:128-129). Estes fatos serão retomados em análises posteriores.

Por hora, na questão dos primórdios da colonização brasileira, fica a característica de sua estrutura fundiária, ou seja, grandes proprietários de terra, homens já de posses, arcando com custos de grandes empreendimentos agrícolas baseados totalmente no trabalho escravo, sem a possibilidade da existência de

pequenas propriedades, ao ponto que o Brasil começa se estabelecendo desta forma. *"Nestas condições não era possível à pequena propriedade medrar no Brasil Colonial. Impelidos pelas circunstâncias se vão os pequenos proprietários aos poucos desfazendo de suas posses em benefício dos grandes domínios. Depois de tal processo de eliminação da pequena propriedade, vai-se afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural"*⁸ (Caio Prado, 1966:19 - grifo meu).

A conseqüência mais evidente deste quadro acima referido é a expansão da dominação que estes grandes latifúndios implementam no Brasil. Ambos os autores, tanto Gilberto Freyre como Oliveira Vianna, colocam a questão do grande domínio de terras como algo que no Brasil toma aspecto de uma micro sociedade independente e fechada. Cada latifúndio aqui estabelecido funcionava como uma instituição independente e à parte, que produzia suas próprias necessidades de subsistência bem como suas próprias condições de justiça e de direitos, ou, em outras palavras, fazia com que estas noções não tivessem o menor sentido dentro de uma sociedade onde estes domínios ditavam as diretrizes. Oliveira Vianna chama a este fenômeno de "função simplificadora do grande domínio", pois este diminui e deprecia tudo o que está ao seu redor, fazendo com que a única força de expressividade plausível dentro da sociedade brasileira seja ele próprio. Gilberto Freyre, por sua vez, também fundamenta boa parte de sua análise na questão do grande domínio independente, se bem que sob aspectos bem mais otimistas da finalidade social desta dominação. *"A casa grande*⁹*, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família com capelão*

⁸ Este aspecto é praticamente consenso entre todos os autores. Assim como Caio Prado se refere ao grande domínio rural nesta passagem, assim também Oliveira Vianna o caracteriza como única forma social, do mesmo modo, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

⁹ Entenda-se neste conceito de Gilberto Freyre o mesmo que o grande domínio de Oliveira Vianna.

*subordinado ao pater familias, culto dos mortos, etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o tigre, a touceira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia ...” (Gilberto Freyre, 1975:LXIII). De fato, a casa grande, ou o domínio latifundiário, deprecia e acaba por agregar tudo o que está ao seu redor, fazendo com que, em decorrência disto, nenhuma outra instituição social possa coexistir com ele, uma vez que ele próprio já é auto-suficiente. Desta forma, não chega a se estabelecer no Brasil colonial (ao menos com vida própria) nenhuma outra forma institucional que não esteja vinculada ou subordinada ao grande domínio. Não se configura aqui, de modo independente, uma força representativa de pequenos proprietários, nem tampouco uma burguesia urbana, ou uma classe industrial, ou quaisquer outros tipos de solidariedade social livres de vínculos com o latifúndio. Sérgio Buarque de Holanda também se refere a esta capacidade englobadora do grande domínio, salientando que os portugueses não chegaram a implementar aqui uma civilização agrícola, posto que estes colonizaram o Brasil sem planejamento, e sim com “desleixo”¹⁰, entretanto, nos deixaram uma civilização tipicamente rural: “*Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário não sofria réplica. Tudo se fazia consoante a sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto fosse possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde rezavam missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos ...”* (Sérgio B. Holanda, 1973:48).*

¹⁰ Expressão do próprio autor ao definir a característica da colonização portuguesa: “*Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ - palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena...’.*” (Holanda, 1973:76).

Neste sentido, é interessante notarmos que, no que se refere aos aspectos designados à identidade brasileira, a figura destes latifúndios, ou da chamada casa-grande, dominadora e opressora, é sempre vista como um traço genuinamente nosso. Na descrição dos próprios autores, esta particularidade característica é ressaltada: “*A casa-grande foi honesta e autêntica. Brasileirinha da silva. Teve alma.*” (Gilberto Freyre, 1975:LXXIII), ou ainda: “*Pela sua organização e estrutura, o grande domínio rural é, como se vê, uma criação essencialmente nossa, essencialmente brasileira.*” (Oliveira Vianna, 1987:73 - grifos meus).

Ao lado desta base que fundou o Brasil, se encontra a sua conseqüente estrutura social, que não poderia ser outra coisa senão o reflexo desta situação descrita. O grande proprietário, o senhor rural, que é dono da riqueza material da terra, é também dono dos atributos que provinham desta riqueza, a saber, o prestígio e o domínio; e mais particularmente no caso brasileiro, do poder também, inclusive do poder político (já que Portugal, ao menos no início, não estava muito preocupado em investir demais na colônia, apenas em colonizá-la, o poder político dos grandes proprietários era recorrentemente maior do que o da Coroa portuguesa, e não havia necessidade de confrontá-los, já que ambos os poderes tinham os mesmos objetivos). Aqueles que detinham o poder econômico detinham também o poder político e o domínio da região, e todo o leque de arbítrios e opressão que ocorria freqüentemente pelas mãos destes, não era passível de punição, pois o poder se concentrava em um só eixo da estrutura social. O outro eixo, se é que podemos chamar assim, era constituído de uma imensa massa de escravos, índios, negros e mestiços, sem condições de perseguir direito algum. Um terceiro grupo, intermediário talvez, em termos estruturais de análise praticamente não existia naquele momento, haja visto a forma pela qual foi trucidada a pequena propriedade com algum anseio de autonomia e de trabalho livre fora desta versão dicotômica. Assim: “*Compreende-se a importância destes grandes proprietários*

em meio de uma população miserável de índios, mestiços e negros escravos. E desde o início da colonização é destes que se constitui a massa popular. É de fato numa base essencialmente escravista, ninguém o ignora, que assenta a economia colonial brasileira." (Caio Prado, 1966:21 – grifo meu).

Entramos neste ponto em uma problemática fundamental para a discussão proposta. Um país que tem sua constituição social colocada nestes moldes acima mencionados, moldes dicotômicos - entre poucos proprietários poderosos que detêm muito, inclusive o poder político; e muitos miseráveis (desde o início, a maioria da população brasileira) que não tem direito a nada, pois não detêm nada -, isso nos faz refletir sobre uma característica fundamental brasileira, que persiste até hoje, observando-se, é lógico, as várias mudanças que ocorreram no decorrer dos séculos. A questão é que a dicotomia social no Brasil foi e ainda é um fato. E pode-se dizer que este é um traço fundamental que o legado colonial nos deixou. A desigualdade social abrupta do país, desde o início da sua colonização, como foi descrito, é um traço que perpassa toda a sua história pós-descoberta. Lendo Paulo Prado, nesta questão da desigualdade, a sensação que se tem quando ele se refere ao Brasil colonial do século XVII é a mesma do início da colonização, e podemos dizer que a mesma de hoje, tomando-se os devidos cuidados de levarmos em conta as mudanças históricas ocorridas no mundo. Ele se refere a este retrato brasileiro da seguinte forma: "*Por toda a parte, porém, a miséria mais relaxada e andrajosa ao lado de cavalhadas vistosas com vestuários de veludo e sedas*" (Paulo Prado, 1944:51). Acredito ser esta cena nada muito diferente do que o cotidiano das grandes cidades brasileiras de hoje nos faróis das grandes avenidas, levando-se em conta as devidas proporções históricas, como já apontei.

Mais que isto, o problema da formação do Brasil fundado nesta dicotomia social engendra dentro deste contexto a questão da escravidão. Esta, como já foi colocado, é analisada por Caio Prado como uma instituição total para a sociedade

brasileira, que marca de forma profunda a sua estruturação desde o início. E sendo assim, um fato social total, que envolve uma relação de proprietários de um lado e escravos do outro, ambos ligados pelo laço da escravidão, esta constituição afeta todo o restante da sociedade, que, se de um número mínimo no começo de pessoas nem escravas nem proprietárias, com o passar dos séculos se desenvolve paulatinamente no que podemos chamar de uma terceira forma que, embora classificada de "homens livres", não podia constituir-se nesses termos de fato. Não conseguiria colocar isto em melhores palavras do que as próprias de Caio Prado: *"Esta massa de escravos índios ou negros constituía a maior parte da população colonial. Quanto à parte que, embora livre, não dispunha de recursos suficientes para se classificar entre os grandes senhores, e que dependia por isso da manutenção do trabalho próprio, tinha ela que forçosamente sofrer a influência aviltante da massa escrava que a circunda, e que punha seu marco deprimente em todo o trabalho da colônia. Por isso, o próprio trabalho em princípio livre pouco se diferencia do escravo. Mesmo o pequeno proprietário que lavra terras próprias – aliás raro, como vimos - é pouco mais que um servo. Sua gleba é antes uma dependência do grande domínio com que confina que outra coisa qualquer. Ao lado destes pequenos proprietários encontramos o tipo mais comum dos agregados. São estes os indivíduos - em geral escravos libertos ou mestiços espúrios - que vivem nos grandes domínios prestando aos senhores toda a sorte de serviços. (...) Na propriedade quem dominava incontestavelmente é [sic] o senhor. Todos os que se fixam em suas terras cedem, em troca da gleba que cultivam para seu sustento e da proteção que lhes outorga o senhor contra outros mandões do sertão ou da própria Justiça, praticamente, toda a liberdade"* (Caio Prado, 1966:24-25, grifos meus).

Esta síntese do pensamento de Caio Prado, feita pelo próprio, dispensa maiores comentários. Pode-se dizer que este argumento compõe a tese central de

sua análise. O legado colonial no Brasil, cujo traço mais expressivo é a escravidão, marca tão profundamente a nossa constituição social que, mesmo aquela pequena porcentagem de trabalhadores "livres" não escapa à cicatriz deste componente opressor. Não podia haver de fato, homens livres no Brasil além daqueles que eram os grandes proprietários e detinham o poder econômico e político. Outros autores também assinalam este fato da questão dos agregados, porém, sem explicitá-lo da mesma forma, levando em conta geralmente aspectos raciais, e não políticos como Caio Prado. Oliveira Vianna se reporta por diversas vezes a esta problemática, colocando a questão racial, que tanto lhe preocupava, no meio deste contexto. Segundo ele, esta população de nem proprietários, nem escravos, se, no seu início, "*esses agregados são todos de raça branca, vindos, ou das ilhas ou da Península*" (Oliveira Vianna, 1987:67), com o passar dos séculos e com a proliferação da miscigenação que ocorria dentro dos grandes domínios, graças à "organização poligâmica da família"¹¹, passa a ser uma questão problemática, uma vez que seu contingente chega a ser bastante extenso. "*Os agregados são, na sua maior parte, mulatos e negros, que formam, mais ou menos, um quarto da população*" (Oliveira Vianna, 1987:106 - citando Eschwege). Mas este, mesmo que estando mais preocupado com a questão racial da mestiçagem, também aponta para os mesmos problemas da posição de agregados. São homens que, embora considerados livres no conceito, não possuíam uma liberdade real, pois necessitavam, para que fosse possível sua própria sobrevivência, estarem acobertados ou protegidos sob a sombra de um grande senhor rural, estes sim, os únicos que podiam ser livres de fato, pois possuíam a riqueza da terra (situação esta que ele vai denominar de "submissão ao clã rural"). Da mesma forma, Sérgio

¹¹ Observe-se como quanto a este fato, Oliveira Vianna chega a um mesmo entendimento que Gilberto Freyre, se bem que desembocando em conclusões diversas no que se refere a seus resultados: "*É a organização poligâmica da família, reforçada pela colaboração de outras causas sociais, econômicas e geográficas, que dá a esses núcleos uma estupenda expansibilidade, a maior que a nossa história registra.*" (O. Vianna, 1987:87 - grifo meu).

Buarque de Holanda faz menção a esta população de agregados no mesmo feixe social dos escravos, apontando para a autoridade infinita do “chefe do clã rural” sobre estas pessoas: “*Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias.*” (Sérgio B. Holanda, 1973:49).

Gilberto Freyre se reporta a esta mesma população, e molda o retrato típico do brasileiro “comum” no interior desta “classe”: “*São milhões, escrevia Nabuco em 1883, ‘que se acham nessa condição intermediária, que não é escravo, mas também não é o cidadão’.* Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque, e a viola suspensa ao lado da imagem.” (Gilberto Freyre, 1975:36 - grifo meu). Observe-se a questão da identidade imaginada do brasileiro “típico” (e geralmente o rural), dentro desta representação.

Com algumas mudanças no decorrer dos séculos da transferência do poder social e político, ora na mão da Coroa, ora na mão dos senhores de engenho, ora em ambas, este nunca esteve na mão da grande massa, seja ela de escravos de fato ou de indivíduos “livres” nestas condições, em geral agregados dos senhores, pois a condição servil denegria todo tipo de trabalho no Brasil. Dentre diversos aspectos que marcaram a presença do domínio português durante o período da colonização, estes – o latifúndio, a escravidão, o senhor de engenho, a casa grande e a senzala - podem ser considerados os mais pungentes.

2. O Brasil pós-Independência

Alicerçada neste modelo colonial, a jovem colônia vai aos poucos se constituindo em país, alcançando legalmente a sua independência em 1822. Durante todo este período, e inclusive *a posteriori*, estes aspectos básicos da formação da sociedade colonial continuam a persistir, em diferentes graus de intensidade, mas ainda durante muito tempo, com bastante força. Até o final do século XIX a escravidão é um fato no Brasil. A divisão social da população brasileira continua a se definir ainda por um bom tempo entre escravos, senhores, e intermediários, que embora “livres”, não o podiam ser de fato. Caio Prado, por exemplo, volta a se referir sempre a este tema de dominação e impedimento de homens livres, que é seu ponto central, mesmo quando discute o final do Império e o fim da escravidão no Brasil, onde ele coloca que a abolição viria mais cedo ou mais tarde, pois para os padrões do Brasil daquela época (final do século XIX) o braço escravo constituía um obstáculo para o país que estava entrando em outras formas de produção, de acordo com as mudanças internacionais que estavam ocorrendo no período. E assinala: *"Não somente sua reconhecida improdutividade impedia o progresso da nossa economia além da grosseira exploração agrícola que então possuíamos, como também, principalmente, degradando o trabalho em geral, afugentava o braço livre de que carecíamos. É esta a principal causa da reduzida imigração estrangeira que tivemos até a Abolição"* (Caio Prado, 1966:83 - grifos meus). Nos EUA, entretanto, o século XIX como um todo praticamente, foi um período de forte imigração que redefiniu a constituição daquele país. No Brasil, nem a imigração livre e em massa, tampouco a industrialização, tiveram êxito até que a escravidão fosse legalmente abolida.

Esta implicação de opressão e falta de liberdade que marcava todo o trabalho no Brasil marca outro traço fundamental da sociedade brasileira, além da desigualdade dicotômica já abordada. Pois, se para além da grande massa escrava, que por definição já não tinha direito a nada, como se lidava com aquela parcela da população que, embora livre, de fato não o era? Caio Prado e Oliveira Vianna citam a questão dos agregados, que rendiam sua liberdade suposta em favor dos proprietários que lhes davam condições de vida. Ousarei aqui comentar a análise de Roberto Schwarz no sentido desta mesma proposta, não homens livres, mas homens que, por não serem escravos nem proprietários, delegam sua "liberdade" em favor de poderem sobreviver de alguém que lhes dê condições para tal. Este homem livre, por não ser proprietário, é na verdade um dependente, e sendo assim, como escreve Caio Prado, encontra-se no outro lado da balança. Roberto Schwarz define esta população (que se era mínima no início da colonização, para a época em que se detém Schwarz - século XIX - já era bastante significativa, como já foi apontado) como uma terceira classe, e coloca: *"Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande; o agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em conseqüência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (...) E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário dependia dele para a segurança da sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal - e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os*

escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil" (Roberto Schwarz, 1981:16 - grifos meus).

Temos aqui, portanto, um outro ponto a ser discutido. Através desta terceira categoria de homens pseudo-livres, Roberto Schwarz vai buscar uma interpretação do Brasil considerando a questão do favor, relacionada principalmente no enfoque que ele deseja abordar, que é o da literatura. Caio Prado e outros autores também percebem a presença deste conceito em nossa sociedade. Porém, estes não se dedicam ao estudo deste tema com a mesma ênfase, pois seus objetivos primordiais são outros. Entretanto, Caio Prado deixa registrado que *"A grande exploração agrícola - única que pôde se estabelecer - absorve toda a economia colonial, monopoliza por conseguinte os meios de subsistência e subordina assim a massa da população - já sem contar a escrava, naturalmente ligada aos senhores por sua condição servil - aos grandes proprietários rurais"* (Caio Prado, 1966:26 - grifos meus).

O importante a ser destacado aqui, dentre muitas implicações deste fato, é a consequência de se constituir uma vida social entre os "livres" mediada por laços de favores, já que a outra alternativa era a opressão servil dos que não eram livres. Disto resulta uma característica fundamental do Brasil, e é por este paradigma que Roberto Schwarz estabelece a questão brasileira, um dos traços decorrentes da qual é o caráter ambíguo do país. Pois, ao analisar o Brasil do século XIX através da ótica literária, a primeira questão que se interpõe é a da contradição brasileira desta época, onde o país entrava numa conjuntura internacional de um capitalismo mais maduro, sem, entretanto, passar por suas premissas constitutivas como o que ocorreu na Europa e nos EUA. Desta forma, o Brasil do século XIX foi um país em processo de modernização capitalista, assentado ainda na mesma base escravista colonial. O que parecia contraditório para alguns, ridículo para outros, Schwarz coloca como um traço da nossa constituição, a ambigüidade de adotar

idéias européias avançadas em uma forma social anterior, escravocrata. No Brasil, estas posições contraditórias, de liberalismo no discurso e escravidão de fato, Schwarz destrincha apontando para a questão do favor. Ora, uma vez que a escravidão (a nossa maior herança colonial) se colocava irredutivelmente incompatível com as idéias do liberalismo, e uma vez que o Brasil pós-Independência e pós-abertura dos portos (1808) tomava para si as noções européias vigentes, só restava ao favor, a opção restante da “terceira categoria”, o papel de conciliação (se é que se pode chamar assim). Desta forma, *“o escravismo desmente as idéias liberais, mas incidiosamente [sic] o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluído de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizadas. (...) Aí a novidade: adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente 'objetiva', para o momento de arbítrio que é da natureza do favor”* (Roberto Schwarz, 1981:16-17). E assim, através de mecanismos particulares, o Brasil conjugava posições de início díspares, de modo a deslocar os princípios liberais europeus para uma vertente própria, ambígua. Neste sentido, esta questão não é somente uma questão de cópia desmedida e ridícula de tudo o que é estrangeiro após a abertura dos portos, como alguns autores contemporâneos tentavam reforçar, mas é sim, muito além disso, um traço de ambigüidade que o país carrega, mediado pela questão do favor.

Em relação a este assunto, apesar de muito interessante, não acredito que seja conveniente nos estendermos muito mais nele, já que ele poderia ser analisado de forma bastante profunda, o que faria disto algo inviável para a proposta deste trabalho. Apenas quero deixar anotado algumas citações que fazem expressão no momento de caracterizar o país, e que decorrem do que acima foi dito. *“Assim, com método atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho,*

universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc. Combinando-se a prática de que, em princípio, seria crítica, o Liberalismo fazia com que o pensamento perdesse pé" (Roberto Schwarz, 1981:18 - grifos meus).

Outra vertente desta análise feita por Schwarz que eu não gostaria de deixar passar em branco é sobre a questão mais especificamente do favorecido, ou seja, o grupo de pessoas consideradas livres mas sem liberdade já discutido. Estes, sendo uma população que não tinha direitos de fato e dependia do senhor para se manter, estando, portanto, em condições estruturais muitos mais próximas à massa escrava, como observou Caio Prado; ao invés de tomarem consciência disto, pelo contrário, almejavam a condição do favor, que era o traço que os diferenciava da escravidão, e, desta forma, não constituíam uma massa coesa de resistência à opressão. *"Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. Lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava - ou seja, a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar - este reconhecimento é de uma conivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito do trabalho, da razão." (Roberto Schwarz, 1981:18-19 – grifos meus).* Pode parecer um exagero desproporcional de minha parte, mas reconheço o Brasil de hoje nestas palavras. Inclusive dentro de situações as quais retomaremos mais tarde, dos próprios emigrantes nacionais que “exportamos” hoje.

Deriva desta situação outro aspecto peculiar da nossa identidade nacional, elaborado aqui com o nome de clientelismo, e que foi um aspecto fundamental da vida social brasileira do século XIX (e como não reconhecê-lo nos dias de hoje? - tomando-se o devido cuidado histórico, logicamente). Schwarz escreve, ao abordar este traço cultural do país: *"o favor reafirma sem descanso os sentimentos e as*

noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições (além do seio familiar de agregados e proprietários), por exemplo com a burocracia a Justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno". (Roberto Schwarz, 1981:17 - grifos meus). É exatamente o que percebe Caio Prado Júnior ao analisar o século XIX brasileiro, se bem que sob um outro prisma de análise, ele escreve: "Aos diretores e acionistas do Banco do Brasil, fundado em 1808, com caráter semi-oficial, e que, como era natural, caíra inteiramente nas mãos do comércio português do Rio de Janeiro, cumulava o governo de favores, fechando os olhos a toda sorte de abusos de que eram os responsáveis; o que fez mais tarde um deputado chamá-los em plena Câmara de **ladrões**". (Caio Prado, 1966:53 - grifo meu, negrito do autor). Gilberto Freyre e Oliveira Vianna também tocam recorrentemente neste ponto de análise do favor. E Sérgio Buarque de Holanda, acredito eu, olharia para este quadro sobre o prisma do "homem cordial", num contexto onde a efetivação de favores e de clientelismos, por exemplo, dentro de órgãos públicos, teria raízes vinculadas àquilo que ele denomina como uma característica ibérica e, conseqüentemente, brasileira de afetividade dentro do círculo familiar¹² e doméstico, que impede a racionalização produtiva (uma idéia moderna, tal qual o Liberalismo) das relações. "Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família - e principalmente onde predomina a família do tipo patriarcal - tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais [leia-se racionais]. (...) Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público (...) A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de

¹² Como vimos, a "família" patriarcal é muito extensa, e engloba em seu seio agregados e protegidos.

acordo com suas capacidades próprias.” (Sérgio B. Holanda, 1973:103;105 e 106, respectivamente - grifo meu). Embora muito elucidativa, não pretendo me deter nesta conceituação de Holanda por hora. Retornarei a ela mais adiante.

Em todas estas questões, aspectos da formação nacional, de favores e clientelismos, de ambição de se diferenciar da grande massa escrava oprimida sem direito algum, não consigo deixar de reconhecer as feições formadoras do Brasil de hoje, cujo lema até pouquíssimo tempo atrás (ou até os dias de hoje, em determinadas situações), era o de "país do jeitinho", em meio à vivência de uma política fortemente opressora (especialmente durante o regime militar), ou em meio a tantas e diversas situações de miséria. Evidentemente, considerando-se as mudanças históricas do período de um século ou mais. Contudo, mesmo que esta discussão possa parecer um pouco deslocada do cerne desta tese, estes conceitos e estes traços que acabaram por formar nossa imagem cultural retornam com uma força violenta em determinados momentos da nossa história, como por exemplo, o próprio momento da emigração nacional, que viria a acontecer séculos mais tarde.

Há ainda um outro "traço" brasileiro sobre o qual gostaria de falar, de maneira breve. Todo o trabalho de Caio Prado é perpassado pela condição social e política da estrutura brasileira, de ausência de mudanças profundas, em termos realmente estruturais destas condições. Conseqüência do legado colonial que implementou a estrutura social desta forma, mudaram de mãos as forças políticas no Brasil algumas poucas vezes, sem contudo, que em nenhuma destas mudanças ficasse abalada a estrutura social e política. Isto é fato se pensarmos na questão da participação efetivamente popular nestas mudanças, ou na possibilidade de concretização de mudanças desejáveis, ou ainda em acontecimentos absolutamente relevantes da história brasileira. Ora uma imensa massa escrava afastada dos processos políticos e de tudo mais, ora uma imensa massa de homens "livres" tão

oprimidos econômica e socialmente que são igualmente afastados dos processos políticos.

Apenas uma pequena ilustração do fato para uma melhor compreensão do que tentei dizer acima. O momento da Independência brasileira, ponto relevante de nossa história, diferentemente de outras colônias em processo de libertação, não ocorreu com uma efetiva participação popular, o que significava dizer na época, da massa de escravos e agregados. Esta ocorreu sim pelas mãos de uma classe dominante local, que entrara em conflito com o braço opressor português. Caio Prado analisa esta questão da falta de participação popular num processo de Independência que havia começado em 1808, com a vinda da Coroa portuguesa ao Brasil, e descreve esta como uma consequência do enfrentamento de classes dominantes com interesses díspares, resultado do processo político que ecoa longe, desde o momento em que os interesses portugueses, que estavam oprimindo demais o Brasil e impedindo que este se desenvolvesse, entram em conflito com os interesses dos grandes proprietários brasileiros, por razões óbvias. Desta forma, a Independência é um desfecho no processo de interesses divergentes das classes dominantes. Pelas próprias palavras de Caio Prado: *"Resulta daí que a Independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo, e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da Nação tomada em conjunto"*. (Caio Prado, 1966:45).

Roberto Schwarz bebe nesta fonte e também interpreta a Independência brasileira desta mesma forma: *"É sabido que a Independência brasileira não foi*

uma revolução; ressalvadas a mudança no relacionamento externo e a reorganização administrativa no topo, a estrutura econômico-social criada pela exploração colonial continuava intacta, agora em benefício das classes dominantes locais". (Roberto Schwarz, 1989:42-43 - grifos meus).

É interessante notarmos também, como a análise de Oliveira Vianna chega perto deste mesmo desfecho, chega a esbarrar na análise de Caio Prado, quando ele coloca a situação do IV século brasileiro. Toda a luta de Independência, bem como a tensão que se segue logo depois com o movimento de recolonização pelo qual passa o Brasil é, na verdade, uma luta entre os poderes dos caudilhos locais e os representantes lusos. *"No fundo, a luta entre os partidários da 'recolonização' e os 'liberais' brasileiros não é senão uma luta entre 'burgueses' e 'rurais', isto é, entre essa nova nobreza urbana, na essência, lusitana, e a velha nobreza das fazendas, medularmente brasileira."* (Oliveira Vianna, 1987:42 - grifos meus).

Este é, entretanto, apenas um dos fatos históricos que aconteceram praticamente à revelia do povo. Infelizmente não é possível aqui citá-los um a um, embora entre eles esteja também a Abolição da escravatura e muitos outros.¹³ Assim, mesmo que brevemente, fica exposta aqui a idéia de inacessibilidade da política brasileira para a grande parte de sua população. Mesmo em momentos de revolta popular, como a série de revoltas descritas por Caio Prado que ocorreram em todo o Brasil logo após a Independência, mesmo estes momentos não são passíveis de uma continuidade que provoque uma mudança estrutural. Estes acabam por ser esmagados de forma absolutamente repressora pelo poder político vigente, que, como vimos, muda, mas permanece sempre com a mesma característica estrutural; ou então, estes se desfazem dentro do próprio movimento,

¹³ O próprio acontecimento da Abolição recoloca esta "capacidade" tipicamente brasileira. *"Tal tipo de atitude revelava, por sua vez, a característica básica do pensamento antiescravista no Brasil: o seu caráter moderado. Em geral, ao mesmo tempo que se exaltava a libertação, temia-se por uma revolução fatal no país, afirmando-se a necessidade de uma abolição lenta e gradual."* (L. Schwarcz, 1987:36-37 - grifos meus).

pois dada à realidade social brasileira, são incapazes de amadurecer a ponto de provocar mudanças profundas na estrutura política. Fato este observado, inclusive, por Oliveira Vianna: “(...) *quando surgem* [revoltas ou luta de classes] *apresentam, invariavelmente, um caráter efêmero, ocasional, descontínuo, local...*” (Oliveira Vianna, 1987:151). Acrescente-se a isto, a imensa capacidade dos agentes políticos de oposição em se transformarem em forças reacionárias e opressoras assim que conseguem alguma fatia de poder, fato este tão bem observado por Caio Prado em diversos momentos da história nacional, inclusive no seio das revoltas populares regionais pós-Independência (como por exemplo a Revolta dos Balaios e a Praieira); e ainda, o clientelismo institucional; bem como a dicotomia social já comentados.

No que se refere à questão dos direitos, colocada esta série de fatores, se pensarmos nas implicações derivadas de uma sociedade marcada fundamentalmente pela escravidão ou pelo favor, os termos que se referem aos direitos, sejam eles políticos ou sociais, fica com a resposta praticamente dada. Como já foi salientado, diferentemente de outros países onde a escravidão também ocorreu, no Brasil esta forma social foi absolutamente essencial para a sociedade brasileira desde o seu início e era o nexo escravista que preenchia a vida social como um todo, fato que não ocorreu da mesma forma nos EUA, por exemplo, onde a escravidão também existiu, mas com outro referencial. Lá, ela não representou o preenchimento da vida social como um todo como aqui, ao menos no norte, como veremos a seguir.

Se o laço social primordial no qual o Brasil se estruturou foi o da opressão, neste laço não foi possível criar condições históricas e sociais favoráveis para o surgimento natural e o desenvolvimento de noções de igualdade e direitos mútuos. Não havia terreno possível para isto. Aqui, estas noções foram nos sendo impostas de acordo com o Liberalismo deslocado que se originou no Brasil, e não como um

resultado intrínseco das manifestações populares. Em outras palavras, é fato que a noção de direitos tal qual nós a conhecemos hoje é um todo de conceitos constituídos ao longo dos séculos da Era Moderna, tendo como pontos relevantes na sua constituição algumas grandes revoluções geradoras deste pensamento, tais como a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a Revolução Americana. Cada uma destas revoluções, à sua maneira, souberam inaugurar conceitos novos a respeito desta questão dos direitos, que passa, desde então, a ser ponto de reflexão na organização destas novas sociedades que estão se compondo. Ou, como descreve Hanna Arendt: *“o direito à vida, à liberdade e à procura da felicidade, de acordo com a fórmula americana; ou a igualdade perante à lei, a liberdade, a proteção da propriedade e a soberania nacional, segundo os franceses.”* (Hanna Arendt, 1989:329). Ou seja, estes conceitos tiveram embasamento histórico, mais do que isto, a própria noção de direitos se desenvolve com o decorrer dos séculos a partir de fatos históricos concretos que vão postulando a chamada Modernidade. No Brasil, o fato histórico e social mais concreto desde o seu “nascimento” foi a escravidão.

A escravidão por si só se faz um conceito tão impeditivo da noção de direito, que o fato do Brasil ter tido uma estruturação social, no seu início, totalmente fundamentada nesta relação, já arrasava por completo a possibilidade das condições históricas necessárias para as formulações de estado de direito aqui. Colocando nas palavras de Hanna Arendt, pois não saberia relacionar melhor esta ligação entre escravidão e estado de direito, a elucidação do fato se faz mais objetiva: *“A ofensa fundamental com que a escravidão atingia os direitos humanos não consistia na eliminação de sua liberdade (o que pode ocorrer em muitas outras situações), mas no fato de ter tirado de uma categoria de pessoas até mesmo a possibilidade de lutarem pela liberdade - luta que ainda era possível sob a tirania, e mesmo sob as condições desesperadas do terror moderno (mas*

não nas condições de vida dos campos de concentração). O crime de instituir a escravidão não começou quando um povo derrotou e escravizou os seus inimigos (embora, naturalmente, isso já fosse o bastante), mas quando a escravidão se tornou uma instituição na qual alguns homens ‘nasciam’ livres, e outros escravos; quando foi esquecido que foi o homem que privara os seus semelhantes da liberdade, e quando se atribuiu à natureza a aprovação do crime.” (Hanna Arendt, 1989:330-331). Obviamente, Hanna Arendt não estava analisando o caso brasileiro em particular, mas o pensamento que ela desenvolve em relação à forma social da escravidão desde a Grécia antiga nos dá elementos para pensarmos esta condição social no Brasil, unida a todo o resto de sua conjuntura social e política já comentada. Esta se constitui num breque para a formação de direitos e igualdade, tanto de fato, como em termos de noções. Além disto, vincula a questão servil e do rebaixamento social a uma questão da ordem da natureza dos indivíduos, postulado este que ainda retém muitos resquícios no imaginário cultural brasileiro.

Acrescente-se a este terror da escravidão, a opressão que a Colônia sofria por parte de Portugal, mesmo entre aqueles raros indivíduos das primeiras fases da colonização, que não eram nem grandes proprietários nem escravos. À pequena propriedade no Brasil cortaram-lhe a possibilidade de sobrevivência e desenvolvimento, enquanto em outras partes do mundo era este o alicerce fundamental na constituição de uma nova ordem social. O trabalho em pequenas propriedades ou em comunidades unidas fez desenvolver em outros cantos do mundo as noções de direito e de igualdade (sem falarmos, é claro, no aspecto religioso que teve importante participação em tudo isto). No Brasil, este vínculo de pequenos lavradores ou operários e pequenos proprietários ou comunidades livres não pôde se desenvolver, de acordo com o que já foi dito, restando novamente, como única forma social possível, o nexu escravista, e logo em seguida, o nexu do

favor e do clientelismo, este último também nem um pouco favorável à instituição de conceitos e valores de direitos e igualdade¹⁴.

Pode-se dizer, portanto, que os vínculos sociais aos quais o Brasil esteve exposto, e de uma certa forma ainda está, não foram favoráveis e, por muitas vezes, foram impeditivos da formação de uma noção de direitos mútuos e igualdades aqui, bem como do seu aprimoramento. Aqui, o trabalho livre não conseguiu encontrar maneira de se estabelecer, a pequena propriedade não pôde se fixar, as mudanças científicas e tecnológicas estavam impedidas de florescer, o arbítrio do poder sempre foi uma realidade, sem punição, pois a Coroa portuguesa institucionalizou a opressão como base dos vínculos sociais, e seja pelas mãos dela ou pelas mãos dos grandes proprietários, o arbítrio e o abuso do poder sempre foi uma verdade incorporada no todo social. Aqui, mesmo considerando-se os nuances do passar dos séculos, a estrutura social sempre padeceu desta dicotomia, onde o poder se concentrou sempre num só eixo - mesmo se este largasse as mãos portuguesas, não mudou de eixo -, e este mesmo poder sempre justificou toda a espécie de arbítrios de tal forma que soa incoerente filosofarmos sobre a gestação de idéias de direitos e igualdade no seio da sociedade brasileira, a maior parte da qual nunca pode ter uma participação efetiva nos acontecimentos políticos e sociais. Aqui, a condição e o horror da escravidão marcou de tal forma a sociedade, que um terceiro grupo nem de escravos e nem de proprietários vangloriava a condição de poder pertencer a este grupo e almejava a condição do favor, a condição de ser favorecido. E a própria noção de favorecido já distorce por completo a noção de direito. Aqui, este horror da escravidão fazia com que as pessoas desejassem pertencer ao grupo dos favores, e por mais paradoxal que

¹⁴ Iremos ver mais adiante que, justamente esta ausência na formação cultural do país em termos de direitos e de igualdade, atualmente representada pelo conceito de “cidadania”, é um dos fatores mais preponderantes na questão dos brasileiros que vivem fora do país, inclusive em termos de suas decisões e de suas expectativas em relação ao Brasil. Não raro este aspecto desempenha um papel mais importante e imperativo do que a própria questão econômica.

possa parecer, estas condições de idéias distorcidas faziam com que não raras fossem as cenas no país, de ex-escravos chicoteando escravos, ou de mulatos insultando negros, o que, aliás, persiste até hoje¹⁵. Mesmo quando optam por estabelecerem-se em outra sociedade, cujos traços culturais divergem deste modelo (caso das emigrações internacionais), os brasileiros ainda carregam consigo muito deste quadro aqui descrito, especialmente de “ex-escravos chicoteando escravos”, ou de “mulatos insultando negros”, como veremos a seguir.

O fato é que no Brasil não ocorreram nem puderam ocorrer as premissas básicas necessárias para o surgimento e desenvolvimento de noções como igualdade de direitos ou direitos humanos universais. Estas noções não encontraram solo fértil aqui, não tiveram uma fundamentação histórica e por esse motivo são tão problemáticas em sua conscientização até os dias de hoje. O mesmo ocorre com a noção de cidadania. Como estabelecer e desenvolver a noção de cidadãos onde a sociedade é repartida em dois eixos e a imensa massa escrava não pode reclamar direito algum, quanto mais o de ser cidadão?¹⁶ Como estabelecer esta noção se entre aqueles que não eram escravos nem senhores a única alternativa de sobrevivência era a delegação de sua “liberdade” em troca de proteção e favores? Como estabelecer esta noção se só um eixo desta sociedade (aliás mínimo na quantidade e máximo em poder) poderia ser considerado de tal forma?

Esta ausência de premissas fez com que a sociedade brasileira fosse incapaz de gerar noções de direitos, cidadania e igualdade, e assim como o Brasil entrou

¹⁵ Machado de Assis (ele próprio um cidadão pertencente a esta “terceira categoria”, pois era filho de agregados e cresceu sob as instruções educacionais da senhora que os agregava) relata com brilhantismo esta relação acima descrita, em muitos de seus textos especialmente da assim chamada “segunda fase machadiana”. A exemplo de ex-escravos chicoteando escravos, temos o romance de Brás Cubas (Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis, 1975).

¹⁶ A cidadania não era permitida aos escravos, sendo que “(...) segundo a Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos.” (L. Schwarcz, 1987:39).

no capitalismo moderno do século XIX sem as premissas para tal, pois ainda fazia uso largo da condição escrava para a produção; assim também entrou na chamada modernidade sem as premissas necessárias que lhe dessem sustentação e sentido, inclusive nas noções de direitos, que aqui só poderiam ficar totalmente deslocadas. É desta forma que Schwarz, ao analisar essa modernidade brasileira do século XIX, cuja noção de direitos humanos e universais é parte integrante, escreve: *“Sem prejuízo da aparência postiça, estranha ao andamento cotidiano dos negócios, este dado é mais inseparável do quadro que a própria escravidão, a qual seria substituída por outras formas de trabalho compulsório, também elas incompatíveis com a pretensão esclarecida. Corrido o tempo, a marca ubíqua da ‘inautenticidade’ veio a ser concebida como a parte mais autêntica do espetáculo brasileiro, algo como um penhor de identidade. Privados do seu contexto oitocentista europeu e acoplados ao mundo da sociabilidade colonial, os melhoramentos da civilização que importávamos passavam a operar segundo outra regra, diversa da consagrada nos países hegemônicos.”* (Roberto Schwarz, 1989:44 - grifos meus).

Tudo isso colocado, toda esta teia problemática de situações históricas desfavoráveis ou impeditivas à noção de direitos no Brasil, revela muito, no meu entender, da dificuldade de conscientização e implementação destes conceitos aqui. Eles não fazem parte da nossa matriz histórica, herdada do legado colonial que Portugal nos deixou.

Em tudo isto, em todos estes aspectos comentados de forma breve e geral, vejo reflexos daquilo que somos hoje. Estas são características da nossa identidade brasileira.

3. O Mito Brasileiro: Democracia Racial

Estas características acima relacionadas, embora consigam explicar de maneira mais analítica as questões político-sociais brasileiras, não são, de forma alguma, as interpretações mais recorrentes do senso comum nacional. De acordo com aquilo que foi colocado no primeiro item desta parte da tese, e que diz respeito à construção das nações modernas, dos Estados-nacionais, nos deparamos aqui com uma problemática que foi crucial para a questão da nação brasileira, e que começou a tomar uma importância magnânima já depois da independência do país, crescendo a medida em que o século XIX se desenrolava, chegando ao seu ápice na virada do século XIX-XX. Estamos falando aqui, da formação do Brasil enquanto uma nação, no sentido imaginado da palavra (capítulo I) que, assim como as demais nações do globo, não teve um início já dado naturalmente. Ele precisou, de certa forma, ser construído. E é a respeito desta construção que iremos nos deter agora.

Embora algumas das análises descritas anteriormente sejam de cunho mais político, como foi o caso das observações feitas sobre Caio Prado Jr. e Roberto Schwarz, enquanto outras possuem um embasamento mais culturalista, como é o caso de Gilberto Freyre, alguns aspectos são recorrentes quando se fala de Brasil. Aspectos tais como o latifúndio, ou o grande domínio, ou ainda a casa grande (diferentes denominações segundo diferentes autores); a dominação e a extensão do poder do senhor de terras; e, principalmente, a escravidão. No imaginário da construção nacional, entretanto, como conciliar tais aspectos na formação de uma pretensa identidade nacional única e, buscando entre esta recuperação histórica, a formação do Brasil? Este foi considerado, sem dúvidas, um dos grandes dilemas

do século XIX para a jovem nação liberta. Quem são os brasileiros? O que se pode esperar de uma nação nascida no seio desta matriz histórica?

Uma vez que a construção de uma nacionalidade se faz de acordo com todo um aparato de idéias de escritores e intelectuais, que “constroem” conceitos mútuos de laços sociais, ao lado muitas vezes de um poder político estatal, que “constrói” o Estado-nação formal propriamente dito (capítulo I), podemos refletir um pouco a respeito da constituição da nossa própria nacionalidade.

Quando pensamos nas representações mais recorrentemente vinculadas ao Brasil, tanto entre os próprios brasileiros, quanto, inclusive, para os estrangeiros, iremos nos deparar com algumas características que são invariavelmente mencionadas. As características discutidas acima são freqüentemente citadas entre os traços que representam o Brasil, sendo que estes aspectos são tomados, usualmente, como traços culturais nossos, tais como o “jeitinho brasileiro”, a questão do clientelismo ou do mandonismo, a comodidade típica do brasileiro tão presente ainda como característica nossa no senso comum da população, comodidade esta que é sempre referida nos termos de indivíduos que preferem “encostar o corpo” em alguém mais poderoso ou mais abastado (na maioria das vezes, ambos) do que eles mesmos, ao invés de buscarem ascensão social através dos próprios meios ou do próprio trabalho – fato que nos remete novamente a questão dos agregados, já discutida –, ou mesmo a questão da “preguiça” (aspecto que também tem suas raízes na problemática da conceituação de trabalho no Brasil, graças à forma escravocrata e à imagem negativa que o trabalho tomou para as pessoas livres), ou do jeito “malandro” do brasileiro. Entretanto, tais aspectos nem sempre, ou melhor dizendo, na maioria das vezes, não são destrinchados a partir de uma análise teórica como a que foi feita acima, ou seja, tais aspectos simplesmente fazem parte da conceituação da identidade do brasileiro, sem contudo se estabelecer um embasamento histórico crítico, do qual

derivou tal conjuntura. Estas características acima referidas, entre outras mais que compõem o imaginário do que seja ser “um brasileiro”, estão presentes nas mais diversas conceituações, inclusive dentro do imaginário popular, uma vez que, para se compor a idéia de nação, é necessário que os diversos membros da mesma participem de idéias básicas comuns de pertencimento, como visto. Estando, portanto, inseridas na constituição da nossa identidade, sem, contudo, estarem presentes através de um desmembramento “consciente” da nossa história e das determinações sociais que acabaram por promover tais características, estes traços tomam participação do nosso ser social através de diversos outros fatores que os justificam. Um deles, ainda muito presente dentro da nossa sociedade, apesar de não ser mais bem aceito dentro dos meios acadêmicos, é o fator “raça”. Para grande parte da população em geral, ou nos termos referidos da academia, para o “senso comum”, o fator de vinculação destes traços brasileiros, ainda hoje, é associado à “raça” a qual pertence o indivíduo, e não à composição histórica peculiar que sofreu o Brasil, trabalhada nos dois itens anteriores.

Acredito que tal fato se deva a alguns motivos específicos. Retomando novamente a literatura dos chamados clássicos do pensamento brasileiro, e que de uma certa forma, contribuíram para as noções vigentes da identidade desta nação, nos daremos conta de que, por diversas vezes, e na maioria dos autores (se bem que não em todos, como demonstrou ser o caso de Caio Prado, que centraliza suas análises em outros pontos¹⁷), a questão racial é um dos fatores marcadamente mencionados na problemática da identidade nacional. A todo momento em que se pensa o que é o Brasil, se pensa também no que são os seus componentes humanos, ou seja, na sua própria população, que como foi visto, permaneceu durante praticamente todo o período colonial se constituindo de escravos negros

¹⁷ Caio Prado Jr. toma como ponto relevante de suas análises a escravidão, assim como os outros autores, mas não enfoca este problema essencialmente na questão racial, e sim na escravidão em si, como modelo social.

ou indígenas, uma classe dominante branca e essencialmente portuguesa, e um setor da população “intermediário” de agregados. O autor de maior expressividade e destaque neste ponto foi, sem dúvida, Gilberto Freyre, com seu clássico *Casa Grande e Senzala* e alguns outros trabalhos, que marcadamente constituíram a formação da população nacional gerada através destes três segmentos: o ameríndio nativo, o branco português colonizador, e o negro escravo (de acordo com cada um dos capítulos de *Casa Grande e Senzala*). Muito antes, porém, do reconhecimento deste autor, outros intelectuais brasileiros já dedicavam bastante preocupação e estudos sobre a temática da constituição populacional de nossa jovem nação, como é o caso de Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Paulo Prado, para citarmos apenas alguns exemplos.

Se voltarmos novamente a nossa reflexão para o período do final do século XIX - início do XX, nos daremos conta um pouco mais atentamente do processo de desenvolvimento da formação da idéia de nação brasileira¹⁸, sendo que, neste período, dentre as diversas transformações pela qual a sociedade brasileira estava passando - como a abolição da escravatura e logo em seguida o final do Império -, havia uma séria preocupação por parte dos intelectuais da época em como estabelecer a constituição da nação e ao mesmo tempo dar conta do grave problema da escravidão, que implicava no problema do negro, e conseqüentemente, no problema racial, como parte da nossa constituição social. Como afirma a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz: “*Em meio à conturbada situação de finais de século, o tema racial se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional.*” (Lilia Schwarcz, citada em Folha de São Paulo, 1993). Em outro momento, a mesma autora problematiza

¹⁸ Note-se que este é o mesmo período em que se constituem as nações, tais como as conhecemos hoje, em diversos países da Europa e em outros pontos do globo, motivo este, inclusive, de expulsão de parte dos habitantes destes países em decorrência das revoluções que estes processos suscitaram, como foi o caso de italianos, alemães e japoneses, que acabaram por contribuir amplamente com as correntes migratórias que chegavam ao Brasil naquele momento.

a constituição da nossa identidade nacional, sedimentada na “raça”, colocando que: *“A questão da constituição de uma ‘identidade racial’ brasileira foi reforçada primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país. O fator ‘raça’ era então entendido como um tipo de influência vital ‘no potencial civilizatório’ de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, e em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. O Brasil aparecia nesses relatos como o primeiro grande exemplo de ‘degeneração num país tropical’ de raças mistas...”* (Lilia Schwarcz, 1987:23-24 – grifos meus).

Desta forma, de acordo com os padrões internacionais da época, de formação de nação, e de modelos de teorias raciais, o Brasil se insere neste quadro problematizando a questão da nação em termos de questões raciais. Assim, num primeiro momento, dado o contexto das teorias vigentes no final do século XIX de determinismo racial e de biologicismo, que implementavam a hierarquia das raças em escalas de superioridade e inferioridade; a visualização da nação brasileira era extremamente negativa, haja visto que a nossa composição social se sustentava fortemente no elemento negro e mestiço¹⁹. A mestiçagem - outro traço tipicamente nacional, assim como o grande latifúndio e a escravidão - era atribuída então, como um fator terminantemente pejorativo para a nossa composição social, uma vez que era considerada degenerativa da condição de outros humanos “puros”, fato este que implicava num grande impasse da nossa constituição nacional.

Autores como os acima mencionados: Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, entre outros, caracterizavam a miscigenação como algo fatalmente condenável para a composição social de uma nação saudável, e consideravam o mestiço como um ser “inferior” aos seus pares formadores. Euclides da Cunha, ao analisar, por exemplo, a Revolta de Canudos no seu clássico livro *Os Sertões*, leva “em conta

¹⁹ Como foi observado no item 2, Oliveira Vianna chega a construir um nexos determinista de classe social e raça, sendo que à classe escrava cabe a população negra, à classe de agregados cabe a população mestiça de todo tipo, e à classe proprietária cabe a população branca portuguesa, ou seja, os brancos “puros” ou mestiços superiores se resumiriam a menor parcela da população.

dois fatores determinantes: a raça e a influência do meio. Acreditava na idéia de superioridade natural da raça branca considerando a miscigenação prejudicial e o mestiço um desequilibrado.” (Lilia Schwarcz, 1987:40).

Da mesma forma interpretava o problema Oliveira Vianna, que, se por um lado consegue realizar boas análises no que se refere a aspectos políticos do favoritismo e do clientelismo, quando este debate sobre o aspecto simplificador do grande domínio e a anarquia branca dos clãs rurais; por outro lado estabelece a mesma condição pejorativa em aspectos raciais ao mestiço. Considera este um resultado dos piores caracteres vindos de ambas as raças progenitoras, com exceção de alguns poucos que ele denomina de mestiços superiores, e que, mesmo estes, só são capazes de ascender socialmente, devido a um processo de arianização, ou seja, não podem ascender com uma psiquê de mestiços, mas somente com um caráter arianizado. *“Os mestiços superiores, mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período de nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação de sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços - porque se arianizam.”* (Oliveira Vianna, 1987:108-109 - grifos do autor).

Ao mesmo tempo em que o problema da mestiçagem tomava estas feições, entretanto, não deixava jamais de surgir como um problema presente da nossa constituição social. Decorre de tal conjuntura a política de branqueamento que vigorou no Brasil neste período, e que esteve tão intimamente relacionada com a aceitação do largo contingente de imigração européia, ao mesmo tempo em que proibia a imigração negra ou asiática. A solução para a formulação saudável da nação brasileira talvez pudesse estar escondida no esbranquiçar destes mestiços e

negros, na tentativa de formar novos e mais numerosos “mestiços superiores”, arianizados; uma vez que estes *“intelectuais nacionais, com um projeto nacionalista, adotavam um tipo de teoria que, no limite, diagnosticava a falência da nação.”* (Lilia Schwarcz, citada em Folha de São Paulo, 1993). Estas posições, que remontam ao final do século passado, embora tenham sido ultrapassadas enquanto modelos de teorias científicas, ficaram de alguma forma sedimentadas no imaginário popular brasileiro, como parte desta questão de identidade. O fato de haver, ainda hoje, citações tão freqüentemente utilizadas sobre aquilo que havia sido descrito acima como características da nossa identidade brasileira (a preguiça, o comodismo, a falta de perspectivas de participação política e de lutas pelos direitos básicos, o favoritismo, etc...) atribuídas à condições de tipos raciais, mostra o quão influenciadora foi esta vertente da nossa matriz de identidade nacional. É bastante comum ouvirmos, até os dias atuais, que a diferença básica entre o Brasil norte e nordeste “atrasado” (marcadamente indígena, negro e mestiço) e o Brasil do sul, rico e moderno; deve-se à predominância do tipo europeu, principalmente nas regiões do extremo sul do país e do estado de São Paulo, sem sequer haver uma reflexão sobre os fatores políticos da constituição da sociedade brasileira, tal qual abordado nas primeiras partes deste capítulo.

Ou seja, a mestiçagem e as características raciais são pontos chaves no momento de construção da nação brasileira.

Com a presença de Gilberto Freyre neste contexto, já na década de 1930, há toda uma inversão destas noções, no que se refere principalmente ao mestiço e também ao negro. Gilberto Freyre também se baseia na questão racial para a construção de sua tese. Entretanto, inova perante aqueles padrões vigentes em determinados aspectos, particularmente nestes que estamos trabalhando. O ponto base é que este autor, ao fazer uma análise da família patriarcal brasileira, que engloba dentro de seu seio os segmentos das três raças formadoras da nação, acaba

por realizar uma “invenção” do próprio país, uma vez que esta interpretação de Brasil é até hoje a que repercutiu com maior efeito tanto dentro dos limites nacionais, quanto internacionais.

Com Gilberto Freyre a questão da miscigenação passa a se caracterizar como um fator positivo da constituição da nossa identidade. Isto porque ele analisa a formação do Brasil através de uma ótica de harmonia entre as três raças formadoras do país, onde não aparece tão freqüentemente o fato da opressão (diferentemente de Caio Prado), mas sim o da convivência harmoniosa entre os segmentos multiraciais²⁰. “*Com Freyre consagrou-se a representação de uma situação racial amena e ‘democrática’, com as imagens de senhores e escravos dóceis e passivos, caracterização esta que se tornava ainda mais marcante quando o autor a contrastava com a situação norte-americana.*” (Lilia Schwarcz, 1987:27). É interessante observarmos o uso da palavra “consagrou-se” quando a autora designa a abrangência da obra de Gilberto Freyre. Há realmente uma consagração deste modelo freyriano na representação da identidade brasileira, que ressalta o caráter pacífico, gentil e harmonioso do brasileiro, e que passa a ser, desde este momento, um traço característico da nossa identidade largamente difundido e utilizado pelos mais diversos setores da sociedade, e por isso mesmo, consagrado. Contudo, voltando ao fator miscigenação, o que se dá em Freyre neste momento da formação nacional é uma inversão na valorização do mestiço, que de indivíduo espúrio e degradante, passa a ser o grande traço de diferenciação da nacionalidade brasileira perante os outros povos, característica esta que só pôde ser obtida graças à forma harmoniosa do brasileiro em lidar com as diferenças, sem preconceitos, sem ódios raciais no momento de miscigenar-se. É desta forma que ocorre a formulação da idéia da chamada “democracia racial”, que arremata, por assim dizer, o “desfecho” da nossa nacionalidade.

²⁰ Embora, como colocado na nota 5, a característica de perversidade do senhor (e da senhora) em relação ao escravo (a) também esteve presente na análise de Gilberto Freyre.

Assim, olhando por este outro prisma, onde Oliveira Vianna enxergava uma espécie humana degradada e inútil, pois “*é lei antropológica que os mestiços herdem com mais freqüência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais*” (Oliveira Vianna, 1987:104); Gilberto Freyre a repõe como indivíduos que “*resultaram quase sempre da união do melhor elemento masculino - os brancos afidalgados das casas-grandes - com o melhor elemento feminino das senzalas - as negras e mulatas mais bonitas, mais sadias e mais frescas.*” (Gilberto Freyre, 1975:447 - grifos meus). De certa forma, Gilberto Freyre dá um desfecho e “amarra” a situação de falência que existia quanto à formulação problemática da nossa constituição social enquanto nação, de contradição na busca de uma formação nacional com a adoção de teorias estrangeiras deterministas de conteúdo racial, o que resultava num impasse, dada a nossa composição populacional. Neste aspecto, Gilberto Freyre pode ser considerado revolucionário para os padrões da época, pois conseguiu dar resposta a esta problematização e “costurar” a nossa identidade propondo a harmonia entre as raças constitutivas.

Para os fins apontados neste ensaio, o que nos interessa enfatizar aqui é o fato de que a mestiçagem resultante da forma de colonização que imperou no Brasil, seja ela a da casa-grande (caracterizada como elemento afirmativo), ou do grande domínio, onde ocorreu a organização poligâmica da família²¹ (caracterizada como um elemento negativo da nossa constituição nacional), sempre foi, e ainda é, colocada como um elemento nacional. E, depois de Gilberto Freyre, como um elemento nacional, não apenas de diferenciação, mas também de orgulho da nação, da mesma forma que a convivência harmoniosa das três raças formadoras, e a índole bondosa e generosa do brasileiro. O fato é que, na nossa formação nacional, mesmo quem deprecia o mestiço e a convivência mútua das raças, como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, o repõe constantemente como

²¹ Fato este com o qual concordam os dois autores em questão, como já foi salientado anteriormente.

um dado da nacionalidade brasileira, sendo que este se constitui como um aspecto representativo da nossa formação. Até mesmo Sérgio Buarque de Holanda, que não se detém em estudos deste conteúdo, cita por diversas vezes este fator: “[o português] *americanizava-se*²² ou *africanizava-se, conforme fosse preciso.*” (Sérgio B. Holanda, 1973:34-35).

Tão nacional quanto a miscigenação, que é considerado um atributo particularmente nosso (principalmente em oposição a outros contextos sociais, como a sociedade norte americana, a árabe ou a japonesa, por exemplo, onde o brasileiro sempre se auto afirma como portador desta característica de harmonia e tolerância entre as raças), é também a composição racial progenitora desta miscigenação, e que fundamenta a nação em termos étnicos, a saber, as assim chamadas “raças formadoras”: a branca portuguesa, a ameríndia, e a negra. Não só em Gilberto Freyre, que parte desta classificação racial inclusive para compor seus quadros de análise, mas também em praticamente todos os autores que se propuseram a pensar sobre a sociedade brasileira, ou sobre a nação propriamente dita, esta caracterização de três raças está presente. É recorrentemente citado este fato assim mesmo colocado, em termos de três raças formadoras, a ponto de ser este um fator importante e definitivo na constituição do imaginário do “povo brasileiro” (como escreveria anos mais tarde Darcy Ribeiro, seguindo em muitos passos o modelo harmonioso de Freyre), não importando muito a denotação positiva ou negativa do fato. Assim, enxergamos estas palavras freqüentemente quando lemos sobre o Brasil: “*Pelo contato das três raças, que tão estreitamente realizam [o latifúndio], normalizam-se neles regime de poligamia em larga escala.*” ou ainda “*Na estrutura do seu caráter, as duas ou, mesmo, as três mentalidades das raças originárias se justapõe, estratificam ou misturam, não se integram, não se fundem.*” (Oliveira Vianna, 1987:86 e 105 respectivamente -

²² “Americanizava-se” no sentido indígena (e não norte americano).

grifos meus). Numa outra vertente, bem mais otimista: *“No Nordeste e na Amazônia, típico daqueles em que as três influências - a ameríndia, a africana e a portuguesa - aparecem reunidas numa só, sem antagonismo nem atrito.”* (Gilberto Freyre, 1975:104 - grifos meus). É desta forma que, ao se pensar na constituição nacional do país, sempre esteve presente o argumento racial. Como cita Lilia Schwarcz ao se referir ao projeto vencedor do concurso do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) sobre a constituição nacional do Brasil, de autoria de um naturalista alemão, Von Martius, em 1830: *“o projeto dele é o de que só se pode escrever a história brasileira levando-se em conta as três raças formadoras: branco português, indígena e negro. O suposto é que raça é um projeto nacional.”* (L. Schwarcz, citada em Folha de São Paulo, 1993 - grifo meu).

É assim que, ao refletirmos sobre a construção da identidade nacional, nos deparamos com estes elementos, que marcam de maneira bem mais profunda a estrutura do imaginário nacional comungado entre as pessoas do que outros aspectos mais políticos, como os mencionados anteriormente. Tal imaginário “racial” acoberta outros processos de desenvolvimento da composição sócio-cultural brasileira, e ao mesmo tempo, torna-se algo muito mais denso e mistificador do que seja a sociedade nacional brasileira, construída com embasamento nestes termos. Com a figura de Sérgio Buarque de Holanda, já na segunda metade da década de 1930, e sua conceituação do brasileiro como “homem cordial” (expressão esta, aliás, pertencente à Ribeiro Couto), “arremata-se” este imaginário da nossa identidade sedimentada na harmonia, na generosidade, e também agora, na cordialidade. Embora não tenha sido formulada exatamente nestes termos, pois esta era antes de tudo uma concepção que endossava a tese de Holanda sobre a característica brasileira (derivada da nossa herança ibérica) de laços sociais arraigados na família, e em valores de cunho emocional e afetivo, o que não significava exatamente que esta cordialidade tinha

que ser positiva. *“A lhanheza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.”* (Sérgio B. Holanda, 1973:106-107 – grifos meus). Entretanto, esta noção tem sido freqüentemente confundida com doçura e bondade, caracterização esta que o brasileiro puxa para si sempre que possível ou necessário²³, e que, em conjunto com a harmoniosa idealização de Gilberto Freyre sobre as três raças mães e sua prole miscigenada tão amorosamente, cria assim o imaginário de nossa identidade nacional, doce, tranqüila e pacífica, tão amplamente assimilada pela população em geral. Estes nossos traços de identidade são a nossa diferenciação peculiar perante outros povos, a nossa particularidade nacional, que distingue a nós, brasileiros, dos outros.

Portanto, uma vez que a consciência de pertencimento a uma nação se dá em termos de “artefatos” culturais construídos através de escritores, historiadores e intelectuais que, por assim dizer, expõem ou “inventam” os laços de unidade e de identidade existentes entre as pessoas (como colocado no capítulo I), estas foram as premissas da condição brasileira. A visão de Gilberto Freyre, dentre estas outras correntes ideológicas que analisavam a nossa identidade nacional, ficou “consagrada” em nosso meio de forma muito mais enfática do que outras visões, estendendo-se e ramificando-se como resposta para as características da identidade brasileira nos mais diversos setores sociais.

²³ Retomaremos com mais detalhamento este dado na terceira parte deste trabalho, onde nos torna evidente esta presença do “cordial” no imaginário brasileiro até os dias de hoje. Na pesquisa realizada em Miami, foco deste trabalho, a idéia de cordialidade aparece entre as três características mais admiradas pelo povo brasileiro em relação a si próprios.

Ao lado desta abordagem intelectual, vai se estabelecendo toda uma série de “aparatos” para a formação do Estado nacional, segundo os termos referidos nas análises de Habermas e Anderson, acima levantadas. Assim, entre o final do século XIX e início do XX se configura a nação brasileira, conforme os moldes de atuação mencionados. Versões literárias do imaginário de Gilberto Freyre, como as obras de Jorge Amado, vão compondo a imagem destas características brasileiras, tanto interna como externamente (Jorge Amado é um dos escritores brasileiros mais lidos no exterior). A expansão da imprensa escrita, que nos séculos anteriores era praticamente insignificante no Brasil, passa a se desenvolver e, conseqüentemente, veicular boa parte destas perspectivas. Mais tarde, a imprensa falada (rádio e televisão) veio a atingir a população analfabeta, numericamente muito significativa, contribuindo também vastamente na difusão destes conceitos e interpretações do Brasil, e até mesmo na consolidação da unidade da língua portuguesa em todo o território nacional. É interessante observarmos como as obras de Jorge Amado, largamente influenciadas pelas teorias de Gilberto Freyre, especialmente no que se refere à caracterização do nordeste brasileiro e da assim chamada “democracia racial”, tornaram-se grandes sucessos não só na imprensa literária, como também foram recordes de audiência nas suas versões de adaptação televisiva. As famosas novelas brasileiras, que divulgam muito amplamente este ideal do que é o Brasil inclusive no exterior, tiveram sempre enorme êxito quando baseadas em obras de Jorge Amado – nas versões de Dias Gomes, ou em mini-séries similares – que veiculam esta mesma imagem do brasileiro no imaginário popular. Isso porém, é algo mais recente em nossa história. Num momento ainda precedente a estes fatores, ainda na primeira metade do século XX, o aparato literário e a imprensa escrita formaram, sem dúvida, o alicerce desta construção ideológica nacional, como bem relata Anderson (1989) na caracterização da importância de autores, literatos, poetas, e

da própria imprensa escrita na construção das nações. Este, entretanto, como vimos no capítulo I, é apenas um dos aspectos que veio a favorecer tal quadro.

Paralelamente a todos estes fatores que ocorriam de um lado, de outro, estabelecia-se a presença do “aparato oficial” (como denomina Anderson) favorecendo a institucionalização da nação. Este último, utilizando-se de todas as manobras possíveis (principalmente na Era Vargas, que coincide com o período de divulgação de Freyre), estabelece o ensino oficial, controlado pelo Estado; a propaganda organizada pelo Estado; a imposição da língua nacional oficial - o português - em qualquer meio de comunicação (haja visto a situação dos imigrantes na época, que foram proibidos de falarem seus idiomas maternos); a política de assimilação imposta no integracionismo nacional; o militarismo, etc...²⁴ Bandeiras, hinos e a construção de diversos símbolos nacionais vêm arrematar estas duas vertentes (a ideológica e a “armada”) em uma mesma razão no caminho da concretização deste ideal de nação.

Todas estas formas acabaram por estruturar, deste modo, o Estado-nação brasileiro.

²⁴ É interessante notarmos, nesta questão do aparato oficial do Estado brasileiro, que este também vai se formando no mesmo momento em que a preocupação ideológica da nação brasileira aflora, na segunda metade do século XIX. De acordo com a observação de Lilia Schwarcz a este mesmo respeito, até a Guerra do Paraguai “o exército não possuía então qualquer significado social, sendo formado por homens livres, não proprietários (novamente a questão dos agregados), recrutados mais por castigo ou desemprego.” (Lilia Schwarcz, 1987:35 - grifo meu)

III. A NAÇÃO (NORTE) AMERICANA²⁵

Tal qual realizado acima, pretendo aqui provocar alguns desdobramentos no que se refere a uma outra parte do continente americano, dominada pelos ingleses, e que viria a se transformar mais tarde nos Estados Unidos da América (a partir de agora, EUA). Local de residência atual de milhares de brasileiros, este país hoje conta com mais esta “fatia” de sua população – os brasileiros – que estão contribuindo, entre outras coisas, na perpetuação dos movimentos de transformação e interpretação sempre presentes nestas relações entre nação e identidades nacionais, tal como abordado no capítulo I. Os estudos realizados tanto teórica como empiricamente nos levam a uma situação de “conflito”²⁶ entre estas duas identidades (brasileira e norte americana). Este é um dos objetivos centrais desta tese, e é por este motivo que iremos abordar historicamente os EUA nesta parte da mesma.

Entretanto, diferentemente do que ocorreu com as análises feitas sobre o Brasil, é necessário que se esclareça aqui, desde o princípio, que a escolha de estudos e comentários sobre este segundo país nos interessa, sobretudo, em relação ao primeiro – Brasil. Novamente aqui, deixo salientado que a discussão que se segue não pretende dar conta do assunto, mesmo porque, nestes itens referentes

²⁵ A nação norte americana neste caso tem a palavra “norte” entre parênteses justamente para designar a noção pura, grandiosa e presunçosa da “América” entre os seus habitantes.

²⁶ Faço uso desta palavra não no sentido de violência, que não necessariamente precisa estar intrínseco ao termo. Deve ser lembrado que situações de conflito nem sempre precisam ser violentas ou abertas, evidentes. Muitas vezes elas ocorrem com uma sutileza de caráter que as “encobre” do conflito aberto. Nem por isto, este é inexistente.

aos EUA, sua posição se dará muito mais favoravelmente em relação ao Brasil, do que uma própria análise da formação daquele país em si. Eis porquê, em decorrência deste objetivo central, não se encontrará aqui uma abordagem tão ampla das premissas norte americanas em relação àquela nação. Muito mais do que este foco, as análises que aqui se encontram estão mais fortemente vinculadas ao tema central da tese: a migração, justamente porque este será o campo privilegiado no qual iremos trabalhar a questão do Brasil, na pesquisa de campo realizada que se apresentará a seguir, e no próprio eixo estrutural de análise da tese. É importante que se faça esta ressalva, para que não se perca o rumo das orientações, o que poderia provocar uma relação assimétrica entre as análises propostas.

1. Colonização da América Inglesa

Fundada (e não descoberta)²⁷ a primeira colônia inglesa em terras americanas, no ano de 1607, a Virgínia é o primeiro marco histórico daquilo que viria a ser composto séculos mais tarde como os Estados Unidos da América. De

²⁷ Note-se a importância da dimensão destas palavras. São com estes conceitos que as crianças aprendem sobre a história destes países até os dias de hoje. O Brasil foi descoberto, ou seja, sua “existência” dependeu da ação de outro agente, Portugal. Já, os Estados Unidos foi fundado. Apesar de ter sido colônia também, sua raiz depende tão somente daqueles que assim o contruíram, através de sua fundação. Quando voltamos a pensar nos aparatos institucionais que fortalecem e criam as idealizações das sociedades nacionais (como a escola, por exemplo – Anderson, 1989), tem-se um reflexo da importância desta distinção de termos no aprendizado para o reconhecimento da postura de cada uma das nações envolvidas. Mesmo que estas colocações não representem a verdade histórica dos fatos, como vemos, elas elaboram e continuam a reelaborar o imaginário e a identidade destas nações, e esta construção é inclusive mais importante do que a realidade histórica concreta.

forma até mesmo semelhante ao que ocorria nas demais colônias americanas (espanholas e portuguesa), esta primeira colônia norte-americana foi constituída através de um sistema de colonização originado na Inglaterra. Este sistema é o chamado “*system of indentured servitude*”, onde uma pessoa (homem ou mulher) que desejasse imigrar para as então colônias americanas poderia assinar um contrato, conhecido como “*indenture*” (em português: contrato de aprendizagem ou de imigração para servir em colônia²⁸), com um agente de imigração ou um capitão de navio em Londres, Bristol, ou qualquer outros portos da Inglaterra ou da Irlanda. Este contrato obrigava ao emigrante (colono) a aceitar o período de serviços nas colônias americanas, em geral pelo prazo de quatro ou cinco anos, como forma de pagamento pela passagem, comida, vestuários e moradia durante esse período. Somente ao término deste tempo de “pagamento” – *returning* – (que variava de colônia para colônia), a independência e liberdade individual do indivíduo seriam plenamente conquistadas. Este sistema foi largamente usado na colonização dos estados do Sul, como a própria colônia da Virgínia, as Carolinas (fundadas em 1670), e mais tarde a Geórgia, fundada já em 1732. De importância vital para as grandes “*plantations*” do Sul, especialmente nas agriculturas do tabaco e do algodão, este sistema foi aos poucos sendo substituído pelo braço escravo africano que, de forma semelhante ao Brasil, marcou profundamente as relações sociais e culturais sulistas. Tão grave foi o impasse entre as colônias do sul e do norte dos EUA, que tal contradição só foi em parte resolvida com a guerra de secessão dos EUA, já em 1860. Mas, para o que nos importa aqui neste momento, o que se destaca como um dado pertinente aos nossos estudos, muito mais do que tais datas da história americana, é o caráter destas colonizações sulistas. Contrariamente ao “mito” da formação americana, o que marca a instituição da primeira de suas colônias, a Virgínia, e, de certa forma, toda a região

²⁸ Dicionário Exitus Inglês-Português da Enciclopédia Britannica.

sul dos EUA, foram relações sociais longe de poderem ser caracterizadas pela liberdade individual, tão reconhecida como parte da origem da identidade norte-americana. Assim, “antes do último quarto do século XVII, empregados de contrato de imigração (*indentured servants*) proviam as colheitas de Chesapeake como a maior parte de sua mão de obra agrícola. Depois de 1700, contudo, escravos africanos suplantaram enormemente os empregados ingleses e irlandeses nas regiões de plantação do tabaco. Melhores níveis de expectativa de vida fizeram a compra do trabalho escravo mais econômica, e a crescente preocupação a respeito das posições dos antigos empregados por contrato de imigração na sociedade de Chesapeake suscitou nos fazendeiros segundas intenções a respeito da confiabilidade e da dependência dos empregados por tempo limitado de contrato de trabalho. Mesmo assim, viessem eles como empregados de contrato de imigração no século XVII ou como escravos no século XVIII, os imigrantes que iam para a colônia de Chesapeake e para as Carolinas eram tudo, menos livres quando chegavam ao Novo Mundo”²⁹. (Dublin, 1993:7 – grifos meus).

Paralelamente a estes acontecimentos, as colônias do norte dos EUA estavam também sendo formadas, de forma bastante distinta das do sul, se bem que nem sempre esta foi a regra. O lendário navio *Mayflower* chega aos EUA em 1620, portanto, treze anos mais tarde que a fundação da colônia de Virgínia³⁰. O que viria a ser no futuro a cidade de Nova York, naquele momento ainda a chamada New Amsterdam (dentro do território chamado de New Netherland), começa a ser

²⁹ Tradução da versão original em inglês da própria autora da tese (e assim sucessivamente).

³⁰ Note-se que, apesar do *Mayflower* ser considerado um mito na colonização americana - sendo que seus descendentes se autodenominam os americanos legítimos até os dias de hoje -, este chega aos EUA um ano depois do primeiro navio negreiro a atingir aquele território, que aportou nos EUA em 1619, na cidade de Jamestown (Jones, 1961:13;320). “Os vinte negros trazidos para Jamestown por um combatente de guerra holandês em 1619 foram os primeiros de tantas outras cargas”. Interessante como este dado histórico dissolveu-se completamente no imaginário popular, sendo que muitas vezes é comum inclusive pensarmos que os EUA iniciou-se com a chegada do *Mayflower*. Este, entretanto, chega somente 13 anos depois da fundação da primeira colônia, e inclusive depois dos primeiros negros.

estabelecido em 1623. Esta área só passaria a ser de domínio inglês a partir de 1664. Maryland é fundada em 1634, e a Pensilvânia somente em 1681. Novamente aqui, mais importante do que as datas, a representação imaginária destes dados históricos que irão compor mais tarde o ideal da nação norte-americana, é o que nos interessa sobremaneira.

As colônias do norte, embora também tenham convivido com a presença da escravidão em algumas de suas localidades, possuem uma estruturação social diversa das do sul. Muito do que é concebido hoje como os Estados Unidos da América tem sua caracterização moldada nestas representações do passado, da vida cultural e social especialmente das regiões norte (nordeste) dos EUA que, com o desfecho da guerra de secessão, já em meados do século XIX, viria a ter uma presença mais hegemônica na conceptualização dos EUA como um todo.

Se Caio Prado Jr. atribuiu à escravidão brasileira o caráter de uma instituição total no país, que demarcaria por conseguinte muito da sua estruturação social e cultural, muitos autores consideram a imigração como algo semelhante – uma instituição social total, parafraseando Caio Pardo – para o caso dos EUA. (Handlin, 1959, 1973; Jones, 1961; Dublin, 1993; Brun, 1980). A imigração é tomada como um símbolo de pertencimento àquela nação. Os EUA toma para si a categoria de país da imigração por excelência, sendo que lá, especialmente depois da hegemonia do norte sobre o sul, a imigração toma forma de matriz geradora da nação. Os EUA nasce, por assim dizer, da confluência e união destas levas de imigrantes que, harmoniosamente³¹, constroem a nação. “*A história americana é a história de como essa congregação de imigrantes de várias nações (immigrants from many nations) tornou-se unificada em uma nova nação. (...) a última geração dos nossos mais capazes historiadores começou a descrever a imigração como uma Instituição Americana”.* (Jones, 1961:vi – grifos meus). De forma

³¹ Note-se a presença deste termo.

inclusive até mais contundente, Handlin escreveria: “*Uma vez eu pensei em escrever a história dos imigrantes na América. Então eu descobri que os imigrantes eram a história americana*”. (Handlin, 1973:3 – negrito do autor).

A supremacia norte-americana em relação a este contexto da imigração é oficializada pelos números, que coroam o país como o mais expressivo neste sentido: “*Imigração para os Estados Unidos tem sido única nos anais da história mundial em três aspectos. Primeiro, o número de imigrantes que entraram na nação norte americana arrasou aqueles de outros países. Este tem sido o caso desde o começo. Imigração para as colônias latino americanas da Espanha e Portugal, por exemplo, tiveram uma média anual de 3.500 entradas nos dois primeiros séculos do período colonial. Em contraste, imigração para as colônias norte americanas da Coroa Inglesa tiveram uma média anual de 5.000 entradas através dos séculos XVII e XVIII, chegando ao pico de mais de 15.000 entradas anuais nos quinze anos que antecederam a Revolução Americana. Desproporções similares nas escalas de imigração persistiram durante todo o século XIX. Entre 1881 e 1910, por exemplo, mais de 17,7 milhões de imigrantes entraram nos EUA. Para o Brasil e a Argentina, os destinos mais freqüentes entre as nações latino americanas, as proporções de entrada, em comparação, foram apenas de 2,4 e 2,1 milhões de imigrantes, respectivamente. (...) Em segundo lugar, a diversidade dos imigrantes para os Estados Unidos não tem paralelo em lugar nenhum. Canadá, Austrália, Argentina e Brasil experienciaram correntes migratórias que representaram até mesmo a maior parte de suas populações para aquele determinado período, mais até que no caso dos Estados Unidos, mas somente um ou dois (no máximo três) grupos étnicos predominavam. Nos Estados Unidos, contudo, imigrantes têm sido amplamente mais diversos, e através dos tempos, tem havido assustadores mudanças entre as nacionalidades que constituem estas correntes. Finalmente, imigração para os Estados Unidos tem persistido por*

quase quatrocentos anos, com mais imigrantes hoje do que nos períodos anteriores. Imigração para os Estados Unidos tem sido maior, mais diversa e com uma maior durabilidade do que a de qualquer outra nação no planeta". (Dublin, 1993: 3-4 – grifos meus). Jones também aponta para esta mesma conceptualização: *"Em resumo, o tamanho e a diversidade de sua população estrangeira tem feito da América [leia-se EUA da] o país clássico da imigração"*. (Jones, 1961:2 – grifo meu). Handlin comunga desta mesma idéia, o que pode ser verificado inclusive pelo título de suas obras. É desta forma, portanto, que os EUA se "apropria", por assim dizer, da idéia de ser a grande nação que recebe e se constitui através dos mais diversos imigrantes que lá aportam. Esta noção, entretanto, embora possa ser baseada em dados históricos reais, é igualmente permeada por grandes construções ideológicas, às quais, por sua vez, acabam colocando a identidade norte americana em conflito até os dias de hoje, como veremos a seguir.

Outro ponto interessante a se observar, e que é bastante sintomático desta última afirmação que acabei de fazer, é o fato de "imigrante" ser considerado apenas os trabalhadores, ainda neste primeiro momento, europeus que buscavam a América³². Aos escravos que estavam "migrando" também, esta palavra não se aplica, especialmente porque a idéia de imigração está vinculada a idéia de busca de trabalho livre. Não fosse isto, não saberíamos ao certo se os EUA foi realmente o país da imigração em tempos coloniais, pois a quantidade de escravos que o Brasil recebeu neste mesmo período poderia vir a ser de maior ou igual número a dos imigrantes europeus nos EUA. Entretanto, por não se encaixarem neste modelo de conceituação "imigrante", os escravos africanos que, até certo ponto, estavam migrando também, não fazem parte desta contagem, e, bem mais grave que isto, não fazem parte também do mito correspondente a ela. Mais uma vez,

³² Mais tarde, outros grupos ganhariam a condição de imigrante também, como os chineses, japoneses, indianos, etc... Neste momento do período colonial, entretanto, imigrantes eram apenas os europeus.

este exemplo vem reforçar a característica de construção ideológica destes “mitos” nacionais, quaisquer que sejam eles (brasileiros, norte americanos, ou quaisquer outros – capítulo I).

Como colocado acima, se as colônias americanas do norte tiveram uma constituição largamente baseada na sustentação de imigrantes livres, o sul estava se constituindo de forma diversa a esta. Entretanto, mesmo para o norte dos EUA, o ideal de liberdade e sucesso que cerca esta formação da nação baseada na mão de obra imigrante e livre, que atravessa o oceano em busca de liberdade e de uma vida nova, perseguindo ideais religiosos e/ou políticos, nem sempre foi a realidade histórica dominante daquela nação. Mais uma vez entra em jogo aqui, a questão da idealização das nações, discutida anteriormente. Houve de fato uma colonização puritana no norte dos EUA, sobre isto não se coloca dúvidas. Especialmente entre os anos de 1630 e 1640, pode-se contabilizar a grande época da imigração puritana para a então chamada Nova Inglaterra (Jones, 1961:320). Esta porém, não foi o tipo de colonização primordial daquele país, como muitas vezes se faz crer. Isto porque, mesmo entre os puritanos que migraram para a Nova Inglaterra, muitos deles estavam perseguindo, além de ideais religiosos, melhores condições econômicas. *“A lenda dos ‘Pais Fundadores’ (the ‘Founding Fathers’) foi sem dúvida criada inteiramente sem bases históricas. Esta foi, não obstante, uma versão idealizada (an idealized version) do passado e fornece apenas uma parcial e em muitos sentidos enganosa figura da fundação da América”*. (Jones, 1961:8). E um pouco mais adiante: *“Se, já no tempo da Revolução [Revolução Americana], os americanos tinham desenvolvido ideais de liberdade, igualdade e independência, a explicação para tal não deve ser procurada nos motivos que guiaram seus antepassados a deixarem o Velho Mundo”*. (op. Cit., 1961:10 – grifos meus). Mesmo entre os puritanos da Nova Inglaterra, que estavam emigrando em busca de liberdade e tolerância religiosa, a questão econômica não

deixou nunca de ser foco das atenções destes colonos. Aliás, como bem lembra Tocqueville (1998), o puritanismo nunca foi somente um movimento religioso, este era também um movimento político e econômico; fato que, anos mais tarde, Weber iria estabelecer de forma brilhante na sua relação entre o puritanismo e a economia moderna (Weber, 1989). Contudo, para o nosso ponto mais específico, nos interessa salientar aqui a questão da dimensão econômica e de visão de lucro destes primeiros imigrantes americanos, chamados de colonos. No caso da colônia de Maryland, por exemplo, que havia sido concebida como um refúgio para os ingleses católicos - já que a tolerância religiosa nem sempre foi a regra entre os protestantes das demais colônias ao norte -, esta concepção nunca chegou a se concretizar de fato, e, no momento de sua fundação (1634), os católicos formavam apenas uma minoria entre os seus fundadores, ao passo que: “(...) *os passageiros protestantes da ‘Arca’ e da ‘Pomba do Espírito Santo’ (the protestant passengers on the ‘Ark’ and the ‘Dove’ – embarcações da época), que consistiam principalmente de empregados, artesãos e pequenos proprietários rurais (yeomen), parecem não ter tido motivo religioso para emigrar, enquanto aqueles que os seguiram não partilharam a fé do fundador na tolerância religiosa. De fato, foi a generosa política de terras do Lord Baltimore*³³, muito mais que seu liberalismo religioso que atraiu a maioria dos colonos e, assim como na Virginia, o sistema de distribuição de terras (headright) tornou-se o método padrão de imigração”. (Jones, 1961:13-14 – grifos meus). Assim, ao mesmo tempo em que estes ideais religiosos nem sempre foram a regra da motivação para a emigração aos EUA, nem mesmo a intenção de permanência definitiva foi o primeiro impulso da maioria dos colonos. “*De início, eles não tinham a intenção de fazer da América a sua residência (...) almejando mais o ganho repentino do que qualquer forma regular de colônia*”. (Jones, 1961:11). Massachusetts, ao que parece, foi a

³³ Lord Baltimore foi o idealizador, quem concebeu o estado de Maryland como um refúgio para os católicos ingleses, concepção que, na sua fundação real, não chegou a se estabelecer.

única colônia onde a questão religiosa influenciou de maneira mais profunda a motivação de seus fundadores do que o lucro.

Mesmo no que se refere a esta questão da divergência entre o norte e o sul dos EUA, esta, embora bastante significativa, não distinguiu de maneira tão acentuada entre o “bem” e o “mal” como por vezes possa parecer. É interessante observarmos como, especialmente após a guerra de secessão, o ideal da nação norte americana foi consagrado (para usarmos a mesma palavra usada em Gilberto Freyre) como o da liberdade e da busca de tolerância religiosa pelos primeiros colonos da Nova Inglaterra, especialmente, no ideal de construção de uma sociedade livre, igualitária, baseada na fé. Entretanto, para aquele momento de colonização, este ideal parece ter sido a exceção, e não a regra, mesmo na Nova Inglaterra, ao contrário de como iria ser concebido na imaginação nacional anos mais tarde. *“É fácil exagerar-se o contraste entre as colônias de Chesapeake e as da Nova Inglaterra. Contudo, por mais diferentes que fossem em seus arranjos sociais e econômicos, e em suas políticas eclesiásticas, as duas comunidades tiveram, desde o início, muito em comum. Piedade e lucro (piety and profit), embora de algum modo em diferentes proporções, foram sempre os motivos que compeliram para a emigração em cada caso, enquanto ambas as sociedades desenhavam o corpo se suas populações originárias do mesmo tipo de classe média puritana inglesa”.* (Jones, 1961:14).

Nestes primeiros momentos de fundação, portanto, as colônias inglesas, tanto as do norte quanto as do sul, tiveram este caráter religioso, sem entretanto nunca haver deixado de lado a característica financeira da qual também se beneficiavam. As levas destes primeiros imigrantes, denominados pela história oficial dos EUA como colonos³⁴ – palavra que carrega em si um significado mais

³⁴ É praxe nos autores que escrevem sobre a história norte americana, a utilização de uma classificação no que se refere às migrações para os EUA em três, quiçá quatro, etapas distintas destas levas de imigrantes. A primeira destas levas seria a de colonos, os primeiros imigrantes europeus a chegarem aos EUA.

amplo do que apenas imigrantes, pois estes foram imigrantes fundadores da nação – eram, sobretudo, de origem inglesa e irlandesa (de Ulster, especialmente; e não do sudeste da Irlanda, onde a maioria é católica). Em menor número, algumas vezes, holandesa ou escocesa. Logo em seguida, grandes levas de alemães também começariam a tomar esta rota emigrantista, e a fixarem residência sobretudo na região da Pensilvânia; além de suíços, suecos, e escandinavos. Franceses e judeus tanto dos países nórdicos, como inclusive algumas vezes da Espanha e Portugal se juntariam mais tarde a este êxodo. Estes acontecimentos, contudo, começam a tomar corpo mais enfaticamente somente no século XVIII, muito embora já fosse possível verificá-los mesmo no século XVII.

Ao lado desta população européia, é óbvio, estavam os negros, raramente inclusos na visão da formação da América (e estes, mesmo quando inclusos, somente o foram *a posteriori*). As referências feitas em relação aos negros são raras e muito pouco documentadas, a não ser em estudos específicos que se detêm a relatar tais fatos. Em geral, alguns breves comentários são feitos em relação ao sul dos EUA e sua tradição escravocrata, enfaticamente contrária ao norte, o que vimos também, ser uma noção bastante exagerada esta contradição extrema entre norte e sul, como se fossem o bem e o mal radicalmente divididos. Via de regra, na história oficial dos EUA, o sul conta com a “mancha” de ter possuído escravos em sua fundação, enquanto o norte propagava ideais de liberdade. Em uma ou outra versão, entretanto, ambas as partes relatam os negros como um mero apêndice na formação dos EUA, sendo que cabe aos europeus – sobretudo aos anglo-saxões – a formação da nação, de suas leis, de suas concepções, e acima de tudo, dos ideais pertencentes a ela: liberdade, igualdade, democracia, individualismo, comprometimento (*commitment*) e prosperidade (o direito à busca da felicidade).

colonizadores e fundadores da nação, os quais estamos abordando neste momento. As demais formas são constituídas de velhos imigrantes (*old immigrants*) e novos imigrantes (*new immigrants*). Isto será visto com mais detalhes a seguir.

Quanto à população nativa americana, esta encontra-se ainda mais raramente citada como parte da formação daquele país. Novamente aqui, esta não faz parte da concepção da nação, menos ainda que os negros, inclusive, sendo que se destinam a ela estudos mais específicos (sobretudo etnográficos) e alguns mitos históricos precedentes, como a comemoração do dia de Ação de Graças e a conquista do Oeste, ou a poética história de Pocahontas, que viriam a preencher o imaginário nacional somente mais tarde.

Assim, neste primeiro momento ainda da colonização, a idéia de democracia, igualdade, e inclusive de fraternidade entre os diversos grupos – que recebeu a denominação posterior de *melting-pot*, como veremos a seguir – era restrita a apenas uma parcela da população que habitava aquele território: os europeus. Nem ao menos se questiona, obviamente, a participação de outros grupos que não europeus na comunhão destes ideais democráticos e igualitários. Os negros, com seu papel demarcado na sociedade escravista, carregavam uma função específica na construção da nação: a de serem escravos. Os indígenas serviriam, mais tarde, mais como lendas do que efetivamente como parte na formação dos EUA. Cabe aos imigrantes europeus, portanto, a construção (invenção, para parafrasear Hobsbawn, 1984) da América. Os ideais que sedimentam a nação, são atributos da ânsia de liberdade que os peregrinos tinham ao atravessar o Atlântico, os ideais democráticos e igualitários da mesma forma.

Interessante notar que, ao mesmo tempo em que estes ideais tiveram sim, um embasamento histórico real (ninguém nega a intenção de liberdade religiosa com a qual muitos peregrinos deixaram a Europa rumo aos EUA), outros tantos “ideais” igualmente europeus e sedimentadores da nação americana – como a própria escravidão, por exemplo - caíram no esquecimento, por assim dizer. A escravidão africana também, apesar de ser atualmente execrada, é uma “idealização” européia, não foi concepção e vontade dos próprios negros. Mas

como bem observou Renan: “ [o] *Passado histórico de uma nação não é uma realidade que se impõe por si mesma, mas uma construção contínua que repousa no olvido e no erro histórico: ‘a essência de uma nação reside no fato de todos os indivíduos terem muitas coisas em comum, e igualmente que todos tenham esquecido bem as coisas’* (p. 286). *A memória fundadora da unidade nacional é, ao mesmo tempo e necessariamente, esquecimento das condições de produção desta unidade: a violência e o arbitrário originais e a multiplicidade das origens étnicas*”. (Poutignat e Streiff-Fenart, 1997:36 – citando Renan, grifos meus).

É desta maneira que aquilo que Tocqueville encontra na América e estabelece como sendo um exemplo único de ideais democráticos baseados em valores igualitários, só é possível de ser concebido dentro deste quadro histórico. Não se pretende aqui, de forma alguma, diminuir o valor literário, histórico e social da obra de Tocqueville, ou de quaisquer outros autores que a este mesmo tema se dedicaram. É fato que, para o contexto da época, a realidade encontrada por ele (Tocqueville) foi certamente um avanço nos ideais políticos vigentes.

A democracia que Tocqueville presenciou na América ocorreu de fato, e isto não é o que está sendo questionado aqui. Apenas quero observar como, para além do fascínio de Tocqueville com as formas de organização social das colônias americanas, a construção da nação baseada em tais ideais esconde, por assim dizer, a realidade mais abrangente que também fez parte da América, igualmente. A comuna, os condados, as leis e o Estado americano, tal qual Tocqueville analisa, foram realmente uma “revolução” política para o contexto da época, especialmente se levarmos em conta o contexto europeu do qual Tocqueville advinha, ou seja, a aristocracia francesa. Nenhuma destas instituições americanas está sendo desmentida aqui, e muito menos ainda, o que Tocqueville observa como sendo de maior importância ainda que a própria comuna, ou seja - o espírito comunal dos americanos. O foco aqui é tão somente um comentário sobre a apropriação destes

fatos históricos pelas elites dominantes destas nações – responsáveis pelas manipulações ideológicas - que assim reconstroem tais fatos, baseadas em lembranças e esquecimentos daquilo que melhor lhes convêm. O ideal da democracia americana de Tocqueville que se consagra através do tempo esconde traços da cultura norte americana que o próprio Tocqueville também observou, mas que não acompanham seu nome nas reconstruções históricas vigentes: *“Tocqueville proclamou grandes apreensões (misgivings) sobre dois fenômenos que ele pensava que pudessem ameaçar a democracia Jacksoniana. Uma era a sociedade escravocrata do sul, que não tratava somente os negros de forma desumana mas, como Tocqueville, assim como Jefferson, notaram, degradava brancos igualmente”³⁵. O segundo perigo estava no sistema industrial, que primeiro fez sua aparição no nordeste. Fábricas tinham grande concentração em números de pobres e trabalhadores dependentes, freqüentemente mulheres e imigrantes, dentro do rápido crescimento das cidades urbanas, e Tocqueville temia o surgimento de uma nova forma de aristocracia que tornaria os proprietários e gerentes em mini déspotas, e reduziria os trabalhadores a operários dependentes e mecanicamente organizados, uma condição incompatível com a plena cidadania democrática”*. (Bellah et al, 1996: 41-42 – grifos meus).

A contribuição de Tocqueville não se dá apenas em seus relatos políticos do sistema democrático americano. Ele também faz um enorme levantamento de questões outras, como a própria diferenciação entre o sul e o norte, e o peso da escravidão na contraposição destes regimes. Mais interessante ainda, ele participa de uma percepção profunda dos costumes americanos, hábitos, tradições, concepções, que moldam, por assim dizer, a identidade americana. Neste sentido, sua obra nos interessa sobremaneira, pois tais características estarão fortemente vinculadas às questões de identidade com as quais nos deteremos mais longamente

³⁵ Aqui vale a pena fazermos uma ressalva deste pensamento de Tocqueville, e desta mesma noção presente em Caio Prado Júnior e Roberto Schwarz com relação à escravidão brasileira.

em um próximo momento (terceira parte desta tese). Estas questões, assim como no que diz respeito ao Brasil (capítulo II), são de fundamental importância para a formação de noções prévias e futuras de conceitos como direito, cidadania, participação, autonomia. Se, para o Brasil, tais questões se formularam ao longo dos séculos através de termos bastante contraditórios em seus desdobramentos; nos EUA, entretanto, embora estas questões tenham estado vinculadas a critérios étnicos/raciais, elas foram sedimentadas de forma significativamente diversa.

Sobre tais características nos interessam imensamente as observações de Tocqueville, no que se refere em especial aos costumes americanos. É assim que este autor, através de percepção e sensibilidade aguçadas, foi capaz de perceber, já no século XVIII, a questão entre o individualismo e o comprometimento americano (*commitment*), dois grandes ícones da identidade nacional dos EUA. *“Em tudo o que diz respeito aos deveres mútuos dos cidadãos, tornou-se súdito, pois. Em tudo o que só diz respeito a si mesmo, permaneceu senhor: é livre e só deve prestar conta de seus atos a Deus. Daí a máxima de que o indivíduo é o melhor juiz de seu interesse particular e que a sociedade só tem o direito de dirigir seus atos quando se sente lesada por um feito dele ou quando precisa reclamar seu concurso. Esta doutrina é universalmente admitida nos EUA”*. (Tocqueville, 1998:75-76). Tocqueville, de maneira perspicaz, soube perceber esta dualidade entre as relações aparentemente incompatíveis de início, mas que se completam de maneira intrínseca na identidade americana, entre individualismo e comprometimento.

De forma paralela, focalizando contudo um contexto diverso, semelhantes análises foram feitas por Robert Bellah e seus colaboradores. Ao abordar esta mesma percepção de Tocqueville descrita acima, Bellah afirma que: *“Certamente, poderosos mitos americanos têm sido construídos ao redor de auto confiantes, porém virtuosos [no sentido de corretos e justos] indivíduos, cuja base social é a*

vida do pequeno fazendeiro ou do artesão independente, e cujo espírito é o ethos idealizado da pequena cidade (township)³⁶. (...) Mitos freqüentemente contam importantes verdades sobre as tensões que as pessoas vivenciaram e suas esperanças de resolver tais tensões, ou de alguma forma transformá-las em algo construtivo. Tocqueville retratou os conflitos entre a preocupação do progresso individual e a segurança da cidadania democrática de um lado e da religião e participação na política local de outro. Ele traçou as tendências privadas para o novo espírito do individualismo que acompanhava o nascente capitalismo comercial e a preocupação pela comunidade de tradições republicanas e bíblicas.” (Bellah et al, 1996:40 – grifos meus).

Tal questão se torna quase “irônica” quando pensamos no Brasil e observamos as análises discutidas anteriormente, sobre o prisma do favor e dos agregados, do mandonismo e da subserviência (Swcharz, 1981, 1989; Sales, 1994); da falta de clareza entre o público e o privado brasileiro, de origem confusa já desde Portugal, agravado ainda mais pela condição do homem cordial brasileiro tal qual se refere Sérgio Buarque de Holanda (em relação ao sentimento familiar). Tais noções serão de extrema importância para nossas colocações posteriores, inclusive no que se refere à própria pesquisa de campo, dos brasileiros que residem no sul da Flórida. Não somente nesta região, mas brasileiros residentes nos EUA como um todo percebem nitidamente esta condição em suas vidas cotidianas, e mesmo que não cheguem a fazer análises teórico-políticas destas situações tantas vezes díspares (Brasil-EUA), suas percepções deste quadro descrito acima, especialmente no que se refere a questão dos direitos, e também, numa outra vertente, da cordialidade/hospitalidade, chegam inclusive a decidir

³⁶ Township é um termo que literalmente significa município ou a divisão administrativa de um condado – county – (Dicionário Exitus/ Britannica), mas que, para uma interpretação mais legítima deste contexto pode ser entendida como uma pequena cidade (já que município pode ser também uma metrópole em seu sentido em português).

sobre a permanência ou não no local de destino, sobre o futuro concreto, portanto, destes indivíduos.

Retomando aqui, entretanto, a análise da colonização da América inglesa, o que temos na percepção de Tocqueville (dentre outros autores de menor importância) é, desta forma, um quadro bastante inovador em conceitos políticos, sociais e culturais. Conceitos estes, contudo, que permaneciam e se faziam valer no espectro de apenas parte da população residente naquele país, ou seja, a população européia, a qual se rende o reconhecimento da formação daquela própria nação enquanto tal. E mesmo entre esta parcela da população européia, os conflitos e as animosidades sempre estiveram presentes também, mas assim como outras questões menos felizes, fazem parte da história real que se é permitido esquecer.

Como visto acima, os imigrantes (colonos) europeus que participaram da constituição dos EUA ainda no século XVII vieram sobretudo do norte e oeste da Europa, de maneira especial da Inglaterra e Irlanda. Entretanto, os conflitos³⁷ começam a enaltecem-se quando, a partir da expansão das colônias, e em consequência das crises que assolavam a Europa, a quantidade, e principalmente a diversidade destas levas de imigrantes passam a fazer parte do quadro de formação da nação. No século XVII, conflitos étnicos, ou de origem, não ocupavam grande parte das preocupações centrais daqueles colonos, pois, num primeiro momento, a maioria deles nem sequer pretendia fixar residência, e mesmo quando passaram a admitir tal idéia, sempre pensavam a si mesmos como ingleses do outro lado do oceano, o que não suscitava grandes transtornos: *“Mas mesmo quando os emigrantes começaram a cruzar o oceano na intenção de viverem e morrerem na*

³⁷ Os conflitos no que se refere à população européia, pois os conflitos entre os nativos americanos e os invasores europeus obviamente precederam tal período. Estes, entretanto, como foi visto, não participam das idealizações formadoras da América. Não é rara a imaginação de que a América era um solo deserto, inabitado, onde os europeus plantaram a semente do progresso e da civilização, que frutificou vivamente, como se nada houvesse existido lá antes.

Virginia, eles migravam decididos a ‘ainda serem ingleses’ (still to be Englishmen) sem nenhum pensamento de adotarem nada além dos seus princípios tradicionais para esta nova sociedade”. (Jones, 1961:12 – grifo meu). Isto, entretanto, foi apenas o início. Assim que as colônias foram fundadas e começaram a se desenvolver, e principalmente com a chegada de novos imigrantes, a idéia do homem americano – e de **quem** teria direito a sê-lo –, um novo homem, uma “nova raça”, começa a tomar espaço, especialmente no contexto do século XVIII. É assim que, *“a despeito da comparativa escassez de sangue novo vindo da Inglaterra, o século XVIII foi um período de uma forte imigração sem precedentes para as colônias. Povos não ingleses emigraram em tamanho número a ponto de alterar marcadamente a composição étnica de cada jovem colônia. A chegada destes imigrantes contribuiu largamente para o aumento em quatro vezes da população colonial, que ocorreu na metade do século seguinte ao Tratado de Paz de Utrecht, em 1713. Embora novas deflagrações de guerras na Europa periodicamente interrompessem o fluxo, este sempre recomeçava com um vigor renovado quando os períodos de paz retornavam, e estavam ainda em pleno vigor quando a Revolução [Americana] começou”.* (Jones, 1961:22).

É inserido neste contexto que os conflitos sobre a imigração/não imigração e seus respectivos componentes étnicos se estabelece nos EUA. Esta acabaria por se revelar uma das mais acentuadas características da identidade americana, que acompanha e percorre as representações daquela população até os dias de hoje.

2. Constituição dos Estados Unidos da América

A recuperação histórica da formação dos Estados Unidos, como visto, revela-se muitas vezes incongruente com seus respectivos ideais propagados (consagrados especialmente após a Independência Americana, em 1776). Ideais como os de liberdade, igualdade e democracia não estiveram tão sedimentados nas intenções iniciais da maioria dos primeiros colonos, como muitas vezes se faz crer. Muito menos estariam os ideais referentes à aceitação e tolerância dos diversos outros imigrantes que iriam se juntar a estes primeiros. Não precisamos ir muito longe para estabelecer este segundo ponto, e não se faz necessário o resgate do descontentamento aos imigrantes contemporâneos para compor tal justificativa.

Estamos ainda no período colonial que, após o desenvolvimento das colônias no século XVII, passou a receber imigrantes de origens diversas de ingleses e irlandeses em sua maioria, holandeses e alguns outros europeus do norte (sobretudo em New Netherland). Já neste momento, as manifestações opostas a determinados grupos de imigrantes começariam a surgir, três séculos antes da contemporaneidade que atesta semelhantes conflitos, com grupos étnicos distintos nos dias de hoje, como é evidente. Esta característica da identidade norte americana (estado-unidense) parece que a acompanha igualmente de tão longa data quanto os ideais de liberdade, igualdade e democracia. Não se constitui, entretanto, em um resgate histórico que valha a pena recuperar na idealização da nação enquanto tal, haja visto a conotação negativa que esta intolerância acarreta.

Aquilo que foi denominado como o *melting-pot* americano é tão antigo e presente na idealização da América quanto o são as próprias noções de liberdade e democracia. Elaborado no momento ainda das fundações das colônias americanas,

e sem ao menos haver o menor questionamento sobre o papel dos índios e dos negros neste postulado – ou seja, papel nenhum -, o *melting pot* foi idealizado como algo que poderia ser encontrado apenas na América: a união fraterna e harmoniosa³⁸ entre os mais diversos homens (entenda-se: grupos europeus) que haviam emigrado para a nova vida naquele território. Interessante notar, contudo, que neste momento ainda, os diversos homens (grupos europeus) eram basicamente as populações do norte e oeste da Europa. A diversidade no caso, se estenderia no máximo até os alemães e franceses, e mesmo estes, em localidades mais ou menos específicas (alemães sobretudo na Pensilvânia, por exemplo, e franceses na Lousianna).

Michel Guillaume St. Jean de Crèvecoeur, um observador francês que naturalizou-se nova-iorquino, escreveria, já em 1782, a consagrada “*Letters from an American Farmer*”³⁹ que, de certa forma, soube traduzir o ideal de *melting-pot*, de forma semelhante a qual apontamos a “tradução” de Gilberto Freyre para o caso da democracia racial brasileira. Assim, como bem apontam Glazer e Moynihan (1970), ao se referirem sobre o mito que inclusive deu nome a obra deles: “*A idéia do melting pot é tão antiga quanto a da República. ‘Eu poderia mostrar para vocês uma família (...) cujo avô era um inglês, cuja esposa era holandesa, cujo filho casou-se com uma mulher francesa, e cujos os quatro filhos vivos tem agora quatro esposas de diferentes nacionalidades. Ele é um americano, que deixando para trás de si todos os preconceitos e costumes de seus antepassados, recebeu novos do novo modo de vida que ele abraçou... Aqui, indivíduos de todas as nações são fundidos (melted) em uma nova raça de homens...’ Esta era uma idéia próxima do coração da auto imagem norte*

³⁸ É interessante observarmos, no caso, como esta idealização de *melting-pot* se assemelha à condição do “*melting-pot*” brasileiro, de Gilberto Freyre, na constituição de ser esta uma mistura harmoniosa e fraterna. Para o Brasil, tal idealização se formulou entre as três raças. Para o *melting-pot* americano, a “mistura” permitida se deu entre os diversos grupos europeus. Sempre o ideal harmonioso e fraterno, entretanto, é pretendido e glorificado.

³⁹ Ver anexo 1 no final da tese, com a íntegra da carta.

americana” (Glazer & Moynihan, citando o próprio Crèvecoeur, 1970:288 – grifos meus, negrito do autor). Da mesma forma se refere Handlin: “*Mesmo antes da Revolução, um eloqüente escritor, ele mesmo nascido na França, explicitou lucidamente as bases sobre as quais a política norte americana de imigração deveria permanecer no próximo século e meio. Sua ‘Cartas de um fazendeiro norte americano’ (Letters from an American farmer) mostrou que o americano [leia-se norte americano] era, e assim seria, um novo homem, modelado não por sua herança ancestral, mas pelas livres instituições sobre as quais ele vivia.” (Handlin, 1959:147 – grifos meus). De uma maneira ou de outra, Crèvecoeur é sempre citado por diversos outros autores que se dedicaram aos estudos da imigração americana neste período (Dublin, 1993; Brun,1980; Handlin,1973, Bellah et al, 1996).*

Esta noção de ser o americano um homem novo, uma nova raça, por assim dizer, é de fundamental importância para nosso estudo, e está muito presente na idéia do *melting-pot*. Isto porquê, da mesma maneira que foi preciso “inventar” o brasileiro, e de forma mais enfática ainda logo após a proclamação da Independência e da República; semelhante movimento já haveria ocorrido nos EUA, onde também foi preciso se “inventar” o americano. Este novo ser, como tão poeticamente declarou Crèvecoeur, teve suas raízes no passado europeu, mas se constitui com base em novos ideais, aqueles aos quais Tocqueville muitas vezes faz menção. “*Como Tocqueville viu, o americano, este novo tipo de homem, era uma tentativa de um tipo de personagem moldado por valores herdados de um lado, e desafios de expansão de fronteiras por outro” (Bellah et al., 1996:39 – grifos meus). E mais uma vez, voltando-se aos estudos de nosso capítulo I, Robert Bellah, da mesma forma que Poutignat & Streiff-Fenart (1997) igualmente afirmaram, ou em uma outra vertente o próprio Benedict Anderson (1989), “*Um personagem representativo (a representative character) é um tipo de símbolo.*”*

Esta é uma maneira através da qual nós podemos unir em uma imagem convergente o jeito do povo em uma dada organização social e dar sentido de direção para suas vidas. De fato, um personagem representativo é mais que uma coleção de traços e personalidades. Ele é, ao invés disso, uma imagem pública que ajuda a definir, para um dado grupo de pessoas, apenas os tipos de traços e personalidades que são bons e legitimam o desenvolvimento. Um personagem representativo fornece um ideal, um ponto de referência e foco que dá uma expressão real a um ponto de vista, a uma maneira de viver” (Bellah et al., 1996:39 – grifos meus).

Entretanto, assim como no Brasil, da mesma forma nos EUA, esta “invenção”, ou como diz Bellah, a criação deste personagem representativo, não se faz sem os conflitos e as contradições respectivas que a acompanham.

As novas ondas de imigrantes que os EUA receberam sobretudo no século XVIII - irlandeses, escoceses (Scotch-Irish), alemães, suíços, (Moravians), suecos, franceses (Huguenots e Acadians)⁴⁰, e judeus holandeses, alemães, portugueses e espanhóis - são o que os EUA atualmente considera como os velhos imigrantes: *the old immigrants* ou *the old stock*. Mesmo entre estes, a harmonia do tão idealizado *melting-pot* já se fez conflituosa e problemática, principalmente na relação entre católicos e protestantes (os católicos em geral eram os irlandeses e muitos alemães também). As imposições de leis de restrição e manobras políticas para a seleção de quais imigrantes a América desejava receber, podem ser consideradas também, assim como a própria noção de *melting-pot*, “as old as the republic”, para “brincarmos” com os termos de Glazer e Moynihan.

Este aspecto conflituoso e contraditório, ao lado das demais características, é sem dúvida um traço forte da identidade americana, que permanece até os dias

⁴⁰ É preciso que se leve em conta que, no momento destas emigrações (século XVII-XVIII) os Estados-nações europeus ainda não estavam constituídos tal qual os conhecemos hoje. Eis porque a presença muitas vezes de Huguenots e não franceses.

de hoje. Mudam-se os focos de agressão e resistência, mas o dilema entre imigração/restrrição é um duelo permanente naquela sociedade, desde sua fundação. Contrariamente ao que se pretende desenhar na atualidade, o conflito entre imigrantes e americanos de nascimento não é um dado do presente. Este conflito vem acompanhando a nação desde que esta se constitui enquanto tal, embora nem sempre este dado histórico queira ser lembrado. *“A atitude colonial com relação à imigração pode ser resumida com um acolhimento coberto de temor. Embora fosse do conhecimento geral que as constantes levas de imigrantes era uma condição essencial para a expansão colonial, os problemas sociais que a imigração introduzia ou intensificava levavam/conduziam, se não a um nativismo organizado, ao menos à disseminação da hostilidade popular contra certos grupos de imigrantes. Esta atitude ambivalente estava refletida na legislação imigratória colonial. Lado a lado de leis designadas a promover e encorajar a imigração, existiam outras cujo propósito era excluir ou restringir a mesma.”* (Jones, 1961:40-41). Esta **ambivalência**, como assim denomina o autor, segue a história americana até a contemporaneidade. Se neste primeiro momento, o conflito maior ocorreu entre católicos e protestantes – *“Católicos romanos, por exemplo, embora não fossem de fato excluídos de lugar algum, eram comumente desencorajados a vir (...) eram os escoceses, irlandeses e os alemães [católicos] que no século XVIII sucederam os Huguenots como os principais objetos da aversão nativista.”* (Jones, 1961:43-45 – grifos meus) – em momentos seguintes da história, estes conflitos mudaram de alvo, porém não perderiam esta característica nativista contra a “invasão” daqueles que lhes fossem diferentes. Anos mais tarde, seriam os “novos imigrantes” o alvo primordial dos conflitos e, atualmente, são os latinos e asiáticos o principal problema⁴¹.

⁴¹ Os negros, como visto, acompanham estes conflitos desde a colonização, sendo que a eles nunca foi concedido um espaço livre de contradições e conflitos. São “alvos” constantes de conflito, por assim dizer. Além do que, como já me referi acima, eles não fazem parte da idéia de “imigrantes”.

Estas situações de conflito e restrições, resistências e nativismo, colocam em cheque a veracidade do mito do *melting-pot*, mesmo entre os grupos de europeus, nem abordando aqui a “não veracidade” deste mito em relação aos negros e indígenas americanos. É desta forma que, ao retomar a poética de Crèvecoeur, Jones afirma: “*a suspeita e o antagonismo persistentes entre os diferentes grupos étnicos da população colonial serve como um alarme contra a aceitação literal da descrição freqüentemente citada de Crèvecoeur sobre o americano do período da guerra de independência como o produto de ‘aquela estranha mistura de sangue a qual você não achará em nenhum outro país’.* Embora Crèvecoeur pudesse citar uma família cujos quatro filhos fossem casados com mulheres de diferentes nações, ele estava certamente exagerando a respeito do grau desta ‘intermistura’ (*intermixture*) – contudo não sobre o efeito do ambiente – quando ele escreve em 1782 que ‘*indivíduos de todas as nações são fundidos em uma nova raça de homens*’. A evidencia parece antes sugerir que enquanto a população das colônias era cosmopolita, estava longe de ser um amálgama de diferentes raças. Como o Professor Carl Bridendaugh tem observado, ‘*casamento entre nacionais e, por conseguinte de mesma religião, foi a regra e não a exceção*’ ”. (Jones, 1961:48-19 – grifo meu).

No momento ainda anterior a Revolução Americana (1776), a principal rejeição a emigrantes esteve centrada sobretudo na questão religiosa, entre católicos e protestantes. Esta, entretanto, não deixou também de ser um conflito étnico, pois os católicos, em sua maioria, eram irlandeses. Assim como até hoje ocorre nos EUA, este aspecto étnico do conflito esconde na verdade a contradição maior que está por detrás desta rejeição, que está relacionada com a própria estrutura de classes norte americana, disfarçada sob a forma de conflitos étnicos⁴².

⁴² Retomaremos este ponto mais adiante, na terceira parte desta tese. Por hora, faz-se apenas uma observação à atenção do leitor em relação a este dado, de importância maior nas partes posteriores que serão discutidas aqui.

Os irlandeses, neste período anterior à revolução (e mesmo depois) encontravam-se na camada mais inferior da estratificação social norte americana. De semelhante forma estariam os “novos imigrantes” na virada do século XIX-XX, bem como atualmente estão os latinos e boa parte dos asiáticos. Desta forma, segundo meu entender, a questão de classes nos EUA está sempre “encoberta” por esta questão étnica e/ou racial (os negros sempre acompanharam esta camada mais baixa ao lado dos grupos mais evidentes em cada momento histórico).

Se durante o século XVIII, regra geral foram os irlandeses o grupo étnico sobre o qual as restrições americanas tiveram maior ênfase – pelo fato essencialmente de serem católicos em sua maioria – após a Revolução Americana, no final já do século XVIII, esta composição social passa a ser endossada pela presença também de franceses. Com a aproximação da Revolução Americana, já em 1776, o sentimento nacionalista toma grandes proporções, os ideais de liberdade e autonomia se estruturam mais solidamente e, da mesma maneira, a respectiva preocupação com novos agentes (imigrantes) entrando em tal sociedade. Após a conquista⁴³ da Independência Americana, pensava-se a formação deste “novo homem” pretendido no ideal de *melting-pot* como algo concretizado e, de semelhante forma, a identidade americana, com seus respectivos dogmas e valores que a acompanham. Com os acontecimentos da Revolução Francesa, novas ondas de emigrantes atingem a América, inclusive muitos refugiados da França. Estes acabam por aumentar a presença dos católicos nos EUA por um lado, e por outro, a resistência e desconfiança da população das colônias americanas, recém libertadas, do fantasma da opressão européia encarnado na figura da Igreja Católica. De acordo com os rumos que os EUA

⁴³ Observe-se aqui também a importância das palavras. A independência americana foi conquistada, exigiu esforço e empenho por parte dos seus cidadãos, que lutaram para conquistá-la. A independência brasileira foi proclamada, dependeu, mais uma vez, de alguém para existir (ironicamente, dependeu novamente de mãos portuguesas...). Foi passiva, e não “ativa”. É assim que aprendemos estes termos até hoje nas escolas, e é assim que os autores se referem a estes acontecimentos em seus textos. Construção e re-construção das nações... (Andreson, 1989).

seguiram logo após sua independência, contudo, os franceses deixaram poucas marcas na constituição americana. Esta, de certa forma, já havia se sedimentado através das concepções anteriores, que marcadamente fizeram parte deste período de independência e formação da União das Colônias em EUA da América. Os ideais de liberdade e democracia, após a independência, se sedimentam como valores genuinamente americanos. Nesta mesma época, o inglês triunfou como a língua nacional entre as ex-colônias, e as instituições de maneira geral, religiosas e laicas (escolas públicas, por exemplo), foram se unificando na adoção do inglês, até mesmo no que se refere às Bíblias, livros de oração e hinários. Os jornais de língua estrangeira (alemã, escocesa, holandesa, etc...) aos poucos foram perdendo força, na medida em que estes grupos se assimilavam ao formato da nova nação. A idealização dos EUA como uma nação asilo de oprimidos e injustiçados se difunde, resultando em mais um forte ideal da identidade daquele país. *“A Revolução deu nova ênfase e significado à idéia de que a América era um refúgio para os oprimidos do mundo (an asylum for the oppressed of the world). Para a população da Nova Inglaterra, acostumada a idealizar seus antepassados puritanos como fugitivos da tirania, a idéia já era de longo tempo familiar. Agora, na onda de filantropia que acompanhou a vitória da independência, este conceito tornou-se parte da fé dos americanos como um todo. O Common Sense de Thomas Paine viu o fato da América ter sido o ‘refúgio para os amantes das liberdades civil e religiosa perseguidos de toda parte da Europa’ como sendo uma das características excepcionais e singulares daquele país”.* (Jones, 1961:79 – grifos meus).

Este é mais um mito, em parte verdade, em parte contradição, que permeia fortemente o imaginário da nação americana, até a atualidade. Entretanto, passado este primeiro período após a independência americana, o duelo imigração/não imigração continuou vivo durante todo o século XVIII e XIX, refletido em

mudanças constantes nas leis de naturalização de estrangeiros que os EUA estabeleceram após sua independência. Já no ano de 1815, começariam os movimentos de emigração em massa da Europa, graças às revoluções que estavam acontecendo no velho continente, bem como o explosivo crescimento demográfico da população européia devido aos avanços tecnológicos nos tratamentos médicos e sanitários, e à revolução das técnicas agrícolas. A revolução industrial também foi alavanca de grande êxodo europeu. Mais tarde, a revolução nos meios de transporte (embarcações a vapor) seria outro fator de grande influência neste êxodo em massa, pois facilitou enormemente a travessia do Atlântico. Na primeira metade do século XIX, alemães, em sua maioria, e outros europeus do norte formaram as maiores correntes. A partir de 1840, a época da grande fome (*Great Famine*) na Irlanda impulsionou o êxodo europeu para números avassaladores. Novamente a entrada de grande contingente de católicos reavivou as animosidades entre estes grupos religiosos, uma vez que o sentimento anti-católico havia perdurado por todo o final século XVIII e mesmo XIX. Com a revolução da industrialização dos EUA, neste mesmo período, estes irlandeses viriam a compor grande parte do proletariado urbano do país, novamente vinculando as questões de classe às de etnia/raça, tal como sugeri acima. O sentimento nativista e nacionalista dos americanos se acirrou, a hostilidade contra a Igreja Católica também. No período que antecede a Guerra Civil Americana (Guerra da Secessão, em 1860), a questão da homogeneidade nacional se sente ameaçada pelo sectarismo, e partidos, movimentos de diversas origens surgem reascendendo violentamente a força do nativismo. Exemplo desta condição é o movimento denominado de *Knownothingism*, que durante os anos de 1851 a 1858, teve a representação e o apoio de grande parte dos americanos. Este movimento pretendia restringir a liberdade e atuação (especialmente a atuação política) de estrangeiros e católicos (estes últimos, quaisquer que fossem, estrangeiros ou não).

Como bem aponta Condon, em relação a este movimento: *“Este foi o nome dado a um movimento na política americana que atraiu uma larga porção da atenção pública durante o período de 1851 a 1858. Ele foi o renascimento ou o reaparecimento sob um novo nome de Movimento Nativista Americano (the Native American Movement) que, durante o primeiro quarto do século, manifestou vários esforços organizados no sentido de incorporar seus princípios dentro da legislação e política do governo americano. Estes princípios, resumidamente expostos, eram: 1.) a proscricção daqueles que professassem a fé Católica Romana e, 2.) a exclusão dos cidadãos estrangeiros de todos os cargos de confiança (offices of trust) e emolumento no governo, quer seja federal, estadual ou municipal. Deve ser somado a isso que os católicos romanos de origem irlandesa, quer fossem estrangeiros ou nascidos nos EUA, foram em todos os tempos o alvo principal da hostilidade do nativismo americano, e que os ‘estrangeiros’ (foreigners), desdenhosamente assim chamados, contra quem as denúncias do Know-nothing eram levantadas, e os quais eram excluídos dos direitos da cidadania, foram em sua maior parte imigrantes irlandeses para os EUA que professavam a fé católica. Este espírito do nativismo americano pode ser resgatado até os tempos do mais remoto início do governo nacional. Em muitas das colônias haviam leis punitivas que proibiam a prática da religião católica romana, e estas leis permaneceram nos Estatutos (Statute Books) até o período da Guerra de Independência.”* (Condon, 1999 – grifos meus). O objetivo principal do movimento *Know-Nothing* é bastante expressivo em seu slogan: *“America for the Americans”*, algo muito parecido com o sentimento nacional que vemos presente até hoje nos EUA.

Novamente aqui, mais do que a sucessão dos fatos históricos, o que nos importa destacar é exatamente esta que parece ser a essência deste dilema americano. Por um lado, a necessidade e o reconhecimento dos imigrantes, tanto

no que se refere às necessidades reais da economia americana (necessidade), quanto ao ideal propagado na idéia de nação (reconhecimento). De outro, a repulsa e intolerância pelas novas levas de imigrantes, trazendo para a América novos costumes, novas representações, e, o que é mais assustador ainda, novos componentes raciais. Ao contrário do que comumente se imagina, este não é um dilema contemporâneo apenas. Ele acompanha os EUA desde sua formação.

É desta mesma forma que, passada a Guerra de Secessão, com a chegada dos assim chamados “novos imigrantes” (*the new immigrants*), já no final do século XIX, novamente estas rivalidades revigoram-se e voltam a se intensificar, o nativismo americano retoma a cena, e os antigos imigrantes (*old stocks*) passam agora a se opor à chegada dos novos. Neste momento, estes novos imigrantes vinham ainda dessa mesma Europa. Contudo, desta vez, não mais a Europa do norte e do oeste, e sim a Europa do sul e do leste. Compunham-se estes novos imigrantes predominantemente de italianos, russos, gregos, poloneses, turcos, eslavos, e judeus (judeus russos, na maior parte). Assim como havia acontecido outrora, os fatores de expulsão da Europa do norte e oeste estavam atingindo agora a Europa do leste e sul. E, da mesma maneira que havia acontecido antes, a resistência dos americanos em aceitar tais contingentes foi grande e notoriamente sentida. Este é, acima de tudo, o ponto que nos interessa sobremaneira.

Em relação a esta nova imigração, a construção de estereótipos sobre estes novos grupos foi novamente a base ideológica da formação de atritos, e as divergências étnicas foram endossadas por estes estereótipos. A questão de classes novamente esteve presente, encoberta sob este caráter étnico: estes novos imigrantes, como é de se supor, ocuparam os postos mais baixos de trabalho, do processo acelerado de expansão da industrialização pelo qual passou os EUA no final do século XIX e início do XX. Mais uma vez, o critério de etnia/raça serviu como base para a justificativa da diferenciação social. Os novos imigrantes foram

comumente classificados como de “outras raças” que não a européia, mesmo sendo brancos – italianos, russos, turcos, etc... eram comumente tidos como “outras raças da Europa”. Presente no imaginário norte americano até a atualidade, italianos, para citarmos apenas um exemplo, formam um grupo étnico a parte naquela sociedade, quase como uma “sub-raça” branca, mesmo que estes estejam integrados àquele país por mais de um século, dominem perfeitamente o idioma, participem dos costumes, e inclusive, da vida ideológica e política da sociedade abrangente.

Já no século XX, e especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, o contingente emigrantista muda de foco novamente, compondo-se maciçamente de asiáticos e latino-americanos a partir de então. Entretanto, os padrões e os conceitos que acompanham a realidade imigratória também seguem esta mudança de forma paralela. São estes grupos, agora, os alvos primordiais de esteriótipos, resistências e intolerância, ao mesmo tempo em que, mais uma vez, são estes grupos que chegam aos EUA para ocuparem os níveis mais baixos do estrato social americano, localizados agora não mais no setor industrial predominantemente, mas em serviços não qualificados do setor terciário. Este dilema, por assim dizer, é um traço americano tão forte e presente da identidade daquele país quanto as próprias noções de liberdade, igualdade e democracia, que tão enfaticamente a América tenta proclamar para o mundo. Inserido neste dilema, a presença dos brasileiros agora toma parte deste conflito. Somos agora, um dos mais recentes “alvos” deste duelo.

3. O Mito Americano: Liberdade, Igualdade e Prosperidade (The pursuit of happiness)⁴⁴

*Not like the brazen giant of Greek fame,
With conquering limbs astride from land to land
Here at our sea-washed, sunset gates shall stand
A mighty woman with a torch, whose flame
Is the imprisoned lightning, and her name
Mother of Exiles. From her beacon-handed
Glow world-wide welcome, her mild eyes command
The air-bridged harbor that twin cities frame
“Keep, ancient lands, your storied pomp!” cries she
With silent lips. “Give me your tired, your poor,
Your huddled masses yearning to breathe free,
The wretched refuse of your teeming shore.
Send these, the homeless, tempest-tost to me,
I lift my lamp beside the golden door!”*

Emma Lazarus

“The New Colossus” (1883)

⁴⁴ Comumente traduzido em português como “a procura da felicidade”.

A idealização da América, apesar de inúmeros fatos históricos que desmintam este “glamour”, é composta assim, por um imaginário glorioso que a fundamenta até os dias atuais. Muito mais expressivo do que a mera “União de Estados”, a conceituação de “Estados Unidos da América” evoca um destino heróico e vitorioso no imaginário daqueles que tiveram suas origens em antepassados que atravessaram oceanos em busca de uma nova vida, livre e próspera. Para desespero dos demais americanos – latinos ou de outra ordem, como os demais norte americanos do Canadá - a categorização da América (leia-se, Estados Unidos da), apropria-se de parte de nossa identidade, sendo que a palavra América, muito mais que um continente, costuma expressar a sobrepujança de uma nação que adquiriu para si este vocábulo.

Tão forte quanto a palavra “América” (que neste sentido, não nos remete a algo dado, mas feito: “fazer a América”) são as palavras liberdade e prosperidade. A América se faz, se constrói, e ela se constrói alicerçada no poder da liberdade, da igualdade entre os homens, e da democracia, bens que geram prosperidade entre aqueles que deles partilham. É exatamente isso que a América oferece a tantos e tantos milhares de imigrantes que a procuram constantemente ao longo dos séculos: a chance de uma nova vida, livre e próspera. A América tem por vocação receber aqueles que estão sendo perseguidos, humilhados, despossuídos pela pobreza ou pela injustiça, pela perseguição de seus ideais, sejam eles políticos ou religiosos; ou até mesmo pelas tormentas da natureza (a exemplo da “*the great famine*” irlandesa), e transformar-lhes em homens livres, iguais, detentores de oportunidades de uma vida nova, com possibilidades de prosperidade numa terra livre e farta, rica e generosa para com os filhos que ela recebe. Esta é, por assim dizer, a maior “vocação” da América. Como uma grande mãe, a América está predestinada a receber estes indivíduos, e assim ela foi concebida, logo em seus

primórdios, muito antes de ser o que hoje conhecemos como os Estados Unidos da América. Este ideal participa de um momento onde, a América (ou parte do que iria constituir-se futuramente como a América já nos séculos XVIII e XIX) era conceptualizada como uma sociedade de homens exilados do continente europeu por perseguições religiosas e/ou políticas, falta de oportunidades, miséria, entre outros males e agruras. Num momento onde as embarcações ainda eram muito precárias, a coragem e a bravura destes homens em atravessar os mares perseguindo um ideal, colonizar uma nova terra selvagem, virgem, ainda não domada pela mão do homem, e fazer dela a grande pátria gloriosa de seus descendentes, onde eles próprios e seus filhos encontrariam liberdade e prosperidade, progresso, e até mesmo riquezas, é um imaginário que, de certa forma, sedimenta a construção ideológica daquela nação. Este é, por assim dizer, o “mito” de formação da América. É assim que ela é concebida pelos seus idealizadores, e é assim que ela é vista, de forma ainda bastante ampla, até a atualidade.

O poema épico que se encontra aos pés da Estátua da Liberdade, de Emma Lazarus, embora consiga traduzir de forma majestosa esta idealização da América, sobrepõe-se às dificuldades e contrastes que permeou a vida de todos estes imigrantes que buscaram, e ainda buscam, refúgio em seu território. Quem está apto a ser seu filho injustiçado e desprovido, marcado pela pobreza e o infortúnio, que a ela pode recorrer por seu auxílio, segurança e conforto? Os negros escravizados? Os indígenas nativos, massacrados e despojados de suas terras? Os católicos irlandeses rejeitados e subordinados aos estratos mais baixos do proletariado durante séculos? (que disputaram inclusive, por décadas, trabalho e meios de sobrevivência com os negros). Chineses, japoneses, mexicanos, latino-americanos e asiáticos em geral? (os alvos mais focados durante o século XX). Em certa medida, todos fazem parte da América, e nela encontraram seu “refúgio”.

Exceção aos indígenas e negros talvez, que, apesar de pertencerem a esta nação por um período histórico significativamente imperativo (no caso dos índios então, o território era deles), até hoje encontram-se entre aqueles que menos são reconhecidos dentro daquela sociedade. A questão racial entre negros e brancos (ou o *old stock*, mais uma vez) é um dos impasses mais problemáticos a ser resolvido até hoje nos EUA, e, de certa maneira, apesar de séculos de permanência naquele país, e de uma profunda reestruturação no seu papel dentro daquela sociedade especialmente a partir da década de 1960, ainda está longe o desfecho deste impasse.

Mesmo entre os imigrantes que, paulatinamente acabam sendo incorporados na sociedade americana (sem que, contudo, incorporem-se suas origens étnicas), nenhuma destas formas é dada pacífica e harmoniosamente como se supõe. Mas do que isto, este “acolhimento” da América não se faz sem certos traumas. Nada disso, entretanto, faz parte das estórias, hinos e poemas que declamam o esplendor da nação. A nação americana, esquecendo-se de parte dos fatos que também constituiu a realidade histórica daquele território, é a terra generosa da igualdade, democracia, liberdade e conseqüente prosperidade. A cada indivíduo que é capaz de chegar em suas terras, um mundo de oportunidades lhe é oferecido, pois a América, tal qual uma mãe generosa, oferece um amplo espectro de oportunidades para cada um dos seus filhos, igualmente. A noção de igualdade também é imperativa. A partir daí, toda a prosperidade vai depender de cada indivíduo (a concepção do individualismo norte americano). Dentro deste imaginário é que, de forma as vezes mais, as vezes menos intensa, repousa a ilusão de todo imigrante que consegue atingir seu solo. Com os emigrantes brasileiros, dentre tantos outros

que compõem estas novas “levas” de imigrantes dentro dos EUA, não poderia ser diferente, como de fato não o é⁴⁵.

Quem dera todo mito pudesse corresponder à realidade.

⁴⁵ Emigrantes brasileiros porque estou falando em referência ao Brasil. Imigrantes nos EUA, pois agora, o país de referência é o próprio (EUA).

SEGUNDA PARTE

OS BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS
(O CASO DE MIAMI)

I. UM NOVO MOMENTO DA HISTÓRIA

BRASILEIRA: A EMIGRAÇÃO NACIONAL

Como visto na primeira parte desta tese, o Brasil, a partir do século XIX (praticamente desde o início deste século)¹, e de forma ainda mais enfática a partir da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, desaponta no cenário mundial como um dos grandes países receptores de mão de obra estrangeira, diversa agora daquele tripé de portugueses e negros, ao lado dos indígenas autóctones. Com as mudanças ocorridas durante o século XIX, o nosso quadro populacional começa a se alterar significativamente, com a continuidade da entrada de mão de obra estrangeira, mas desta vez, de uma mão de obra composta por imigrantes livres e vinda de diversas outras regiões européias, muito além da ex-metrópole portuguesa,

¹ As primeiras tentativas de formação de colônias imigrantes no Brasil aconteceram muito antes da virada do século XIX-XX. Logo após a vinda da Coroa ao Rio de Janeiro (1808), alguns acontecimentos tiveram destaque neste sentido, sem contudo, alcançarem êxito. Data de 1819 uma das primeiras tentativas de instalação de colonos livres em solo brasileiro, iniciando uma primeira manobra de imigração livre dirigida a não portugueses. Um tratado de Dom João VI estabelecia a formação de um núcleo colonial na região serrana do Estado do Rio de Janeiro (atual região de Nova Friburgo), para onde vieram imigrantes suíços ainda no período colonial. A corte de Dom João VI “encomendou” 100 famílias vindas da Suíça na tentativa de estabelecer uma nova forma de organização social assentada no trabalho livre, pagou a viagem destes imigrantes (ou seja, favoreceu uma imigração subsidiada) e deu a cada família 1 milhão de metros quadrados em terras para a formação de núcleos coloniais (Veja, 1996). Esta, entretanto, revelou-se uma tentativa bastante fracassada, já que, de acordo com os padrões contextualizados nos itens anteriores, a questão social brasileira da escravidão e de homens “pseudo-livres” dificultava (para não dizer impedia) a estruturação do trabalho livre no Brasil colonial. Mesmo assim, já em 1823, somente quatro anos mais tarde, chegava a esta mesma região do país imigrantes alemães, e no ano de 1824 surge a primeira colônia de alemães no Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo (Veja, 1996; Yoshioka, 1995; Bassanezi, 1995; Seyferth, 2000). Data deste ano também, 1824, o questionamento da necessidade de se adotar uma política migratória para o país, e o surgimento desta pauta entre os dispositivos legais do novo governo brasileiro. Todas estas tentativas, entretanto, acumularam histórias de fracasso, sendo que a presença das levas de imigrantes no Brasil só consegue se concretizar de fato após a Abolição e a República.

ao lado também de uma grande representação de populações asiáticas, das quais árabes e japoneses possuem maior destaque.

A segunda metade do século XIX marcou o começo do maior fluxo migratório na história do Brasil (excluindo-se deste contexto, como já ressaltado, a migração africana), configurando um acontecimento que se manteve vivo até os anos do pós Segunda Guerra, e que iria acabar por caracterizar o Brasil como um país receptor de imigrantes². Particularmente nas regiões sul e sudeste do país, estes novos imigrantes passaram a caracterizar uma marca de identidade destas regiões, como é o caso por exemplo do Estado de São Paulo, que teve instalada em suas hospedarias de imigrantes uma população de mais de 4 milhões e meio de pessoas compondo um contingente de mais de 70 nacionalidades distintas. (Revista do Museu da Imigração, 1996:5).

Após este período de imigração estrangeira em grandes levas para o Brasil, que começa a encerrar-se já na primeira metade do século XX, praticamente cessando após o término da Segunda Guerra, o Brasil passa a ser pensado como um país de população fechada (Patarra, 1996). A partir de então, as migrações internas que ocorreram no país desempenharam a expressão máxima dos fluxos migratórios que o envolviam, especialmente em relação ao êxodo rural e às migrações da região nordeste em direção à sudeste. Este quadro, entretanto, viria a transformar-se significativamente a partir dos anos de 1980. Pois é justamente a partir desta década que se começa a perceber com mais nitidez a questão da emigração brasileira.

Atualmente, as relações migratórias que envolvem o Brasil, de acordo com os diferentes contextos e frente aos acontecimentos internacionais mais recentes, englobam a realidade da população brasileira num processo “inverso” àqueles aos quais até então se atribuía a caracterização populacional do país. Inseridas dentro das novas linhas de relações internacionais, as correntes de emigração brasileira

² Este período é comumente denominado de “período das grandes migrações” e se refere à segunda metade do século XIX, virada do século XIX-XX. Foi assim caracterizado por diversos autores por representar a fase de maior expressão das correntes migratórias, basicamente européias, dirigidas ao país. Entretanto, não se pode perder de vista que os 4 séculos anteriores de maciça migração africana ao país através do tráfico de escravos estabelece igualmente uma forte condição de migração (mesmo que forçada) em direção ao Brasil.

compõem um novo momento da história de nossa população nacional. Ao mesmo tempo, o Brasil ainda participa das relações migratórias internacionais também como país receptor de outros fluxos, tal qual sua tradição histórica, desde a sua formação. Contudo, embora esta característica ainda se mantenha e, ainda hoje, o Brasil continue a figurar no cenário mundial como um país receptor de imigrantes, é interessante observarmos como os fluxos migratórios recebidos hoje em dia são caracterizados pela população brasileira em geral como “não tão bons como os de antigamente”, justamente por se tratarem de fluxos vindos de outros países da América Latina, como Bolívia e Peru, ou vindos da Ásia, mas não a Ásia japonesa (Coreia e China). Não são mais, portanto, os desejáveis fluxos europeus, o que descaracteriza um pouco a epopéia comovedora com a qual os fluxos anteriores são em geral retratados.

Ocorre, portanto, no Brasil, um quadro de entrada e saída de população tendo-se ao fundo a reestruturação da economia mundial através dos processos de globalização, enfaticamente anunciados na década de 1990 (Patarra, 1996).

Pela primeira vez em sua recente história como nação, portanto, o Brasil se vê frente a uma situação de saída de sua população. A partir de meados da década de 1980, o país começa a sentir o impacto de um volume já bastante expressivo de brasileiros em direção a outros países. Este fato veio a descaracterizar, desta forma, tanto a idéia do país como exclusivamente receptor de fluxos internacionais, bem como a concepção de população fechada com a qual o Brasil vinha sendo pensado nas últimas décadas precedentes a 1980.

Muito já tem sido escrito sobre o fato de ser a emigração de brasileiros uma experiência inédita para o país (Sales, 1991, 1992, 1995, 1995-A, 1999; Patarra, 1995; Margolis, 1994; Oliveira, 1997; Assis, 1995; Martes, 1998; Scudeler, 1999; Fusco, 2000). Brasileiros vivendo em outros países sempre existiu, mas o que é de fato inédito, é a saída de um número expressivo de população (milhares), a partir de um determinado momento específico, que sai para determinados pontos específicos de recepção, compondo assim, verdadeiras correntes migratórias. Estes contingentes

numérica e socialmente significativos é que fazem parte de nossos estudos aqui. Desde que tiveram início, as correntes de emigração de brasileiros vêm se estabelecendo em determinados pontos de destino. Não foram, portanto, uma escolha casual de transferência de mão de obra, ou mesmo uma mera expulsão de população por parte da crise econômica brasileira. Fatores coincidentes levaram estas correntes a se estabelecerem mais solidamente em determinados pontos, inclusive através da composição de verdadeiras redes sociais.

Os anos 80 do século XX, para o Brasil, amargaram uma grande recessão econômica e uma frustração e desilusão generalizada por parte da população brasileira que via, após o tão esperado período de abertura democrática, suas condições de vida declinarem sensivelmente. As expectativas sucessivamente frustradas de resolução do problema inflacionário, que chegou a níveis insuportáveis em determinados períodos mais críticos, somadas a uma série de derrotas das condições sociais que tornaram-se para alguns setores populacionais absolutamente degradantes (basta ver os números de aumento da miséria brasileira neste período), geraram um clima de pessimismo generalizado dentro da sociedade brasileira. Ao lado desta crise no Brasil, e de uma certa forma em toda a América Latina, verificava-se uma nova conjuntura política e social num novo contexto do cenário internacional. Dava-se início a uma aceleração vertiginosa no processo de globalização ou de mundialização, como alguns autores preferem chamar, fato este que só seria devidamente notado nos anos 90.³ A conjunção destes fatores associados produziu, dentro da sociedade brasileira, esta grande novidade para o seu corpo social, que não havia sido registrada em nenhum outro momento anterior.

A partir, portanto, dos anos 80, foram se estabelecendo portos de destino das emigrações brasileiras, que surgiram por meio de alguns fatores coincidentes e, atualmente, podem ser considerados como verdadeiros nichos de recepção da

³ O processo de mundialização não é um fator absolutamente novo nem tampouco recente, sendo que seu início data de 1492 com a descoberta do Novo Mundo. Contudo a aceleração que se fez presente nestes últimos anos, através dos recursos tecnológicos e de novas concepções políticas, é o fator de “susto” para o mundo contemporâneo. A este respeito ver Ianni (1995) e Chesneaux (1996), entre outros.

população brasileira no exterior. Dentre os principais países de maior destaque para a recepção de população brasileira estão, em primeiro lugar, os Estados Unidos da América (38%), seguido do Paraguai (30%), Japão (13%), e de alguns determinados países europeus como Portugal, Itália, Alemanha, Espanha e França em maior destaque. (dados citados em Fusco, 2000 – Ministério das Relações Exteriores: *apud* Patarra, 1996).

Cada qual destes países de destino de brasileiros possuem caracterizações próprias que estas correntes foram estabelecendo ao longo destes últimos anos (década de 1980 e 90). Assim, podemos dizer que cada ponto de destino dos brasileiros que vêm deixando o país representa um processo social distinto. Impulsionados todos pela grave crise econômica que avassalou o Brasil nos anos 80, cada uma destas correntes tem origens distintas, principalmente na formação de suas redes sociais.

As correntes que se estabeleceram para o Japão, e para muitos dos países europeus, especialmente Itália, Portugal e Alemanha, surgiram em seu início como um “refluxo” de descendentes destes mesmos povos que haviam imigrado para o Brasil durante o referido período das grandes migrações na virada do século XIX-XX. Desta forma, observou-se em meados dos anos de 1980 um “refluxo” de descendentes buscando refúgio na pátria de origem de seus antepassados, numa tentativa de escape da crise econômica e social profunda em que o Brasil se via mergulhado nesta época. Descendentes de italianos buscavam a obtenção da dupla cidadania a fim de poderem emigrar para a Itália; da mesma forma, os descendentes de espanhóis buscavam ir para à Espanha; e aqueles descendentes de portugueses que conseguissem provar uma filiação minimamente recente buscavam Portugal como portão de entrada para o mundo europeu. Por uma série de vezes, estes mesmos descendentes procuravam outras rotas almejadas via a possibilidade que sua descendência lhes dava, como é o caso dos emigrantes que buscavam os EUA. Como bem observa Maxine Margolis, *“uns poucos brasileiros de ascendência portuguesa e italiana requeriam a cidadania dos países de seus ascendentes,*

através dos consulados português e italiano no Brasil. Assim, uma vez que os europeus - ao contrário dos brasileiros - não tem a reputação de overstayers de visto e de ilegais em potencial, entre os consultórios consulares americanos no Brasil, estes europeus nascidos-de-novo se dirigiam ao consulado americano mais próximo, com seus passaportes novinhos em folha, onde lhes eram assegurados os vistos de turistas para virem aos Estados Unidos.” (Margolis, 1994:102-103). O caminho para aqueles que não conseguiam provar descendência, ou não podiam prová-la, era o da ilegalidade e da clandestinidade, condição aliás, da imensa maioria de brasileiros em alguns pontos do planeta, como é o caso dos EUA, inclusive. Com os descendentes de japoneses residentes no Brasil, semelhante situação ocorreria. Face à realidade de coincidências opostas que assolava os dois países envolvidos - Brasil e Japão - estabeleceu-se uma corrente migratória muito importante de êxodo brasileiro: a de brasileiros descendentes de japoneses indo em direção ao Japão. Vale ressaltar aqui a condição de coincidência que efetivamente tem uma importância bastante significativa neste contexto. Crise econômica e desilusão política no Brasil, ao lado de um período fértil e de grande desenvolvimento econômico, e de falta de mão de obra barata (*labor shortage*) nestes países desenvolvidos, especialmente no caso do Japão.

No caso das correntes de emigração brasileira em direção a outros países da América do Sul, as especificidades mais marcantes destes fluxos residem na situação de que estes são os únicos fluxos de saída de brasileiros direcionados não a países do chamado Primeiro Mundo, ou países industrializados. Ao contrário, as principais correntes dos fluxos de emigração brasileira para a América do Sul se dirigem ao Paraguai, Uruguai e Guianas; dentre estes, especialmente o Paraguai, país muito pouco industrializado. Contudo, o Paraguai tem se revelado um local de destino constante de brasileiros, chamados inclusive de “*brasiguaios*”, justamente porquê estes fluxos têm como especificidades a questão fronteiriça de conflitos agrários e posses de terras, na expansão da população rural e de fronteira do Brasil. Compõem-

se, portanto, estes fluxos sul-americanos, como correntes que possuem especificidades à parte das demais.

Passados, entretanto, mais de 15 anos de fluxos contínuos de saída, especialmente para estes determinados pontos de destino, o fator “surpresa” desta realidade já diminuiu sensivelmente, e diversos outros aspectos foram surgindo, trazendo a tona novos questionamentos a respeito desta condição. Dentre muitos, um dos mais importantes aspectos destes novos questionamentos vincula-se exatamente a questão da temporalidade e expectativa de permanência destes emigrantes em seus respectivos locais de destino, que têm mudado significativamente ao longo desta breve história. E este novo aspecto traz, por sua vez, implicações muito sérias em determinadas outras posturas que nos preocupam neste estudo. É exatamente isso que veremos a seguir.

1. As transformações temporais da emigração brasileira

A princípio, por ser novo e desconhecido, por não haverem registros anteriores, e principalmente por não possuir ainda uma temporalidade que viabilizasse uma maior reflexão da dinâmica destes fluxos, a emigração brasileira foi tida como algo essencialmente esporádico. O perfil das pessoas que estavam saindo refletia a idéia desta esporadicidade: eram, no geral, homens jovens que buscavam trabalho em outros países (no caso estudado os EUA, mas não só), com a intenção de acumular capital em alguns pares de anos para, posteriormente, retornarem ao Brasil e investirem este dinheiro ganho no exterior aqui. Suas famílias permaneciam no Brasil à sua espera. O retorno era dado como certo. Não se concretizava,

portanto, uma “saída” de fato (um “abandono” da terra natal), mas tão somente uma fase transitória da vida destas pessoas, “emigrantes” temporários, durante (e em decorrência de) um período de grave crise econômica no país de origem.

Um exemplo bastante elucidativo desta situação pode ser visto no fluxo migratório de brasileiros em direção ao Japão, o chamado “movimento *dekasseguī*”. O início deste movimento foi absolutamente marcado por esta caracterização, de uma forte presença masculina, transitória, e de acúmulo rápido de capital, uma vez que a finalidade última desta migração implicava num retorno já de antemão estipulado (Oliveira, 1997; Sasaki, 1998). Da mesma forma, o fluxo de brasileiros para os EUA também seguiu esta mesma tendência em seus primórdios (Sales, 1999).

Entretanto, após praticamente duas décadas desde os primeiros impactos desta nova realidade social, algumas condições deste processo foram se transformando paulatinamente. Dentre muitos outros, destacaria como um dos pontos mais relevantes a respeito destas transformações, a questão da mudança dos padrões de intencionalidade em relação a estas migrações, o que tem sido demonstrado por uma parcela muito significativa da população brasileira residente no exterior. Explico-me melhor: Se de um primeiro momento, ainda recente, a população envolvida na emigração via esta condição como uma alternativa temporária para tentar solucionar o problema (seu problema pessoal) do impasse econômico pelo qual passava o Brasil – e isso é tanto verdade nos fluxos direcionados para os EUA quanto nos fluxos em direção ao Japão e à Europa, por exemplo – com o decorrer dos anos e, principalmente, com o desenvolvimento de verdadeiras redes sociais nestas migrações, vários aspectos e posturas têm se modificado consideravelmente.

A questão da transição enquanto condição de imigrante vivenciada por estes brasileiros, e de uma temporalidade intrínseca ao projeto da migração (o retorno dado como certo), têm passado por várias reformulações que se colocam diante de outras tantas possibilidades em relação ao estudo destes fluxos, inclusive em termos

de um repensar sobre alguns aspectos e conceitos até então considerados com bastante aceitação. Refiro-me aqui ao fato de que, pensar-se um brasileiro em condições esporádicas vivenciadas fora do país de origem reflete determinadas posturas; certamente diferenciadas das de um brasileiro que pensa a si mesmo como estrangeiro, posto que começa a estabelecer projetos de permanência no país de destino.

Uma declaração exemplificadora desta posição pode ser encontrada em Darcy Ribeiro, que assim descreve a emigração brasileira – como algo “bizarro”, esporádico e transitório –, naquele momento ainda contabilizada em meio milhão de pessoas (1992). Sua referência a esta questão está ligada, mais uma vez, à questão da identidade nacional, e à imagem do país como o Brasil receptor de imigrantes, acolhedor, amável, receptivo (o Brasil dos imigrantes, tal como é conhecido). Assim, descreve ele: *“Uma mesma cultura a todos engloba e uma vigorosa autodefinição nacional, cada vez mais brasileira, a todos anima. Esse brasileirismo é hoje tão arraigado que resulta em xenofobia, por um lado, e, por outro lado, em vanglória nacionalista (...) Pude sentir, no exílio, como é difícil para um brasileiro viver fora do Brasil. Nosso país tem tanta seiva de singularidade que torna extremamente difícil aceitar e desfrutar do convívio com outros povos. O prefeito de Natal morreu em Montevideu de pura tristeza. Nunca quis aprender espanhol, nem o suficiente para comprar uma caixa de fósforos. Alguns se suicidaram e todos sofreram demais. Basta ver uma reunião de brasileiros, do meio milhão que estamos exportando como trabalhadores, para sentir o fanatismo com que se apegam a sua identidade de brasileiros e o rechaço a qualquer idéia de deixar-se ficar lá fora.” (Ribeiro, 1995:243-244 - grifos meus).*

Desta declaração entusiasmada e quase apaixonada pela condição nacional podemos inferir algumas colocações. Primeiramente, o fato de ser esta mesmo, em grande parte das vezes, a noção que perpassa a imagem formada do brasileiro imigrante, residente no exterior. Regra geral, ele ainda é visto como um brasileiro que quer tão logo possível voltar para a sua terra natal, um brasileiro que não se

sente à vontade tendo que viver em outro país, convivendo com outros povos, um brasileiro que está emocionalmente ligado a sua gente por laços de solidariedade que o unem a esta cultura comum, à cultura brasileira, singular e única, como enfatiza o autor, e que, por isto mesmo, sofre tão penosamente por ter que enfrentar este período de vida longe de casa, buscando conviver, mesmo fora do Brasil, sempre aglutinado aos seus, outros brasileiros que também foram obrigados a deixar o país. Neste ponto, é importante observarmos que Darcy Ribeiro pensa a condição de emigração também como uma situação forçada de saída do país, ou, para usar as palavras de Margolis, de “exílio econômico”. Não consegue perceber as inúmeras nuances que atravessam as motivações para se deixar o Brasil, e que atualmente vão muito além da simples questão econômica. Aglomera ambas situações em um mesmo parâmetro, tanto o exílio político das décadas de 1960-70, como o “exílio econômico” das duas décadas subseqüentes. Para o autor, a condição de exílio fica notória, haja visto que o próprio inicia a sentença comentando a situação dos exilados políticos do momento anterior, não se dando conta da imensa diferença que existe entre estes dois contextos.

Entretanto, se buscarmos questionar este “modelo”, ele próprio calcado na condição inicial e bastante simplificada de apreensão das emigrações brasileiras, como já foi brevemente citado, iremos nos dar conta de que, na realidade, passados alguns anos de emigração contínua (e crescente), este brasileiro não sente tão profundamente a incompatibilidade de coexistência com outros povos que não o próprio brasileiro, não sente esta situação de convivência, extremamente difícil. Muito pelo contrário às vezes, e, mais do que isto, muitas vezes também não sente tanta animação assim ao se conceber como pertencente ao “grupo Brasil”, como também não sente tanta solidariedade presente nesta suposta “cultura comum que a todos englobaria”. Mais do que tudo, muitas vezes não sente (e isso parece ser uma condição em crescente perspectiva) um rechaço tão grande assim na idéia da possibilidade de deixar-se ficar lá fora, mas, ao contrário, o mais comum de se

encontrar é justamente esta noção de ir se deixando ficar...., sem o compromisso certo com a volta, e talvez, nem mesmo o compromisso certo com a permanência.

Esta é, por exemplo, uma atitude muito comum entre os brasileiros emigrantes para o Japão (Oliveira, 1997; Sasaki, 1998). Estes estabelecem justamente esta postura de ir se deixando ficar, muito observada também no movimento bastante usual desta população de ir e vir do Japão por diversas vezes, não estabelecendo residência definitiva em nenhum dos dois países em questão⁴. Mais comum do que se imagina, estes migrantes reincidentes somam grande número da população *dekasegui*, e, graças à condição de legalidade que lhes permitem várias entradas em território japonês, encontram-se pessoas que já foram trabalhar no Japão por 6 ou 7 vezes, até mais. No caso dos EUA, faz-se necessário elucidar que este movimento de ida e vinda não ocorre nesta mesma proporção devido às dificuldades impostas pela não documentação de grande parte dos emigrantes brasileiros. Sendo assim, as pessoas vão se deixando ficar mesmo, no sentido literal da palavra, uma vez que planejam seu retorno ao Brasil, mas não estabelecem uma definição concreta do fato, como acontece em boa parte dos casos. Ao contrário, esta “volta” ao Brasil acaba sendo transportada para um futuro cada vez mais longínquo, no qual as pessoas idealizam momentos cruciais da vida como pontos de referência ao retorno, como a aposentadoria, o final da formação educacional dos filhos, a chegada da velhice, etc... (Sales, 1999). Os dados recolhidos na pesquisa de campo em relação à população brasileira residente em Miami não deixam dúvidas a este respeito.

Segundo os resultados que foram obtidos em campo⁵, através das respostas aos questionários distribuídos na região (ver introdução), com relação à expectativa destas pessoas quanto ao futuro, esta tendência a uma maior permanência no país de destino revelou-se muito acima do que era esperado. Ao menos no que diz respeito à

⁴ Chamado pelos estudiosos desta migração de “movimento pendular”.

⁵ A análise destes dados foi feita com a colaboração de alguns pesquisadores do NEPO – Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas: Wilson Fusco, Fábio Yoti Hirano e Roberta Perez, a quem devo meus agradecimentos.

região de Miami (sul da Flórida), os números acabaram superando em muito as hipóteses anteriores com relação a esta permanência. Talvez esta seja uma das muitas peculiaridades de Miami, embora esta afirmação não possa ser feita aqui sem os devidos embasamentos científicos, portanto fica esta possibilidade colocada apenas como mais uma hipótese a ser trabalhada futuramente⁶.

Dentre a população brasileira residente em Miami, apenas um número mínimo de pessoas diz que suas expectativas quanto ao país de origem se remetem a um futuro próximo. Na questão colocada em relação ao Brasil, se a volta para o país natal estava pretendida para breve ou não, apenas 6,9% das pessoas disseram que este “breve” (compreende-se aí o prazo de 1 a 3 anos) era a sua escolha (ver tabela 1). Um percentual muito baixo, ainda mais se considerarmos o fato de que este “breve” nem é tão breve assim. Muitos alegam querer voltar a viver no Brasil, mas assim como o que foi observado em Massachusetts (Sales, 1999), estas pessoas muitas vezes “deixam-se ir ficando” pois este pretender voltar para o país de origem “algum dia” muitas vezes significa voltar apenas na velhice, ou “*só Deus sabe quando*”.⁷ Estes somam 37,7 % das pessoas entrevistadas, um número muito significativo que toma impulso ainda maior se adicionados àqueles que pretendem voltar para o Brasil depois de conquistar seus objetivos nos EUA, sendo estes objetivos muitas vezes a realização de uma faculdade, regulamentação da documentação – obtenção do *green card*, ou, como na grande maioria das vezes, situação financeira desejável conquistada (17,1% do total). Somadas estas duas últimas categorias, temos 54,8% da população pesquisada, um número bastante expressivo, ainda mais se pensarmos que, dentre estes 54,8%, muitos jamais voltarão (a expectativa da volta não significa, de maneira alguma, uma volta

⁶ De acordo com as situações de vida que presenciei em Miami (e, de forma especial, as situações relatadas nas entrevistas), a sensação que tenho é a de que este local, por vários motivos, concentra uma maior população de brasileiros que já não pretendem mais retornar ao Brasil, nem em expectativas. A própria condição climática favorece estas posições, além de muitos outros fatores que também colaboram para uma maior adaptabilidade do brasileiro à região (a própria cultura latina, sendo um dos mais fortes). Contudo, para que tal afirmação pudesse ser feita em relação às demais localidades onde concentram-se brasileiros nos EUA, pesquisas focalizando esta mesma questão e elaboradas num mesmo período de tempo precisariam existir, o que não ocorre, especialmente com relação à contemporaneidade.

⁷ Segundo palavras dos próprios informantes.

concreta). A significação deste dado só é superada por aqueles que, mesmo vivendo em condições bastante adversas – vale lembrar que a pesquisa não foi realizada entre os mais abastados da Flórida, e apenas uma minoria dos entrevistados pertencia às camadas médias da sociedade norte americana – declaram que já decidiram a sua condição de imigrante permanente. Estes são 38,3% dos brasileiros entrevistados, que afirmam certeza na decisão de não pretender mais voltar ao Brasil, a não ser por um período curto de férias, ou para visitar parentes, e que seu solo agora é os EUA, a terra de seus filhos, a terra do seu presente, e do seu futuro (tabela 1).

TABELA 1

**Expectativa de Retorno ao Brasil dos imigrantes brasileiros entrevistados –
Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida**

EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO BRASIL	N	%
Pretende voltar para o Brasil em breve (de 1 a 3 anos)	13	6,9
Pretende voltar para o Brasil algum dia, não sabe exatamente quando	71	37,7
Só voltará depois de conquistar seus objetivos nos EUA	32	17,1
Não pretende voltar para o Brasil, sua vida agora é nos EUA	72	38,3
Total	188*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Esta mesma abordagem pode ser feita igualmente em relação a um dos pontos nevrálgicos desta emigração – o envio de dólares à parentes ou familiares para investimento futuro ou ajuda familiar. Embora este dado não possa apresentar a segurança total requerida – já que os dados que envolvem a condição financeira dos

entrevistados, na maior parte clandestinos, são de difícil apreensão e padecem muitas vezes de informações que são sonegadas ao pesquisador – no que se refere à pesquisa realizada na região de Miami, do total de entrevistados que responderam a esta questão (181 pessoas), 102 afirmaram que fazem remessas de dinheiro ao Brasil com regularidade (bimensalmente, mensalmente, quinzenalmente ou semanalmente), seja para ajudar parentes que ficaram na terra natal, seja para investir em projetos no Brasil que fazem parte da expectativa de volta dos mesmos. Percentualmente, entretanto, este número não chega a ser muito alto, se levarmos em conta principalmente a idéia “comum” do emigrante brasileiro no exterior, cuja finalidade última estaria em aumentar seu poder de poupança e enviar esta quantia para o Brasil. Segundo os dados que resultaram desta pesquisa, apenas 56,3% portanto continuam a enviar dinheiro regularmente ao Brasil (não foi contabilizado aqui aqueles que enviam dinheiro somente em datas comemorativas, como Natal ou aniversários, sendo considerado tal ato não o envio regular de remessas, mas tão somente um presente eventual a alguns amigos ou parentes que são de considerada estima pelos mesmos); e 43,7% das pessoas entrevistadas (79 indivíduos) já não o fazem mais, ou mesmo nunca chegaram a fazê-lo. A condição mais comum, entretanto, é que essas pessoas, com o passar dos anos, vão aos poucos reformulando suas idéias iniciais a respeito da vida no exterior, e acabam por investir mais em seu lazer e/ou em seu próprio futuro nos EUA (como adquirindo casas, bem de consumo duráveis, por exemplo) e escasseando o envio de dólares ao Brasil.

Mesmo entre os 56,3% de entrevistados que ainda enviam dinheiro com regularidade ao Brasil, as proporções de envio não chegam a se revelarem tão amplas assim como se poderia supor. Um total de 20,2% dentre estas pessoas (somando-se aí 100% novamente) costuma enviar de 50 a 40% de sua renda mensal ao Brasil, o que é muito se considerarmos a média salarial nos EUA. Apenas 4,8% costumam enviar entre 40 e 30% de sua renda mensal ao Brasil; 18,3% costumam enviar de 30 a 20% de sua renda mensal adquirida em solo norte americano ao Brasil; 16,3% enviam uma média de 20 a 10% de sua renda mensal; e o total de

40,4% – o grupo mais expressivo, portanto – costuma enviar 10% ou menos de sua renda mensal para o Brasil (25,0% enviam entre 10 e 5%; e 15,4% enviam menos de 5%). Estes dados não têm a pretensão de afirmar se a quantidade de remessas ao Brasil está decrescendo ou não, já que, para tanto, dados comparativos de outras épocas deveriam estar presentes neste estudo. Mas a simples observação de que, pouco mais da metade das pessoas entrevistadas declararam enviar remessas financeiras ao seu país de origem, e que, dentre estes, a maioria está concentrada na faixa de envio de 10% ou menos de sua renda mensal, pode nos dar algumas indicações de que este “fenômeno” verificado nos primeiros períodos da emigração aos EUA – a “corrida do ouro”, o “vale tudo”, tudo para se enviar dinheiro ao Brasil – pode estar sendo reformulada, refletida, ou simplesmente perdendo força, em razão de uma maior adaptação deste migrante ao solo de destino.

Gostaria de colocar ainda uma última observação no que diz respeito a esta “idealização” do emigrante brasileiro, tão bem sintetizada na colocação de Darcy Ribeiro. Esta se refere ao fato de considerarmos que, na realidade, todos os grupos humanos que passaram ou passam pela experiência da emigração, qualquer que seja ela, e por esta ausência de seu lugar natal, “sofrem demais”. Isto não é, de maneira alguma, “privilégio” dos brasileiros. Entretanto, apesar deste sofrimento, e do ideal de retorno, muito compartilhado também entre os mais diversos movimentos migratórios (inclusive entre aqueles que foram recebidos pelo Brasil), os migrantes, em grande parte, acabam permanecendo nos locais de destino, e as implicações que decorrem destes novos contextos acabam conduzindo a outras realidades e outros rearranjos com os quais os indivíduos envolvidos têm que se deparar. Com o caso brasileiro, certamente, não será diferente, como de fato, já não vem sendo.

Portanto, a partir de tal momento, uma série de novas implicações surgem como questionamentos importantes a serem investigados, pois acabam por reestruturar várias posturas dentro destes movimentos, inclusive as relações com o país de destino, além daquelas com o país de origem, já de antemão modificadas. Mesmo internamente, tal transformação em relação a estes aspectos pode se fazer

refletir em determinadas outras, como o é o caso da própria questão da identidade nacional brasileira.

Passados alguns anos, o Brasil se vê obrigado cada vez mais a pensar-se (ou re-pensar-se) com sua gente lá fora⁸. Seria ilusório acreditar que estes fluxos de emigração brasileira representariam um momento apenas transitório desta população, e que todos irão voltar, mais cedo ou mais tarde. Na realidade, o que é mais viável que aconteça – e que já vem acontecendo, segundo os dados apontados na tabela 1, e em pesquisas mais recentes (Sales & Loureiro/no prelo) – é a tendência, ao que parece crescente, a uma permanência maior, o que implica em uma série de novas colocações.

Obviamente, não se deve perder de vista que tudo isso ocorre num momento da história mundial onde as relações internacionais passam, elas mesmas, por profundas reestruturações. Esta dimensão também tem sérias implicações neste contexto. O momento da emigração brasileira, desde quando esta se inicia, é o momento da globalização internacional, globalização de mercados e capitais, globalização de informações, e revolução nos meios tecnológicos. Certamente, tudo isto tem um peso na composição deste novo quadro da sociedade brasileira. A migração das populações neste período histórico da globalização abarca outros sentidos antes ausentes (ou simplesmente diferentes) das migrações passadas. Questões como as referentes à identidade nacional e ao sentimento de pertencimento à nação acabam tendo uma representatividade importante e sempre em foco. Este é também o caso dos brasileiros residentes no sul da Flórida, objeto de estudos desta tese.

⁸ Importa aqui salientarmos que, somente a partir de um certo período - e este período pode ser considerado bastante recente se tomarmos as noções históricas de tempo -, o Brasil foi obrigado a “se olhar” de uma nova maneira, refletida nestes movimentos. Enquanto a inexistência de um “abandono” de parte significativa de sua população foi a regra, as composições e elaborações teóricas e sociais a respeito da nação foram dadas de uma determinada maneira (até hoje, ainda em vigor). Afinal de contas, o Brasil era o país que recebia as mais diferentes populações mundiais, era uma nação, por assim dizer, acolhedora. Este “traço” da nossa identidade ainda se mantém, haja visto que também continuamos a receber população (item anterior). Mas o importante a destacar aqui é que, a partir de agora, o Brasil passa a figurar também como um país exportador de população, exportador de “sua própria gente”. E este fato, obrigatoriamente, traz impactos nas reformulações de conceitos, como veremos a seguir.

Hoje em dia, o Brasil se vê frente a uma realidade onde parte de sua população está vivendo em outros países. De acordo com recentes estatísticas, mais de 1% da população brasileira vive fora do país, ou seja, praticamente 2 milhões de pessoas (Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, 2000). Passadas praticamente duas décadas do início deste processo – o movimento *dekassegui* comemorou 10 anos em 1997, segundo a própria colônia japonesa⁹; e o fluxo norte americano possui registros significativos desde o início dos anos 80 – novas questões se colocam, novos recortes merecem atenção, novos posicionamentos estão surgindo. Vivenciar o Brasil lá fora, acarreta em outros tantos novos processos que se estabelecem, e em novas questões para a realidade da “nação”. Cada vez mais a migração se compõe como um caminho sem volta, não só para os emigrantes em si, mas para a própria história brasileira. É preciso, pois, que se pense em novas relações sociais, que estão sendo refeitas e re-elaboradas em diversos aspectos dentro deste quadro. É com parte de alguns destes aspectos que iremos nos preocupar aqui, especificamente na questão da emigração brasileira aos EUA.

2. A emigração de brasileiros para os EUA

A corrente de emigração de brasileiros para os Estados Unidos da América (EUA) pode ser considerada como a de maior projeção e expressividade nacional, para o país como um todo¹⁰. Iniciada há algumas décadas, possui inclusive uma

⁹ Esta foi a data da comemoração “oficial” estabelecida pela “colônia japonesa” no Brasil, entretanto, este movimento teve um início bem anterior ao ano de 1987.

¹⁰ Digo aqui, “para o país como um todo”, pois para os estados de São Paulo, Paraná, e mesmo no caso do estado do Pará, a emigração de brasileiros para o Japão (movimento *dekassegui*) tem uma representação bastante ampla também, ao lado da emigração para os EUA, senão mais intensa, por vezes.

maior projeção nacional por ser direcionada aos EUA, país de domínio e de forte influência cultural e econômica para o Brasil durante todo o século XX.

A saída de brasileiros para os Estados Unidos começou num momento bastante anterior à formação de um fluxo contínuo de deslocamento de população (este sim, considerado um movimento migratório), que viria a caracterizar-se como tal somente em meados da década de 1980. Iniciada num passado pouco conhecido, que data da metade do século XX, a emigração brasileira para os EUA tem seus primeiros marcos em acontecimentos que poderiam ser chamados de “coincidentes”, na história dos dois países envolvidos. A tradição mineira, por assim dizer, de envio de sua população em direção àquele país, teve início ainda em meados da década de 1940, por uma razão coincidente de extração de mica na região de Governador Valadares, por parte dos norte americanos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Governador Valadares tornou-se alvo da extração norte americana deste minério (mica), encontrado com facilidade nesta região. Este minério teve grande importância para o desenvolvimento da indústria bélica do período. Em consequência deste fato, bases norte americanas se instalaram nesta cidade, e com a chegada dos norte americanos à Valadares, uma série de mudanças estruturais passariam a acontecer naquele município¹¹. Estas mudanças ocasionadas na região em decorrência da presença norte americana durante aquele período trazem recordações guardadas pelos moradores locais até os dias de hoje, lembranças positivas, de um certo “saudosismo” nostálgico. Recordações daquele período como sendo ele bastante benéfico à cidade, dada a presença dos americanos que, por assim dizer, “fizeram a cidade e a região progredirem”. Este passado idealizado e glorioso se concretizou nesta imagem próspera associada aos norte americanos especialmente porque, com a

¹¹ Um exemplo bastante elucidativo desta “melhoria” trazida pelos norte americanos para a cidade de Governador Valadares pode ser visto na questão da Saúde: “O SESP (*Serviço Especial de Saúde Pública*) foi criado em 1943 por um convênio Brasil-EUA, com a finalidade de extinguir a malária daquela região. Na direção do SESP, os principais cargos eram exercidos por americanos” (Fusco, 2000:8; Assis, 1999; Soares, 1999). Estes benefícios e melhorias nas condições sociais da população eram promovidos, entretanto, de acordo com o interesse norte americano na obtenção de mica.

volta destes para os EUA, concomitantemente com o fim da Segunda Guerra (e do conseqüente fim da demanda por mica), Valadares começou a entrar em um processo de retração econômica, que viria a causar uma forte estagnação nos anos 60-70 (principalmente no setor primário daquela região), fazendo com que esta defasagem econômica induzisse em seus moradores o desejo de buscar novamente aquele período áureo do progresso junto aos norte americanos. Desta vez, entretanto, este ideal teve que ser perseguido na origem dos próprios “exploradores”, uma vez que a cidade já não atraía mais estes estrangeiros para dentro de seus limites. Assim, de forma bastante tímida e sem qualquer pretensão de dar início a um movimento migratório – tal qual este iria se compor algumas décadas mais tarde – alguns valadarenses se mudaram rumo aos EUA, à procura de melhores salários e oportunidades de empregos. Alguns outros poucos também, já haviam sido levados como empregados domésticos das famílias norte americanas que haviam residido na região durante o período descrito.

O início deste movimento, portanto, ainda bastante modesto e sem uma representação expressiva, originou-se com estes acontecimentos, entre as décadas de 1950 e 60, com emigrantes chamados hoje de veteranos ou pioneiros¹². De um início bastante simples e restrito a alguns poucos “aventureiros” que se dispuseram a ir “fazer a América”, buscando a prosperidade que havia ficado no imaginário destes moradores valadarenses submetidos à presença e ao contato com a forma de vida americana; este movimento, insignificante de início, transformou-se em uma grande corrente migratória envolvendo os dois países em questão, sobretudo em decorrência dos fatos históricos que iriam seguir-se. A depressão econômica do Brasil dos anos de 1980 e a desilusão política dos brasileiros em conseqüência das sucessivas crises enfrentadas pelo país nesta mesma década após a tão sonhada “abertura política” promoveram um forte impacto nesta população com relação à decisão de emigrar

¹² No caso do fluxo Brasil-Japão, este mesmo período se verifica. O movimento *dekassegui*, ainda sem a expressividade que o pudesse caracterizar como tal, também se originou na década de 60, com a ida de *issês* (imigrantes japoneses residentes no Brasil), ou até mesmo *nissês* (seus filhos, já nascidos no Brasil) para trabalharem no Japão. Estes também são chamados pelos *dekasseguis* atuais de “veteranos”, e, da mesma forma, foram responsáveis pelo surgimento das primeiras redes que vieram a se estabelecer a partir de então.

(mesmo que, ainda neste primeiro momento, esta “emigração” fosse tida como essencialmente temporária).

Esta, entretanto, é apenas uma das vertentes deste quadro. Uma outra condição que também favoreceu muito esta decisão de “sair do país” se deve, sobretudo, às redes sociais¹³ que foram se estabelecendo a partir destes primeiros emigrantes que, uma vez estabelecidos nos EUA, foram levando familiares e amigos para o mesmo destino, ansiosos também estes pela mesma fórmula de sucesso que os primeiros haviam conseguido no país que os recebera. A situação política e econômica dos EUA, por sua vez, continuou a oferecer vagas e colocações para empregos de baixa qualificação aos imigrantes. Apesar de toda a questão ideológica que envolve aquela sociedade em relação à necessidade ou não de mão de obra estrangeira para determinados postos¹⁴, e apesar das políticas legislativas muitas vezes contraditórias em torno desta questão, o mercado norte americano continuou a absorver mão de obra imigrante, especialmente em algumas posições de trabalho mais direcionadas à imigração (como postos do setor terciário de baixo reconhecimento). Assim, anos mais tarde, a “explosão” de brasileiros nos EUA configura-se como um verdadeiro fluxo migratório, que passa a modificar algumas concepções prévias em ambos países, tanto de origem, quanto de destino.

O mapa que os brasileiros vêm pouco a pouco desenhando dentro da nação americana se expande de maneira semelhante à própria expansão do fluxo. Hoje em dia é difícil pensarmos, dentre os principais estados americanos, algum que não comporte uma porcentagem, mesmo que mínima, de população brasileira residente naquele país. É sobre este mapa, em constante transformação, que iremos nos debruçar agora.

¹³ Sobre o conceito de redes sociais, ver Portes (1995); Tilly (1990) e Massey (1987).

¹⁴ Que, como vimos, acompanha a nação americana desde sua “origem” (parte 1).

3. O Mapa dos Brasileiros nos EUA – Recorte da Pesquisa

A escolha do local desta pesquisa – Miami-Dade e Broward – só tornou-se madura após vários meses de reflexão sobre a bibliografia pertinente ao tema, que, apesar de apresentar sólidos estudos em relação aos brasileiros residentes nos EUA, em especial Massachusetts (Sales, 1999; Assis, 1999; Martes, 2000; Fleischer, 2002), carecia de estudos mais pontuais em relação a esta região escolhida, ao sul da Flórida, estado muito procurado pelos brasileiros que lá vivem, além das grandes levadas de turistas brasileiros que também buscam a região constantemente¹⁵. Ainda, tal escolha teve pontos metodológicos que atuaram em plena conformidade com os propósitos da pesquisa, muitos dos quais já foram devidamente discutidos na introdução desta tese.

Miami (leia-se: Miami-Dade e Broward) apresentaria, assim, algumas características que a elegeram como um excelente “laboratório” de pesquisa. Tal “carência” poderia ser justificada através destes mesmos estudos, que apontavam as regiões de maior concentração de brasileiros nos EUA, sendo que, em primeiro lugar, vem o estado de Massachusetts e, logo em seguida, o estado da Flórida. Exemplo desta importância numérica de Miami encontra-se na pesquisa sobre emigrantes brasileiros no local de origem, realizada pela equipe de Teresa Sales em Governador Valadares em 1997 (Fusco, 2000). Nesta, fica constatado a busca pela Flórida como o segundo local de destino da população que deixou Valadares, em sua primeira migração para os EUA: “*Quando se observa os locais de destino desses emigrantes [referindo-se à Valadares], nota-se que se concentram em apenas quatro*

¹⁵ Esta carência reflete-se sobretudo em estudos acadêmicos, pois em relação à pesquisas de mercado e marketing, não existe uma defasagem semelhante, ao menos em comparação à primeira.

estados norte americanos: Massachusetts, com cerca de 49% dos casos; Flórida, que foi a opção inicial de 15,6% dos emigrantes; Nova Jersey, para onde se dirigiu 14,1% do fluxo migratório; e Nova York, representando 10,9% das freqüências migratórias. Apenas 4,8% dos emigrantes se dirigiram para outros estados do país.” (Scudeler, 1999:207 – grifo meu).

Miami conta ainda com algumas peculiaridades que a fizeram merecer um estudo mais detalhado de nossa parte. Segundo dados já “antigos” - porém ainda muito expressivos quando se pensa em relacionar este crescimento brasileiro na região da Flórida - desde 1990, a comunidade brasileira em Miami cresceu 20% ao ano, mais do que qualquer outra metrópole dentro do próprio Brasil. De acordo com o Beacon Council (entidade privada de fomento a investimentos empresariais), os brasileiros com negócios e os brasileiros trabalhadores na Flórida (sem contar aqueles que vão e vem, e os turistas brasileiros, é lógico), movimentam cerca de 5 bilhões de dólares por ano (dados de 1995), e estão se transformando, em decorrência disto, em *“um dos fatores econômicos mais fortes para o desenvolvimento da Flórida”* segundo Manuel Mencia, vice presidente desta organização (Veja, 1996-A). Miami ainda sedia a maior Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, tem *“milhares de empresas brasileiras registradas”* (segundo a Revista Plus, 2001), sendo que os brasileiros ainda representam 30% das vendas imobiliárias da região¹⁶, além de responderem por um dos maiores contingentes de turistas para a Flórida, ficando atrás somente do próprio EUA, Canadá e Inglaterra. Caso estes números não bastassem, o Brasil é também o maior parceiro comercial da Flórida.

Este fato, embora bastante significativo, não é de todo novo, haja visto que, em outros locais de concentração de brasileiros, este grupo tem sido responsabilizado pela prosperidade e/ou renascimento econômico da região, como é o caso da cidade de Framingham, em Massachusetts, pesquisada por Teresa Sales. Lá, dentre outras tantas coisas, os brasileiros têm se destacado por sua capacidade

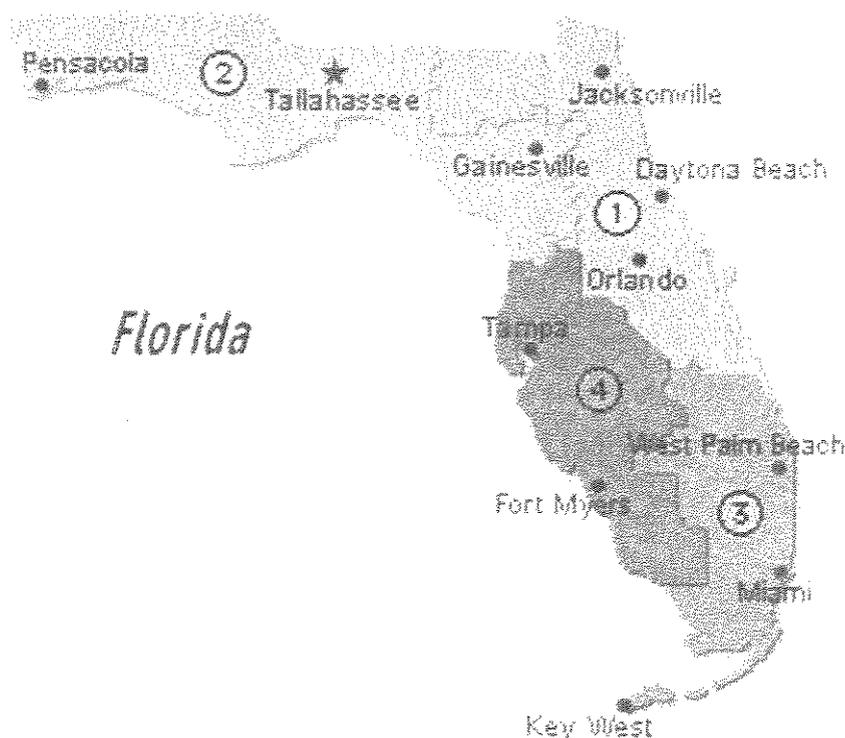
¹⁶ Considero este número superestimado, entretanto, são os dados citados nesta revista de investidores.

empreendedora e de *“hard-working”*, colaborando no restabelecimento de centros decadentes da cidade em pontos comerciais (Sales, 1999). As cidades de Allston e Somerville, pesquisadas por Ana Cristina Braga Martes, também reafirmam este lado empreendedor e *“hard working”* dos brasileiros ali residentes, sendo que, segundo o levantamento feito pela pesquisadora, *“há cerca de 500 empreendimentos brasileiros no estado [que] vendem entre 250 a 500 mil dólares por ano.”* (Martes, 2001:6). Somerville, neste caso, é a cidade que concentra o maior número de empresas brasileiras da região.

Embora estas duas situações sejam díspares – Miami, além de seu caráter de metrópole, conta em grande parte com um alto empresariado brasileiro, enquanto Framingham, Somerville e Allston dispõem apenas de empreendedores modestos e de pequeno porte, em geral associados a pequenas lojas e comércios do tipo “étnicos” – a relação que se faz com a capacidade de empreendedorismo do brasileiro é muito semelhante. Com uma pujança ainda muito maior, os brasileiros em Miami parecem estar colaborando com este aspecto, uma vez que a capacidade empreendedora dos brasileiros neste local dá indícios de ser muito mais forte e predominante, dada a presença de uma classe média significativa já formada e estabelecida. Este aspecto, embora possa parecer de menor importância, traz uma contribuição muito relevante para as nossas análises, principalmente no que se refere a esta inserção da comunidade brasileira nos EUA.

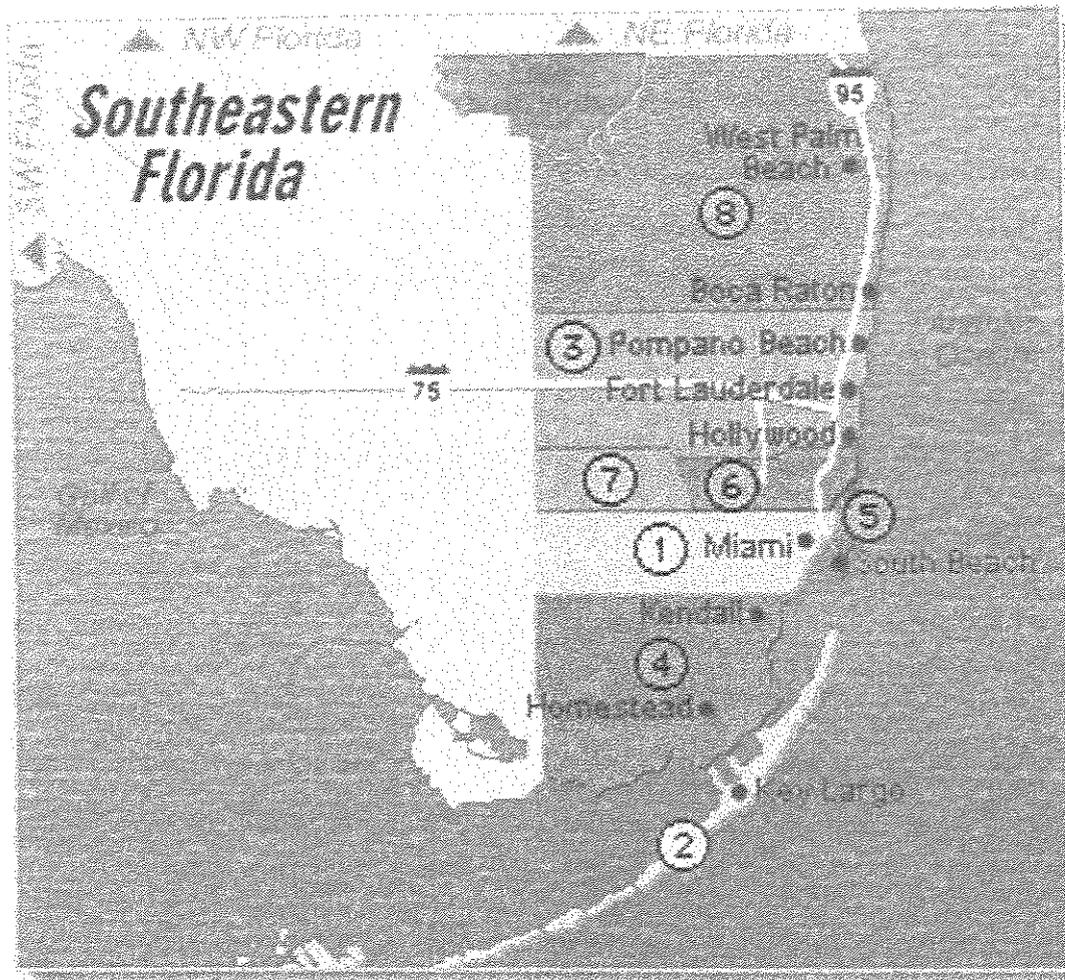
Segundo os levantamentos feitos até o momento, os brasileiros na Flórida se encontram em maior número nas cidades de Tampa, Boca Ranton, Pompano Beach, Fort Lauderdale, Orlando e Miami. Estima-se que em Tampa vivam 2.000 brasileiros donos de seu próprio negócio, mesmo número de brasileiros que em Boca Ranton (2.000), sendo estes últimos, porém, na sua grande maioria, de classe média alta ou classe alta. Pompano Beach conta com 12.000 brasileiros que trabalham nos mais variados setores, como pedreiros, jardineiros ou lavadores de pratos. Esta é a cidade com a maior concentração de brasileiros de baixa renda na Flórida. Fort Lauderdale conta com uma população brasileira de 10.000 pessoas, a maioria de

classe média. Orlando abriga uma população de 10.000 brasileiros igualmente, grande parte deles empreendedores (muitos saídos de Miami, numa segunda migração, regional desta vez); e finalmente, Miami, possui a comunidade mais antiga de brasileiros para a região da Flórida, a de maior número e diversidade também. Acredita-se que cerca de 100.000 brasileiros vivam em Miami, desde aqueles de classes mais abastadas, assim como grande parte dos empreendedores de classe média, como também a população que ocupa nichos de trabalhos inferiorizados socialmente, como lavadores de pratos, faxineiros, jardineiros, etc... (Revista Veja, 1996-A). É sobre estas duas últimas faixas de população (classe média e baixa) que a pesquisa incidiu.



Mapa 1: Estado da Flórida dividido em regiões (noroeste, sudoeste, nordeste e sudeste).

Como podemos ver pelo mapa 1, a maioria da população brasileira está concentrada na região sudeste do estado da Flórida, onde ficam localizadas as cidades de Miami (número 1 do mapa 2) e Pompano Beach (número 3 – mapa 2), local de maior incidência de brasileiros migrantes “típicos”, o principal foco de nossas atenções. Miami Beach (número 5 – mapa 2), uma outra cidade localizada ao lado de Miami (ambas pertencentes ao county de Miami-Dade) também revelou-se como uma cidade onde há grande incidência de brasileiros residentes na localidade, até mesmo pela proximidade entre a ilha e downtown Miami (o centro da cidade de Miami). Hollywood (sem representação numérica) também revelou-se como uma cidade de grande concentração de brasileiros, sendo que é nesta pequena cidade que se encontra a sede da comunidade católica da região, a Igreja Nossa Senhora Aparecida, um dos marcos da identidade cultural brasileira nos EUA. Quanto às igrejas evangélicas, estas, por possuírem muitas subdivisões, encontram-se espalhadas em todos os pontos da região onde há alguma concentração de brasileiros, sendo que, segundo informações que recebi no local, existem por volta de 60 igrejas evangélicas distintas no Sul da Flórida (de diferentes denominações).



Mapa 2: Sudeste do Estado da Flórida e suas principais cidades.

Assim como qualquer outra grande cidade dos Estados Unidos, Miami tem um recorte populacional baseado tanto em critérios raciais quanto sócio-econômicos. Estes aspectos podem ser facilmente localizados na região, mas entre a comunidade brasileira em si, novos recortes foram sendo criados. Desta forma, foi realmente espantosa a realidade que pude perceber naquela região, de encontrar grupos de brasileiros espalhados pelas mais diferentes regiões do sul Flórida. Deve-se ainda fazer uma pequena menção à cidade de Orlando, embora ela não faça parte das

minhas análises enquanto local de “recolhimento” de material de pesquisa. Orlando possui uma grande quantidade de brasileiros residentes, além de, logicamente, a enorme quantidade de turistas brasileiros que visitam o local.

Para finalizarmos estas justificativas na escolha de Miami como foco primordial desta pesquisa, existe ainda uma característica que a destaca, dentro do próprio cenário norte americano, inclusive. Esta é dada através da maciça (não vejo exagero nenhum no uso expressão) presença latina na região, compondo um verdadeiro mosaico entre os mais diversos países que compõem a América Latina, tanto a central como a do Sul e que, a sua maneira, re-colonizaram o sul da Flórida. A força da identidade latino-americana em Miami está presente em todas as esquinas daquela cidade, e, para o bem ou para o mal, não passou, e não tem passado, despercebida entre os brasileiros que escolheram aquela região para residir.

II. MIAMI: A AMÉRICA LATINA DOS ESTADOS

UNIDOS

A Flórida é uma península com superfície aproximada de 152.000 kms², ao sudeste dos Estados Unidos, entre o golfo do México e o oceano Atlântico. A capital do estado é Tallahassee, mas o centro financeiro, comercial e turístico é Miami.

O nome da cidade deriva de Mayaimi, que quer dizer "água doce" ou "água grande" na língua dos índios Tequesta, população nativa que os espanhóis encontraram ao chegar à Flórida no século XVI. Conhecida como a "Porta das Américas" (*The Gateway to the Americas*), Miami abriga a Torre da Liberdade, um dos maiores símbolos da cidade, onde cerca de meio milhão de refugiados cubanos foram pela primeira vez submetidos à triagem para a entrada nos Estados Unidos. O bairro de Little Havana, com a famosa Calle 8, tornou-se ponto de referência da comunidade hispânica da região. Tornou-se também um dos focos de atrações turísticas que a cidade oferece que, além das inúmeras praias e das condições climáticas favoráveis ao turismo, propaga a "latinidade" do lugar como uma pérola do turismo norte americano. Assim dizem os *slogans* de turismo, referindo-se à cidade como: "um mosaico cultural e étnico que é uma festa para os sentidos" (Revista Flausa, 2001 – grifo meu).

Situada no sudeste da península da Flórida, Miami é a sede do condado de Dade e está localizada em Coral Gables, unida a diversos municípios menores em seus limites e à baía de Biscayne (Biscayne Bay), na foz do rio Miami, à margem do Atlântico. A área metropolitana inclui outras cidades, como Miami Beach e North Miami, locais de residência de muitos brasileiros também. O clima é subtropical,

com verões quentes e úmidos e invernos suaves e secos. A corrente do golfo e os ventos de sudeste acarretam temperaturas médias de 19° C no inverno e 30-33° C no verão. Esta particularidade climática, embora possa parecer de menor importância, é na verdade uma das razões mais fortes que os brasileiros apontam para o sucesso da adaptabilidade (e até mesmo escolha) de muitos conterrâneos para aquela região.

1. Características Históricas do Sul da Flórida

Assim como as demais partes do continente americano que pertenceram à Portugal e à Espanha, a Flórida foi “descoberta” e não fundada. Descoberta em 1513, o primeiro assentamento europeu na região só viria a ocorrer em 1539, pois, da mesma forma que Portugal não tomou conhecimento do potencial que o Brasil poderia lhe oferecer naquele momento, semelhante coisa aconteceu com a Espanha em relação àquela região mais ao norte do Golfo do México. No território que hoje é conhecido por Miami habitavam os índios Calusa e Tequesta (Paleo-Indians), antes da conquista espanhola. Os índios Tequesta dominavam a região desde as Florida Keys (cadeia de ilhas mais ao sul da península, muito próximas de Cuba – número 2 do segundo mapa) até o condado de Broward, onde ficam as cidades de Pompano Beach e Deerfield Beach, localidades onde a pesquisa de campo com os brasileiros acabou se estendendo (número 3 do referido mapa). Assim como nas demais partes do continente americano, estes índios que, no ano da entrada espanhola (1513) somavam uma população acima de 350 mil habitantes (Wiggins, 1999; George, 1996), foram sendo dizimados pelas mãos dos colonizadores e, depois de 250 anos de invasões subseqüentes, praticamente foram extintos da região.

A começar de modo mais enfático por volta do ano de 1565, com a fundação da cidade de Saint Augustine por Juan Ponce de León – que, ironicamente, hoje é considerada a cidade mais antiga dos EUA, sendo que naquele momento o país (EUA) ainda não existia enquanto tal, e muito menos esta cidade foi estabelecida por mãos inglesas – a Espanha passa a exercer um controle mais efetivo de sua terra “recém descoberta”. Já em 1567, no intuito de subjugar os nativos, os espanhóis fundaram uma missão religiosa na foz do rio Miami, que na verdade serviu para proteger a rota dos navios que levavam tesouros para a Espanha, e para socorrer as vítimas de naufrágios causados pelos recifes da Flórida. Este controle espanhol só foi efetivamente interrompido em 1763, quando a Espanha cedeu o território à Grã-Bretanha em troca de Havana, Cuba, que havia sido conquistada após a guerra contra a França (George, 1996; Williams, 1983; Wiggins, 1999; Martí, 2000; Muller, 2004). Entretanto, o domínio britânico sobre a península duraria apenas 20 anos, um breve intervalo em meio ao longo período de dominação espanhola. Mesmo que breve, este período desempenhou um papel muito importante na história da região, inclusive porque, durante a guerra de independência dos Estados Unidos (1776) a Flórida se manteve fiel à Coroa britânica e serviu de base às tropas que tentavam recuperar as províncias ao norte.

Em 1784, a Espanha volta a assumir o controle da região. Portanto, a base sobre a qual a Flórida se assenta teve suas raízes ibéricas fortemente estruturadas durante três séculos de dominação. A sensação que se tem, vendo Miami hoje, é que aquele território, de uma maneira ou de outra, sempre pertenceu às mãos da identidade latina. Mesmo que sobre um período de dominação inglesa, a “alma”, por assim dizer, da Flórida, sempre foi latina, e é esta mesma “alma” que os imigrantes parecem resgatar após a hegemonia norte americana sobre aquele território, já no século XX.

Este domínio espanhol, reconquistado em 1784, teve seu final (político, não cultural) em 1821. Durante estes poucos, mas significativos anos de reconquista espanhola, conhecidos como o “*Second Spanish Period*”, a Espanha desempenhou

grandes esforços para a colonização, povoamento, e desenvolvimento da região, sob seus auspícios; obviamente, mas que foram de fundamental importância para a consolidação da cultura latina na região. Em 1821, contudo, a Espanha venderia a Flórida aos Estados Unidos – então já formados como nação – pela quantia de 5 milhões de dólares. Um ano depois, a Flórida já tornava-se um território norte americano, caminhando assim em direção a sua institucionalização tal qual um estado norte americano.

Durante este período, a região ainda presenciou uma das mais longas e sangrentas guerras entre índios e colonizadores que a história americana conheceu, e que foi batizada como a Segunda Guerra Seminole (*Second Seminole War*)¹⁷, durando esta de 1835 a 1842. Os índios seminoles eram uma parte dissidente da nação Creek, uma das grandes nações indígenas que os EUA teve, e que haviam deixado sua terra de origem nos séculos anteriores – hoje o estado da Geórgia – para se estabelecerem na Flórida, fatos estes também ocasionados por seguidas perseguições dos “brancos”. Ocuparam estes, assim, parte do território que já havia pertencido aos índios Tequesta e Calusa. Após a compra da Flórida pelos EUA, com o objetivo de colonizar a região, o governo americano buscou confinar os índios seminoles em reservas situadas a oeste do país. Assim, em 1835, rompe a chamada “Segunda Guerra Seminole”, sobretudo em decorrência da imposição dos EUA em realocar estes índios seminoles a oeste do Rio Mississippi, no que era considerado então como um “país indígena” (*Indian Country*), hoje o estado de Oklahoma e parte do Arkansas. A resistência indígena a este confinamento rompeu em guerra, que levou, naquele momento, a um grave despovoamento da região hoje conhecida por Miami e sul da Flórida (exatamente o local sobre onde incidiu a pesquisa), após anos de esforços espanhol, britânico e norte americano no desenvolvimento da região (desenvolvimento este que havia sido pautado especialmente no modelo de “*slave plantations*”, a exemplo do que dizíamos na parte primeira deste estudo, com relação

¹⁷ A chamada “Primeira Guerra Seminole” (*First Seminole War*) ocorrera alguns anos antes, atingindo várias partes do norte e nordeste da Flórida (acima desta região pesquisada), em 1818, ainda sob dominação espanhola.

aos mitos de liberdade americano). Este mesmo modelo de “*slave plantations*” foi retomado após a Segunda Guerra Seminole, reafirmando assim, mais uma vez, a convergência de ideais entre modelos ibéricos e norte americanos quando interesses econômicos sobrepõem-se aos ideais cristalizados sob a imagem dos primeiros “*Founding Fathers*”. Depois de “resolvido” este impasse norte americano com os indígenas, a intenção dos EUA em desenvolver a região traduzia-se no plantio de algodão e frutas tropicais através de mão de obra escrava.

Haveria ainda, antes da Flórida tornar-se um estado americano, uma terceira guerra Seminole (*the Third Seminole War*) que estendeu-se desta vez por bem menos tempo, de 1855 a 1858. Novamente o estopim da guerra, como não poderia deixar de ser, dizia respeito à dominação inglesa (norte americana) sobre os indígenas e demais naturais da Flórida, muitos já mestiços entre indígenas e espanhóis, também chamados seminoles. Esta terceira – e última – guerra entre índios e “brancos”, embora não tenha tido proporções tão amplamente desastrosas como a segunda, reforçou ainda mais as dificuldades do “desenvolvimento” (*settlement*) daquela região, no caso aqui em especial, de Miami. Após anos de conflito, a resistência indígena finalmente foi vencida, sua população reduzida a algumas poucas famílias, quase folclóricas (como é o caso de uma das maiores atrações turísticas da Flórida hoje em dia, o Mikassouke Hotel)¹⁸, e a região pôde, finalmente, caminhar em direção ao tão almejado progresso.

Este “progresso” veio personificado muitas vezes em figuras lendárias da região, que foram os primeiros “filhos de Miami” a estabelecerem raízes, tanto anglo-saxônicas, quanto características do progresso da época, como malhas ferroviárias, etc... Julia Tuttle foi uma dessas figuras que, ainda nos idos de 1890

¹⁸ A este respeito, apenas uma “curiosidade”. O Mikassouke Hotel (que possuía inclusive um comercial em português veiculado nas Tvs a cabo brasileiras, em 2001-2002) leva anualmente milhares de brasileiros à Flórida. Assim como os parques da Disneylândia, Bush Gardens e Universal Studios, entre outros, que igualmente impulsionam a ida de milhares de brasileiros à Flórida, enquanto outras centenas trabalham nos “bastidores” destes mesmos parques; da mesma forma, por mera coincidência, encontrei trabalhadores brasileiros nas ruas de Miami que limpavam pratos neste complexo turístico – o Mikassouke hotel – e, ainda mais interessante, mulheres brasileiras que, devido ao moreno de suas peles, eram contratadas para se “fantasiarem” de índias, enquanto servem mesas.

(ela mudou-se para o sul da Flórida em 1891) profetizou a vocação daquela região, como bem coloca Wiggins: “*Uma mulher de grande visão, Tuttle profetizou que uma grande cidade surgiria algum dia na área, e que ela se tornaria um centro de comércio com a América do Sul e um portal (gateway) para as Américas*” (Wiggins, 1999 – grifo meu). Interessante notarmos como, até os dias de hoje, Miami é ainda conhecida como “*the gateway to the Americas*”. Outra família lendária da região é a de Willian e Mary Brickell, cujo sobrenome está presente até hoje na cidade de Miami, dando vida a uma das mais (quicá a mais) importantes avenidas da cidade, centro financeiro e referência de status para a Miami desenvolvida de hoje. Esta família, por sua vez, ganhou notoriedade graças à capacidade que possuíam como fortes investidores na região: “*Os Brickells chegaram em Miami no final dos anos de 1870, e rapidamente se estabeleceram como bem sucedidos comerciantes de índios assim como sagazes investidores do estado*” (Wiggins, 1999).

Mas, sem dúvida alguma, dentre estes “*Founding Fathers*” de Miami, o mais importante foi talvez Henry M. Flagler, que dá nome às principais ruas de Miami, inclusive a principal rua em Downtown Miami (onde atualmente muitos brasileiros possuem lojas). Sua importância e prestígio advêm do fato que ele foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Multimilionário, possuía sociedade com John D. Rockefeller na companhia “*Standard Oil*”, e foi em decorrência inclusive desta sociedade que ele promoveu a construção e extensão da malha ferroviária da costa sul americana (*railroad south*) chegando, em 1894, à West Palm Beach (número 8 no mapa 2). Já no ano seguinte, Flagler encontrava-se com Julia Tuttle, e surge deste encontro um acordo que iria mudar completamente a estrutura do sul da Flórida. Flagler concorda em estender sua “*railway*” até Miami, em troca de algumas centenas de acres cedidas por Tuttle e também pela família Brickell. Esta extensão de sua malha ferroviária ao longo da costa sul do território da Flórida até a cidade de Miami (então ainda um vilarejo) acabou, por sua vez, promovendo o surgimento e desenvolvimento de cidades e estâncias de verão ao

longo de todo este caminho. Formava-se assim, através da representação destas três personagens, o “tripé”, por assim dizer, símbolo de desenvolvimento da região. Em 1896, finalmente, o primeiro trem chega à Miami, e desde então, começa de forma mais acelerada o progresso e o desenvolvimento da cidade. Esta é, inclusive, a data comemorativa do nascimento oficial de Miami, que completou seu primeiro centenário há poucos anos atrás, em 1996.

Os investimentos ambiciosos de Flagler, contudo, não pararam por aí. Após a extensão da ferrovia até Miami, ele planeja levar sua “railroad” até Key West (número 2 do mapa 2), ligando, portanto, o extremo sul da Flórida com as outras partes do seu vasto sistema de transportes, que pretendia inclusive compreender, além de toda a malha ferroviária descrita, uma linha de navios a vapor (*steamboat line*) ligando Miami às Bahamas, na intenção de explorar, já naquela época, o potencial turístico da região. Construiu ainda o suntuoso hotel Royal Palm, em Key Biscayne, um dos lugares mais luxuosos da cidade até o presente. A construção foi edificada com mais de 400 quartos, e rapidamente se tornou em símbolo de *status* e desejo de consumo entre os norte americanos. O potencial de navegação do rio Miami, que corta a cidade, também teve sua participação e importância no crescimento da região.

Após estes acontecimentos, o desenvolvimento da cidade e, de certa forma, de todo o sul da Flórida, caminhou a passos largos através da vocação turística da região e de seu potencial econômico que aos poucos foi se sedimentando. A incorporação da Flórida como o 27º estado americano potencializou esta tendência, e mesmo novos momentos de crise, como a guerra Hispano-americana em 1898 (*Spanish-American War*), não foram capazes de cessar a marcha do crescimento daquela região (George, 1998). Já no início do século XX, a cidade de Miami contava com 1681 habitantes, e já despontava como uma das mais importantes cidades do sul dos EUA. Esta importância cresceu em realidade quando, ainda nas primeiras décadas deste mesmo século (XX), o porto de Miami se estabeleceu como um dos principais do país, ao mesmo tempo em que as “keys” (Key West) são

finalmente ligadas através de ferrovias, antigo sonho de Flagler que este finalmente consegue realizar.

A partir destes acontecimentos a Flórida passa a desenvolver-se de maneira acelerada, em consequência também de investimentos dos estados do norte dos EUA em turismo. Durante o período de apenas um século, Miami foi uma das cidades que mais rapidamente se transformaram no mundo ocidental, convertendo-se numa das mecas internacionais do turismo, que hoje em dia é a principal atividade econômica da cidade. Mais de vinte milhões de visitantes anualmente buscam o clima ameno e as praias da Flórida. Juntas, Miami e Miami Beach oferecem a maior concentração hoteleira de luxo do mundo, numerosas opções de lazer e um variado calendário de competições esportivas. Centenas (para não dizer milhares) de brasileiros atualmente estão empregados nestas redes hoteleiras de luxo, sendo que, a orla de Miami Beach, na ocupação dos famosos *valets parkings* (manobristas), é um dos principais nichos ocupacionais de brasileiros na Flórida, tal qual as domésticas em Boston ou em Pompano Beach.

Após a revolução de 1959, quando Fidel Castro implantou o comunismo em Cuba, Miami virou um lugar de refúgio para mais de 500 mil cubanos que entraram na cidade naquela época. Novamente em 1980, 250 mil cubanos deixam Havana em direção à Miami. A influência cubana em Miami se faz notar em qualquer lugar na cidade. Alguns dizem que não haveria a Miami de hoje se não fossem os cubanos, que através dos anos tiveram uma contribuição fundamental naquilo que a cidade representa atualmente. Os cubanos são considerados hoje como o maior grupo étnico da cidade. Como se estivessem restabelecendo os laços novamente com a alma latina (espanhola) do lugar, cubanos, mas não somente cubanos: dominicanos, nicaragüenses, colombianos, peruanos, salvadorenhos, equatorianos, mexicanos, argentinos, paraguaios, chilenos, e, porque não, brasileiros, impregnam de vida latino-americana aquela cidade. Isso, não há quem possa negar.

2. Entre “Little Havanas” e “Little Haitis”: A Re-Colonização da Região através dos fluxos migratórios

“Por quase quinhentos anos, a história da península da Flórida foi marcada por uma série de solavancos repentinos que ligaram seu curso hora a homens e lugares do sul, hora a homens e lugares do norte. No início do século XVI, cartas mapográficas de navegação reportavam a Flórida e Cuba como sendo uma massa única de terra. Embora o erro tenha sido corrigido logo, a Coroa espanhola não perdeu tempo para reclamar o território como sendo seu.” (Portes & Stepick, 1993:63 – grifos meus).

Esta passagem relata de certa forma uma característica que tem acompanhado a Flórida desde o seu início enquanto tal: a estreita relação desta península com a ilha de Cuba. Muito antes dos acontecimentos que iriam marcar esta relação de proximidade já no século XX, com a Revolução Cubana de Fidel Castro em 1959, Cuba e Flórida têm vivido relações de aproximação e afastamento desde os primeiros registros históricos daquela região. Os “homens e lugares do sul” a que estes autores se reportam como sendo um dos “eixos estruturais” da Flórida são, em sua imensa maioria, homens e fatos relacionados à ilha de Cuba (por vezes às ilhas caribenhas como um todo). Os “homens e lugares do norte” dizem respeito em geral ao nordeste dos EUA, onde a imagem ideal do “ser norte americano” foi fundada.

Os trezentos anos de colonização espanhola, mesmo que sofrendo interrupções rápidas entre este período de domínio latino, marcaram de forma

profunda a estrutura cultural daquele local, que passa a se desenvolver de fato somente anos mais tarde, através das mãos norte americanas. Como visto, os grandes investidores da região que acabaram por gerar progresso e prosperidade – novamente aqui, a importância desta palavra, prosperidade – foram todos de origem norte americana. Portanto, o sul da Flórida, com suas cidades em pleno desenvolvimento, tal qual o conhecemos hoje, acabou sendo moldado por mãos e fatos de “homens do norte”. Estes, observando o potencial turístico da região, levaram para o local progresso, desenvolvimento, a idéia e o planejamento de fazer daquele sul da península quente e com belas praias, uma “Riviera americana” (ao estilo das rivieras européias), para descanso e férias dos homens do norte que, refugiando-se do frio do nordeste do país, e endinheirados pela própria condição de expansão do capitalismo norte americano de finais do século XIX e início do XX, seguiriam rumo à Flórida, em busca de lazer, temperaturas amenas, calorosas, e um requintado paisagismo de veraneio subtropical. Após o desbravamento da natureza por vezes inóspita do local, e após a implementação das primeiras condições estruturais para tal, como a própria construção da malha ferroviária de Henry Flagler citada acima, iniciou-se a construção desta tão sonhada “riviera americana”, local perfeito para as férias dos norte americanos.

Foi exatamente com este tipo de projeto em mente que os investidores de Miami – os construtores da cidade em si – estabelecem a arquitetura do local remetendo-a a um estilo idílico do mediterrâneo, especialmente do mediterrâneo espanhol. Mais uma vez aqui, a alma latina do local iria se afirmar novamente, desta vez contudo, ironicamente através das mãos dos anglo norte americanos. *“Os magnatas, comerciantes, propagandistas e visionários que estavam minando ouro das areias de Miami tinham algo em comum mais peculiar que o simples amor pelo dinheiro. Todos vindos do nordeste americano, poderia ter parecido razoável para estes empreendedores conceber um resort a beira mar ao estilo de Newport ou Cape May. Contudo, isso não aconteceu, influenciados por um homem, estes empreendedores ianques estavam obcecados com o Mediterrâneo, e em particular*

com a Espanha. Henry Flagler deu o tom do local com hotéis que reproduziam, em mínimos detalhes, as matizes, nuances e arabescos da arquitetura andaluza. Saint Augustine, hoje em dia, é um contraponto entre as majestosas estruturas falsas do barroco de Ponce de León e Alcazar e o desprezioso resquício dos assentamentos originais. A ‘cidade mais antiga da nação’ tornou-se muito mais hispânica sob o domínio dos magnatas ianques do que tinha sido durante os três séculos anteriores de dominação espanhola.” (Portes & Stepick, 1993:74 – grifos meus).

Para aqueles que conhecem Miami, não surpreende esta passagem, ao serem recordadas as vilas espanholas como a “Espanhola Way” que fica em South Beach, local inclusive do Albergue da Juventude, onde passei meus primeiros dias em Miami. Surpreende, por outro lado, imaginar que estas construções, vilas e balneários que atraem tantos turistas em busca de uma visão hispânica do local, supostamente herança do período colonial e de dominação espanhola foram, outrossim, construídas, planejadas e meticulosamente articuladas por mãos de sagazes empresários do nordeste norte americano, os descendentes dos *Founding Fathers*, muito distantes dos colonizadores espanhóis. Entretanto, não é aos empresários norte americanos que se remetem as idéias de Miami enquanto tal hoje em dia, mas as falsas construções ibéricas apenas vêm dar mais vida à construção da identidade do sul da Flórida, essencialmente latina, e estas, mesmo falsas, povoam o imaginário de milhares de turistas anualmente, que buscam a Flórida como a possibilidade de conhecer um pouco das vilas e balneários mediterrâneos. Portanto, mesmo quando foram os “homens e fatos do norte” os responsáveis pela estruturação daquele local, este é remetido a uma presença latina, e não a uma presença inglesa ou anglo saxã.

Portes e Stepick chamam a esta peculiar condição de formação da cidade de Miami de “hispanofilia” (*hispanophilia*) dos empresários norte americanos, a quem eles chamam de “ianques”. Retomando aqui, mais uma vez as declarações destes próprios autores, não saberia colocar em palavras mais apropriadas o que estes

atribuem a uma certa “predestinação” do local enquanto tal, mesmo em sua fase de desenvolvimento relacionada aos norte americanos em si: “*Durante os três primeiros cem anos de sua história, a Flórida foi colonizada pelo sul; pelo último centenário, o processo mudou de direção para vir ao norte. Mesmo assim, a península não pode se livrar da Espanha. Sua distante influência veio primeiro nos galeões de conquistadores visionários e soldados de Cuba e depois nas malas e sonhos de empresários ianques. A noção que a história se repete a si mesma, sendo a segunda vez uma paródia da primeira, não poderia achar maior evidência que os minaretes ornamentados, hotéis barrocos, e as vilas construídas ao estilo espanhol de Merricks e Mizners*¹⁹. *Embora poucos residentes de Coral Gables pudessem pronunciar os nomes de suas ruas corretamente, isso não importava: o lugar permaneceu como uma peculiar ligação ao passado da Flórida e como uma premonição das coisas que viriam.*” (Portes & Stepick, 1993: 75-76 – grifos meus).

Mesmo durante a primeira metade do século XX, quando a Flórida, e em especial Miami, estiveram ligadas muito mais à presença norte americana do que à presença latina em si, este caráter latino do local nunca esteve ausente. Não só pelas construções que lembravam uma distante colonização espanhola, mas inclusive pela proximidade das ilhas caribenhas, especialmente Cuba, Miami sempre esteve em constante comunicação com estes aportes latinos. A classe média cubana, até a tomada do poder por Fidel Castro, era uma ávida consumidora da possibilidade de férias em Miami, assim como os demais “homens do norte”. Já no anos 60 do século XX, Miami estava composta como uma cidade urbana, desenvolvida, e o balneário turístico dos EUA, graças às suas praias, ao suporte hoteleiro e a todas as demais possibilidades de infra-estrutura para o turismo da região. Muitos migrantes internos

¹⁹ Merrick é o sobrenome de Salomon Merrick, um pastor de Nova Iorque que, migrando para a Flórida, tentou construir uma grande plantação de frutas cítricas no local onde hoje fica o bairro de Coral Gables – na época, apenas uma vasta área de terra livre e desabitada. Este projeto, assim como tantos outros de semelhante formato, acabou fracassando, e os filhos de Merrick, assim como os filhos do Quaker John S. Collins (que hoje dá nome à avenida mais importante da cidade de Miami Beach) transformaram uma imensidão de terras improdutivas em potenciais espaços turísticos e hoteleiros da então nascente riviera americana. Mizner é o sobrenome de Addison Mizner, o arquiteto que concretizou todos estes sonhos de uma construção mediterrânea no local, misturando estilos italianos, espanhóis e mouros em cada construção que estes empresários do norte planejavam erguer.

chegavam à Miami – desde os anos 30 e 40 inclusive – buscando em suas praias e em seu clima ameno e convidativo, o agradável estilo de vida que os naturais do local já desfrutavam. Miami passa a ser assim, um pólo de atração das migrações internas norte americanas, sobretudo de população do norte e nordeste americanos, assim como a Califórnia também o foi, se bem que em outro sentido. Enquanto a expansão dos EUA prosseguia a passos largos, Miami ia se tornando pouco a pouco não só um balneário turístico, como assim preconizaram aqueles que ali quiseram construir a sua riviera, mas igualmente uma metrópole. Nos anos 60, contudo, ao lado desta população americana que tentava se consolidar no local, novamente a presença latina bate com força às portas da cidade. Uma cidade certamente que, mesmo sob o jugo dos “homens do norte”, jamais deixou de estar ligada aos “homens do sul”.

Desde sua independência política, Cuba passou a ser livre das mãos invasoras da Espanha, mas jamais chegou a experienciar uma liberdade plena em sentido amplo. Por ter recebido apoio dos EUA para conseguir enfim consolidar sua independência da Espanha (George, 1998), Cuba passou a ser, por outro lado, um protetorado político de seu vizinho norte americano. Após a independência formal, os generais americanos governaram a ilha de 1898 até 1902, período de uma fervorosa expansão na cidade de Miami, em busca da construção do perfeito balneário de férias anglo-saxão. Em 1902, quando os generais americanos deixaram Cuba, a ilha poderia ser considerada tudo, menos um país independente²⁰. Esta parecia se compor, na verdade, muito mais como uma extensão “natural” do Sul da Flórida, formalmente independente, mas subjugada economicamente pela hegemonia do seu vizinho ao norte. Cuba, contudo, sempre foi fraca politicamente, mas nunca culturalmente. Os cubanos sempre tiveram um forte senso de identidade nacional, que se constitui de tal forma desde os tempos coloniais da Espanha. A ilha,

²⁰ Apenas como exemplo desta condição de dependência política, em 1902 o Senador norte americano Orville H. Platt propôs uma emenda, aprovada pelo Congresso Americano, na Constituição Cubana dando à Washington o direito de intervir na política interna do recente país. Sob esta emenda, que ficou conhecida como “The Platt Amendment”, o embaixador americano tornou-se de fato um supervisor colonial de Cuba (Portes & Stepick, 1993).

entretanto, jamais desfrutou de semelhante autonomia e força em seus campos econômicos e políticos. Livre das mãos dos espanhóis, mas padecendo de intervenção norte americana, a vida política de Cuba durante este período entre sua independência formal (1898) e o regime de Fidel Castro (1959) foi permeada por breves períodos relativamente democráticos ocasionados entre as ditaduras enfrentadas pelo país. A primeira ditadura cubana do General Gerardo Machado vigorou de 1920 a 1933, e já na época ocasionou a fuga de alguns exilados cubanos à Miami. Apoiado pelo governo norte americano, este período ditatorial chega a um fim através das intenções norte americanas igualmente, que já não visualizavam nesta condição do governo de Machado um elo favorável a sua economia externa com Cuba. Com o fim de seu governo, muitos dos seus assessores políticos mais próximos se refugiaram em Cuba, onde mais tarde o próprio Machado viveu seus últimos dias e foi enterrado, após um período de exílio em Nassau, nas Bahamas. Cuba, nesta época, era praticamente uma semi-colônia dos EUA, e o intercâmbio entre as populações mais abastadas de Cuba e Miami era intenso.

Em 1952, após um período de relativa democracia, Cuba é acometida novamente por um regime ditatorial, desta vez através das mãos do General Fulgencio Batista y Zaldívar, que depõe o então presidente eleito Carlos Prío y Socorrás. Prío é enviado primeiramente ao México, mas assim como Machado, acaba em Miami até o final de seus dias, tendo sido enterrado no mesmo cemitério que Machado, no centro de Little Havana. É em Miami também que Prío e seus aliados passam a estabelecer o centro de resistência e oposição ao governo de Batista em Havana. Mas Miami não era apenas o centro de resistência à Batista. Já neste período, não somente a classe alta, mas já agora inclusive a classe média cubana, em formação, viajava freqüentemente à Miami em busca da compra de bens de consumo que a ilha não podia produzir. Miami tornara-se assim um “shopping center” da burguesia cubana, que viajava à península a procura da última moda em bens de consumo. Em contrapartida, centenas de norte americanos viajam

igualmente à Cuba, em busca de lazer e divertimento, quase que como em uma extensão da riviera americana das férias de verão.

Para muitos cubanos de classe média, passar as férias no Sul da Flórida era um evento anual. Para a classe alta cubana, contudo, ir à Miami ou ao Sul da Flórida poderia ser um evento de apenas um dia, repetido quantas vezes fosse desejado (a *daily excursion*). “*Homens de negócios e oficiais do alto governo cubano podiam voar à Miami de manhã, fazer compras na Lincon Road, almoçar no Fontainebleau Hotel, e estar de volta à Havana à noite. Para aqueles que tinham acesso ao governo, ou avião particular, esta era uma viagem realmente popular*”. (Portes & Stepick, 1993:100). Esta era uma condição desejável inclusive pelos norte americanos, que podiam ver seus negócios, desta forma, em movimento durante todo o ano e não apenas durante o inverno do nordeste americano, quando os empresários novaiorquinos desembarcavam nas praias de Miami. A classe média cubana, por sua vez, aproveitava as condições favoráveis da baixa temporada – quando os turistas do norte escasseavam – e viajava constantemente à Miami em períodos de baixa estação.

Nada mais natural, portanto, que quando Fidel Castro toma o poder em 1959, implementando seu regime político com ainda mais vigor a partir de 1960, toda a classe média e alta de Cuba deságua em Miami, em busca de refúgio. Alguns, particularmente a elite mais antiga, dirigiu-se à Miami acreditando, ainda naquele momento, que aquela situação se compunha na verdade mais como um período de “férias prolongado” do que como um exílio propriamente dito. Miami era um território conhecido daquela população, não só pela proximidade cultural com este espírito latino que jamais deixou a península – nem mesmo nos áureos anos de expansão econômica promovida pelo norte – mas também devido às constantes viagens anteriores que esta população realizava periodicamente pela cidade. Portanto, Miami foi o destino quase natural destes refugiados.

A primeira onda de refugiados cubanos em consequência do regime de Fidel foi de oficiais e partidários do deposto Batista. Não provocou nenhum escândalo em

Miami, já que a cada troca de governo em Cuba, seus opositores se dirigiam à cidade. Contudo, aos poucos, homens de negócios e latifundiários cubanos que foram vendo seus bens serem confiscados pelo regime de Fidel começam a deixar a ilha em direção à Miami, para encontrarem-se ali com os demais refugiados anteriores. Entre janeiro de 1959 e abril de 1961, 135 mil cubanos deixam a ilha e se refugiam em Miami, primeiramente a classe alta, oficiais, homens de negócios e grandes fazendeiros; logo em seguida, a própria classe média que costumava passar férias anuais em Miami. Mesmo depois da invasão da Baía dos Porcos em 1961, os vôos entre Havana e Miami continuavam, e levavam cada vez mais refugiados, desta vez inclusive membros da classe média baixa que, diferentemente dos primeiros refugiados, já não visualizavam mais sua ida à Miami como uma espécie de “férias prolongadas”.

Os vôos comerciais para Miami cessam em 1962, durante a Crise dos Mísseis, e a saída de Cuba a partir de então tem que ser feita através de vôos a um terceiro país que os levassem posteriormente à Miami, ou então cruzando-se o estreito da Flórida por barcos clandestinos. Até 1965, o total de cubanos que haviam deixado a ilha em direção à Miami somavam o montante de 210 mil pessoas (Portes & Bach, 1985). Em setembro de 1965, o governo cubano abriu o porto de Camarioca para todos os exilados que quisessem buscar seus parentes na ilha. Assim como viria a ocorrer anos mais tarde no porto de Mariel, 5 mil cubanos foram resgatados à Miami neste momento. Em resposta a este incidente, a administração de Lindon Johnson assinou um pacto com Havana que permitia vôos diários de refugiados da praia de Veradero, em Cuba, à Miami. Entre dezembro de 1965 até abril de 1973, quando Castro extingue estes vôos que eram chamados pelos americanos de “vôos da liberdade” (*freedom flights*), mais 340 mil cubanos conseguiram deixar a ilha em direção aos EUA, a imensa maioria ficando em Miami. Miami, já na década de 70, tornara-se a segunda maior cidade cubana do mundo – perdendo apenas para Havana – e a cidade de maior concentração de refugiados estrangeiros dos EUA. O espírito latino que a cidade jamais perdera

passa a tomar cada vez mais forma, mais personalidade, mais vida. Miami, para estas pessoas, passa a ser uma substituta da Havana que eles haviam perdido com a entrada de Fidel.

Em abril de 1980, mais uma vez Miami é sacudida com a entrada de milhares de novos refugiados cubanos. Após um incidente que levou centenas de cubanos às portas da embaixada peruana em Cuba, com o desejo de deixar a ilha, Fidel Castro decide abrir o porto de Mariel e permitir que aqueles que desejassem sair de Cuba poderiam fazê-lo, ao mesmo tempo convidando os refugiados cubanos em Miami a virem buscar seus familiares que desejassem partir. No decorrer desta situação, contudo, os refugiados que deixaram a ilha não eram mais os membros de uma elite ou mesmo da classe média que chegavam à Miami, mas sim cubanos dos baixos escalões sociais, muitos eram delinquentes, pessoas muitas vezes com um passado de crime e doentes mentais. Os *marielitos*, como ficaram conhecidas estas pessoas que deixaram Cuba através do porto de Mariel, eram em sua maioria negros e mulatos, diferentemente dos cubanos exilados do período anterior, de maioria branca. Chegavam em pequenos barcos (*boatlifts*) ou mesmo embarcações do tipo de jangadas. Durante o período de 5 semanas, entre os meses de abril e maio de 1980, 90 mil novos refugiados cubanos chegaram até Miami, através do porto de Mariel. Até junho deste mesmo ano, este número já chegava a mais de 114 mil. No dia 26 de setembro de 1980, Cuba novamente fecha o porto de Mariel, após 159 dias de saídas liberadas, e um total de 124.769 novos refugiados em Miami (Portes & Stepick, 1993). A cidade de Miami completa assim como que um ciclo de recolonização hispânica ou latina dentro de seus limites históricos do passado. Um passado histórico resgatado pelas mãos de imigrantes e refugiados que passam a dar sentido às construções latinas do local, ao mesmo tempo em que resgatam a alma originária do sul da península desde o seu início em contato com a Espanha.

Enquanto cubanos chegavam à Miami através do porto de Mariel, haitianos que já praticamente há duas décadas deixavam seu país natal em direção aos EUA, passam a preferir a cidade de Miami em detrimento à Nova York, o local de

preferência anterior dos refugiados haitianos. Enquanto que durante os anos de 1960 e 1970 o principal destino dos haitianos que deixavam seu país era Nova York, a partir do final da década de 70, seu porto de refúgio passa a ser Miami. Entre 1977 e 1981, aproximadamente 60 mil haitianos chegam à Miami por barcos e jangadas, e passam a ser chamados por isso de “*boat people*”. Embora este número seja apenas um quinto do tamanho da comunidade haitiana em Nova York, o efeito destas pessoas, negras, famintas, chegando em pequenos barcos ao litoral da Flórida, foi muito mais impactante do que os números totais de população haitiana em Nova York. Juntamente com os cubanos que chegavam de Mariel, estas imagens ficaram impregnadas entre o público norte americano que passaram a ver a cidade de Miami, a partir destes fatos, como um depósito de refugiados do Caribe.

A condição de serem negros, embora não veicule nos discursos como um dos motivos pelo quais estas imagens chocaram tanto e “denegriram” tanto a imagem bucólica de Miami como a riviera americana, teve um peso imenso nesta questão entre a população americana. Os “*boat people*” passam a ser, desta forma, os imigrantes menos desejados que os EUA vêem aportar em suas praias; e Miami, a responsável por tamanha “contaminação” étnica e cultural. “*Certamente os haitianos ‘boat people’ do sul da Flórida lideram como os imigrantes menos desejados e quistos. Nenhuma outra massa de refugiados inspirou tamanha lamentação, nem foi tão estigmatizada. Teria sido uma coincidência que esta ligação dos haitianos com a AIDS – com homossexuais, viciados em heroína, e hemofílicos – surgiu ao mesmo tempo em que corpos haitianos começaram a desembarcar nas praias da Flórida? É claro que foi uma coincidência e é claro que não o foi. Se a imigração é uma infecção sem cura, então os haitianos são os imigrantes mais infecciosos.*” (Millman, 1997:285 – grifos meus).

A imagem dos cubanos *marielitos* e dos haitianos *boat people* jamais deixou a mente dos norte americanos, especialmente dos brancos norte americanos, assim como jamais deixou de estar ornamentada pelo cenário do palco da cidade de Miami, que a partir de tais fatos, passa a se tornar desbotado em vista dos sonhos

idílicos dos homens do norte dos EUA, e mais colorido em vista dos homens do sul, que encontram cada vez mais nesta cidade, o retrato de seus países de origem. Não é por acaso que, já durante os anos 80, após o acontecimento destes fatos, muitos brancos norte americanos que haviam migrado para lá durante os anos 30, 40 e 50 deixam a cidade em direção a outros pontos do país, de preferência a norte de West Palm Beach (ver mapa 1), onde esta “contaminação” pode ser menor. Quanto mais esta população abandona o cenário, mais latino ele se torna. Não é por acaso também que Miami passa a ser chamada a partir de então de paraíso perdido “Paradise lost”. O paraíso imaginado de magnatas e empreendedores do norte, que chegaram a construir uma riviera de férias dos EUA, dia a dia vai se tornando uma extensão do Caribe, e não o seu inverso. É durante este período também, dos anos 80, que surgem adesivos por todo o lugar em Miami, inclusive em pára-choques de carros, onde se pode ler “O último americano a sair, por favor, leve a bandeira”. Miami está nos EUA, mas não é mais os EUA. E talvez nunca o tenha sido.

Já no final dos anos 80, mais uma vez uma grande onda de imigrantes batera às portas da cidade. E mais uma vez, latinos, assim como os cubanos, hispano-falantes. Desta vez o êxodo era de nicaragüenses, que a partir de 1988 começam a tornar aquilo que era visto como a entrada de alguns imigrantes em uma verdadeira corrente imigratória (*a flood* – inundação). Contudo, os nicaragüenses não foram saudados como bem vindos ao local como haviam sido os cubanos 20 anos antes. Nem o governo americano, nem a população americana os queriam ali, mas a presença cubana, e a latinidade do local (o “latin-ness”, como chamam alguns autores: Portes, 1987, 1993 e Oboler, 1995) possibilitaram a fixação destas pessoas na cidade. Os nicaragüenses migraram em massa, e em todos os seus níveis sociais, a elite, as classes médias, e as classes baixas. Logo em seguida, chegam os salvadorenhos que, de semelhante forma, começam a inundar Miami a partir de fins dos anos 80. Dominicanos passariam a ser o próximo grupo caribenho a “invadir” Miami. Já nesta época, o “latin-ness” da cidade passa a “convidar” não somente os latinos das ilhas caribenhas, mas de igual forma, fluxos intensos de países da

América do Sul começam a ser formar na cidade. Colombianos e venezuelanos são uns dos pioneiros a se estabelecerem na cidade com maior ênfase. Dentre os mais recentes fluxos que estão desembarcando na cidade estão os brasileiros e argentinos, expandindo assim a atração de Miami até o extremo sul da América Latina.

OS BRASILEIROS EM MIAMI

OS BRASILEIROS EM MIAMI

Embora não existam números exatos da população brasileira em Miami, a estimativa de 100 mil pessoas só para a região que envolve esta cidade (sem contarmos aqui as regiões de Pompano Beach/Boca Raton e cidades mais ao norte do estado, como é o caso de Orlando e Tampa) parece pequena ao nos depararmos com o cotidiano da metrópole. Durante meu período de pesquisa de campo na região, não houve um só dia em que eu não ouvisse alguém falando português nas ruas, e isso não em razão de minhas ligações com a comunidade, pois na maioria das vezes, não eram nesses momentos (digo, na presença de brasileiros) que eu me “espantava” com a sonoridade do português em meio a diferentes ritmos de espanhol e inglês. Mesmo ao caminhar nas ruas, o português é tranqüilamente ouvido em algum momento, especialmente no quadrilátero central de downtown Miami – local de ampla presença do comércio brasileiro –, ou na orla marítima de Miami Beach. Ainda que eu tenha chegado na cidade sem conhecer pessoa alguma, não demorou muito para que eu localizasse inúmeros brasileiros, que não só ajudaram me a estabelecer no local durante os meses que passei na cidade, como, de uma forma ou de outra, acabaram por contribuir para esta pesquisa.

Já eram mais de 7 horas e, por estarmos no inverno, as ruas já estavam completamente escuras. Era a primeira vez que eu

tomava o metrô em Miami, não conhecia nenhum lugar além das duas ou três quadras que cercavam o hotel onde ficava o "Albergue da Juventude", em South Beach, na cidade de Miami Beach. Pela primeira vez tinha ido à downtown Miami, um centro de cidade tão sujo, tão bagunçado e tão vazio a noite como a região da 25 de Março, no centro de São Paulo. Ao perguntar no meu hotel (o Albergue) como eu deveria fazer para ir até South-Dade, que fica depois de Kendall, fui alertada que deveria pegar um ônibus até downtown Miami, e depois o metrô, mas que eu também deveria tomar cuidado com downtown Miami, pois era uma região considerada "violenta" - para os padrões norte-americanos. Assim, nesta minha primeira "aventura" pela cidade (tinha ido à South-Dade atrás de uma vaga para alugar um quarto, já que não pretendia passar mais que alguns dias no Albergue), me encontrava sozinha em downtown Miami, sem conhecer ninguém, sem saber que ônibus tomar, num lugar onde apenas meia dúzia de pessoas também estavam esperando o ônibus. Pior que isso, sem saber falar a língua! Engana-se quem pensa que, apenas com o inglês, é possível acharmos o ônibus certo para voltar para "casa" à noite, em downtown Miami. Nestas condições, a língua requisitada é, sem dúvida alguma, o espanhol, pois, não bastasse o fato de ser essa a língua "majoritária" em Miami, a agravante de estarmos em um ponto de ônibus, à noite, no centro de Miami, nos obriga

a enxergar a realidade de que, se há algum mero falante de inglês naquelas quadras, ele certamente estará dentro de um carro. Ou então será um negro, que falará com você um inglês tão (ou mais) difícil de entender que o próprio espanhol. Assim, procurei logo por uma mulher entre aquela meia dúzia de pessoas que também estavam esperando o ônibus e me dirigi a ela, pedindo informações:

- Excuse me mam, do you know which bus goes back to South Beach?

Ao que ela me respondeu:

- Tu non hablas español, chica?? Yo non hablo inglés!

Não, eu não falo, ou ao menos ainda naquele momento, não falava "espanhol". Então, como logicamente aquela senhora não iria falar inglês comigo, tentei arranhar um "portunhol" muito fajuto que, aliás, é a estratégia de sobrevivência número 1 de todo o brasileiro recém chegado à Miami:

- Hablo un poquito, muy poco. Como puedo hacer para volver até South Beach, en Miami Beach?

- De ondee es usted?

- Brasil!

Ao que, surpresa, ela me responde:

- Ô chica, você é brasileira?? Bem que eu desconfiei, que você tinha a maior cara!

Sím, eu era brasileira, e ela também! Esta não foi a primeira brasileira que conheci em Miami. Como disse, a cada dia encontrava novas pessoas falando português nas ruas, assim, ao acaso, apenas de andar pelas ruas de Miami e Miami Beach. Depois deste encontro, naquela noite, tomamos ônibus juntas (por coincidência ela também ia à South Beach, trabalhar no seu emprego noturno: faxina). Ela me falou um pouco sobre sua vida, eu disse a ela porque estava lá, e em seguida, desisti de alugar aquele quarto em South-Dade (o motivo da minha viagem), pois já havia arrumado moradia, mais barata inclusive, com uma outra brasileira, amiga desta primeira que acabara de encontrar. Arrumei ainda dicas de emprego, além da vaga para morar, dicas sobre a cidade, noção centenas de vezes melhor que um mapa de onde eu estava, ou para onde eu tinha ido. Qual a melhor região para se morar em Miami, quais eram os melhores empregos, quais os empregos que pagavam mais... Como fazer para pagar menos nos ônibus, comprando tokens nos terminais. Naquela noite, eu recebi mais dicas de como viver bem aqueles meses que passaria em Miami do que em qualquer guia ou livro que eu havia lido antes.

Tive sorte? Certamente sim, pois a pessoa que eu encontrei me favoreceu tudo isso. Mas, por outro lado, naquele mesmo dia, em South-Dade, enquanto chegava na casa onde talvez eu fosse alugar um quarto (esta ficava em um condomínio, muito típico

de South-Dade), vi que o carro do vizinho desta mesma casa tinha uma bandeira do Brasil estampada em seu vidro. E na hora do almoço, quando ainda estava em South Beach, resolvi entrar num "Subway", para comer um sanduíche, e me deparei também com uma bandeira do Brasil colada na vitrine da frente da loja. Pequena, discreta, mas ao lado também de um emblema do Corinthians, e de uma águia americana que chorava pelo atentado de 11 de setembro. Por ter uma bandeira corintiana no estabelecimento, não me agüentei e me dirigi à balconista que preparava os sanduíches, para indagar o porquê daquele emblema (caso fosse somente a bandeira brasileira, qualquer outro hispânico poderia tê-la colocado, mas o emblema do Corinthians?!?!). Esta (uma negra americana), que falava inglês comigo enquanto falava espanhol com os colegas e com a maioria dos clientes, me responde: "cause the owner is Brazilian". Naquele mesmo dia eu devo ter cruzado com mais algumas dezenas de brasileiros, aos quais não tive chance de reconhecer. Por isso mesmo, quando penso na sorte que tive aquela noite ao encontrar uma pessoa que me ajudou a estabelecer-me naquela cidade, penso na sorte de ter encontrado uma pessoa amiga, que se dispôs a me ajudar, e não na sorte de ter encontrado uma brasileira, pois, brasileiros se encontram muitos naquele local, a cada dia, a cada momento.

O relato apresentado acima tem como finalidade demonstrar ao leitor, antes de expormos o “perfil” da população brasileira em Miami, a representação desta população na cidade, em termos numéricos mesmo. Em algumas regiões de Miami e do sul da Flórida, a quantidade de brasileiros é muito grande, a exemplo também do que ocorre na cidade de Pompano Beach, da qual falaremos mais adiante. Outro intuito deste relato é demonstrar as relações de solidariedade dos brasileiros que lá se estabelecem, ao menos num primeiro momento (esta, por sua vez, não se diferencia muito dos laços de solidariedade apresentados em outras regiões dos EUA, como em Massachusetts, por exemplo, ou Nova York – Sales, 1999; Martes, 2000; Margolis, 1994). A relação com a língua espanhola, que eu aponte aqui como sendo o fator número 1 de estratégia de sobrevivência em Miami, é o terceiro motivo e intenção deste relato¹.

¹ Todos estes fatos foram realmente vividos por mim, não há qualquer “fantasia” ou ficção neste relato apresentado, nem neste, nem nos demais quadros que se apresentarão a seguir.

III. QUEM SÃO E COMO VIVEM OS BRASILEIROS DE MIAMI

Mesmo que se confirmassem os números estimados (que, do meu ponto de vista, estão subestimados) quem são, afinal de contas, estes mais de 100 mil brasileiros de Miami? (180 mil para a Flórida como um todo). De forma bastante ampla e diversificada na apreensão dos fatos, muito limitada, porém, em suas condições e recursos de pesquisa, o perfil desta população foi um dos principais objetivos deste estudo e, em particular, da pesquisa de campo. Nunca é demais, porém, advertir quem está lendo, que o intuito da apresentação dos dados que se mostrarão a seguir visa tão somente situar o leitor no meu contexto de análise. Não é uma amostra estatística, e portanto não é representativa dos brasileiros imigrantes da região estudada.

De acordo com o material coletado durante a pesquisa de campo realizada nesta região, a razão entre sexos dos emigrantes brasileiros que escolheram Miami para fixar residência é bastante equilibrada: 50,5% dos entrevistados pertencem ao sexo masculino, enquanto 49,5% são do sexo feminino, conforme se pode observar na tabela 2. Este dado vem refletir uma condição bastante equilibrada entre homens e mulheres que decidiram emigrar para aquela região da Flórida, o que, por sua vez, nos leva a uma outra série de análises pertinentes, como a própria caracterização recente da emigração brasileira aos EUA, que é a de recomposição familiar em território estrangeiro, com a presença de um grande número de famílias nucleares

inteiras emigrando, como tem se revelado a tendência atual da saída de brasileiros desde meados da década de 1990. Como dito no capítulo I desta parte da tese, estes dados vêm se contrapor de maneira muito significativa à realidade no início da emigração brasileira, onde a família permanecia em território nacional, a espera do seu chefe (majoritariamente masculino). Também já analisada anteriormente, esta mudança percebida nos dados, vem enfatizar as recentes análises de mudanças no padrão de intenção em relação ao tempo de permanência no exterior dos brasileiros que deixam seu país natal.

TABELA 2

**Dados Sócio-Demográficos gerais dos imigrantes brasileiros entrevistados –
Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida**

Sexo		Filhos	
Masculino	50,5%	Com filho(s)	49,5%
Feminino	49,5%	Sem filho(s)	50,0%
		Não respondeu	0,5%
Estado Civil		Local de nascimento dos filhos	
Solteiros	33,0%	Brasil	75,7%
Casados/União estável	53,1%	EUA	24,3%
Separados/Divorciados	13,9%		
Casou-se no Brasil ou nos EUA		Local de moradia dos filhos	
Brasil	57,9%	EUA	58,3%
EUA	35,9%	Brasil	26,0%
Brasil e EUA *	3,1%	Brasil e EUA	15,7%
Não respondeu	3,1%		

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Caso de pessoas que casaram-se mais de uma vez.

É desta forma que, dentre os indivíduos analisados nesta pesquisa, o mesmo equilíbrio encontrado na razão entre sexos se verifica igualmente na proporção daqueles que têm filhos e dos que não têm. Dos casos analisados (tabela 2), 49,5% dos indivíduos tinham filhos e 50,0% não. Mais intrigante ainda para nossas análises é a verificação de que (ainda na tabela 2), dentre os indivíduos que tinham filhos, 58,3% destes vivem com os pais nos EUA; e 26,0% dos filhos destes emigrantes permanecem ainda com algum familiar no Brasil (mãe, avós, ou outros parentes), ou são independentes². Existem ainda casos, não poucos, de indivíduos que possuem filhos nos dois países (15,7%), muitas vezes frutos de distintos casamentos, ou ainda, filhos mais velhos que também já se encontram independentes dos pais, e por este motivo, residem ainda no país de origem, enquanto os mais novos, muitas vezes nascidos já nos EUA, permanecem lá com os pais (tabela 2).

Os demais dados desta tabela serão comentados em sessões seguintes deste capítulo.

1. Filhos: A primeira geração deste processo

Entre os filhos destes migrantes que ainda se encontram no Brasil, a proporção, de acordo com a pessoa com quem estes filhos ficaram, é a seguinte: 16,2% destes filhos encontram-se com o pai no Brasil; 29,8% com a mãe; 2,7% com irmãos; 24,3% com os avós; e 2,7% com outros parentes. A proporção dos filhos

² Grande parte destes filhos residentes no Brasil é adulta, portanto, independente.

que se encontram independentes, e ainda residem no Brasil é de 24,3%. Estes, conforme já foi dito, são adultos e já se encontram formando outra família nuclear, muitas vezes sendo esta a razão pela qual não migraram para os EUA juntamente com seus pais. Mais uma vez aqui, através deste quadro de apoio aos filhos que ainda residem no Brasil, a estrutura familiar se revela fundamental para a execução do projeto de imigração.

Como bem observado por outros estudos anteriores (Sales, 1999; Martes, 2000; Assis, 1995; Fleischer, 2002), a emigração brasileira tem se revelado muito além de um mero projeto individual de busca de trabalho e renda no exterior. Esta, ao contrário, se revela sobretudo como sendo um projeto familiar, de ascensão financeira e mobilidade social, não raras vezes, para ambas as partes, tanto a que fica no Brasil, como a que migra para os EUA. A estrutura montada pela família para que a emigração de algum(ns) de seu(s) membro(s) obtenha êxito no exterior não compreende apenas a relação de cuidados com a prole de quem vai, mas também, de maneira bastante enfática muitas vezes, compreende a própria mobilização das redes sociais de apoio, que se mobilizam tanto no Brasil, num momento ainda prévio à migração, quanto nos EUA, especialmente no momento da chegada e de adaptação deste migrante no país de destino. Estas características, referentes às redes sociais de apoio, serão mais detalhadas em seguida.

Outro dado interessante em relação a esta situação familiar, no caso, a relação destes pais com seus respectivos filhos, encontra-se na condição do local de nascimento destes filhos. Embora uma grande maioria dos filhos destes imigrantes de primeira geração tenha ainda nascido no Brasil (residam eles nos EUA com os pais, ou no Brasil, em alguma daquelas situações apontadas), o que seria de se esperar, já que a migração brasileira para os EUA é ainda bastante recente; o número

de filhos de brasileiros já nascidos no exterior não é nada desprezível, muito pelo contrário. Do total dos brasileiros pesquisados que têm filhos (49,5% dos casos, como visto na tabela 2), 75,7% destes filhos nasceram ainda no Brasil, muitos dos quais, como visto, emigraram juntamente com os pais para os EUA. Mas, é interessante notar que, destes imigrantes que têm filhos, 24,3% tiveram seus filhos já nos EUA, sendo que a maioria destes (54,2%) nasceram na Flórida mesmo, estado de residência atual de seus pais, mas os demais (45,8%, portanto) nasceram em estados tão diversos dentro dos EUA quanto Califórnia, Illinois, Massachusetts, Nova Jersey e Nova York. Estes dados vêm nos apontar para realidades observadas também nos demais estudos de brasileiros nos EUA, de que muitos brasileiros já estão tendo seus filhos nos EUA, e toda uma segunda geração de brasileiros nascidos naquele país está sendo formada. Um recente estudo de Teresa Sales e Márcia Loureiro vem confirmar estes mesmos dados percebidos no Sul da Flórida para a realidade dos brasileiros que vivem no estado de Massachusetts. Embora a maior parte dos filhos dos brasileiros residentes naquela região tenha ainda nascido no Brasil, da mesma forma que o que se verificou na Flórida, o número de mulheres brasileiras³ que estão tendo filhos já em solo norte americano é bastante significativo. Segundo este estudo, através de dados colhidos no *Department of Public Health* do estado de Massachusetts (DPH), o número de crianças nascidas naquele estado de mães brasileiras foi de 683 para o ano de 1998; de 799 para o ano de 1999; 1.033 crianças para o ano de 2000; e 1.282 para o ano de 2002, último ano de informações coletadas. Estes dados representam, na verdade, uma taxa de crescimento anual de 17% no período de 1998 para 1999; de 29% no período de 1999 a 2000; e de 24% no período de 2000 a 2001 (Sales & Loureiro/no prelo). A

³ No caso deste estudo acima referido (Sales & Loureiro/no prelo) foram contabilizados apenas os filhos nascidos de mães brasileiras (filhos que tenham pai brasileiro e mãe não brasileira não participam desta estatística).

denominação que esta geração terá ainda é passível de discussão, mas alguns autores (como Martes, 2002) já escrevem em termos de *Brazilian-Americans*. Esta caracterização vem, mais uma vez, reafirmar as mudanças de padrão de intencionalidade em relação às expectativas temporais destas pessoas. Não mais migrantes temporais, mas sim pessoas que estão solidificando seu futuro e o de suas famílias em território norte americano.

Ter um filho americano ainda pode trazer muitas outras “vantagens”. A própria situação de regularização legal do migrante pode vir a ser facilitada em decorrência disto, bem como, por mais estranho que isso possa parecer, a posição desta pessoa dentro da própria comunidade brasileira ali residente. Ter um filho americano, ou casar-se com um americano/a (como veremos em seguida) é muito “chic”. Dá um *status* a esta pessoa que ela, não raramente, havia perdido no momento de sua migração, na transferência de posições sociais e de trabalho, no rebaixamento social e de *status* que a grande maioria dos brasileiros enfrenta na passagem deste processo. Ter um filho americano não só pode vir a dar mais estabilidade ao emigrante no local de destino, como “repõe”, de certa forma, este rebaixamento do qual os brasileiros se ressentem tanto. Por este motivo, inclusive, muitos casais buscam ter seus filhos naquele país, ou, como já havia observado Teresa Sales em 1998 com relação ao retorno de alguns destes brasileiros ao Brasil: tão logo estes casais descubram-se “grávidos”, há um grande impulso de retorno aos EUA, para que seus filhos nasçam naquele país, e não no Brasil (Sales, 1999). Durante a minha pesquisa de campo, chamou-me muito a atenção o fato de como “ter filhos americanos” era valorizado pela comunidade brasileira em Miami. Em relação às mulheres, casar-se com um americano também envolvia uma aura de grande valor, mas, particularmente em relação aos filhos, esta “estratégia” de manutenção e enraizamento em território americano era bastante valorizada (embora

seja um grave engano a noção que alguns brasileiros possuem de que um filho americano lhes dará direito à legalização em território norte americano).

Em relação a esta acentuada valorização que o fato de ter filhos americanos desfruta, entre diversas outras situações marcantes, recordo-me de um rapaz de Fortaleza, que em todas as entrevistas que fiz com ele (formais ou informais), sempre me repetia: que tinha muita vontade de voltar ao Brasil um dia – novamente aqui aquela expectativa longínqua e incerta: um dia....., que pode muito bem vir a ser nunca – mas que antes disso, ele queria “fazer menino na América”, pois isso seria uma coisa tão grandiosa que ele estaria fazendo pelo filho, que o filho jamais teria como lhe agradecer tamanha “benfeitoria”. Tão repetidas vezes este rapaz me falou tal coisa, que eu passei a caracterizá-lo, dentro do meu corpo de pesquisa, como o “fazer menino”, muito também em decorrência do uso desta expressão, que era desconhecida por mim.

Assim, com relação à situação dos filhos destes emigrantes brasileiros, temos, como mostra a tabela 3:

TABELA 3

**Local de Nascimento dos filhos dos imigrantes brasileiros entrevistados por
Local atual de residência – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da
Flórida**

NACIONALIDADE DOS FILHOS	PAÍS ONDE MORAM OS FILHOS			
	Brasil	EUA	Brasil/EUA* ¹	Total
Brasil	22	36	14	72
EUA	2	20	2	24
Total	24	56	16	96* ²

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

*1 De acordo com o que foi pedido no questionário, não é possível desassociarmos estas duas referências.

*2 Total de casos válidos: 96 indivíduos com filhos (49,5% do total de casos)

Interessante notarmos que, dentre os filhos que nasceram nos EUA, pelo menos dois ao certo estão vivendo atualmente no Brasil, segundo o relato de seus pais. Estes nasceram nas cidades de Paterson (NJ), e New Brunswick (NJ). Vivem atualmente no Brasil, no caso do natural de Paterson, com os avós, e no caso do natural de New Brunswick, com a mãe. Possuem, respectivamente, 13 e 14 anos. No caso dos filhos nascidos nos EUA, que podem estar morando tanto no Brasil quanto nos EUA⁴, estes filhos nasceram nas cidades de Boston (MA) e de Fort Lauderdale (FL), e possuem 11 anos, ambos.

⁴ De acordo com as respostas dadas por seus pais ao questionário da pesquisa (ver anexo 2) não foi possível desmembrar com absoluta certeza o local de residência atual dos filhos desses dois casos, pois a resposta dada por seus pais não foi precisa. Sabe-se, com precisão, o local de nascimento dos filhos (EUA), inclusive as cidades, como apontado acima. O local de residência atual destes filhos, entretanto, pode ser o Brasil ou os EUA.

Entre outras observações interessantes passíveis de serem realizadas quanto a esta situação, uma das características que mais nos chama atenção nestes dados encontra-se justamente no fato de que, na possibilidade destes dois últimos casos também estarem residindo no Brasil (os filhos naturais de Boston e de Fort Lauderdale), esta decisão de residência é sempre tomada pelos pais – de enviarem seus filhos americanos ao Brasil – no período da adolescência. Entre diversas hipóteses que podemos formular a respeito deste dado bastante peculiar (retomando aqui a importância de se ter um filho norte americano, é de todo bastante instigante a condição de que, na possibilidade real deste acontecimento, os pais enviarem seus filhos “americanos legítimos” ao Brasil), o fato disso ocorrer, no caso desta pesquisa, sempre no momento do início da adolescência, pode nos levar a uma série de novas indagações. A necessidade destes pais de terem filhos que saibam reconhecer os padrões da cultura brasileira – levando-se em conta que, por diversas vezes estes filhos já nascidos nos EUA mal sabem falar o português –; a possibilidade também, nada surreal, do medo da violência das escolas norte americanas e do envolvimento dos filhos adolescentes com padrões de popularidade e acirrada competição entre os high school americanos, ou até mesmo envolvimento com drogas e “gangs”, étnicas sobretudo; ou até mesmo a questão da ausência de controle e autoridade destes pais em relação aos seus filhos norte americanos, que por questão até mesmo de nacionalidade, e do domínio do inglês, se julgam superiores aos seus pais, situação esta que fica ainda mais incontrolável no período da adolescência. Enfim, as hipóteses que se ligam a este fato podem ser diversas, e não compete a este estudo aprofundá-las. Entretanto, não se pode deixar, por outro lado, este fato indubitavelmente curioso passar em branco, ainda mais que o valor de um filho norte americano é extremamente exacerbado na comunidade brasileira residente nos EUA.

2. Casamento: União entre iguais

O equilíbrio encontrado na razão entre sexos e entre ter e não ter filhos não se dá da mesma forma com relação ao estado civil destas pessoas. Mas, mesmo em relação a este aspecto, os dados da tabela 2 nos direcionam igualmente para uma mesma interpretação das análises precedentes, visto que o número de pessoas que se encontram casadas (ou vivendo em união estável⁵) supera largamente o número de pessoas solteiras encontradas, ainda mais se somados os números entre casados/união estável com os separados ou divorciados. Isto também nos leva a uma reflexão de uma maior estabilidade da população brasileira ali residente, e um maior comprometimento familiar e com o local de destino, longevidade da permanência no país de destino, etc.... Em relação ao estado civil dos entrevistados, temos um número de 64 indivíduos solteiros (33,0%), ao lado de 103 indivíduos casados ou vivendo em união estável, o que nos dá a porcentagem de 53,1%, conforme pode se ver na tabela 2. A proporção de pessoas separadas ou divorciadas foi de 27 indivíduos (13,9%) do total dos questionários.

Esta mesma tabela 2 mostra ainda que, entre os casados, 57,9% das pessoas que assinalaram esta opção casaram-se ainda no Brasil, 35,9% casaram-se já nos EUA, 3,1% casaram-se em ambos os países (divorciaram-se e casaram-se novamente) e igual percentagem, 3,1%, não se identificou quanto ao local do casamento, afirmando apenas serem casados.

Entretanto, mesmo que haja uma proporção bastante significativa de casamentos realizados já em território norte americano, isso não significa

⁵ Foi considerado aqui como união estável casais que já estão juntos sob o mesmo teto, e com uma certa estabilidade no relacionamento, temporal, sobretudo.

exatamente uma maior interação entre os grupos, uma vez que, entre os casados, a grande maioria possui cônjuge brasileiro (83,7%), conforme se pode ver na tabela 4.

TABELA 4

**Nacionalidade do Cônjuge dos imigrantes brasileiros entrevistados por Sexo –
Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida**

NACIONALIDADE CÔNJUGE	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Brasileiro	51	92,7	52	76,5	103	83,7
Norte-americano	4	7,3	12	17,6	16	13,0
Outros	-	-	4	5,9	4	3,3
Total	55	100,0	68	100,0	123*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos/ Note-se que os casos válidos excedem o número das pessoas que encontram-se casadas no momento da pesquisa (103 indivíduos) justamente porque algumas pessoas casaram-se mais de uma vez.

Conforme pode-se ver na mesma tabela 4, entre aqueles que se casaram com norte americanos, a grande maioria é do sexo feminino. Dos 16 indivíduos que são casados com um cônjuge norte americano, 12 são do sexo feminino (75,0%), e apenas 4 (25,0%) são do sexo masculino, o que nos faz recorrer à idealização estrangeira em relação à mulher brasileira, concretizada aqui em dados reais. Uma outra hipótese em relação a este maior número de mulheres brasileiras casadas com norte americanos pode estar vinculada a uma situação de poder assimétrico a que

estas estariam se sujeitando com maior freqüência do que os homens (haja visto que uma união conjugal entre um nacional e um estrangeiro pode acarretar muitas vezes em uma relação assimétrica de poder, a começar pelo uso da língua falada entre o casal). Mais interessante ainda é a verificação que vem endossar esta inferência, quando vemos que, dentre os demais casos restantes de união com não-nacionais, no caso, cubanos (2), colombiano (1) e holandês (1), estes representam sempre a união de uma mulher brasileira com parceiros estrangeiros. Portanto, o total de mulheres brasileiras casadas com estrangeiros em relação aos homens brasileiros é da razão de 16 para 4, ou de 80,0% frente a 20,0%.

3. Faixa etária: A “fuga” de nossa força jovem

Quanto à idade das pessoas entrevistadas (tabela 5), assim como nas pesquisas realizadas anteriormente para o estado de Massachusetts, na região de Boston, ou mesmo para a área metropolitana de Nova York, semelhante quadro se verificou com relação à população brasileira residente no sul da Flórida, ou seja, uma concentração muito forte de peçoas jovens, em plena idade produtiva, sendo que a faixa de idade que vai dos 20 aos 44 anos contempla majoritariamente a presença destes indivíduos entrevistados (71,4%).

TABELA 5

Imigrantes brasileiros entrevistados por Grupos de Idade – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

IDADE	N	%	% Acumulada
15 a 19	10	5,4	5,4
20 a 24	25	13,4	18,8
25 a 29	36	19,3	38,1
30 a 34	23	12,4	50,5
35 a 39	29	15,5	66,0
40 a 44	20	10,8	76,8
45 a 49	16	8,6	85,4
50 a 54	15	8,1	93,5
Acima de 55	12	6,5	100,0
Total	186*	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

*Total de casos válidos

Os dados da tabela 5 mostram ainda que o maior contingente migrante está na faixa etária de 25 a 29 anos (19,3%) e que, em termos de proporção acumulada, metade dos imigrantes têm menos de 34 anos.

Estes dados só vêm reforçar as análises já bastante sedimentadas na literatura sobre as migrações, de que o impulso pelo apelo ao trabalho é fundamental na decisão de emigrar, embora, como vimos, as redes sociais desempenhem também um papel bastante relevante neste movimento migratório.

Cabe aqui também uma observação em relação ao grupo de pessoas com 50 anos ou mais. Estas, embora representem um número bastante modesto se

comparado com a grande quantidade de jovens e pessoas dentro da faixa do “pico” da idade produtiva, não formam, contudo, um contingente desprezível. Dentre as pessoas com 50 anos ou mais encontram-se 14,6% dos entrevistados. Embora a maior parte destes estejam na faixa ainda jovem dos 50 aos 54 anos (8,1%), é interessante notar a existência de pessoas nas faixas de idade acima dos 60, por exemplo, em se tratando de uma situação de migração, onde o que se busca é justamente a força produtiva como ferramenta básica para o êxito de tal investimento. São estes, entretanto, muitas vezes os casos dos avós, ou outros parentes de idade, que migram em geral num momento posterior ao da família nuclear, regra geral para se unirem aos seus filhos que já estão repensando a condição da volta ao Brasil como algo longínquo ou mesmo fora de cogitação, para cuidarem dos netos, recomporem a família tal qual esta existia no Brasil. Este fato (o caso dos avós) já havia sido analisado por Margolis desde 1994, para os brasileiros que se encontravam em Nova Iorque. Para a região de Miami, novamente esta situação se coloca.

Há ainda, dentre aqueles situados nessa faixa etária acima dos 50 anos, outros casos encontrados que nos colocam diante de outras situações interessantes de análises. Muitas mulheres acima desta idade estão sozinhas em Miami, e, mais importante que isto, migraram para lá sozinhas. Embora as redes familiares de apoio estejam por trás deste processo, viabilizando a realização do projeto de emigrar e dando base e estruturação a esta ida e à adaptação do migrante no país estrangeiro, o momento da migração e a residência em Miami em si, são solitários. Em outras palavras, estas mulheres não estão unidas às suas famílias nucleares nem na ida ao novo país de destino, tampouco durante o seu tempo de permanência lá. São mulheres divorciadas ou desquitadas, que migraram para formar ou dar estabilidade econômica aos seus filhos no Brasil. Uma vez em Miami, ocupam nichos da área doméstica e da faxina, e é com este investimento financeiro que elas promovem,

sozinhas, a mobilidade social da família, custeando estudos universitários no Brasil, que seus filhos jamais alcançariam sem tais recursos enviados pela mãe no exterior. Isabel era uma destas mulheres que, com dois filhos em universidades privadas no Brasil, não encontrou outra alternativa de trabalho que não esta (no Brasil, vendia roupas para clientes – autônoma – e a renda que obtinha não viabilizava a possibilidade de estudos universitários para os filhos, mesmo que estes também estivessem trabalhando, pois ela ainda teria que pagar aluguel e as demais despesas de sustentar um filho em outra cidade, já que sua cidade de residência não tinha nenhuma faculdade). Assim, por ter conhecimento de alguém que já vivia nos EUA (novamente a questão das redes sociais), Isabel se aventurou sozinha nesta jornada, e é desta maneira que financia a futura profissão de seus dois filhos, estudantes de direito e medicina. Isabel não foi a única pessoa que encontrei nesta situação. Regina também trabalhava na faxina, vivia sozinha em Miami, estava divorciada no Brasil e, portanto, viu nesta possibilidade – a emigração aos EUA – uma maneira de sustentar seus filhos no Brasil, pagando cursinho para o menor conseguir entrar na faculdade, e mandando o restante do dinheiro para a mais velha abrir uma pequena empresa (uma sorveteria) em sua cidade, no nordeste brasileiro. O sonho de Regina é ver pelo menos um de seus filhos chegando à faculdade, ver pelo menos alguém de sua família “virar gente”, segundo suas próprias palavras. Esta estratégia é, portanto, uma outra forma de investimento na mobilidade social da família.

A faixa etária que vai dos 15 aos 19 anos apresenta-se muito pequena (5,4%) nos dados da tabela 5 porque aqui estão sendo analisados os casos de pessoas que responderam a esta pesquisa. Se formos considerar, contudo, a faixa etária dos filhos destas pessoas (tabela 6), a concentração desta faixa etária amplia-se enormemente, sendo que, até os 19 anos, temos a concentração de mais da metade dos filhos destes indivíduos (56%). Somados aqueles que compreendem a faixa etária até os 24 anos,

temos a proporção de 75% do total. É preciso relembrar, contudo, que parte destes filhos não vivem com os pais em Miami.

TABELA 6

Filhos dos Imigrantes brasileiros entrevistados por Grupos de Idade – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

Grupo de idade dos filhos	N	%	% Acumulada
0-4	17	9,2	9,2
5-9	23	12,5	21,7
10-14	22	12,0	33,7
15-19	41	22,3	56,0
20-24	35	19,0	75,0
25-29	22	12,0	87,0
Acima de 30	24	13,0	100,0
Total	184*	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

4. Local de Nascimento: Um país inteiro em êxodo

Quanto ao local de nascimento destes emigrantes, um resultado que também se revela muito interessante diz respeito à diversidade de origem da população brasileira residente naquele local. Isto porque, a diversidade encontrada nesta pesquisa é bastante ampla. Esta é também uma característica da população brasileira residente no exterior que tem se transformado com significativa magnitude no decorrer deste processo (além da própria questão temporal, como já visto). Em ambos aspectos, entretanto, as transformações presenciadas nos direcionam para uma mesma análise dos fatos, a saber, a expansão dos fluxos e a consolidação do processo emigratório brasileiro. Assim, se no início da emigração brasileira esta podia ser caracterizada como tendo seu ponto de origem em alguns espaços claramente demarcados como locais de saída da população que partia, notoriamente o estado de Minas Gerais e a região da cidade de Governador Valadares e seu entorno sendo um dos focos em destaque; com o passar dos anos, correlações semelhantes não são mais possíveis de serem feitas.

Como tem sido observado recentemente, de acordo com os acontecimentos que regem estes fluxos, muito embora ainda haja uma predominância nada desprezível de naturais do Estado de Minas Gerais e da região de Governador Valadares em algumas localidades de destino norte americanas, a diversidade de origem da população brasileira nos EUA atualmente se encontra muito expandida. Para o nosso caso, de forma particular esta característica se dá para a região de Miami. Mas mesmo para a região de Boston, esta realidade já podia ser verificada em meados da década de 1990, como bem nota Martes e Sales com relação aos seus dados colhidos nos anos de 1996 e 2000, respectivamente: *“Uma vez deflagrada, a*

emigração para os Estados Unidos rapidamente amplia seus pontos de origem por todo o Brasil. Se durante a década de 80 os brasileiros de Boston podiam ser imediatamente identificados como mineiros nascidos em Governador Valadares, já na metade dos anos 90 poucos são os estados brasileiros que não se encontram representados neste fluxo. Não seria exagero supor que, exceto nas regiões mais pobres do Brasil, não haja quem jamais tenha ouvido falar sobre o assunto ou que não tenha, ele mesmo, um conhecido, amigo ou parente que nos últimos quinze anos tenha ido 'morar em outro país' ”. (Martes, 2000:22 – grifos meus).

Com relação aos dados colhidos por Sales em sua pesquisa realizada na região metropolitana de Boston, no ano de 2000, com jovens da segunda geração de brasileiros ali residentes; esta autora nos chama a atenção para um aumento ainda maior desta diversidade quanto ao local de origem dos entrevistados, levando-se em conta o momento da realização desta pesquisa (2000), mais recente e, portanto, mais próximo também à realidade apreendida no sul da Flórida (2001/2002): “*A região de origem desses jovens e adolescentes brasileiros expressa a maior diversidade da migração recente para os Estados Unidos. Embora ainda haja uma predominância acentuada da região Sudeste [68,9%], há uma maior diversidade de origem na região [35,6% são de Minas Gerais e os demais 33,3% pertencem aos outros estados desta mesma região], bem como o aumento de outras regiões antes muito menos presentes (...)*”. (Sales, 2001:362 – grifo meu). Para o estudo seguinte que foi feito por Sales e Loureiro, no período que abrange os anos de 1998 a 2002, com relação ao estado de Massachusetts como um todo (Sales & Loureiro/no prelo), pode-se comprovar que a cidade de origem das mães brasileiras que tiveram seus filhos nos EUA⁶ atinge uma ampla diversidade, encontrando-se por diversas vezes – assim como o que se verificou no sul da Flórida – imigrantes naturais da região norte e

⁶ Citando aqui novamente as fontes do DPH (*Department of Public Health*) do estado de Massachusetts.

nordeste do Brasil. Ao todo, entre estas mães brasileiras pesquisadas, encontram-se naturais de 24 dos 27 estados brasileiros.

Para Miami, semelhante expansão territorial de acordo com os pontos de origem dos brasileiros que ali residem se verifica, talvez com uma ênfase ainda maior. Igualmente como Sales observou para a região de Massachusetts, há de fato, da mesma maneira para o sul da Flórida, um predomínio de bem mais da metade (63,8%) da população vinda da região sudeste do Brasil (tabela 7). Entretanto, como veremos a seguir, a diversidade entre os estados, tanto desta região, quanto das demais, é muito grande. Não raro foram encontradas pessoas vindas da região norte e nordeste, por exemplo, hoje habitantes de Miami, em números ainda mais expressivos do que o que foi apreendido para a região de Massachusetts (tabela 7).

TABELA 7

**Região de Nascimento no Brasil dos imigrantes brasileiros entrevistados –
Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida**

REGIÃO	N	%
Norte	7	3,7
Nordeste	31	16,5
Centro-oeste	9	4,8
Sudeste	120	63,8
Sul	21	11,2
Total	188*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Embora o estado do Rio de Janeiro predomine entre os demais – com 22,2% do total de pessoas entrevistadas vindas daquele estado – a presença de pessoas vindas de lugares tão distantes como Caicó, no Rio Grande do Norte; Chuí, no Rio Grande do Sul; ou São Bento, no Maranhão, vem nos dar uma dimensão maior da amplitude que as correntes migratórias em direção aos EUA estão tomando no Brasil. Pouquíssimos estados brasileiros não estiveram representados nesta população pesquisada, sendo que 23 estados foram marcados nas entrevistas, inclusive estados como Amazonas, Sergipe e Rondônia.

Quanto aos estados brasileiros e suas respectivas representações dentro deste quadro temos, para a região sudeste, por exemplo – a maior região em termos de concentração de pessoas – tomando-se somente a região sudeste em si, a seguinte distribuição da população de acordo com os estados: Rio de Janeiro: 35,9%; seguido de São Paulo, com 30,8%; Minas Gerais: 25,8% e finalizando, o estado do Espírito Santo, com 7,5%. Os três estados que mais possuem naturais vivendo na região estudada são justamente os três estados que mais se destacam dentro da região sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Para o Brasil como um todo, além destes três estados descritos, com representações bem mais modestas encontram-se os estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, ambos contabilizando 4,6% da população total, e, os estados do Paraná e Bahia se apresentam em seguida a estes, novamente “empatados”, ambos com 4,1% do total de casos. Os demais estados possuem números cada vez mais baixos em comparação com o total, mas nem por isso, não estão bem representados. Os únicos estados do Brasil que não foram contemplados nesta pesquisa foram apenas quatro: Amapá, Tocantins, Roraima e Acre.

As cidades mais representadas em cada um destes estados são sempre as capitais: São Paulo e Rio de Janeiro são as que mais se sobressaem, seguidas da capital mineira, Belo Horizonte. Em relação ao estado de Minas Gerais, entretanto, o

destaque fica com a região de Governador Valadares e seu entorno, onde cidades como Manteno, Taumirim, Dom Movotti, etc..., aparecem diversas vezes nos questionários, sobretudo na região de Pompano Beach.

Um outro dado bastante interessante com relação ao local de nascimento diz respeito à situação causal entre o lugar de origem e o lugar de destino destas pessoas que, grande parte em consequência das redes sociais, mas não somente isso, encontra-se bastante relacionado. Exemplo disto observa-se na noção geral entre os brasileiros de Miami e sul da Flórida – muitas vezes sedimentada em esteriótipos bastante deselegantes – de que a cidade de Pompano Beach é o local onde estão os mineiros (e esta noção acarreta diversas outras “atribuições” aos brasileiros desta referida cidade, que os brasileiros “de Miami” timbram em relatar e ressaltar), enquanto que Miami (leia-se Miami-Dade) seria o local privilegiado de paulistas e cariocas. Estes dados, bem como a veracidade dos mesmos, serão melhor discutidos em seguida. Por hora, apenas uma breve menção desta idealização que os brasileiros fazem para se auto-diferenciarem uns dos outros em terra estrangeira, onde muitas vezes, pessoas de origens muito diversas aqui no Brasil acabam sendo colocadas em situações de rebaixamento social muito próximas.

A questão das migrações internas que ocorreram ainda num momento prévio a própria migração internacional (ou seja, que ocorrem ainda em território brasileiro) também é um outro importante ponto de análise quando se pensa na questão desta diversidade de origem da população imigrante brasileira residente nos EUA. Isto porque, nem sempre o local de partida destas pessoas no Brasil em direção aos EUA coincide com o local de origem – nascimento – das mesmas. Em outras palavras, não raro encontram-se casos de pessoas naturais de estados do norte, sul, centro-oeste, sudeste e nordeste brasileiro que haviam emigrado antes de sua partida para os EUA internamente no Brasil, para outros estados ou cidades brasileiras, sendo esta migração internacional, portanto, uma segunda (ou terceira, quarta...) tentativa de

locomoção espacial em busca de sucesso financeiro e mobilidade social. Nem sempre estas pessoas que possuem um histórico de migração interna no Brasil representam os fluxos norte-nordeste em direção ao sudeste (o fluxo mais representativo das migrações internas no Brasil), mas muitas vezes também, as próprias regiões sul e sudeste assinalam consideráveis índices de migrações internas, da região sul em direção a sudeste, por exemplo, e muito freqüentemente de cidades pequenas do interior dos estados do sudeste em direção às capitais, sobretudo as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Assim, uma pessoa natural de alguma cidade do interior do nordeste, por exemplo, tem sua origem naquele estado, mas partiu para os EUA através de redes e de conexões que ela conheceu no sudeste (supondo-se o caso mais abrangente das migrações internas). As redes sociais que proporcionam a viabilidade (ou mesmo a hipótese) destes fluxos de saída internacional encontram-se, na maioria das vezes, nas grandes cidades e nas regiões do sudeste brasileiro, muito embora não sejam nada escassos os casos de pessoas do interior do nordeste, ou de estados tão longínquos dos centros urbanos como o estado de Rondônia apontado acima, que partiram diretamente de seu local de origem para os EUA, sendo que esta migração internacional compõe a primeira locomoção espacial do migrante (os casos de Caicó, Chuí e São Bento citados acima). Entretanto, isso é mais exceção do que a regra.

Embora não haja forma de estabelecermos precisamente qual foi a última cidade habitada pelo migrante em território brasileiro (houve uma falha no planejamento da pesquisa de campo – questionários – neste sentido), existem maneiras diversas de avaliarmos quão recorrente esta situação pode estar presente. Dentre os 194 questionários respondidos nesta pesquisa, um total de 103 pessoas respondeu que já havia morado em outra cidade brasileira que não a de seu nascimento, ou seja, 53,1% do total dos entrevistados. 45,4% dos entrevistados afirmou que nunca havia morado em outra cidade no Brasil que não sua cidade

natal, e 1,5% (3 questionários) não respondeu a esta questão. Muitos destes entrevistados que assinalaram já haver morado em outra cidade brasileira que não a do seu nascimento viveram em mais de uma cidade nesta migração interna. Não raro são os casos de pessoas que já haviam vivido em três, quatro ou mais cidades pelo Brasil antes da tentativa de uma migração internacional para os EUA. Existem casos também, embora poucos (apenas três casos) de pessoas que já haviam tentado uma migração internacional anterior a dos EUA, e nesses casos, nenhuma destas pessoas havia participado de uma migração interna em solo brasileiro. Contudo, os EUA já se compõem como um segundo destino dentro desta rota internacional, sendo que estas pessoas haviam vivido anteriormente em Sidney, Austrália; na Espanha e na Holanda. Tanto no caso da Austrália quanto no caso da Espanha, estes brasileiros que haviam emigrado para tais países antes de (re)emigrarem para os EUA haviam partido da região sul do Brasil. O caso da Holanda refere-se a um brasileiro que havia partido da região norte do Brasil.

Assim, temos em relação às regiões brasileiras, segundo a tabela 8 vem nos mostrar:

TABELA 8

Região de nascimento no Brasil do imigrante brasileiro entrevistado por Outras Cidades em que já havia morado no Brasil (migrações internas) - Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

REGIÃO DE NASCIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS QUE JÁ VIVERAM EM OUTRAS CIDADES NO BRASIL (MIGRAÇÃO INTERNA)		REGIÃO PARA ONDE MIGROU ESTA POPULAÇÃO	
	N	%		
Norte	4	4,1	Sudeste	3
			Holanda	1
Nordeste	18	18,6	Norte	1
			Nordeste	7
			Centro-oeste	3
			Sudeste	6
			Sul	1
Centro-oeste	7	7,2	Centro-oeste	5
			Sudeste	1
			Sul	1
Sudeste	58	59,8	Norte	1
			Nordeste	3
			Centro-oeste	4
			Sudeste	48
			Sul	2
Sul	10	10,3	Sudeste	3
			Sul	5
			Espanha	1
			Austrália	1
Total	97*	100,0		97

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Esta mesma diversidade encontrada na origem das regiões e estados destes brasileiros que residem em Miami, é encontrada também em diversos outros aspectos, como as próprias condições de trabalho e renda, diversidade que, por sua vez, implica em um outro tanto de processos a serem melhor analisados a seguir.

IV. ENTRE FAXINEIRAS E VALETS: “EU NÃO ESTUDEI PRA ISSO”

É sabido, através dos vários estudos já realizados sobre a vida dos brasileiros nos EUA (citados anteriormente), que os brasileiros que se encontram naquele país estão, regra geral, ocupando espaços dentro do setor terciário de trabalho e, de forma especial, inseridos dentro dos nichos de mercado informal daquele país. Atuam em profissões que estão muito aquém das suas capacidades adquiridas ainda no Brasil, sendo que é comum a ocorrência de pessoas que possuem um nível educacional acima da média dos brasileiros como um todo e, mesmo que se encontrem pequenas variações em relação a isto – Boston, por exemplo, parece agrupar brasileiros com níveis de escolaridade um pouco abaixo daqueles encontrados por Margolis em Nova York (Martes, 2000; Sales, 1999; Margolis, 1994) – estes brasileiros estão acima da média do país (Brasil) e por vezes, acima da própria média norte americana. Em relação às ocupações que exercem, tem-se observado o fortalecimento de certos “nichos” de trabalho ocupados por brasileiros, e que se espalham pelo país receptor através de vários setores. Já em 1994, Margolis havia feito referência aos engraxates de Nova York, Gustavo Lins Ribeiro (1999) fala dos brasileiros em San Francisco, notificando a atuação destes nos setores de *delivery* (entregadores de comida e/ou outras mercadorias) e entretenimento, especialmente aqueles que se referem à cultura brasileira. Sales, desde o início de seus estudos em Massachusetts, relata a atuação dos brasileiros – e, em especial, das brasileiras – no

mercado informal da faxina doméstica, tanto de casas quanto de escritórios, firmas, etc... Com o passar dos anos, este ramo de atividade desenvolveu-se cada vez mais entre os brasileiros nos EUA como um todo (e não somente em Massachusetts), ganhando prestígio entre a comunidade (brasileira nos EUA) e favorecendo a expansão e o que poderíamos chamar de uma “especialização” deste setor por parte dos brasileiros que se envolvem com este ramo de atividade, a tal ponto que estes passam a possuir, em determinadas regiões, quase como um “mercado cativo” da área da faxina doméstica. Esta, por sua vez, passa a ser vista não mais como um trabalho degradante e desvalorizado, mas sim como um “*business*”, ou mesmo que ainda não o seja naquele momento, a intenção de quem trabalha neste setor é a de caminhar para uma independência, uma autonomia, e ser dono do seu próprio negócio (de faxina) dentro do país, ou seja, do seu “*business*” (Martes, 2000; Fleischer, 2002).

Todas estas posições e situações dos brasileiros em relação ao mercado de trabalho norte americano serão mais detalhadas a seguir, no decorrer deste item. Afinal de contas, a questão do trabalho é um dos pontos centrais da vida destas pessoas quando vinculadas a um movimento migratório. Com os brasileiros em Miami, esta condição não se revela muito diferente. Ao contrário, Miami, e em especial a cidade de Pompano Beach, empregam centenas de brasileiros neste mercado informal da faxina doméstica, *delivery*, bem como nas demais ocupações informais, geralmente do setor terciário. Contudo, embora muito semelhante em diversos aspectos, Miami apresenta também, por outro lado, diversas outras situações que parecem estar muito vinculadas ao contexto regional daquele local. Todos estes pontos, de semelhanças com os demais brasileiros nos EUA, ou de particularidades locais, serão analisados a seguir.

1. Ocupações:

“Prefiro ser faxineira aqui do que qualquer outra coisa no Brasil, pois eu sei que, apesar das pessoas torcerem o nariz, aqui eu posso um dia ter meu ‘business’, meu negócio próprio. Aqui essas coisas são possíveis, por isso a gente não se importa.” (entrevista com Valéria⁷, em 16 de janeiro de 2002)

Antes de trabalharmos especificamente com a questão das ocupações neste item, algumas palavras sobre o critério de classificação escolhido para a análise ocupacional dos trabalhos e tarefas desenvolvidos pelos brasileiros que participaram desta pesquisa.

Os dados relacionados a trabalho por vezes padecem de uma certa dificuldade na apreensão estrita das respostas, uma vez que, não raras vezes, alguns cargos são “inventados” ou renomeados pelos entrevistados a fim de dissimular a real identidade do seu trabalho. Trataremos com mais pormenor deste aspecto em seguida. Por hora, basta frisar aqui que, para uma melhor avaliação da estrutura ocupacional das pessoas que participaram desta pesquisa, estamos fazendo uso da classificação de ocupações através de níveis hierárquicos, a fim de obter uma análise mais apurada.

⁷ Todos os nomes aqui citados em entrevistas são fictícios, respeitando-se os procedimentos metodológicos de pesquisas como esta, mantendo-se o anonimato dos que com ela colaboraram.

Portanto, em relação às ocupações exercidas pelos brasileiros entrevistados nesta pesquisa, seguiu-se o critério de agrupamentos de ocupações por níveis hierárquicos desenvolvido pelo Instituto de Economia da UNICAMP, com base na referência de ocupações elaborada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), onde se levam em conta o *status* das ocupações e a qualificação exigida pelas mesmas. Ocupação, segundo este critério de análise, define-se como sendo “o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa” (PNAD, normas técnicas, 2001). Desta forma, as ocupações declaradas nos questionários foram reagrupadas de acordo com seus respectivos níveis hierárquicos, em cinco grupos principais (direção/gerência/planejamento; execução; de apoio; outros e sem ocupação), onde é possível se estabelecer ainda hierarquias outras no interior de cada um destes grupos⁸.

Através deste critério de agrupamentos ocupacionais, buscou-se realizar uma avaliação comparativa das ocupações que estas pessoas exerceram durante todo ou parte do processo de suas trajetórias de migração. Ou seja, os dados recolhidos em pesquisa de campo visam obter informações a respeito das ocupações destas pessoas em um momento ainda prévio à emigração do país – suas últimas ocupações em solo brasileiro, antes da emigração; lado a lado com as ocupações exercidas nos EUA no momento em que a pesquisa foi realizada (2001-2002) – ocupação atual do entrevistado; ao lado também estas das ocupações exercidas anteriormente nos EUA – última ocupação que o entrevistado teve nos EUA antes de sua ocupação atual (caso esta tivesse ocorrido). A intenção de tal correlação de dados vê-se claramente qual é: um delineamento do grau de queda de *status* social com relação às ocupações a que estas pessoas se sujeitam no momento da migração, e possíveis passos em relação a uma retomada de ascensão social, já dentro dos EUA. Em um espectro

⁸ A este respeito, ver anexo 4.

bastante amplo, tem-se a seguinte situação para o universo dos entrevistados nesta pesquisa, no que se refere a estes diferentes contextos ocupacionais, portanto (tabela 9):

TABELA 9

Última ocupação no Brasil dos imigrantes brasileiros entrevistados; ocupação atual nos EUA; e ocupação anterior à atual nos EUA (segundo níveis hierárquicos) – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

OCUPAÇÕES SEGUNDO NÍVEIS HIERÁRQUICOS	NO BRASIL (ocupação antes da migração)		NOS EUA (ocupação anterior)		NOS EUA (ocupação atual)	
	N	%	N	%	N	%
Empresários e proprietários (inclusive magistratura)	12	6,4	-	-	12	6,4
Gerência intermediária e direção superior	21	11,2	3	2,9	15	8,0
Profissionais responsáveis por atividades de planejamento	16	8,6	3	2,9	6	3,2
Qualificados	33	17,7	8	7,6	20	10,7
Semi-qualificados	16	8,6	10	9,5	15	8,0
Não qualificados	15	8,0	30	28,6	41	21,9
Serviços não operacionais	21	11,2	1	1,0	13	7,0
Serviços de Escritório	12	6,4	-	-	1	0,5
Serviços Gerais	2	1,1	50	47,5	48	25,8
Aposentado	1	0,5	-	-	1	0,5
Estudante	34	18,2	-	-	8	4,3
Do lar	4	2,1	-	-	6	3,2
Desempregado	-	-	-	-	1	0,5
Total	187*	100,0	105**	100,0	187*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

** Total de casos válidos. Aqui o

número total é menor pois muitos entrevistados estavam no seu primeiro emprego nos EUA.

Analisando-se a tabela acima, primeiramente iremos abordar as informações apresentadas em relação aos níveis hierárquicos das ocupações que os brasileiros entrevistados nesta pesquisa exerciam no momento em que responderam aos questionários (terceira coluna).

Dentro desta categoria, é possível a verificação de que a maioria dos entrevistados ocupa postos de trabalho não qualificados (21,9%), e de serviços gerais (25,8%). Entre os serviços não qualificados, encontram-se os trabalhos braçais, de ajudantes em geral, de ajuda na execução das tarefas, e não de comando pela tarefa em si. Dentro deste nível hierárquico, é bastante comum ocorrer a presença de brasileiros especialmente nas categorias de *busboy* e *busgirl* (ajudante de garçon), um serviço que requer pouco inglês (apenas algumas frases e palavras “técnicas”) e que não se vincula a um contato direto com a clientela da mesa. Entre os serviços gerais, encontram-se ocupações de limpeza, portaria, segurança, etc..., e manobristas de veículos (*valets*). Apenas a título de exemplo, do total de ocupações exercidas pelos brasileiros desta pesquisa, 11,8% ocupavam postos de limpeza, quer estas pessoas tenham identificado seu ofício como o de faxineira em empresas, diarista, doméstica, *housecleaner*, *clean*, limpeza, faxina em casas⁹. Outra ocupação bastante em voga entre os brasileiros de Miami – e aqui acredito que caiba uma certa particularidade regional – é o de manobrista em hotéis de luxo e/ou restaurantes, os famosos *valets parkings*. Dentre as inúmeras redes hoteleiras de Miami e Miami Beach, é grande o número de brasileiros que trabalham com o turismo (uma das atividades econômicas mais importantes e promissoras da região), especialmente na orla marítima de Miami Beach (Miami-Dade), e a ocupação de *valet* é muito recorrente entre eles. Da mesma forma que a faxina doméstica, bastante privilegiada

⁹ Sem contarmos aqui com as pessoas que definiram sua ocupação de trabalho apenas como “babá” (2,7%), o que bem sabemos ser o caso, muitas vezes, de implicar em serviços domésticos e de limpeza além dos cuidados com as crianças.

pela comunidade brasileira nos EUA, a ocupação de *valet parking* também é rodeada por uma certa “aura”, possui um *status* bastante almejado entre as profissões de pouca ou baixa qualificação. As razões deste caráter valorativo em relação a esta ocupação residem no fato de que esta, além de ser considerada um trabalho limpo – não se trabalha com a sujeira neste caso – não é considerada muito cansativa, e, muito importante também, oferece além de bons salários, as tão almejadas *tips* – gorjetas – extremamente valorizadas entre os brasileiros que se encontram nestas condições de migração. Do total de brasileiros entrevistados nesta pesquisa, 4,8% ocupavam cargos de *valets*, e isso sem contarmos ainda nesta estatística algumas “perdas” de pessoas que, apesar de exercerem de fato um serviço relacionado ao *valet parking*, se auto-declararam “*managers*”, pois é muito comum que entre um grupo de *valets* (uma equipe, de um hotel, por exemplo) onde alguns brasileiros trabalham ao lado de outros latinos igualmente *valets*, exista sempre um responsável por essa “equipe” (em geral 4 ou 5 pessoas a cada turno, em três turnos por dia), e esse responsável se auto-denomina “*manager*”. Portanto, este é um dado que acaba se perdendo em meio a outros que, de semelhante forma, se declaram gerentes, quando na verdade a sua categoria hierárquica está na realidade mais próxima à de *valet parking* mesmo, já que a ele também cabem as mesmas funções de um *valet* comum, acrescido ainda da organização do grupo de co-nacionais em geral (o *management*).

Não somente no caso dos *valets*, mas também em outras ocupações, esta “perda” na apreensão dos dados se reverte em uma supervalorização do cargo de supervisor e gerente, onde se concentram 11,2% do total de casos analisados nesta pesquisa (8,0% na condição de gerência intermediária e direção superior e 3,2% como profissionais responsáveis por atividades de planejamento – ver tabela 9). Este número, embora possa ser designado como verdadeiro em relação aos dados da

pesquisa, não precisa necessariamente corresponder à verdade concreta dos fatos, uma vez que, não é nada incomum entre a comunidade brasileira em Miami – e nos EUA como um todo, segundo as demais pesquisas realizadas (Sales, 1999; Fleischer, 2002) – pessoas que possuem trabalhos semi ou não qualificados se autodesignarem *managers* (gerentes), tão logo assumam alguma posição de “comando” de um grupo ou equipe, mesmo que, em síntese, seu trabalho pouco se diferencie do trabalho de seus “subordinados”. Na maioria das vezes, estas pessoas assumem esta ocupação de “comando” apenas por estarem há mais tempo no local de trabalho e por dominarem o idioma de seus subordinados, coisa que a chefia mesmo – no caso, o *real management* – não domina ou desconhece.

Com relação às demais ocupações dos entrevistados, chama-nos a atenção o fato de 10,7% destas pessoas se encontrarem no o nível qualificado de ocupação, onde a necessidade de uma mão de obra especializada se faz presente; e de 3,2% pertencerem ao critério “do lar” (tabela 9), ou seja, pessoas sem ocupação remunerada, em geral dedicadas ao trabalho da organização familiar e dos filhos. Acredito que este fato se deva principalmente à caracterização de boa parte da população brasileira em Miami, que pertence a setores bastante diversificados dos estratos sociais, sendo que, ao lado dos chamados “imigrantes comuns” ou “típicos”, encontra-se também em Miami uma vasta população de imigrantes classe média, ou seja, pessoas que participavam dos estratos médios/médio-alto da sociedade brasileira, e que, ao partirem para os EUA (no caso aqui, Miami), continuam a pertencer a esta mesma estratificação social, sem rebaixamento de sua posição social ou mesmo rebaixamento ocupacional. É o caso, por exemplo, de pessoas que conseguiram uma imigração legal aos EUA, em decorrência as vezes de seu próprio trabalho ou negócio, e que se instalam em Miami com um padrão de vida muito

próximo ou superior ao que tinham no Brasil, fazendo parte das camadas médias da sociedade norte americana.

Claramente porém, estas pessoas não são a maioria dos casos de emigração brasileira aos EUA. Mesmo assim, é interessante notar que, no caso de Miami (e aqui me refiro somente à cidade de Miami em si e alguns de seus subúrbios¹⁰), do mesmo modo como parece ser o caso da cidade de Nova York (Margolis, 1994), essa camada da população que não sofre rebaixamento de *status* ocupacional/social ao migrar parece encontrar maior fixação, diferentemente da região da Grande Boston, por exemplo, ou mesmo da região de Pompano Beach, se quisermos nos situar ao sul da Flórida. Uma análise mais adequada desta situação não se encontra relacionada a este item da questão ocupacional, porém pode-se atribuir ao número de profissionais qualificados (tabela 9) boa parte desta população. Mesmo entre as pessoas que assinalaram a opção “do lar” – tabela 9 (nesse caso, foram seis pessoas que assinalaram esta opção, sendo **todas** do sexo feminino e casadas, sem exceção, esposas portanto), a situação econômica de seus respectivos cônjuges lhes permite “desfrutar” desta condição de “privilégio” dentre os demais imigrantes brasileiros, os quais eu chamo de “imigrantes comuns” ou “típicos”. Estes últimos, diferentemente dos imigrantes que permanecem dentro dos padrões de classe média nos EUA, não podem se dar “ao luxo” de reproduzirem padrões anteriores (brasileiros) de relações familiares, com a esposa em casa cuidando dos filhos e da administração do lar (Assis, 2002).

Embora parte desta classe média brasileira (em geral, a classe média alta) consiga se “transportar” para os EUA mantendo semelhança nos padrões de vida e de conforto aos quais conseguiam desfrutar anteriormente em território brasileiro, a

¹⁰ Quanto a esta classificação político administrativa das cidades analisadas nesta pesquisa, ver capítulo V a seguir, onde estes conceitos serão melhor trabalhados.

grande maioria da nossa classe média sofre um expressivo rebaixamento social e de *status* ao emigrar. Assim como observado nos demais trabalhos sobre o tema, com destaque especial ao trabalho de Valéria Scudeler (Scudeler, 1999), o rebaixamento social e ocupacional dos brasileiros que se dirigem a países de “primeiro mundo” é praticamente uma constante. Mesmo para o caso de Miami, representado aqui por este grupo entrevistado, embora existam pessoas com nível de boa qualificação profissional e que assim se mantêm; se comparadas as ocupações atuais nos EUA com as ocupações anteriores que estas pessoas exerciam no Brasil, veremos claramente esta situação de perda de *status* ocupacional (tabela 9). No caso das ocupações qualificadas, de 17,7% de pessoas trabalhando nesta área no Brasil, apenas 10,7 se mantêm no mesmo *status*. A gerência intermediária e direção superior cai de 11,2% (Brasil) para 8,0% (EUA – ocupação atual) e os cargos referentes a profissionais responsáveis por atividades de planejamento caem de 8,6% (Brasil) para 3,2% (EUA – ocupação atual) – tabela 9, levando-se em conta ainda que, com relação a estes últimos postos de trabalho (gerência, direção e planejamento), muitas vezes os cargos declarados pelos entrevistados nos EUA nem sequer corresponde a verdade dos fatos. Já as posições que são representadas pelas ocupações não qualificadas e de serviços gerais subiram de 8,0% (Brasil) para 21,9% (EUA – ocupação atual); e de 1,1% (Brasil) para 25,8% (EUA – ocupação atual), respectivamente. Vale a pena lembrarmos que, nesta categoria de “serviços gerais” encontram-se as profissões de limpeza, segurança, portaria, manobristas, etc.... Não por menos este crescimento enorme se constata entre uma situação anterior à migração (Brasil) e a seguinte, já nos EUA, com relação às ocupações exercidas no momento de realização da pesquisa (tabela 9).

Se comparados, entretanto, os dados apresentados na tabela 9, referentes às ocupações atuais (momento da pesquisa) dos entrevistados no sul da Flórida, com os dados apresentados na segunda coluna daquela mesma tabela, referentes à ocupação

anterior nos EUA (última antes da atual) que estas mesmas pessoas tiveram, pode-se perceber que, apesar de praticamente insignificante e inexistente para a sociedade local, a ascensão social da comunidade brasileira em Miami – e nos EUA como um todo (Sales, 1999; Scudeler, 1999; Fleischer, 2002; Martes, 2000 e 2001; Assis, 2002) – é bastante expressiva (tabela 9).

Especialmente no que se refere às categorias de não qualificados e de serviços gerais, há de fato uma ascensão ocupacional: há uma queda de 28,6% no emprego anterior para 21,9% no emprego atual, no caso das ocupações não qualificadas; e de 47,5% no emprego anterior para 25,8% no emprego atual, no caso dos serviços gerais. Justamente aqui encontram-se muitos dos casos de *managers* que ascendem socialmente dentro da comunidade brasileira, ou das *housecleaners*, que passam a ser donas de seu próprio *business*. Mesmo que, para a sociedade local (norte americana) não exista praticamente nenhuma diferença entre os níveis e os cargos ocupados por estas posições diferentes, para o imigrante em si, e para a própria comunidade brasileira – tanto a residente nos EUA, como a família e rede de amigos que permanecem no Brasil – esta ascensão social é profundamente marcante, e representa não só a questão do esforço individual daquele indivíduo, mas muito mais do que isso, a condição única do local de destino: a terra de oportunidades e de realizações de sonhos, a verdadeira América, a mãe de todos os pobres, a terra promissora, onde correm leite e mel. Para o imigrante brasileiro que se encontra nos EUA, nada é mais verdadeiro do que a busca de seu *American Dream*, assim como nada é mais verdadeiro do que o impedimento que o Brasil proporciona à realização de seus sonhos. Trataremos desta questão com mais propriedade na terceira parte desta tese, pois esta reflete não apenas uma condição social/ocupacional momentânea, mas, muito além disso, todo um universo de conceitos e elaborações culturais e psíquicas que norteiam a própria valorização do esforço de emigrar.

2. Condições de Trabalho: Ilusão ou conformidade?...

Ao contrário do que talvez possa imaginar o senso comum, em relação à procura de trabalho destes brasileiros emigrantes, embora a questão econômica seja uma das forças motrizes da emigração – quando não a maior, em muitos casos – a maioria destas pessoas, no momento em que decidiram partir do Brasil, não estavam desempregadas. De um total de 152 pessoas que participavam ativamente do mercado de trabalho aqui no Brasil¹¹, 116, ou seja, 76,3% deste total, não estavam desempregadas no momento da migração, enquanto somente 36 pessoas encontravam-se nesta situação (23,7%). Este dado vem nos revelar, entre outros aspectos, que a migração é na realidade, uma opção de mobilidade social mais rápida que estas pessoas visualizam para si e para sua família, sobretudo. Assim como já abordado em outros estudos, os brasileiros que migram para os EUA (e não só EUA, Japão e Europa são outros grandes exemplos disto) são, regra geral, brasileiros que se encontram nas camadas médias em relação à situação econômica, que possuem um nível bastante razoável de educação, muitos deles com diplomas universitários – os famosos advogados e dentistas garçons dos EUA, que a imprensa não cansa de relatar – e por este motivo mesmo, visualizam a emigração como uma possibilidade estratégica de uma rápida ascensão social, principalmente quando a

¹¹ Há uma diferença numérica entre o total de pessoas que participavam ativamente do mercado de trabalho no Brasil apresentado na tabela 9 (187 pessoas no total – 39 “inativas” economicamente: aposentado/estudante/do lar = 148 → tabela 9) e o número de pessoas ativas no mercado de trabalho apresentado agora, 152. Esta diferença se dá em decorrência do fato de que alguns entrevistados não declararam sua ocupação na questão referente aos dados da tabela 9 (ver anexo do questionário), saindo assim do quadro de estimativa referente a este dado. Contudo, estes entrevistados (4) acabaram em seguida declarando estarem ou não desempregados no momento da emigração, o que foi computado como uma resposta válida em relação a esta outra informação.

idéia é ainda vinculada ao retorno para o Brasil, o que é comum ocorrer num momento ainda prévio à migração em si, como vimos. Por este motivo também, o que está em jogo aqui são representações que entram em cena no momento da decisão de partir, como decepções diversas – a decepção política com o Brasil é um argumento muito forte e **constante** entre estas pessoas, como veremos a seguir (terceira parte) – além de situações particulares, muitas vezes de conflitos pessoais que estes indivíduos, justamente por terem condições de emigrar, vislumbram esta como uma possível realidade para a solução de seus problemas.

No caso dos jovens, acredito que o fator “aventura” conte muito também, pois uma parte da população jovem que emigra do Brasil (especialmente das capitais) leva consigo esta perspectiva, onde a aventura de conhecer um país estrangeiro tal qual os EUA (isso ocorre muito no caso da Inglaterra também), e o fato fundamental de ser esta uma situação de vida imaginada primeiramente como uma situação temporária, os impulsiona para a tentativa do “vamos ver se dá certo”, “vamos ver como é viver no primeiro mundo”. A possibilidade que é negada a estes jovens de, talvez através de um intercâmbio cultural em suas vidas de estudante poderem saciar sua sede de aventura (possibilidade esta que em geral é concedida, aos jovens do mundo desenvolvido ou industrializado, ou mesmo dos jovens de classe alta de uma forma geral, que “viajam o mundo por aí”), aparece para estes outros jovens imigrantes através da própria condição da emigração, pois já que eles não puderam se aventurar enquanto estudantes ou turistas, surge agora uma possibilidade de aventura através da emigração, onde ainda é possível se contabilizar a vantagem de um progresso financeiro em seu retorno, a esperança de uma nova condição social no Brasil quando voltarem, além da possibilidade do aprendizado do inglês, altamente valorizado entre os brasileiros.

Com relação a isto, é importante mencionarmos aqui que, em grande parte dos casos, a submissão cultural que o Brasil possui em relação aos EUA também conta, e muito, nesta mescla de fatores que ocasionam a decisão de partir. Neste particular, este componente ideológico é algo que não atinge somente os jovens. Atinge a todos. E talvez atinja a estas pessoas em proporções bem maiores do que a importância que se tem dado a ela. É por este motivo também que não só trabalhar nos EUA é muito “chic”, como ter filhos americanos é também muito “chic”, ou casar-se com um americano é muito “chic”, e assim por diante. Em outras palavras, o “chic” a que estas pessoas se referem repetidamente, significa uma interpretação – mesmo que esta não corresponda, de fato – de uma ascensão social muito grande para estes indivíduos, devido justamente ao fato desta submissão cultural que existe de um país para o outro. Grande parte das vezes, é esta mesma submissão cultural que leva pessoas muito bem sucedidas aqui no Brasil, e que, portanto, ao menos a princípio, não teriam motivações econômicas para abandonar o país – o caso de empresários brasileiros que não é uma exceção para a realidade de Miami – a fazê-lo. É interessante observar ainda que, no discurso, estes empresários e pessoas que, tanto aqui no Brasil quanto lá em Miami encontram-se muito bem estabelecidas, longe do cenário de lavadores de pratos e faxineiras, como ambos estes segmentos da realidade brasileira aproximam-se neste discurso do “chic”, quando algo de suas vidas toca a esfera norte americana. Abordaremos estes fatores com mais riqueza de detalhes em seguida, deixando aqui apenas mais uma referência de que este é um dos raros momentos onde ambos os segmentos se encontram em paralelo.

Voltando aqui, entretanto, à realidade do cenário das ocupações destes emigrantes “comuns”, embora todos estes fatores tenham peso (em cada caso, alguns fatores mais, outros menos, logicamente), para que se cogite esta possibilidade real da emigração aos EUA, um outro tanto de situações deve fazer

parte deste quadro, como a própria condição das redes sociais, que desenvolvem um papel importantíssimo neste jogo. Somente a necessidade financeira ou a questão ideológica envolvida por trás disso não seriam suficientes, no caso, para a concretização deste desejo de partir, salvo raras exceções.

Seguindo a tendência dos demais brasileiros que se encontram em outras regiões dos EUA, a maioria das pessoas pesquisadas na região de Miami também assinalou seu emprego atual como não sendo o seu primeiro emprego naquele país. Do total de 186 pessoas que responderam a esta questão, e que possuíam trabalho no momento da pesquisa¹², 124 delas não estavam trabalhando em seu primeiro emprego, ou seja, 66,7% do total do grupo. Apenas 33,3% estavam ainda trabalhando no primeiro emprego conseguido desde o momento da migração (62 indivíduos), mas não raro estes casos estão vinculados a pessoas recém chegadas aos EUA. É muito freqüente a rotatividade de empregos entre os migrantes nos EUA – e neste caso, não só entre os brasileiros, mas os migrantes em geral – em boa parte devido às más condições de trabalho e renda que cabe aos recém chegados ao país, por ainda não dominarem o sistema da sociedade local, nem aspectos básicos do manejo da língua, ou as estratégias utilizadas pelos grupos de empregos melhor remunerados ou “mais leves”. É interessante notar como, no caso das faxineiras estudado por Soraya Fleisher, a comunidade brasileira em Boston evidencia os empregos destinados aos recém-chegados, com poucas habilidades na língua e pouca ou nenhuma experiência com a cultura americana. A estes cabem os empregos de *housekeeper* em asilos (limpeza), ou lavadores de pratos na “*disha*”, considerados pelos brasileiros como os trabalhos de mais baixa hierarquia social. *“Diferença de centavos incentivam uma constante rotatividade de trabalho. O*

¹² Mais uma vez aqui, este número total não corresponde ao total apresentado na tabela 9, devido ao fato de um dos entrevistados ter respondido a uma questão e não a outra.

trabalho em asilos representa a posição mais baixa na hierarquia de trabalho para os brasileiros. Tal desvalorização se deve ao contato com excrementos humanos, à carga de trabalho e ao baixo pagamento. (...) trabalhar na dita ou ser um dita significa ficar muitas horas em pé diante de uma pia e lavar toda a louça suja da cozinha e do refeitório. É um trabalho ruim porque cansativo e mal pago e, junto com os asilos, considerado pelos entrevistados como estando na base da hierarquia de empregos.” (Fleisher, 2002:55-56 – grifo meu).

Outro fator que contribui muito para esta intensa rotatividade de trabalhos entre os imigrantes é a própria situação de não documentação, que despromove as pessoas de vínculos mais fortes com os seus respectivos trabalhos. Assim, entre os brasileiros que fazem parte do universo desta pesquisa, encontram-se pessoas que possuíram mais de 10 empregos antes do seu atual, e a tendência é que, quanto mais tempo de EUA estas pessoas tenham, mais empregos e postos diversos estas pessoas experimentaram. Esta rotatividade demonstra também, por outro lado, uma ligeira ascensão social destes brasileiros, que mesmo mínima ou até mesmo imperceptível para os padrões americanos de ascensão social, para o grupo em si, é muito significativa e valorizada, como visto, e extremamente reconhecida como recompensa por esforços e capacidades individuais. Exemplo disso é o que o próprio mercado de faxina doméstica nos revela: Para um americano, a faxineira que faz a limpeza em sua casa e sua ajudante estão em níveis muito próximos, senão idênticos, de classificação social, segundo a sua perspectiva. Já, para o brasileiro (a brasileira, muito provavelmente) que consegue ascender de ajudante de uma faxineira a faxineira dona do negócio – seu *business* – esta transferência de cargos significa uma enorme ascensão dentro dos objetivos inseridos no projeto da migração.

Da mesma forma os milhares de “*managers*” brasileiros que existem naquele país. Qualquer motivo parece ser razão suficiente para estes brasileiros se auto-declararem “*managers*”, seja por estarem encarregados de tomar conta do *valet-parking* de um hotel (área de estacionamento com serviço de manobrista), ou por estarem tomando conta ou possuírem uma pequena loja de comércio em *downtown*, mesmo que esta seja uma banquinha minúscula de revistas escondida entre as dezenas de lojas de uma galeria desprestigiada do centro. Qualquer motivo pode vir a ser uma boa razão para uma “ascensão social” entre eles, seja ela real ou meramente imaginada. Muitas vezes, de fato, as compensações salariais e a qualidade de vida em relação ao trabalho revelam que houve sim, concretamente, uma ascensão social real, mesmo que esta não venha a ser percebida enquanto tal pela sociedade hospedeira. Entretanto, outros fatores estão também vinculados a esta pretensa ascensão social entre os brasileiros. As categorias de *business* e *manager* parecem revelar muito sobre a questão do rebaixamento de *status* que estes emigrantes das classes médias do Brasil sofrem ao se depararem com a realidade dos postos mais baixos e mais desvalorizados do mercado norte americano, no processo de migração; e esta recolocação de sentido e ordem em seus julgamentos valorativos – o *manager* e os dono de *business* – os recoloca assim, em posições mais confortáveis de um novo reordenamento social feito pelos mesmos.

Através da tabela abaixo (tabela 10) podemos ver a correlação entre o tempo de permanência destas pessoas no país de destino e o grau de rotatividade de seus empregos. Embora a tabela confirme o relatado em outros trabalhos e também nas entrevistas com os migrantes, sobre a relação praticamente direta entre maior permanência no país e maior rotatividade de empregos, é interessante notar a questão de pessoas que estão nos EUA há mais de 10 anos e ainda trabalham nos mesmos empregos que conseguiram ao chegar no país. Em geral, estas pessoas

pertencem ao grupo de imigrantes que se mudaram para os EUA através das suas próprias condições de trabalho, ou seja, seus respectivos trabalhos, que eles mantêm há mais de 10 anos, foi a razão em primeiro lugar que os levou a uma mudança de país, e não o inverso. São pessoas regulamentadas pela lei de seguridade social dos EUA – possuem permissão para trabalho nos EUA – e esta mesma regulamentação foi obtida através de seus próprios empregos.

TABELA 10

Rotatividade de emprego dos imigrantes brasileiros entrevistados por Tempo de permanência no país (EUA) – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

TEMPO DE PERMANÊNCIA	Seu emprego atual foi seu primeiro emprego nos EUA?					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
De 0 a 1,9 anos	24	47,0	27	53,0	51	100,0
De 2 a 3,9 anos	13	34,2	25	65,8	38	100,0
De 4 a 5,9 anos	6	18,7	26	81,3	32	100,0
De 6 a 7,9 anos	3	18,7	13	81,3	16	100,0
De 8 a 9,9 anos	1	9,1	10	90,9	11	100,0
De 10 a 14,9 anos	10	50,0	10	50,0	20	100,0
De 15 a 19,9 anos	4	36,4	7	63,6	11	100,0
De 20 a 29,9 anos	-	-	3	100,0	3	100,0
30 anos ou mais	-	-	2	100,0	2	100,0
Total	61	33,1	123	66,9	184*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Embora a rotatividade alta entre empregos demonstre uma insatisfação em relação aos trabalhos exercidos por estes brasileiros, que, regra geral, exercem funções muito aquém às suas capacidades, no discurso, estas mesmas pessoas afirmam gostarem do trabalho que exercem (trabalho atual), o que, num primeiro momento, chegaria inclusive a contradizer expectativas e mesmo a literatura acadêmica a respeito. As respostas obtidas na pesquisa de campo nos revelam que, do total de casos válidos, 87,4% dos entrevistados, ao serem perguntados sobre a satisfação pessoal em relação ao trabalho (você gosta do trabalho que exerce atualmente?), responderam afirmativamente, enquanto somente 12,6% negaram esta satisfação.

Esta constatação nos coloca diante de novas perspectivas de análise em relação ao imigrante e seu trabalho, uma vez que, no discurso, este imigrante, mesmo exercendo funções que o rebaixam socialmente e que subutilizam suas capacidades, se sente satisfeito em relação ao mesmo. Duas vertentes principais de análise podem ser inferidas destes dados. A primeira, no caso da desconstrução do discurso declarado, pode nos dirigir a uma reflexão novamente em direção a novas formas e maneiras de se reposicionarem socialmente entre si, ou seja, expressar aos outros, e por vezes fazer crer a si mesmo, que o trabalho o satisfaz, pode ser uma outra forma de “sublimar” o rebaixamento social e de *status* a que estas pessoas se submetem em consequência da migração. No caso de trabalharmos com a hipótese de que estas respostas estejam sendo verdadeiras – o que é passível de discussão, mas também não deixa de ser possível – a satisfação em relação ao trabalho pode representar uma conformidade com a nova realidade destas pessoas, no sentido de uma desilusão tão forte com relação ao Brasil, que expectativas mais ambiciosas de retorno e de recolocação social e ocupacional em patamares mais prestigiosos se anulam praticamente.

Em geral, não é esta satisfação relatada nos demais trabalhos sobre imigrantes brasileiros nos EUA. Particularmente, este aspecto me chamou muito a atenção neste contexto, pois este dado, assim como outros pontos tomados como praticamente um consenso nos demais estudos, revelaram-se inexistentes para a região aqui estudada, como a própria condição da “saudade” do país de origem, ou a falta que as pessoas sentem do Brasil. Deve-se observar sempre a possibilidade da desconstrução destes discursos – “estarão eles declarando realmente a verdade?” – mas, ao mesmo tempo, estas observações podem conter aspectos muito instigantes desta pesquisa. Retomaremos este assunto novamente mais adiante, ao trabalharmos com o terceiro capítulo da terceira e última parte.

Entre os entrevistados que apontaram insatisfação com relação ao trabalho que exerciam no momento (somente 12,6% como vimos), as causas desta insatisfação apontadas foram os motivos “clássicos” da literatura sobre o tema, e que aqui nesta pesquisa possuíram pesos e importâncias quase eqüitativos. Trabalho repetitivo, monótono e sem criatividade (18,5% dos entrevistados declarou este como o principal aspecto de insatisfação com relação ao trabalho que exercia atualmente); serviço braçal e pesado (18,5% dos entrevistados); trabalho cansativo e desgastante (22,25%); o fato de não ter estudado para este tipo de trabalho (22,25%), e finalmente, a única razão pela qual ele exercia este trabalho ser meramente pela sobrevivência (18,5%). Esta quase equivalência de percentuais entre as respostas dadas pode ser interpretada também como um sentimento de “mescla” de todas estas razões na própria condição de não gostar do trabalho que exerce – em outras palavras, todas estas razões apontadas são praticamente correlatas.

Estas características apontadas como sendo as principais causas da insatisfação dos trabalhos que estas pessoas exercem nos EUA não são diferentes das demais características apontadas pelos outros brasileiros que se encontram naquele país em diversas outras regiões (Margolis, 1994; Sales, 1999; Martes, 2000;

Fleisher, 2002; Assis, 1999; Goza, 1992). Exatamente por estarem realizando tarefas que no Brasil, de um modo geral, não faziam parte do seu cotidiano, estas pessoas se ressentem da falta de uma maior atividade intelectual, da monotonia e rotina de trabalhos extremamente repetitivos, do cansaço físico de trabalhos que demandam grande desprendimento de força bruta, os quais estes brasileiros também não estavam habituados, pelo menos não a este nível de exigência. Entre os dados apontados como as causas de insatisfação no trabalho que exercem, há praticamente um “empate técnico” entre as opções levantadas – que também foram declaradas espontaneamente, pois havia um espaço aberto no questionário para a declaração de tais características. Girando em torno de 18,5% a 22,25%, todas as causas apontadas pelos entrevistados, agrupadas aqui entre estas cinco categorias que traduzem as frases deixadas pelos mesmos – repetitivo, monótono, sem criatividade/ serviço braçal, pesado/ cansativo, desgastante/ não estudei pra isso/ sobrevivência – revelam uma insatisfação “bem distribuída” entre estes pontos principais, agentes desencadeadores das insatisfações profissionais destes imigrantes.

É interessante notarmos aqui estes 22,25% referentes ao “não estudei pra isso”, que vem revelar, assim como o que já foi bastante explorado em outras pesquisas, o ressentimento deste emigrante em relação ao seu rebaixamento de *status* social, e, além disso, a sensação de “perda” proferida pelo mesmo. Neste caso, acrescentaria que não só a perda de *status* social, mas a perda também de investimento pessoal, dedicação aos estudos como uma possível arma de mobilidade social, ou até mesmo um prazer pessoal (vocação profissional) muitas vezes na realização de um curso superior, e que foi altamente frustrada no Brasil, e, uma vez inserido nesta nova realidade norte americana, não tem o menor valor. Mais do que um rebaixamento social, a sensação de perda esbarra num projeto de vida pessoal, que foi perdido também.

Daí a situação recorrente entre os brasileiros que participaram desta pesquisa – sejam eles formados em curso superior ou que possuam apenas o primário incompleto – de que estudar no Brasil é uma absoluta “perda de tempo”. Inúmeras foram as vezes em que estas pessoas relataram nas entrevistas frases como: “eu tenho pena de quem estuda no Brasil”, “estudar não vale nada”, etc... Isto era particularmente interessante quando estas conversas surgiam espontaneamente – e sempre surgiam, em algum momento – em uma comparação que estes imigrantes faziam de si próprios em relação a mim. Sempre, antes de uma entrevista, eu deixava claro de onde eu era, o que estava pretendendo com a entrevista, os critérios metodológicos, dando segurança ao entrevistado e justificando a finalidade da mesma. No decorrer da entrevista, não raras vezes, estes reafirmavam a sua opção de vida pelos EUA – especialmente na parte dedicada aos sentimentos nacionais – perguntando coisas como os meus possíveis valores salariais no Brasil quando eu retornasse. Na comparação que estes mesmos faziam, a justificativa ficava clara: um curso de doutorado no Brasil não valia a um posto de faxineira nos EUA. Muitos faziam questão de frisar este aspecto, denotando quase que um sentimento de pena por eu estar investindo tanto em algo que, na própria linguagem deles “não serve pra nada!”.

Como trabalhado acima, acredito que duas leituras podem ser feitas com relação a este fato: Primeiramente, mais uma vez aqui entra em jogo a questão do rebaixamento de *status* recolocado nestes novos padrões de classificação social – baseados em salários somente – que estes imigrantes re-elaboram em solo americano. Uma outra leitura, entretanto, pode ser bem mais simples que esta: a pura desilusão com as expectativas e sonhos destas pessoas enquanto residentes ainda no Brasil e, neste contexto, o sentimento de “pena” que estes sentiam por mim era legítimo, pois com vários entrevistados ocorreram situações de total desilusão e descredibilidade com o país de origem, revolta, e não raro um imaginário de um

Brasil absolutamente sem saída. Neste sentido, várias dessas pessoas me aconselhavam enfaticamente para que eu não retornasse, o que para mim representa a atitude concreta deste sentimento de “não valer a pena” [investir no Brasil ou investir em estudos no Brasil] que eles haviam mencionado anteriormente. Ainda mais por eu já estar dentro do país, por eu já ter conseguido “cruzar a fronteira”, e por conseguir me comunicar em inglês.

3. Colegas de Trabalho: “Hablas Español?”

A maioria dos brasileiros residente em Miami trabalha com outros brasileiros. Mesmo que não na totalidade, pelo menos parte de seus colegas de trabalho é também brasileira. Isso parece ser comum em locais onde há uma concentração mínima de brasileiros que permita tal quadro, como em Boston, Nova York, San Francisco, Connecticut, por exemplo, e, obviamente, Miami. Isto se deve, principalmente ao fato de que grande parte dos brasileiros que ali residem conseguem seu trabalho através das mãos de outros brasileiros, colegas, parentes, ou até mesmo através de canais de comunicação da comunidade, como jornais brasileiros ou avisos e anúncios colocados em igrejas, lojas comerciais de brasileiros, pontos de encontro da comunidade. Entretanto, para que ocorra tal, é necessário que exista um agrupamento mínimo em número de população de brasileiros e uma organização mínima destes brasileiros também (existência de lojas, igrejas, locais de encontro, etc...). Já o emprego anunciado “boca a boca” ocorre

com maior frequência primeiramente por já incluir nesta “apresentação” do emprego muitas vezes algum grau de referência ou indicação do empregado, e por outro lado também porque independe desta “rede” mais estruturada. Assim, é desta maneira que a maioria dos brasileiros se coloca no mercado de trabalho norte americano, e muitas vezes ascende dentro deste mercado. Por esta mesma razão, estes apontam que a maioria dos seus colegas de trabalho é brasileira.

Do total de brasileiros que exerciam algum trabalho no momento da pesquisa, 74,8% responderam que trabalhavam com outros brasileiros (140 indivíduos) e 22,5% afirmaram que não (42 pessoas). Cinco entrevistados, embora trabalhem, não responderam a esta questão, formando 2,7% do total. Este dado, mais uma vez, vem corroborar com outros resultados de pesquisas realizadas anteriormente em Boston (Sales, 1999; Martes, 2000; Fleischer, 2002; entre outros). Por outro lado, a particularidade no caso de Miami talvez esteja justamente na questão que se coloca logo a seguir dessa, e que se refere a esta população incluída neste último grupo (22,5%) de pessoas que não trabalham com outros brasileiros. Quem seriam portanto, neste caso, seus colegas de trabalho? Aqui, a significação dos dados talvez esteja exatamente na condição de representação dos “demais latinos” ou hispânicos, grupo com o qual os brasileiros se vêem bastante envolvidos em determinadas situações. Através da condição perguntada sobre o país de origem da maioria dos colegas de trabalho destes imigrantes, estima-se que mais de 30% tenha em seus locais de trabalho uma maioria de empregados de origem hispânica. A tabela que se apresentará a seguir faz um levantamento desta relação da maioria dos colegas de trabalho distribuído por sexo dos entrevistados (tabela 11):

TABELA 11

País de origem da maioria dos colegas de trabalho dos imigrantes brasileiros entrevistados por Sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

ORIGEM NACIONAL DA MAIORIA DOS COLEGAS DE TRABALHO	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Brasileiros	45	49,0	48	58,6	93	53,5
Hispanicos (demais latinos)	14	15,2	19	23,2	33	19,0
Americanos	16	17,4	4	4,9	20	11,5
Várias nacionalidades juntas (não apontou maioria)	5	5,4	3	3,6	8	4,6
Brasileiros e americanos	4	4,3	2	2,4	6	3,4
Americanos e hispanicos	4	4,3	2	2,4	6	3,4
Brasileiros e hispanicos	1	1,1	4	4,9	5	2,9
Outras nacionalidades *	3	3,3	-	-	3	1,7
Total	92	100,0	82	100,0	174**	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Estas outras origens nacionais apontadas foram: gregos, judeus e asiáticos.

** Total de casos válidos

A proporção de mais de 50% destes trabalhadores tendo como maioria colegas brasileiros no local de trabalho (isso sem contarmos aqueles que assinalaram possuir brasileiros e americanos ou brasileiros e hispanicos) vem, mais uma vez, demonstrar a forte ligação entre o mundo do trabalho e as redes de convivência entre

os grupos – redes sociais de apoio. A proporção de brasileiros que trabalham com norte americanos também é bastante relevante, mas o que nos interessa sobremaneira nesta pesquisa é o estabelecimento dos vínculos entre a comunidade brasileira e a comunidade hispânica em Miami, onde o universo de trabalho é um dos ambientes de encontro entre estes dois grupos.

É interessante observarmos que é entre o grupo de mulheres que este contato com os demais latinos ou hispânicos ocorre com mais frequência, sendo que 23,2% delas possuem colegas hispânicas em sua maioria no ambiente de trabalho, e 4,9% delas trabalham com hispânicas e brasileiras na maioria. Estes mesmos arranjos, para o caso dos trabalhadores brasileiros do sexo masculino representam respectivamente 15,2% e 1,1%, apenas. Em compensação, quando o que está em jogo é uma maioria de colegas de trabalho norte americano, a representação dos homens nestas proporções é bem maior que a das mulheres. Apenas 4,9% das mulheres possuem americanos como a maioria de seus colegas de trabalho, o que pode revelar exatamente a circunscrição destas mulheres a um universo mais “doméstico”, vinculado a trabalhos com limpeza, e por este motivo também, mais próximo do grupo hispânico.

Os homens, quando em contato com uma maioria de colegas norte americanos, representam a soma de 17,4 %. Parte destes números está relacionada à inserção destes homens brasileiros em trabalhos tais como obras e construção civil, onde, apesar de um extenso uso de mão de obra latina, a presença norte americana ainda é relevante, sobretudo nos cargos de direção e chefia das obras, por exemplo. Contudo, através destes dados, pode-se perceber mais claramente como os imigrantes brasileiros pertencentes ao sexo masculino estão em contato mais permanente com a população nativa americana, o que poderia favorecer também,

por outro lado, inserções de outros níveis na sociedade local. Entretanto, este contato está muito restrito ao mundo do trabalho, como veremos a seguir. Para além desta esfera profissional, são as mulheres que expandem grande parte dos contatos com a sociedade norte americana, como é o caso, inclusive, das uniões civis. Como vimos, a proporção de homens e mulheres que possuem um envolvimento com não-nacionais, em termos de união amorosa e casamento, favorece este segundo grupo (feminino), e não o primeiro.

Fora estas situações, apenas três casos foram relatados onde a maioria dos colegas de trabalho não pertencia a nenhum destes três grupos – americanos, brasileiros ou hispânicos. Estes casos faziam referência a asiáticos (1 caso), gregos (1 caso) e judeus (1 caso), como apontado acima.

4. Remuneração: A razão principal de tudo

A questão salarial é o grande ponto de satisfação na vida da maioria destas pessoas nos EUA. É um dos componentes principais da emigração. Como dito anteriormente, não se pode atribuir apenas ao diferencial de salário a razão da emigração de brasileiros para os EUA, pois reduzir este processo a esta condição seria subjugar sua complexidade, bem mais abrangente do que isto. Contudo, não se pode desprezar o valor que a questão salarial nos EUA exerce sobre os brasileiros. Ao menos em princípio, é neste diferencial de salários entre Brasil e EUA que reside a lógica do impulso à ida e também a persistência e permanência destas pessoas no

país de destino. Estas condições podem ser redefinidas ao longo do tempo, mas não se pode desmerecer o enorme peso que esta variável possui, principalmente no início do processo de migração, mesmo que este fator salário venha a ser conjugado com outros elementos de impulso para a ocorrência do processo migratório, como visto acima¹³.

Entre os brasileiros que residem em Miami, pode-se dizer que, quanto ao grau de satisfação salarial, mais da metade dos entrevistados (56,8%) consideram sua renda salarial, de seu atual emprego nos EUA, boa, muito boa ou excelente (ver tabela 12). 30,0% destas pessoas considera sua renda satisfatória para as suas necessidades básicas, mas não a ponto de serem avaliadas como boa ou acima deste valor. E 13,2% consideraram sua renda insuficiente para se viver bem nos EUA, ruim ou péssima.

¹³ Se para os EUA estes valores salariais já são absolutamente discrepantes, tanto mais o são para a migração que ocorre entre Brasil e Japão, por exemplo. A diferença salarial entre estes dois últimos países é assustadora. Enquanto no Brasil o salário mínimo de um trabalhador é de R\$ 240,00, o que equivale a 84,20 dólares (dólar a 2,85 reais), no Japão, o mínimo é de US\$2.000,00. Acrescidos de horas extras (*zanguiô*), muito comuns sobretudo na primeira metade da década de 1990, um trabalhador brasileiro no Japão pode chegar a receber mais de 3 mil dólares por mês, exercendo trabalhos considerados pelos japoneses muito mal remunerados.

TABELA 12

Satisfação dos imigrantes brasileiros entrevistados quanto à renda adquirida nos EUA – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

RENDA	N	%
Excelente, acima do esperado	19	10,0
Muito boa	35	18,4
Boa	54	28,4
Satisfatória para minhas necessidades básicas	57	30,0
Insuficiente, Ruim e Péssima	25	13,2
Total	190*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Interessante observar, contudo, que nem sempre esta insatisfação apontada nas respostas dos entrevistados se traduz em uma tendência de retorno ao país de origem, o que poderia ser imaginado em um primeiro momento. Muito pelo contrário até, as pessoas que mais se sentem insatisfeitas com sua remuneração nos EUA possuem muito pouca (ou mesmo nenhuma) intenção de retornar ao Brasil.

Ao cruzarmos os dados da tabela acima (tabela 12) com a tabela 1 – apresentada no capítulo I desta mesma segunda parte¹⁴ –, poderemos perceber com mais clareza que esta insatisfação apresentada em relação aos salários não significa necessariamente uma insatisfação com a vida no país de destino, o que pode ser inferido inclusive pelo fato dessas mesmas pessoas não expressarem grandes expectativas de retornar ao Brasil. Cruzando-se os dados válidos entre estas duas variáveis (satisfação com a renda e expectativas de retorno), podemos verificar que, dentre aqueles indivíduos que declaram se sentir insatisfeitos com sua renda recebida nos EUA, apenas 4,2% destes possuem uma expectativa de retornar ao Brasil em breve. Considerou-se indivíduos insatisfeitos com sua renda nos EUA aqueles que assinalaram insuficiente, ruim (abaixo do que esperavam) ou péssima (muito abaixo do que esperavam). Dentre estes 4,2% que pretendem voltar ao Brasil em breve (relembrando novamente que este “breve” compreende uma faixa de prazo de 1 a 3 anos), todos estão concentrados na categoria que declarou “insuficiente para viver bem aqui”, e não ruim ou péssima¹⁵. Uma das razões mais prováveis deste fato está na questão temporal, de chegada destes imigrantes. Aqueles com mais baixa renda, não poucas vezes pertencem ao grupo dos recém chegados, e por isso mesmo, não têm intenção imediata ou breve de retorno ao Brasil. Contudo, esta não é sempre a regra, e é muito curioso percebermos que o discurso destes entrevistados por vezes se contrapõe às suas atitudes (assim como ocorre em diversas outras situações). Seus discursos por vezes são repletos de objeções e problemas à sociedade norte americana, reclamações salariais e a respeito do modo de vida e hábitos dos

¹⁴ Ver item 1/capítulo I, página 115: As transformações temporais da emigração de brasileiros.

¹⁵ No questionário estes dados estão desagrupados. Entre os que pretendem voltar para o Brasil em breve, temos: insuficiente para viver bem aqui (4,2%) - ruim, abaixo do que eu esperava (0,0%) - péssima, muito abaixo do que eu esperava (0,0%). A junção destes itens na tabela 12 visa apenas simplificar a leitura da mesma.

americanos não são incomuns, mas isso não se traduz em motivo para abandonar aquela sociedade e país.

Dentre os demais entrevistados que declaram sua renda recebida nos EUA como sendo insuficiente, ruim ou péssima, a distribuição de expectativas de retorno ao Brasil se dispõe da seguinte forma: 50,0% destas pessoas afirmam que pretendem voltar para o Brasil um dia, mas não sabem quando; 16,7% afirmam que só retornarão ao Brasil depois de conquistado seus objetivos nos EUA (quer seja dinheiro, estudos, documentação, etc...); e 29,1%, mesmo considerando sua renda nos EUA insatisfatória, afirma que não pretende mais voltar ao Brasil.

A maior parte das pessoas que planejam retornar ao Brasil em breve está concentrada nas faixas de satisfação salarial médias ou acima da média. Novamente aqui a hipótese de que boa parte destas pessoas que pretendem retornar ao Brasil em breve, o estão planejando justamente porquê sua renda nos EUA já lhes permite esta possibilidade de retorno – principalmente entre os imigrantes de uma primeira experiência migratória, a aquisição de uma “poupança” se concretiza em sonho de retorno, fazendo jus aos planos elaborados desde o momento da partida. 38,5% das pessoas que pretendem retornar ao seu país natal em breve consideram sua renda satisfatória para suas necessidades nos EUA, e este é o grupo com maior índice de pretensão de retorno real. Entretanto, vale lembrar mais uma vez que, esta categoria “retornar ao Brasil em breve” é a que teve a menor representação entre os entrevistados como um todo (ver tabela 1 – página 115).

Entre os que apresentam maior satisfação salarial, a tendência a permanecer definitivamente nos EUA é grande. Dentre as pessoas que consideram sua renda nos EUA excelente, acima do esperado, 50,0% declaram que sua vida agora é naquele país, sendo que não há a mínima expectativa (nem ao menos cogitam a hipótese) de

retornarem a viver no Brasil¹⁶. As demais pessoas que atribuem a sua renda como excelente nos EUA afirmam que só voltarão para o Brasil após conquistarem seus objetivos (22,2%), ou “algum dia”, sem nenhuma previsão de quando (igualmente 22,2%). Apenas 5,6 das pessoas que consideram sua renda excelente nos EUA visualizam um retorno em breve para o Brasil.

5. Nível Educacional

Como colocado acima, embora não haja um consenso entre os estudiosos a respeito, é bastante aceito o fato de que o nível educacional dos brasileiros que residem nos EUA está acima da média da população brasileira, e por vezes, acima até mesmo da média da população norte americana. Esta parece ser uma condição generalizada da população brasileira no exterior, exceção talvez às migrações que ocorrem nas fronteiras do Brasil¹⁷; as migrações ultramarinas (que se direcionam, como vimos, particularmente para os EUA, Europa Ocidental e Japão), carregam consigo brasileiros que haviam obtido graus de formação escolar nada desprezíveis para a realidade brasileira. A maioria se concentra em faixas do atual ensino médio

¹⁶ O que não significa que estas pessoas nunca mais queiram “pisar” no Brasil. Entretanto, ao menos no discurso, elas deixam bastante claro que, possíveis viagens ao Brasil se concentram apenas na categoria “férias”. Retomada de vida no Brasil está fora de cogitação.

¹⁷ Como colocado no início desta parte da tese, as migrações fronteiriças brasileiras, de onde o maior exemplo é o caso do Paraguai, possuem um perfil bastante diverso das demais migrações de brasileiros para o exterior. A este respeito ver Patarra, 1996.

(antigo segundo grau), mas muitos são os casos também de profissionais com formação universitária. Nesta minha pesquisa em Miami, encontrei também pós-graduados. Neste aspecto, os brasileiros que residem nos EUA, estejam eles onde estiverem, mesmo que apresentem diferenças com relação às regiões de destino – brasileiros em Boston apresentam, no total, níveis educacionais mais baixos que brasileiros em Nova York, por exemplo - encontram-se sempre acima da média da população brasileira como um todo.

Teresa Sales, referindo-se à sua pesquisa feita em Boston, relata que: *“Comparando com a população brasileira, é notável a diferença. Basta olhar a proporção acumulada daqueles que têm o Segundo Grau completo, que representam 74% para os que saíram ainda jovens do Brasil, 83% para os da faixa intermediária (entre 25 e 30 anos) e 100% para os da faixa entre 31 e 40 anos. Não há dúvida, portanto, de que se trata de uma população diferenciada positivamente em relação ao total da população brasileira, em termos de faixa etária e de nível educacional”* (Sales, 1999:215). Sales faz ainda uma comparação com os níveis brasileiros, representados no Censo de 1991: *“Os dados do nosso último Censo (1991) [para a época em que foi escrito o livro] mostram que apenas 5% da população brasileira tem o Terceiro Grau completo, 11% têm Segundo Grau completo ou incompleto, 7% têm o Primeiro Grau completo, 57% têm o Primeiro Grau incompleto e 20% são analfabetos.”* (Sales, op Cit). Mesmo que estes níveis tenham se elevado significativamente na apresentação do Censo de 2000, a diferença educacional entre os brasileiros como um todo e os brasileiros que estão deixando o país é ainda abrupta.

Para esta mesma região de Boston, Martes observou os seguintes números: *“Do total de entrevistados, 12% declararam ter diploma universitário e 10% declararam ter grau universitário incompleto; 29% dos entrevistados declararam*

ter segundo grau completo e 15% segundo grau incompleto; 11% declararam ter concluído o primeiro grau e 10% têm primeiro grau incompleto” (Martes, 1998:61). Utilizando os mesmos dados censitários que Sales, Martes também aponta para um maior índice de escolaridade entre os que estão vivendo fora do Brasil. Contudo, esta autora faz uma advertência para o fato de que, mesmo sendo essa uma realidade positiva em relação ao país de origem, entre os grupos de imigrantes nos EUA, os brasileiros estão muito próximos aos hispânicos neste aspecto. Estariam portanto, juntamente com os hispânicos, inseridos entre os níveis mais baixos de escolaridade dos grupos imigrantes recentes nos EUA. “Entre os grupos denominados ‘minorias étnicas’ lá residentes (quais sejam; ‘Hispanic’, branco não ‘Hispanic’, afro-americano, asiático e índio-americano), ‘Hispanic’ é justamente o grupo que apresenta menor grau de instrução”.(Martes, op Cit).

Em 1994, Maxine Margolis encontrou números com relação ao nível educacional destes brasileiros ainda mais altos. Muito disto se deve ao fato de sua pesquisa ter sido realizada na cidade de Nova York. Esta cidade parece apresentar uma distribuição mais abrangente de categorias tanto em termos de classe quanto em termos de escolaridade, assim como Miami. Este aspecto será melhor analisado a seguir, pois ele apresenta dados que nos levam a inferências posteriores nas análises que diferenciam Miami das demais localidades onde os brasileiros se encontram dentro dos EUA. Por hora, apenas faremos menção deste aspecto. Para a cidade de Nova York, Margolis encontrou níveis muito altos de formação escolar entre os brasileiros, o que a fez comparar tais níveis inclusive com a população norte americana: “*Mais notável ainda é o nível educacional extraordinariamente alto dos brasileiros assentados em Nova York: 46 por cento freqüentaram a universidade e, destes, 31 por cento concluíram a graduação. A título de comparação, apenas 24 por cento dos americanos possuem grau universitário. E os quadros para as*

mulheres brasileiras em Nova York são ainda mais surpreendentes; quase 60 por cento possuem alguma formação universitária. Contrariamente, em 1990, no Brasil, somente 28 por cento da população tinha o segundo grau completo, e apenas 12 por cento tinha prosseguido em seus estudos de nível superior. Assim, estes imigrantes em Nova York têm singularmente uma boa formação educacional, quando comparada à de seus conterrâneos em seu país de origem.” (Margolis, 1994: 147-148 – grifo meu).

Para Miami (ver tabela 13), os dados aproximam-se muito à realidade encontrada em Nova York. Aliás, em relação a uma caracterização da população brasileira que reside em Miami, esta parece se encontrar mais próxima da realidade novaiorquina do que da encontrada na região de Boston. Principalmente por serem estas duas cidades – Miami e Nova York – pontos de destino de brasileiros mais “diversificados”. Assim, para Miami e região, encontram-se apenas 7,3% do total de entrevistados que possuem o primeiro grau (completo 3,1% e incompleto 4,2%). Já o segundo grau, que abrange inclusive os cursos técnicos realizados no Brasil, contabiliza 55,0% da população pesquisada, a faixa de maior concentração desta população, da mesma forma como ocorre em Boston ou Nova York (12,0% possuem segundo grau incompleto; 26,8% possuem segundo grau completo; e 16,2% possuem cursos técnicos). A proporção dos que tiveram alguma experiência universitária, concluída ou não, é de 34,0% (20,4% com terceiro grau incompleto e 13,6% com terceiro grau completo). Ocorrem ainda casos com pós-graduação, e que representam 3,7% do total (tabela 13).

TABELA 13

Nível de Escolaridade dos imigrantes brasileiros entrevistados por Sexo –
Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

GRAU DE INSTRUÇÃO	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Primeiro grau incompleto	6	6,2	2	2,1	8	4,2
Primeiro grau completo	3	3,1	3	3,2	6	3,1
Segundo grau incompleto	13	13,4	10	10,6	23	12,0
Segundo grau completo	22	22,7	29	31,0	51	26,8
Curso técnico	23	23,7	8	8,5	31	16,2
Terceiro grau incompleto	21	21,6	18	19,1	39	20,4
Terceiro grau completo	7	7,2	19	20,2	26	13,6
Pós-graduação	2	2,1	5	5,3	7	3,7
Total	97	100,0	94	100,0	191*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Entre aqueles que chegaram a cursar o terceiro grau, completo ou incompleto, temos representantes de diversos cursos, para além daqueles considerados de difícil acesso ao mercado de trabalho até os considerados mais “sofisticados”. Entre estes entrevistados que chegaram às cadeiras de nível superior encontram-se os cursos de: administração de empresas, economia, odontologia, comunicação, psicologia, educação física, letras, biologia, telecomunicações, engenharia civil, história,

química, arquitetura, agronomia, turismo, informática, patologia clínica, nutrição, direito e enfermagem. Entre os 7 casos de pós graduação, temos as seguintes especializações (*stricto e latu sensu*): desenho e projeto mecânico, medicina, política estratégica, auditoria de empresas, marketing, direito, e transporte de valores.

Também aqui, assim como verificou Margolis em Nova York, a proporção de mulheres entre os níveis mais altos de escolaridade é maior do que a mesma encontrada para os homens, especialmente em relação às conclusões de curso, exceção apenas aos cursos técnicos, onde predomina a participação do sexo masculino. Este maior envolvimento das mulheres com os estudos, entretanto, não destoam do que vem ocorrendo no Brasil nos últimos tempos, onde as mulheres, assim como esta representação de quem está vivendo fora, tendem a concluir seus cursos com maior grau de eficiência (dados do Censo Brasileiro de 2000)¹⁸. Já a proporção de nível de escolaridade entre estas duas populações – brasileiros que vivem fora e os residentes no Brasil – como vimos, apresenta um grande descompasso.

Notadamente, esta saída de pessoas com níveis de escolaridade médios e/ou altos para os padrões brasileiros constitui uma grande perda para o país, assunto este bastante explorado pela imprensa quando esta se dedica a falar sobre o tema. Em um artigo denominado “*Um país que perde seus quadros*”, um jornal paulistano (sem dados), ao abordar o tema da emigração de brasileiros, destaca a importância da questão do nível educacional destes emigrantes e da faixa etária dos mesmos, concentrada majoritariamente entre os jovens: “*Na realidade, o fenômeno é mundial, mas a ‘contribuição’ brasileira tem características próprias: exportamos*

¹⁸ Segundo os dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) de 2001; microdados, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

os mais bem preparados”¹⁹. Após explorar os dados da pesquisa de Maxine Margolis na matéria, esta acaba sendo finalizada com a seguinte frase: “*os números dos nossos imigrantes (sic) jovens são impressionantes demais para não serem levados em conta no desenho do futuro*”, referindo-se aqui ao futuro do Brasil, logicamente. Isso para o ano de 1996. Até hoje, as mudanças que ocorreram em ambos países favoreceram muito mais a continuidade da saída de população escolarizada do que o seu retorno. É exatamente neste sentimento de “desprezo” que reside o ressentimento destes emigrantes ao falarem sobre o tema. A convicção entre eles de que “estudar não vale a pena”, ao menos não no Brasil, amarga no fundo uma enorme frustração de seus sonhos que, neste caso, mesmo quando se ganha o “melhor salário do mundo”, pode-se justificar o fato, mas jamais esquecê-lo.

¹⁹ Na realidade, esta afirmação não é totalmente correta. Não é apenas o Brasil que exporta os seus filhos “mais bem preparados”, muito pelo contrário, inclusive. Para citarmos apenas alguns países vizinhos ao nosso, a Argentina e o Uruguai estão também passando por um processo de “exportação” semelhante ao nosso, onde setores muito importantes da sociedade civil destes países, em geral com níveis de escolaridade mais altos que a média da população nacional – assim como o Brasil – e, sobretudo os jovens, estão abandonando suas respectivas nações.

V. MAPAS MIGRATÓRIOS – A CONSTANTE MOVIMENTAÇÃO HUMANA

1. Indo: Apoio na chegada . . .

Uma das características bastante interessante a ser explorada com relação aos brasileiros do sul da Flórida reside na própria condição de emigração destas pessoas. Confirmando a correlação das redes sociais dentre os principais impulsos para a migração internacional, quando perguntados sobre o motivo que os fez migrar para Miami, a maioria aponta as redes sociais como a grande responsável pelo feito: 68,9% dos casos, se considerado redes sociais entre familiares (37,7%) e amigos (31,2%). E este como sendo o principal motivo da escolha de residência na região sul da Flórida (tabela 14) – algumas pessoas apontaram mais de um motivo como a causa desta escolha, como veremos a seguir. Mesmo quando isso (o apontamento de mais de um motivo) ocorre, entretanto, a relação com as redes familiares e de amigos, e em especial as familiares, aparece sempre como o primeiro motivo em importância para as pessoas. A razão fundamental pela escolha, portanto.

TABELA 14

Principal motivo dos imigrantes brasileiros entrevistados pela escolha de residência na região de Miami – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

RAZÃO PRINCIPAL PELA ESCOLHA DE MIAMI (SUL DA FLÓRIDA) PARA RESIDIR	N	%
Conhecia parentes que já moravam na cidade	65	37,7
Conhecia amigos que moravam na cidade	54	31,2
Foi o local onde arrumou trabalho	7	4,0
Devido ao clima quente, que lembra o brasileiro	28	16,1
Ambiente latino	1	0,6
Já conhecia a cidade através do turismo	3	1,7
Transferência de trabalho	8	4,6
Facilidade com o idioma espanhol	1	0,6
Porta de entrada mais fácil	1	0,6
Aventura, impulso	2	1,2
Outros	3	1,7
Total	173*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Como pode ser observado na tabela 14, nenhum outro motivo tem tamanha significação quanto as redes de familiares e amigos. Para além destes dois motivos principais, o único fator que ultrapassa os 10 por cento na decisão de Miami como local de residência encontra-se justamente na questão do clima, que reúne 16,1% das

respostas dadas (para a razão principal). Todas as demais não chegam a somar 10 por cento, mas nem por isto são menos importantes ou representativas. Vale lembrar aqui que, na realidade, em relação a esta tabela 14, todas as razões apontadas abaixo das quatro primeiras surgiram de forma espontânea, uma vez que preencheram com riqueza de detalhes o espaço atribuído a “outros” (ver questionário em anexo – Anexo 2). Havia, no próprio questionário, um espaço aberto para a entrada destas razões, o que torna particularmente interessante a existência de motivos tais como: “facilidade com o idioma” (espanhol) e “porta de entrada mais fácil”.

Com relação a estes dois últimos itens apontados pelos entrevistados, a referência feita sobre a facilidade com o idioma torna-se especialmente interessante para nós, acima de tudo porque nos possibilita uma maior compreensão do **valor** dado pelos brasileiros a esta condição na Flórida e, em especial, em Miami. Durante a pesquisa de campo, tornou-se muito claro que esta “facilidade com o idioma” é de fundamental importância para a vida dos brasileiros na região, mas ser esta condição transformada em um motivo de emigração para o local realmente nos coloca diante de outras possibilidades e perspectivas de análise. Aprofunda, por assim dizer, muito mais a importância dada pelos brasileiros a esta condição da língua em questão – o espanhol. Este ponto será melhor discutido ao analisarmos a integração dos brasileiros em Miami (especialmente entre as duas comunidades em questão – a brasileira e a hispânica).

A citação de “porta de entrada mais fácil” também nos coloca diante de novos quadros. Durante minha vivência cotidiana com os brasileiros na região, ouvi, não raras vezes, a seguinte situação: de que Miami seria mais fácil de entrar nos EUA, pois...

“(...) você pode dizer pros caras da imigração que você está indo pra Disney, não tem problema porque toooodo mundo vem pra Disney, né?! É só comprar qualquer um desses pacotes da Tia Augusta, e desce em Orlando, mas a gente vem mesmo é pra Miami, porque é aqui que tem emprego, e é aqui que tá a brasileirada, né?”

(entrevista realizada com Paulo, em 17 de fevereiro de 2002)

Entretanto, é muito comum que, mesmo sendo esta a estratégia escolhida para a entrada nos EUA, algum parente ou amigo esteja esperando estas pessoas em Orlando, justificando, mais uma vez, a importância das relações familiares ou de amizade na composição destas redes sociais de imigração.

Esta questão de “porta de entrada mais fácil”, embora seja um fator ainda pouco explorado, torna a região de Miami e Orlando peculiarmente interessante para alguns brasileiros. Em trabalhos realizados com os brasileiros em Massachusetts, Soraya Fleischer localizou uma re-emigração dentro dos EUA praticamente inversa àquela localizada aqui nesta pesquisa – como veremos a seguir. A razão desta “inversão” de localidades se dá, sobretudo, de acordo com os motivos que regulam esta re-emigração. Alguns brasileiros entram nos EUA pela Flórida – em especial, Miami e Orlando – e seguem seus destinos em direção à Boston, onde seus familiares ou amigos os esperam. A justificativa para tal manobra se dá justamente na questão de “porta de entrada mais fácil”, como bem colocado por um dos entrevistados nesta pesquisa. Já, a re-emigração inversa (Boston/Nova Inglaterra sentido Miami) tem outras razões para se manifestar, que exploraremos em seguida. Entretanto, é interessante notar como, mesmo estando em lados “opostos” da pesquisa de campo, as respostas encontradas confirmam a correlação entre estas

duas localidades (Miami – Boston) nas pesquisas realizadas com brasileiros nos EUA. Assim, entre aquelas pessoas que deixaram o Brasil decididas a estabelecerem-se em Boston/Massachusetts, a maioria voa com destino direto à Boston, porém “(...) nos demais casos, houve escalas em Miami e Nova Iorque. Parar em outras cidades dissipa suspeitas, pois a pessoa migra ‘camuflada’ em uma excursão turística.” (Fleischer, 2002:43). Margolis, em seu estudo sobre os brasileiros em Nova York, chega a estabelecer a “Conexão Disney World” (assim chamada por ela) como uma das rotas mais viáveis entre os brasileiros que buscam Nova York para residir. Acredito que tanto mais isto seja verdadeiro para a região de Boston, pois a princípio, Boston não seria um dos pontos turísticos mais procurados dentro dos EUA, diferentemente da Flórida e mesmo de Nova York; e por outro lado também, já é um local bastante visado como tendo uma grande concentração de brasileiros residentes. Assim, já em 1994 tornava-se muito clara esta “conexão”, sobretudo graças ao potencial turístico da Flórida: “*Orlando é o ponto de entrada natural para famílias de imigrantes com crianças, visto que as autoridades de imigração são mais propensas a acreditar que elas sejam turistas de verdade, com um visto para a Disney World. No entanto, ao longo de minha pesquisa, conheci alguns brasileiros solteiros em Nova York que também haviam entrado no país via Orlando. Três jovens rapazes foram para lá juntos, por acharem que seria mais fácil passarem por turistas na Flórida do que em Nova York. Assim que chegaram à Flórida, compraram um carro usado para viajar até Nova York, pois ficava mais barato do que pagar três passagens aéreas para voar até lá*”. (Margolis, 1994:90 – grifo meu).

Alguns entrevistados apontaram ainda uma segunda razão que os conduziu à Flórida (Miami). Mesmo não sendo estes a maioria dos casos – apenas 15 pessoas quiseram declarar mais que uma razão para justificar sua escolha por essa região ao

emigrar – esta possibilidade lhes foi dada, valendo-se, contudo, de um critério de prioridades. Desta forma, com relação a um segundo motivo que estes entrevistados apontaram como causa da emigração, os pontos principais a serem observados nestes casos dizem respeito, primeiramente, ao fato de não existir mais aqui a escolha da opção “conhecia parentes que já moravam na cidade”. Este dado vem somente, mais uma vez, demonstrar a força das redes sociais, que estão vinculadas sobretudo ao primeiro motivo do ato de emigrar. Ainda surgem, para este segundo motivo, alguns poucos casos de “conhecia amigos que moravam na cidade” (3 casos, ou seja 20% deste total). Contudo, faz-se particularmente interessante esta afirmação quando, ao retomamos estes casos cruzando-os com a opção primeira que esta pessoa assinalou, verifica-se que, em 100% dos mesmos, a opção primeira que o entrevistado tinha assinalado era justamente a que se refere às relações sociais quanto à família, ou seja, novamente a demonstração da importância desta relação. Num segundo momento, estes entrevistados apontaram amigos também como um fator coadjuvante nesta decisão da emigração para Miami, contudo, o papel da família, em todos eles, aparece como principal. Ainda, outra observação importante a ser feita em relação a este segundo motivo, diz respeito à importância dada à questão do clima de Miami. Dentre as segundas razões da migração, esta se destaca como a principal delas, com 8 casos, o que representa 53,3% de um total de 15 casos.

Apenas dois entrevistados assinalaram ainda um terceiro motivo, e este refere-se (em ambos os casos) ao “local onde arrumou trabalho”, motivo este que está muito ligado, por sua vez, ao fato de uma re-emigração dentro do próprio país (EUA). Este também é um dado de extrema importância quando se pensam nas transformações que a população brasileira tem passado nos EUA durante seu curto período naquele país. Miami muitas vezes se constitui como sendo uma cidade de

segunda migração dentro do próprio país de destino. Muitos têm deixado o nordeste do país (Massachusetts, Connecticut, Nova York e Nova Jersey) em direção à Miami. Entretanto, não só destes estados “gelados” provêm os brasileiros re-emigrantes em Miami. Alguns percorreram durante seus anos de EUA uma verdadeira “jornada” ao redor do país, sendo que encontram-se casos de pessoas que já viveram em oito cidades tão distintas nos EUA como Las Vegas (no estado de Nevada), Boston, Jamestown (nas Carolinas) e outras tantas até chegarem à Miami.

2. Nem sempre emigrantes de primeira viagem

As razões para a ocorrência de uma segunda migração dentro do país são muitas, mas, dentre as principais, se encontra a condição climática da cidade e região (não por menos Miami é chamada a cidade do sol nos EUA - ver capítulo II desta segunda parte da tese). Transferência de trabalho e/ou local onde arranhou trabalho, e a facilidade da língua também são motivos apontados para a existência desta re-emigração. A questão do “ambiente latino” assim descrito por um entrevistado, também tem grande peso nesta escolha. Nas palavras do próprio:

*“Gosto muito de Miami, gosto da cidade, gosto muito daqui!
Escolhi Miami justamente por isso, aqui é Estados Unidos, mas é
um ambiente latino, então você se sente muito bem, pois tem a*

organização dos Estados Unidos, mas num ambiente latino, mais caloroso, como o nosso. Não é aquela frieza do americano, que eu não gostava daquilo.” (entrevista realizada com Daniel, em 23 de janeiro de 2002)

Mais comum do que talvez se imagine, esta re-emigração dentro dos EUA atinge Miami, segundo minhas observações em entrevistas qualitativas, como uma das cidades mais procuradas dentro de uma segunda locomoção. Mais uma vez, o clima e o “ambiente latino” despontam como “carro chefe” destas escolhas. Miami torna-se especialmente única neste sentido.

Os dados dos 194 questionários apontam uma re-emigração da ordem de 24,7%, que pode ser considerada bastante alta, sobretudo se pensarmos no quão recente é esta presença brasileira nos EUA (duas décadas). Quando perguntados sobre a primeira cidade de residência nos EUA, 74,8% das pessoas apontaram as cidades da Flórida (abaixo de West Palm Beach) como o local de desembarque e primeira moradia nos EUA (145 pessoas). Portanto, 24,7% (48 indivíduos) tiveram suas primeiras experiências no país em outros estados, ou em cidades da Flórida mais longínquas – que não se localizam na região sul da península, local da pesquisa²⁰. O restante dos casos, 0,5%, corresponde àqueles que não responderam a esta questão.

Dentre as cidades anteriores que estas pessoas já haviam morado deste a sua ida aos EUA, destacam-se, como dito, sobretudo as do nordeste americano (região da Nova Inglaterra) – ver tabela 15:

²⁰ Foram consideradas aqui, em relação ao estado da Flórida, apenas as cidades que se encontravam acima de West Palm Beach (ver mapas 1 e 2).

TABELA 15

Outros estados nos EUA onde já moraram os imigrantes brasileiros entrevistados (a partir de West Palm Beach) – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

OUTRAS CIDADES ONDE JÁ MOROU NOS EUA (Representação em estados)	N	%
Arizona	1	1,5
Califórnia	3	4,6
Colorado	1	1,5
Connecticut	2	3,0
Flórida*	7	10,6
Geórgia	1	1,5
Illinois	1	1,5
Massachusetts	13	19,7
Maryland	1	1,5
Mississippi	1	1,5
Nova Jersey	11	16,7
Nova York (estado)	11	16,7
Pensilvânia	1	1,5
Rhode Island	6	9,1
Texas	2	3,0
Washington DC	4	6,1
Total	66**	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Neste caso, contam-se somente os indivíduos que residiram no estado da Flórida acima da cidade de West Palm Beach (ver mapas 1 e 2).

** Total de casos válidos – Obs: o número de pessoas que já havia vivido em outras cidades americanas antes do sul da Flórida é maior, neste caso, que o de 48 pessoas citado acima (cuja a primeira cidade de residência nos EUA não foi Miami e região) porque algumas pessoas viveram em mais de uma cidade norte americana antes de chegar ao Sul da península da Flórida.

De acordo com a tabela acima (tabela 15) podemos verificar aquilo que muitas vezes se revela nas entrevistas orais, como o trecho citado acima, de pessoas que deixam o nordeste dos EUA (não só, mas principalmente) em busca do sol e, sobretudo, do ambiente latino de Miami. Os dados recolhidos nos questionários mostram que esta não é uma particularidade isolada de alguns poucos casos, pelo contrário, esta parece ser uma tendência bastante forte entre os que decidem re-emigrar dentro do país.

Entre os estados anteriores de residência destas pessoas que re-emigraram dentro dos EUA, e que procuraram o sul da Flórida (Miami e regiões adjacentes) como seu posterior local de destino, o estado de Massachusetts é o que possui maior destaque, com 19,7% dos casos. Logo em seguida, encontram-se os estados de Nova Jersey e de Nova York, ambos com 16,7% dos casos. Somados estes com os demais estados da Nova Inglaterra aqui representados (Rhode Island, Maryland e Connecticut) e do nordeste dos EUA como um todo (Washington DC e Pensilvânia), temos o total de 74,3% dos casos.

Mais interessante ainda se torna esta procura por Miami ao nos depararmos com outros fatos que também se revelam nas entrevistas orais, quando os entrevistados apontam, recorrentemente, que para se ganhar dinheiro “o bom mesmo são os estados de cima” (referindo-se aqui justamente a estes estados do nordeste do país). Este fato vem acrescentar ainda mais ao peso valorativo que estas pessoas têm atribuído à questão do clima e do ambiente latino de Miami, já que em termos financeiros, esta troca de cidades não é racional.

Outro fator que deve ser levado em conta aqui, ao analisarmos estes números, é que esta pesquisa de campo, embora algumas vezes tenha se beneficiado da

metodologia chamada de “bola de neve” – comumente utilizada em pesquisas sobre migrações tais como a presente – **não** tem como base este tipo de recurso metodológico. Pelo contrário, a maior parte das respostas encontradas nesta pesquisa foi obtida através de contatos únicos com os entrevistados, e não através de entrevistado que indicava outro entrevistado, embora este processo também tenha ocorrido com alguma frequência, ainda que pequena. Entretanto, o que busco destacar aqui com esta ressalva é a importância destes números apresentados na tabela acima (tabela 15), pois, na realidade, estas ocorrências de “transferência” de cidades não estão vinculadas a um possível “desvio” metodológico, uma vez que não representa, no caso, a re-emigração de famílias ou grupos, por exemplo, mas sim de indivíduos em geral, que participaram desta pesquisa isoladamente. Especialmente com relação aos questionários distribuídos, de onde estão sendo retirados os números apresentados nas tabelas, a participação das pessoas no preenchimento dos mesmos ocorreu majoritariamente através de um “recrutamento” casual, nas ruas, em pontos de comércio brasileiro, em locais de grande concentração de brasileiros, etc... (ver introdução). Este aspecto, portanto, vem dar ainda mais ênfase nesta importância da re-emigração, bem como na representação das cidades e estados de onde estes indivíduos estão vindo em direção à Miami.

As cidades declaradas pelos entrevistados como seus anteriores locais de residência no país apresentam uma diversidade ainda mais complexa que a própria representação dos estados em si (tabela 15). Estes dados só vêm endossar, mais uma vez, a amplitude e expansão que a migração de brasileiros para os EUA está tomando ao longo do tempo. Assim, para estados como o de Massachusetts, temos as cidades de Boston, Somerville, Worcester, Lowell, Sherwsbury, Hyannis. A diversidade de cidades pode ser ainda maior se pensarmos que alguns entrevistados declararam somente os seus estados de “origem”, e não a cidade em si. No caso de

Massachusetts, embora a maioria das pessoas tenha vindo da Grande Boston, é interessante notar a existência de cidades como Worcester e Sherwsbury (a oeste de Boston), Lowell (ao norte), e de forma ainda mais intrigante, de Hyannis, que fica em Cape Cod. Com os demais estados, esta mesma diversidade de locais se manifesta. Nova Jersey, por exemplo, é um outro estado que apresenta uma grande diversidade de cidades, embora aqui, elas já estejam bem mais próximas umas das outras (em virtude até mesmo do tamanho do estado de Nova Jersey). Entre os entrevistados que vinham deste estado (NJ) para Miami, embora a maioria também tenha vindo da cidade mais representativa do estado – Newark – outras cidades também foram apontadas: Hackettstown, Passaic, Fairview e South River, estas duas últimas ao sul de Newark. Nova York, dentre os estados que apresentou um dos maiores números de re-emigrantes para Miami, foi o com menor número de cidades representadas, apenas duas. Das 11 pessoas da pesquisa que trocaram aquele estado por Miami, 9 haviam vindo da cidade de Nova York, e o restante (apenas 2 indivíduos) haviam vindo da cidade de Monticello, já bem afastada da ilha. Para o estado da Flórida que, como dito, foram consideradas as cidades somente acima de West Palm Beach (mapas 1 e 2), os brasileiros que participaram de alguma mobilidade espacial em direção à Miami vieram das cidades de Orlando, sobretudo (a cidade com maior representação de casos para este aspecto – 4 casos), Sarasota, Tampa e Port Saint Lucie, todas estas cidades mais ao norte da península. As demais cidades representadas nesta pesquisa foram: Chicago (IL), Denver (CO), Atlanta (GE), Jackson (MI), Keene (TE), Los Angeles e San Diego (CA), Philadelphia (PE), Providence (RI) e Washington DC. Parte dos entrevistados, entretanto, apenas declararam seus estados de “origem” e não as cidades, portanto, a diversidade de cidades encontrada aqui tende a ser ainda maior.

Talvez esta situação de re-emigração se torne ainda mais complexa ao analisarmos a situação de mobilidade espacial que estas pessoas haviam deixado em seu país natal, o Brasil. Quando perguntados se, durante o seu período de vida no Brasil, estes já haviam morado em alguma outra cidade que não a sua cidade natal, 53,1% dos entrevistados respondeu afirmativamente a esta questão, enquanto 45,4% disseram que não, que sua primeira mudança em relação à cidade de nascimento ocorreu justamente com sua ida aos EUA (1,5% dos entrevistados não respondeu a esta pergunta). Estes dados podem ser interpretados, mas uma vez, de acordo com a frustração do anseio pela busca da mobilidade social no Brasil, uma vez que pessoas, sobretudo da região norte/nordeste e dos interiores dos estados, haviam se mudado para as capitais e para a região sudeste, principalmente (Grande São Paulo, 21,7%; Grande Rio de Janeiro, 13,9%; e Belo Horizonte, 10,8%) – ver item 4 do capítulo III desta parte da tese. Esta mudança em busca de novas perspectivas de vida, entretanto, não conseguiu corresponder às expectativas destas pessoas, que decidiram partir ainda mais uma vez (muitas vezes, pela terceira, quarta vez) de localidade em busca de melhores condições de vida ou de prosperidade financeira. Estas migrações internas, que ocorreram ainda em solo brasileiro antes da emigração aos EUA, nos coloca diante de um quadro de insatisfação constante destas pessoas com relação ao seu país de origem.

3. Por onde andam os brasileiros de Miami?

Existe, na realidade, uma grande confusão no que diz respeito à assim chamada cidade de Miami. De acordo com a administração político-regional dos EUA, a parte que cabe efetivamente à cidade de Miami é muito pequena se comparada com a nossa noção da cidade. Ficaria restrita, por assim dizer, ao que os brasileiros localizam como downtown Miami (o centro da cidade), Coral Gables e Coconut Grove. Contudo, quando comumente se diz “brasileiros que vivem em Miami” a referência mais correta no caso seria a que abrange o county onde se localiza esta cidade, ou seja, o county de Miami-Dade (ver nota 1 da introdução).

Muitos brasileiros até hoje ainda não se acostumaram plenamente a esta noção administrativa de county, e muitas vezes atribuem a noção de bairro a um espaço que, na realidade, significa uma cidade dentro de um county. Ao serem perguntados sobre o local onde vivem em Miami (ou em Pompano, há que se fazer uma ressalva em relação a estas cidades, que se apresentará a seguir), uma confusão enorme de nomes preencheram aquele espaço, que se encontrava em aberto no questionário, e que poderia ser preenchido com o nome da cidade, do distrito ou do bairro do entrevistado, já esperando por esta “confusão”, e possibilitando esta multiplicidade de escolhas no intuito de uma apreensão o mais correta possível do lugar de residência destas pessoas. Assim, através de agrupamentos, é possível traçarmos um mapa bastante fiel em relação às respostas dadas.

O número, contudo, de pessoas que se recusavam a responder o local onde residem foi muito grande: 9,3% do total de respostas dadas. Este dado, mais uma vez, é resultado do temor sob o qual vivem os brasileiros – na sua grande maioria clandestinos – em relação a qualquer informação que se pretenda obter desta população. Mesmo entre aqueles que aceitavam responder ao questionário – o número de pessoas que se recusava a tal coisa era também imenso – algumas questões suscitavam posições irredutíveis da parte dos entrevistados, como a recusa em fornecer o local de residência por exemplo, mesmo que o que estivesse sendo pedido fosse apenas o bairro, a cidade ou o distrito onde estes moravam, e não seu endereço residencial. A condição de alguém que revelou simplesmente morar na Flórida (ver tabela 16) é também, por si só, uma demonstração desse “pavor” de serem descobertos pela imigração americana, pavor este que só aumentou desde a queda das torres gêmeas.

Assim temos, em relação ao local onde estes brasileiros vivem, excluídos estes 9,3% dos que não responderam: de um total de 176 questionários válidos (ou seja, preenchidos em relação a esta questão), 109 entrevistados são residentes de Miami-Dade (61,9%), enquanto 65 destes brasileiros (36,9%) residem em Broward county. A soma de 100% (ou de 176 questionários preenchidos) se completa através de uma pessoa que mora em Titusville²¹ (0,6% - 1 pessoa apenas), e do dado vago de residência na Flórida (0,6%).

²¹ Este entrevistado, no caso, trabalhava em Miami no momento da pesquisa, mas na realidade tinha residência fixa em Titusville, uma cidade ao norte do estado, à leste de Orlando.

TABELA 16

Local de Residência dos imigrantes brasileiros entrevistados agrupados por county – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

LOCAL DE RESIDÊNCIA (Counties)	N	%
Miami-Dade county	109	61,9
Broward county	65	36,9
Orange county (Titusville)	1	0,6
Flórida (não especificou)	1	0,6
Total	176*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Em relação às cidades em cada um destes counties que foram mais amplamente representadas nesta pesquisa como locais de maior concentração de brasileiros, temos a seguinte relação (tabela 17): Para o county de Miami-Dade, as localidades com maior número de brasileiros encontram-se na ilha de Miami Beach, com 20,2% do total de moradores daquele county (23,8% se contabilizados os moradores de North Miami Beach e South Beach, regiões que representam o norte e o sul da ilha, respectivamente); seguido dos bairros de Kendall, com 14,7%; Doral, 12,9%; do centro da cidade (Downtown Miami) com 10,1%; North Bay Village (único local que não aparece representado nos mapas abaixo, mas que se localiza

entre North Miami e o norte da ilha de Miami Beach), com 9,2% do total de brasileiros moradores de Miami-Dade; e North Miami (muito próximo a North Bay Village), com 8,3%. (ver mapas de 3 a 7).

Para o conty de Broward, a representação da população de acordo com as cidades é bem menos heterogênea. Praticamente metade dos brasileiros que residem naquele county estão concentrados na cidade de Pompano Beach – e esta representação encontrada nesta pesquisa é tão ou mais verdadeira que a situação real de moradia destes brasileiros em relação a este county de Broward. Dos entrevistados por esta pesquisa, 46,2% residiam em Pompano, e outros 9,2% residiam em Deerfield Beach, uma cidade tão próxima a Pompano Beach que quase não se poderia distinguir uma da outra (seria, na realidade, como dois bairros vizinhos em uma cidade brasileira como São Paulo). Para além destas duas cidades, que englobam sozinhas mais de 50% dos residentes de Broward, apenas a cidade de Fort Lauderdale aparece com uma representação relativamente alta de população brasileira: 12,3% (tabela 17 – ver mapa 8). Os brasileiros que vivem em Fort Lauderdale, contudo, parecem divergir substancialmente daqueles que residem em Pompano, especialmente no que tange suas condições sociais e de renda (situação de classe social). Fort Lauderdale, assim como alguns outros pontos da região estudada por esta pesquisa (Miami-Dade e Broward), são locais de preferência entre brasileiros de classes média e alta, que passam férias em Miami e, para o nosso caso estudado aqui, que residem em “Miami”. Pompano, por sua vez, carrega o estigma de abrigar os brasileiros “mais pobres” de Miami, em geral porque ali residem aqueles que estão vinculados à imagem “clássica” de imigrantes laborais, aos quais restam os empregos mais desqualificados do mercado de trabalho.

TABELA 17

Local de Residência dos imigrantes brasileiros entrevistados representados por cidades, distritos ou bairros – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

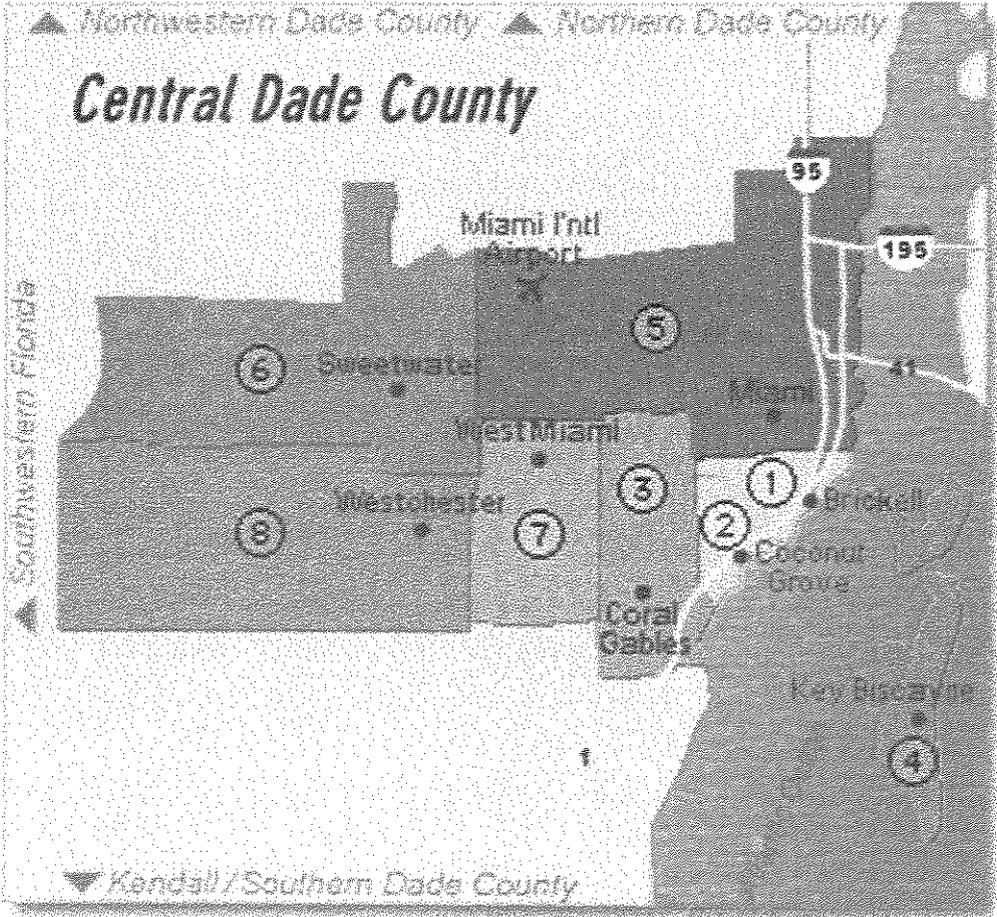
LOCAL DE RESIDÊNCIA (cidades e bairros dentro dos counties)					
Miami-Dade	N	%	Broward	N	%
Aventura	4	3,7	Boca Raton	5	7,7
Bal Harbour	2	1,8	Broward	2	3,1
Coconut Grove	1	0,9	Coconut Creek	1	1,5
Coral Gables	4	3,7	Coral Springs	1	1,5
Doral	14	12,9	Dania Beach	1	1,5
Downtown Miami	11	10,1	Deerfield Beach	6	9,2
Hialeah	1	0,9	Fort Lauderdale	8	12,3
Homestead	1	0,9	Hollywood	4	6,2
Kendall	16	14,7	Lauderhill	2	3,1
Miami	7	6,4	North Lauderdale	2	3,1
Miami Beach	22	20,2	Pembroke Pines	1	1,5
North Bay Village	10	9,2	Pompano Beach	30	46,2
North Miami	9	8,3	Sunrise	2	3,1
North Miami Beach	2	1,8			
North West	1	0,9			
South Beach	2	1,8	Total	65*	100,0
Sweetwater	2	1,8			
Total	109*	100,0			

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

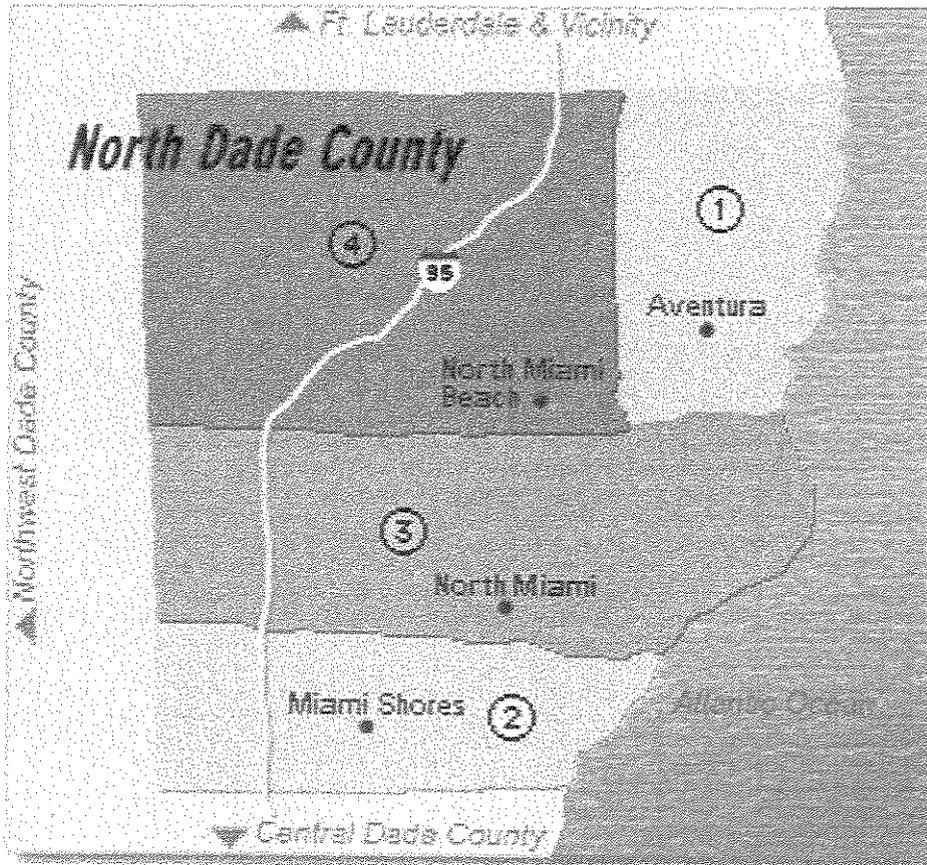
* Total de casos válidos – Aqui se contabilizam 174 casos válidos (109 + 65) porque os residentes em Titusville e “Flórida” não estão fazendo parte desta tabela mais detalhada.

Os mapas que se apresentam a seguir têm por finalidade oferecer ao leitor uma maior percepção dos dados representados na tabela 17, especialmente por detalhar melhor quais regiões, cidades, ou distritos, estes counties englobam. Não bastasse a confusão que a administração dos counties já provoca entre os brasileiros, a subdivisão destes, quando muito complexos – no caso, o county de Miami-Dade – só vem a acrescentar o nível de especificidade possível em relação à residência destas pessoas por um lado, e a “confusão” gerada por outro (o condado de Miami-Dade é subdividido em West Dade, North Dade, Central Dade, South Dade, Northwest Dade, e a ilha de Miami Beach ao leste, que representaria o “East-Dade”). Nesta representação cartográfica mais detalhada, poderão ser localizados os pontos de residência declarados pelos entrevistados, apresentados na tabela 17. Evidenciam-se também alguns pontos conhecidos e “famosos” de Miami, como a própria cidade de Miami Beach (que é uma cidade à parte de Miami, como visto), Key Biscane, Coral Gables, Bal Harbour, etc...

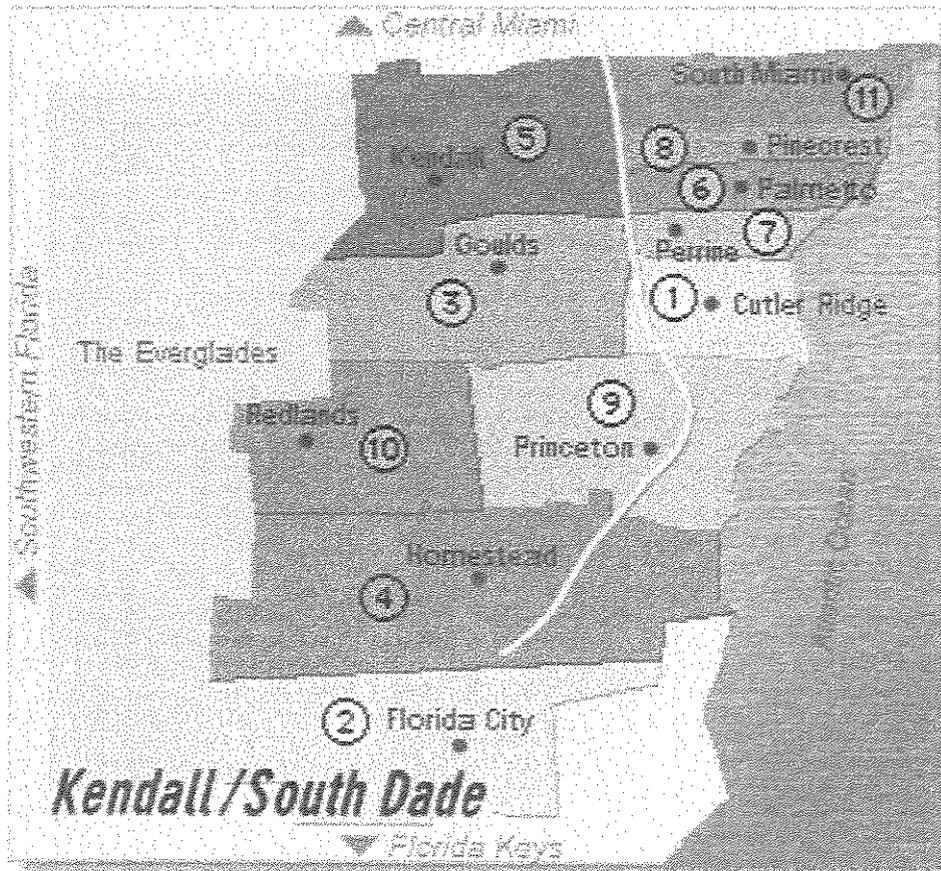
Miami-Dade County



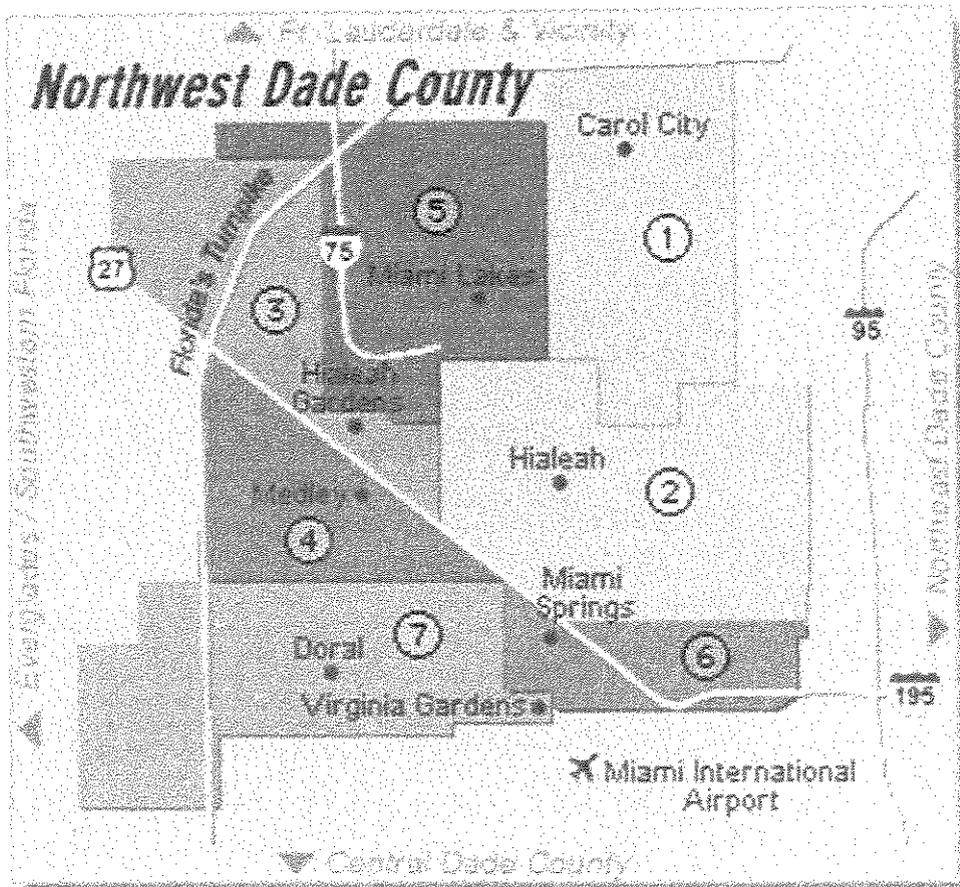
Mapa 3: Central Dade (Miami-Dade county)



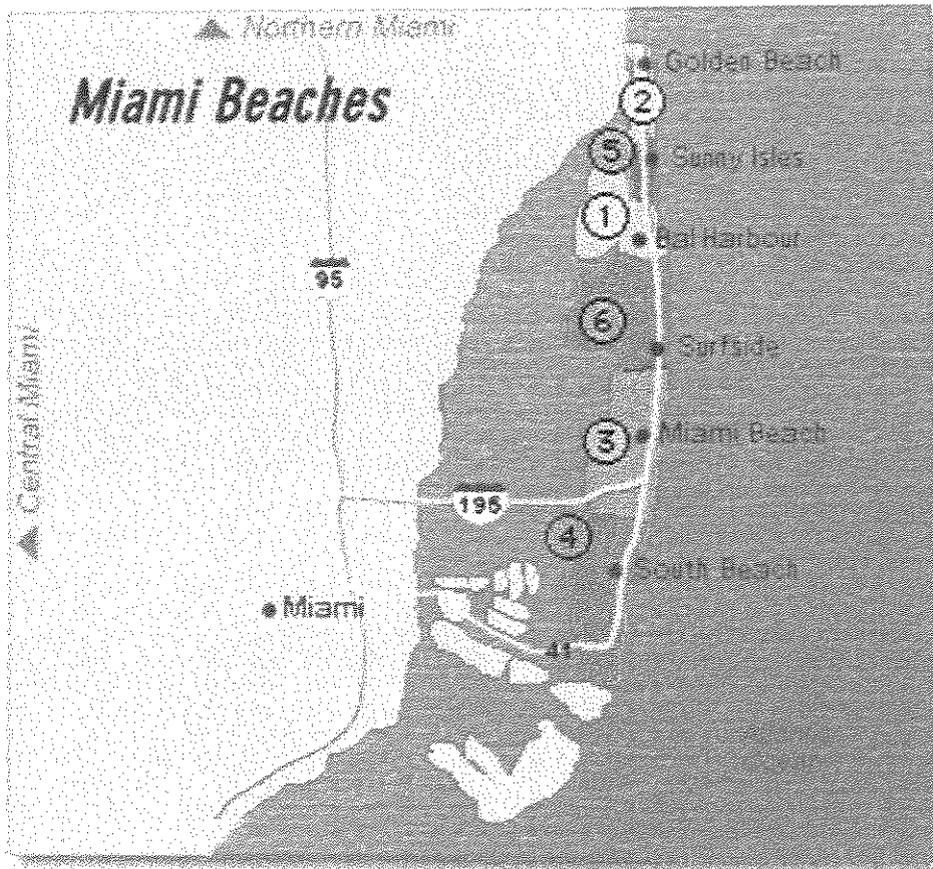
Mapa 4: North Dade (Miami-Dade county)



Mapa 5: South Dade (Miami-Dade county)

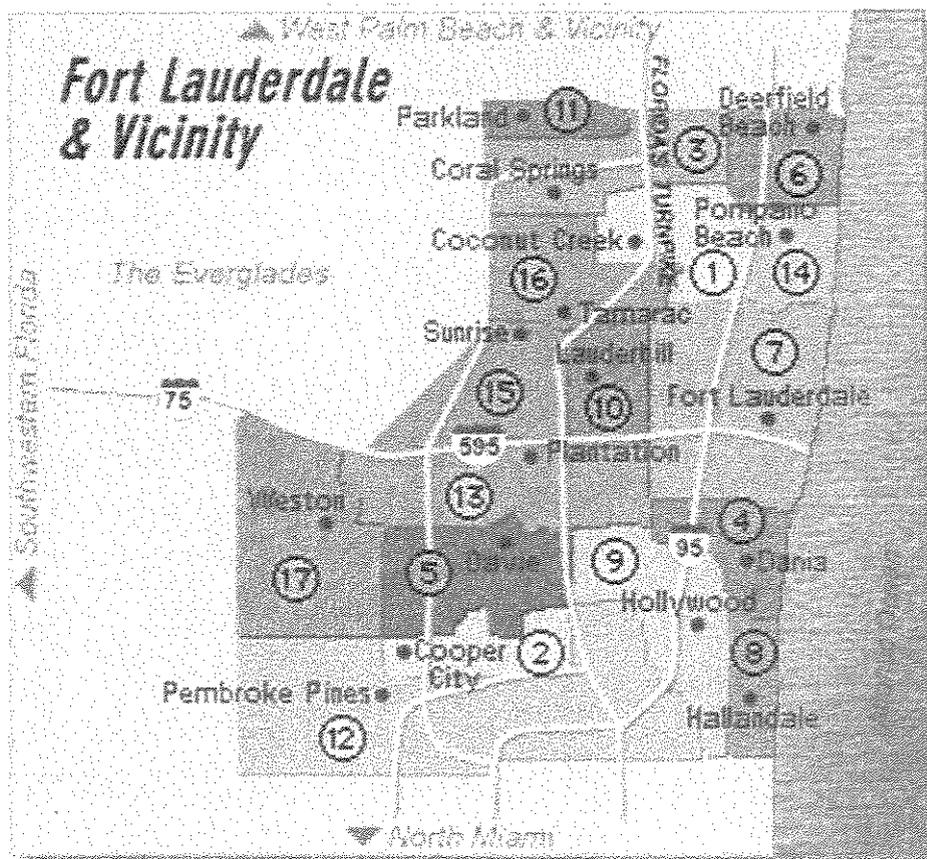


Mapa 6: Northwest Dade (Miami-Dade county)



Mapa 7: Miami Beach (Miami-Dade county)

Broward County



Mapa 8: Broward County

Além da cidade de Pompano Beach, Miami Beach é uma outra cidade que também possui um certo “estigma” entre os brasileiros que vivem na região estudada. Como visto, Miami Beach é um local de grande concentração de

brasileiros, uma cidade que se destaca pela população brasileira dentro do county de Miami-Dade. O interessante, contudo, nesta relação de “estigmas”, é a atribuição que os demais brasileiros residentes em outras localidades – e em especial na região de Broward – fazem àquela cidade. Segundo esta visão imaginada, Miami Beach abrigaria uma população majoritariamente carioca, que teria escolhido morar naquela cidade justamente pelas possibilidades de lazer e praias que a cidade oferece – mesmo que o custo de vida lá seja mais elevado – e, como consequência, agruparia também os brasileiros mais “folgados” de Miami. Interessante notar, sobretudo, que esta imagem dos brasileiros de Miami Beach é muito enfatizada entre aqueles que moram em Broward, os tais dos “brasileiros pobres” que, por sua vez, se autovalorizam afirmando que o objetivo deles na migração para aquele país é trabalhar, se auto-avaliam como trabalhadores muito sérios e fiéis (*hard-workings*), em contrapartida justamente àqueles da ilha (Miami Beach), os tais “cariocas”.

É muito interessante toda a série de reconstruções espaciais re-elaboradas pelos brasileiros em Miami, e que possuem como embasamento, características de classe e regionalismos adquiridos ainda aqui no Brasil. Na visão destas pessoas, toda esta região estudada está recortada com representações muito brasileiras dos espaços sociais (e não com os recortes da sociedade norte americana, que são muito fortes também, por sua vez). Assim, a Brickell (é uma avenida em Miami que seria o equivalente à Avenida Paulista em São Paulo, onde concentram-se muitos bancos e grandes negócios empresariais – ver mapa 3) é o local dos brasileiros ricos de Miami, muito consagrada por ser ali o local do apartamento do Lalau, fato este que os brasileiros que ali residem não se cansam de relatar como um dos grandes exemplos de corrupção e falência do Brasil (apenas um dos muitos...). Negócios empresariais brasileiros como o Andrade & Correa também estão na Brickell, e representam o poder de um Brasil desigual do qual estes outros brasileiros, a maior

parte dos entrevistados nesta pesquisa, tanto se ressentem. Por outro lado, Pompano Beach representa um imaginário da periferia (se déssemos prosseguimento a nossa comparação à cidade de São Paulo) do imigrante “comum”, desqualificado, “pobre”, a imagem não rara que os demais brasileiros fazem de seus conterrâneos, tão migrantes quanto eles – mineiros. Miami Beach, por sua vez, fica com a porção carioca deste regionalismo e, como conclusão quase imediata desta relação, a idéia de “malandragem” e “folga” se acopla quase naturalmente a esta situação.

Se buscarmos através dos questionários a representação imaginada destas pessoas de acordo com o local de residência e o local de origem dos mesmos, temos uma correlação que se verifica, porém não com tamanha ênfase e, muito além disto, certamente não com esta mesma condição estereotipada de valores atribuídos. A presença de naturais da cidade do Rio de Janeiro na cidade de Miami Beach, por exemplo, de fato soma a maioria dos brasileiros que ali residem: 22,7% entre o restante da população que é muito abrangente de acordo com seus estados de nascimento (22 estados). Apenas para se ter uma idéia, em termos de quantidade, a cidade brasileira seguinte que possui naturais residindo em Miami Beach é Salvador, e que corresponde a somente 9,1% da população de brasileiros ali residentes. Todas as demais representam apenas 4,5% ou menos dentre os brasileiros que vivem em Miami Beach. E isso em se tratando de cidades, pois o estado do Rio possui uma representação ainda maior (27,3%).

A questão, contudo, não está na comprovação ou não de um maior número de brasileiros cariocas vivendo em Miami Beach ou de mineiros em Pompano. O que dá uma grande complexidade a estes fatos que até podem se comprovar estatisticamente ou não, é o imaginário que vem atribuído aos mesmos. É como se existisse um “mini-Brasil” na região, cada qual com seus lugares devidamente

marcados, nos devidos imaginários regionais e de classe. Muitas estórias são contadas em relação a este estigma, de uma maior presença carioca vivendo na ilha de Miami Beach, por exemplo. Segundo a idéia dos brasileiros que vivem em Miami e no sul da Flórida como um todo, os cariocas valorizam muito o fato de residirem em Miami Beach, pois apreciam demais a possibilidade de morarem em um local que lembra muito o Rio de Janeiro, especialmente por ser esta cidade-ilha cercada de mar por todos os lados – não somente mar, mas mar com praias – e onde se concentram os maiores hotéis e atividades que exploram o turismo de praia de Miami. Esta valorização pode até ser verdadeira, entretanto, isso não significa que os brasileiros de Miami Beach trabalhem mais ou menos que os de Pompano, poderia inclusive ser sugerido o contrário aqui, uma vez que, no dia a dia de minha pesquisa de campo, pude comprovar a orla marítima de Miami Beach repleta de trabalhadores brasileiros tão “*hard-working*” quanto os de Pompano. Porém estas atribuições regionais são re-estabelecidas em solo estrangeiro quase que com naturalidade pelo meio brasileiro na região.

Sendo assim, Miami Beach é dos cariocas, enquanto Pompano é território mineiro.

VI. CIDADE DE POMPANO BEACH: E VALADARES VAI TAMBÉM À FLÓRIDA

Como vimos, a cidade de Pompano Beach é a cidade do condado de Broward que mais possui residentes brasileiros. Entretanto, muito mais que uma questão numérica, esta cidade surpreende por ser como que um verdadeiro pedaço do Brasil incrustado na Flórida. Literalmente.

Referindo-se à Boston, Soraya Fleischer afirma que: *“as vezes, eu passava dias só falando português e esquecia que não estava no Brasil”* (Fleischer, 2002:70), e Teresa Sales, referindo-se a esta mesma região (Grande Boston) relata que: *“peço uma coxinha de galinha e um suco de caju (...) ao sair novamente à rua, apesar do frio de outono daquele final de tarde apressado em escurecer mais cedo, me sinto brasileirinha da silva. Tão brasileira depois daquela coxinha de galinha e daquele suco de caju, que estranhei quando, na rua, me deparei com dois autênticos nativos conversando em inglês.”* (Sales, 1999:47). Acredito que, todo pesquisador(a) que tenha dedicado sua análise à questão dos brasileiros no exterior, tenha em algum momento sentido algo semelhante ao que estas duas pesquisadoras relataram. Comigo, este mesmo fato ocorreu em Pompano.

Ainda recém-chegada à Miami, já nos meus primeiros dias na cidade, como estava consciente de que meu tempo era bastante curto, e que em meio ao tempo dedicado à pesquisa "formal" ainda iria fazer vários "bicos", saí em busca, tão logo desfiz as malas, de pessoas que pudessem ser meus primeiros entrevistados nesta pesquisa. Não foi difícil achar brasileiros naquela cidade, de fato, no próprio hotel em que eu passei os meus primeiros dias em Miami haviam dois, um que trabalhava como "handy-man" e o outro como vigia noturno no turno da madrugada. O difícil, contudo, foi achar brasileiros dispostos a serem entrevistados, ao menos no início. Ao localizar os primeiros brasileiros que fui conhecendo, embora eles se recusassem a me dar entrevista ou mesmo preencher um simples questionário, ao saberem da razão da minha presença naquela cidade, grande parte logo me indagava, num misto de surpresa e ironia: "O que você está fazendo aqui em Miami? Você tem que ir à Pompano!". Em parte para fugir da possibilidade que eu lhes estava dando de preencher um questionário, em parte para tentar me ajudar na pesquisa, foram tão repetidas vezes que eu ouvi frases e sugestões como esta, que eu passei a reconsiderar o recorte inicial proposto nesta pesquisa, e visualizar a cidade de Pompano Beach como um local "estendido" de análise.

Entretanto, a dimensão da presença brasileira naquela cidade se revelou de forma mais concreta para mim quando, após participar de uma missa católica e de um culto evangélico²², ambos brasileiros, vi que grande parte daquelas pessoas que estavam em Miami assistindo tais celebrações religiosas moravam, de fato, em Pompano Beach (ou cidades muito próximas, como Deerfield Beach, também no condado de Broward). Eram muitas as pessoas nesta situação. Após algum tempo em Miami então, quando já estava estabelecida e tomando consciência cada vez mais da situação brasileira naquela região, fui realmente à Pompano Beach, verificar tudo isso com meus próprios olhos.

Cheguei a ir quatro vezes a esta cidade, sendo que em uma destas vezes, eu passei quinze dias “morando” lá. Mas certamente, a primeira vez em que estive no local foi a mais “impactante” de todas. Pompano é uma típica cidade americana de pequeno porte, onde é praticamente impossível sobreviver sem carro. Em Miami, apesar da precariedade habitual norte americana em termos de transporte público, é possível se locomover para todos os locais necessários, com uma boa dose de paciência e muita espera. Em Pompano Beach, nem mesmo com muita paciência e espera se consegue a mobilidade

²² A celebração católica dizia respeito a uma missa de final de ano. Já a evangélica, tratava-se de um culto habitual do todo final de semana.

desejada. Mais uma vez, só foi possível para mim a mobilidade necessária para poder realizar esta pesquisa na cidade através da “boa vontade” e “gentileza” de outros brasileiros que me davam carona de um lugar a outro. Mais uma vez, a tão contraditória “solidariedade” do imigrante tomando o papel principal deste cenário....

Pompano Beach é uma cidade cercada praticamente por quatro largas avenidas (East Atlantic Blvd, Federal Highway, Sample Road e Hillsboro) que fazem o contorno principal da mesma. Ao entrar na cidade vindo de Miami, a primeira coisa que nos chama atenção é justamente a inundação das cores verde-amarela que se estende por toda uma destas avenidas principais, a Sample Road. Dezenas de estabelecimentos comerciais brasileiros, como a Padaria 2000, o Meat Market (todo enfeitado de verde e amarelo), o Brazilian Fashion, a padaria Pão de Minas, o Feijão com Arroz Brazilian Rodízio, o Brazil Mart supermercados, e uma infinidade de outras lojas que fazem alusão ao Brasil, seja através do nome ou das cores da bandeira, se espalham por esta avenida. Logo ainda no começo desta mesma entrada da cidade (a Sample Road), nos deparamos com algo ainda mais expressivo da “força” da influência brasileira neste local: um enorme outdoor, localizado em cima de uma loja norte americana, inteiramente escrito em português! **“Promoção Uno – Segura que o**

carro é seu: A chance de ganhar um Kia Rio está nas suas mãos. Ligue 800.358.6652”

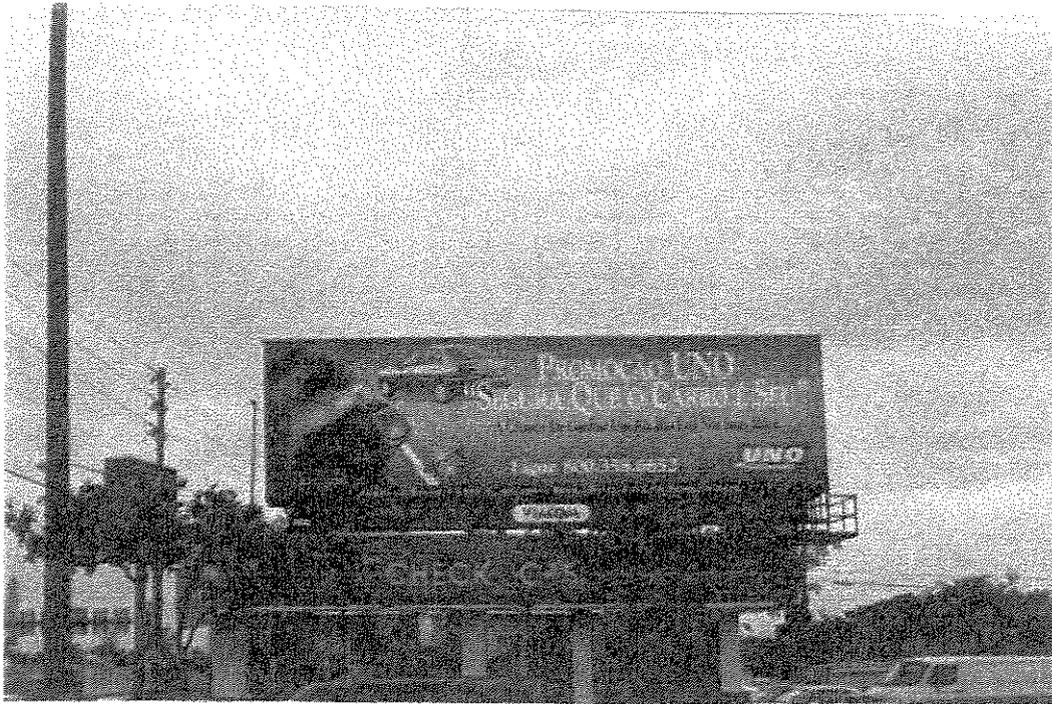


Foto 1: Pompano Beach: Outdoor de uma promoção de uma agência de remessas de valores escrito em português.

Ao entrar naquela cidade, cercada de letreiros em português, decorada em tons de verde e amarelo, e exibindo outdoors em português, a sensação que tive foi exatamente esta descrita pelas pesquisadoras citadas acima. A de estar no Brasil! Em Pompano Beach, pode-se entrar em uma padaria para pedir broa de milho, ou um misto quente na chapa, tal qual se pede aqui no Brasil. Pode-se ir ao supermercado e fazer as compras,

não só em português, como também dos produtos brasileiros, desde os industrializados - que as outras lojinhas do ramo também vendem - até pertences para feijoada, produtos de limpeza e higiene brasileiros (sabão de coco, bombril, leite de rosas, por exemplo), e até mesmo filtros de barro, velas de Nossa Sra. Aparecida, São Judas Tadeu ou Santo Expedito. Às três da madrugada, pode-se ir até a loja de conveniência da esquina, e comprar coxinhas para matar a fome e embalar a conversa que se estendeu pela noite, exatamente como ocorreu em um dos meus dias lá. Ao final de um dia de trabalho, pode-se pedir uma pizza brasileira pelo telefone, ou então ir a um dos diversos restaurantes brasileiros da cidade, seja para comer um churrasco, ou apenas para ficar bebericando uma Antártica com os amigos no balcão de um bar, acompanhado de coxinhas, esfihas e kibes. Pode-se, inclusive, participar de um sorteio de uma agência de remessas, sem depender de uma só palavra em inglês, e ganhar um carro Kia Rio (não poderia haver um carro com um nome mais sugestivo, não?).

Pode-se, em suma, viver no Brasil, fora do Brasil!

Quando se está em Miami (leia-se Miami-Dade) muito se ouve falar de Pompano Beach. Tanto, a ponto de Rosana Resende, uma pesquisadora da Florida University, que também desenvolve trabalhos sobre os brasileiros no sul da Flórida (Resende, 2002) demarcar uma clara distinção entre estes dois counties (Miami-Dade e Broward). Como colocado acima, a cidade de Pompano Beach, para os demais brasileiros de outros locais daquela região, é imaginada como um “nicho” de agrupamento de mineiros (especialmente os de Governador Valadares e entorno) e, grande parte em consequência deste próprio fato, uma cidade que congregaria os brasileiros mais pobres, mais “sem classe” – observe-se o uso deste termo – mas “ignorantes”, etc.... Esteriótipos e associações preconceituosas à parte, de fato há sim uma distinção – ao menos em relação à concentração de pessoas e da própria cidade – entre estas duas localidades, que mais corretamente falando, designariam estes dois counties, como bem aponta Resende²³.

Em minha interpretação destas diferenças, Miami (Miami-Dade) parece pertencer à América Latina, enquanto Pompano Beach (Broward), parece pertencer ao Brasil. Antes de qualquer outra associação, seja ela de classe, nível educacional, situação de regularidade, ou quaisquer outras distinções que possa haver entre estes dois lugares, a primeira, a que mais se destaca a olhos nus, é exatamente esta. Pompano é uma cidade, ao meu ver, essencialmente brasileira.

Entretanto, assim como as “atribuições cariocas” legadas à Miami Beach parecem corresponder, grande parte, a uma ponta de verdade cercada de exageros e obscurecida por inúmeros pré-conceitos trazidos do Brasil, da mesma forma Pompano Beach parece comungar desta mesma relação. Os dados colhidos em nossa pesquisa, por exemplo, trazem à tona algumas questões bastante relevantes.

²³ Em seu trabalho, Rosana Resende faz uma clara distinção entre os dois counties em questão, coisa que não será feita da mesma forma aqui (Resende, 2002).

Quanto a um maior número de brasileiros naturais do estado de Minas Gerais, por exemplo, é interessante observar como esta imagem não se comprovou de forma concreta na pesquisa. Ao menos não nas proporções atribuídas pelos brasileiros que ali residem. Dos 30 brasileiros que habitavam em Pompano Beach no momento da pesquisa, apenas 7, ou seja, 23,3% eram naturais do estado de Minas Gerais. Contudo, este mesmo número de habitantes (7 indivíduos) também residentes em Pompano, foi encontrado entre aqueles naturais do estado do Rio de Janeiro. E em relação ao estado de São Paulo, 5, destes 30 habitantes de Pompano “recenseados” por esta pesquisa eram paulistas. Portanto, a princípio, de acordo com os dados coletados em campo, não se poderia estabelecer diretamente uma “hegemonia mineira” na cidade, tal qual as estórias contadas pelos próprios brasileiros da região fazem crer. Se agrupadas, as cidades vizinhas de Pompano Beach e Deerfield Beach (ver mapa 8: Pompano Beach é o nº14 e Deerfield Beach é o nº 6) que, como dito, são tão unidas quanto dois bairros vizinhos de uma cidade brasileira, teremos uma proporção um pouco mais alta, tal qual a apresentada na tabela abaixo (tabela 18): de um total de 36 residentes entre estas duas cidades, 10 pertenciam ao estado de Minas Gerais, ou 27,8% do total de brasileiros representados nesta pesquisa (para ambas cidades). Curiosamente, o estado seguinte em quantidade para as cidades de Pompano Beach/Deerfield Beach é, mais uma vez, o estado do Rio de Janeiro, com 22,2% do total. Pode-se dizer, portanto, que de acordo com os dados colhidos em campo, existe uma maioria de mineiros residindo no quadrilátero de Pompano Beach (englobando também a cidade de Deerfield Beach), mas este dado, por outro lado, não justifica tamanha contextualização da cidade nos termos atribuídos pelos demais brasileiros da região.

TABELA 18

Local de Residência dos imigrantes brasileiros entrevistados (cidades de Miami Beach e Pompano Beach) por Local de Nascimento (estados) – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

ESTADO DE NASCIMENTO* ¹	LOCAL DE RESIDÊNCIA				Total
	MIAMI BEACH* ²		POMPANO BEACH* ³		
	N	%	N	%	
Alagoas	1	3,8	-	-	1
Amazonas	-	-	1	2,8	1
Bahia	2	7,7	1	2,8	3
Espírito Santo	1	3,8	4	11,1	5
Minas Gerais	2	7,7	10	27,8	12
Paraná	2	7,7	-	-	2
Pernambuco	1	3,8	3	8,3	4
Rio de Janeiro	6	23,2	8	22,2	14
Rio Grande do Norte	1	3,8	1	2,8	2
Rio Grande do Sul	1	3,8	1	2,8	2
Santa Catarina	2	7,7	-	-	2
São Paulo	4	15,5	6	16,6	10
Sergipe	1	3,8	-	-	1
Não respondeu	2	7,7	1	2,8	3
Total	26	100,0	36	100,0	62*⁴

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

*1 Os estados do Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí e Rondônia não estão representados nesta tabela pois, apesar de haver naturais destes estados que fazem parte desta pesquisa, nenhum destes moram em nenhuma destas duas cidades americanas acima referidas.

*2 Engloba North Miami Beach e South Beach, pois estas duas regiões apontadas pelos entrevistados fazem parte da cidade de Miami Beach (de acordo com o que foi apresentado no mapa 7).

*3 Engloba as cidades tanto de Pompano Beach quanto de Deerfield Beach (ver mapa 8).

*4 Total de casos válidos

Dentre estes 27,8% de mineiros residindo entre estas duas cidades, o mais interessante a ser avaliado talvez esteja na condição de origem destes emigrantes de acordo com as cidades mineiras a que pertencem. Grande parte destes mineiros de Pompano Beach/Deerfield Beach provém de cidades mineiras ao redor de Governador Valadares ou de Valadares em si. Para sermos mais precisos, destes 10 mineiros que ali residem, 7, ou seja, 70% do total de naturais deste estado, são de Governador Valadares e região. Mais interessante ainda, dentre estes 10 mineiros habitantes de Pompano Beach/Deerfield Beach, 80% (8 indivíduos) já haviam morado em outras cidades dos EUA – e aí temos um destaque especial para a região de Boston, em Massachusetts; e Newark em Nova Jersey – e, portanto, escolheram esta região da Flórida como uma segunda migração (interna, desta vez) dentro do próprio país de destino.

Ao entramos em uma padaria da cidade de Pompano Beach, na parede central da mesma, em meio a centenas de folhetos de propaganda e papeizinhos com mensagens sobre empregos, aluguéis e dezenas de outras informações destinadas à comunidade brasileira, destaca-se no topo da parede uma foto da cidade de Governador Valadares, dando forma e legitimidade a esta construção de que Pompano é uma cidade brasileira nos EUA “essencialmente mineira”, e além de mineira, “valadarense” (ver foto nº 2 abaixo).

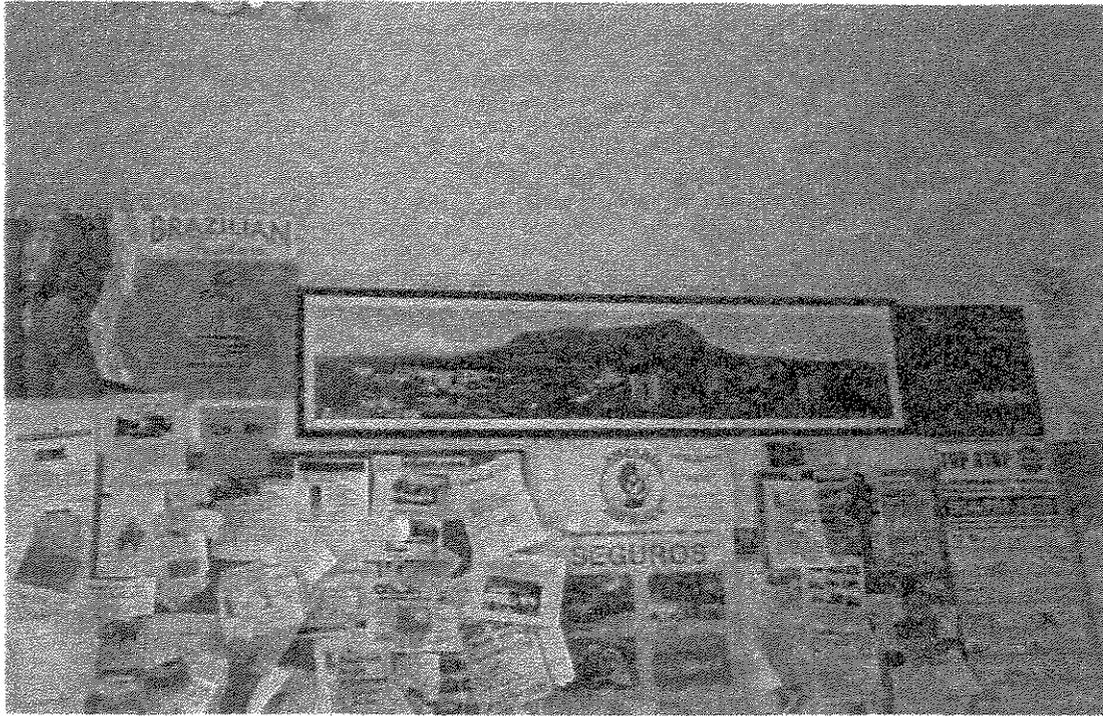


Foto 2: Pompano Beach: Padaria brasileira com a foto de Governador Valadares na parede central. Note-se o panfleto à esquerda da foto, uma propaganda do “Brazilian jeans” (muito valorizado entre os brasileiros e pela sociedade norte americana em geral), a exploração da sempre recorrente “sensualidade brasileira”.

Os mineiros também são um dos maiores proprietários de pequenos estabelecimentos na cidade. Tal qual esta padaria acima descrita, outros empreendimentos como lojas de remessa de valores, lanchonetes, lojinhas de produtos brasileiros, pequenas lojas de roupas e salões de manicure/ cabeleireiro, etc.... também são de propriedade de mineiros. Talvez estes fatores, mais do que a quantidade de pessoas vindas de Minas Gerais em si, sejam os responsáveis maiores pelo imaginário da cidade de Pompano Beach como um reduto de mineiros entre os brasileiros do sul da Flórida, em contraposição com a cidade de Miami (Miami-Dade).

Rosana Resende, em sua pesquisa sobre brasileiros no sul da Flórida, descreve também o condado de Broward (Pompano Beach) como possuidor de algumas especificidades em contraposição à Miami (Miami-Dade). O grande número de empreendimentos brasileiros, sem dúvida é, mais uma vez, destaque em suas observações, da mesma maneira que o foi no levantamento elaborado por esta pesquisa aqui (Resende, 2002; Suarez, 2003). Por isso mesmo a minha alusão de que Pompano Beach poderia ser pensada como uma cidade brasileira nos EUA, enquanto Miami, inclusive por ser esta uma cidade metrópole, muito mais cosmopolita e diversificada, pode ser vista como uma cidade latina nos EUA, da qual participam também os brasileiros. Este “domínio” de empreendimentos brasileiros em Pompano pode ser observado pela simples soma matemática de que, uma cidade dezenas de vezes menor que Miami possui em seu conjunto um maior número de empresas brasileiras do que a segunda. Entretanto, os tipos de empresa que esta cidade possui também se diferenciam muito das empresas brasileiras sediadas em Miami, outra característica que serve como argumento para a diferenciação e, por vezes, “discriminação” entre estes dois locais. *“É importante aqui discernir que há muito mais negócios e serviços de brasileiros em Broward County do que em Miami-Dade. Em Pompano Beach, por exemplo, há no mínimo dois shoppingzinhos (strip malls)²⁴ dedicados ao público brasileiro. Os negócios lá não incluem apenas supermercados e padarias, mas também lojas de roupas e de artigos religiosos, companhias de seguros, salões de beleza, escritórios de advocacia, agências de viagem e empresas de remessa de dinheiro. Eu não encontrei nenhum conglomerado deste tipo em Miami-Dade, nem ninguém com quem eu falei para saber a respeito de um, encontrou. Em Broward eu também encontrei ‘centros de ajuda’ (‘help centers’), tipos de lojinhas (one-stop shops) para*

²⁴ Veja fotos destes “strip malls” – pequenos shopping centers de rua – no Anexo 5.

brasileiros que estejam precisando de assistência. Nestes centros, equipes de trabalho formadas por advogados, contadores, especialistas em imigração e legislação do estado (immigration experts and real estate) e corretores de seguros servem à comunidade brasileira. Mais uma vez, não encontrei nada parecido em Miami-Dade. Uma outra indicação da presença brasileira em Broward está na primeira produção Latino Americana a ser apresentada no Broward Center, pela primeira vez em sua história, e que foi uma peça brasileira, Melodrama, em junho de 2001.” (Resende, 2002:12)

Para além desta maior concentração de empresas brasileiras em Pompano Beach (Broward county), ou a suposta majoritária concentração de mineiros na região, outra característica atrelada ao local está na idealização – muito em consequência desta atribuição “mineira” à cidade – de que Pompano Beach (também Deerfield Beach) é um local que concentra brasileiros mais pobres, menos cultos, mais desclassificados, e assim por diante. Como colocado acima, assim como Miami Beach seria o local dos “brasileiros mais folgados”, dada a uma provável maior concentração de cariocas, Pompano Beach seria o local dos “brasileiros mais pobres e ignorantes” dada, grande parte, a esta suposta maior concentração de mineiros. Eu, particularmente, tendo a discordar desta cisão estabelecida entre os counties. Existe sim, de fato, uma cisão muito grande entre os brasileiros que residem no sul da Flórida e que, como colocado na introdução deste trabalho, foi uma das apreensões mais significativas que esta pesquisa diagnosticou. Mas eu atribuo esta cisão a uma situação de classes entre os brasileiros do sul da Flórida, que embora esteja por vezes muito vinculada a esta diferenciação entre estes dois counties, extrapola, e muito, a mera representação geográfica ou regional. Dito de outra forma, embora haja de fato uma certa discriminação entre os brasileiros de Miami-Dade com relação a seus patrícos de Broward, estas classificações de “níveis de brasileiros”

não se restringem ao county de residência destas pessoas, e sim às suas condições de classe social, sobretudo. Este é, sem dúvidas, o grande recorte entre os brasileiros do sul da Flórida, embora outros recortes dêem ênfase e argumentos para a justificação deste diferencial de classes, como a própria questão de regionalismos. Entretanto, a condição fundamental que distingue brasileiros “com classe” de brasileiros “desclassificados”, está exatamente nesta palavra: classe, que se dissolve nos mais variados trejeitos e vocábulos: gentinha, baixo nível, mineirada, caipiras, povinho, gente ignorante, Zé mané, da roça, povão, sem cultura, sem classe, etc,etc, etc.....

Se grande parte deste “povão”, como assim se referia um de meus entrevistados, está realmente em Pompano Beach ou não, é difícil saber. Acredito que o “povão” está distribuído de forma bastante igualitária entre estes dois counties, mas o diferencial maior, talvez, entre Miami-Dade e Broward está no fato do primeiro abrigar também, juntamente com este “povão”, um grande número de brasileiros abastados e de classe média, empresários e profissionais bem sucedidos em situação regular nos EUA, mais do que na ausência de “povão” neste condado. Mais do que isso, o “povão” brasileiro também, no caso de Miami-Dade, fica bastante dissolvido entre os demais latinos, que recebem igualmente nomenclaturas depreciativas como esta (povão), enquanto que em Pompano (Broward), o “povão” é visivelmente brasileiro. Abordaremos este ponto com mais detalhes a seguir, pois este é justamente um dos pontos nevrálgicos deste estudo.

Algumas frases citadas por Rosana Resende nos confirmam estes dados coletados em campo, que atribuem à Pompano Beach a qualidade de uma cidade mais “baixo nível”. Em seus estudos, Resende relata, de acordo com a visão de seus entrevistados: *“Conversas com brasileiros de Miami-Dade realmente me levaram a acreditar que existe uma dicotomia entre estes dois counties (...)”. Mais que isso, o*

mercado brasileiro em Broward tem negócios regulares e estáveis durante o ano todo, me disseram, porque seus clientes indocumentados não podem viajar para o Brasil durante o período de férias". (Resende, 2002:13-14). Descreve ainda a percepção horrorizada de uma de suas entrevistadas que, indo à Pompano no intuito de encontrar um pedacinho do seu país de origem, deparou-se com um Brasil de "baixo nível", onde esta, ao presenciar homens que andavam sem camisa em um restaurante, desabafa chocada à pesquisadora que, ao ir à Pompano para encontrar um pedacinho do Brasil, ela até acha que encontrou, mas não o *seu* Brasil ("*I went up there to find a little piece of Brazil.... I guess I did, but not my Brazil*", op Cit, 2002:14 – negrito da autora).

Acredito, contudo, que muitas destas idealizações constituam elaborações exageradas – quando não mitificadas – a exemplo do que Teresa Sales (1999) denominou de "o mito do roceiro" para o grupo brasileiro residente na Grande Boston. Semelhante situação se verifica no sul da Flórida, especialmente com relação a estes "novos regionalismos" criados em solo norte americano.

Segundo esta autora, a forte queda de status enfrentada pelos emigrantes brasileiros nos EUA – que, como visto, de acordo com o nível educacional e profissional dos mesmos os colocava em uma situação de pretensa "superioridade" dentro da sociedade brasileira – favorece a criação de novos padrões de classificação social no interior do grupo, uma vez no país de destino. Em outras palavras, ao emigrarem, estas pessoas sofrem uma abrupta queda de *status* social ao se depararem todos, igualmente, ocupando postos rebaixados no mercado de trabalho: faxineiras, garçons, etc... Assim, estes, já em território norte americano, forjam determinadas outras formas e critérios de avaliações sociais. Ou seja, se ele, uma pessoa de nível educacional minimamente secundário (não raro, com formação

superior), encontra-se lavando pratos tal qual um brasileiro com primeiro grau, começam a se estabelecer novas ordens de classificações sociais, quase como um “mecanismo de defesa” e de diferenciação – sobretudo – que justifique aquele nivelamento de *status* entre pessoas que, no Brasil, possuíam lugares bastante diferentes de classificação e *status* social. No local, portanto, de posições claramente demarcadas que possuíam dentro da sociedade brasileira com relação ao *status* destas pessoas, nos EUA, novas formas e situações são criadas, na tentativa de manter este diferencial e esta pretensa “superioridade”. Assim: “*A constatação é de que lá [nos EUA] eles estão todos no mesmo barco. Desde os que vieram da roça até os doutores, todos estão fazendo os mesmos trabalhos braçais. (...) Como fica então o sentimento de superioridade, que é o outro lado da moeda do fetiche da igualdade, quando confrontado com uma situação real em que o brasileiro já não tem um ‘outro’ mais embaixo em que se apoiar? Diante da não-alteridade com um ‘outro’ inferior, o imigrante brasileiro (geralmente oriundo da classe média) cuidou de criar esse ‘outro’ imaginário. Um dado que foi ficando cada vez mais intrigante nas minhas entrevistas era a referência constante a um tipo de imigrante que os meus entrevistados diziam constituir uma grande proporção dos imigrantes brasileiros naquela região. Era o imigrante roceiro, saído das grotas de Minas Gerais, aquele que não havia antes sequer visto um avião em sua vida e a primeira viagem já foi para os Estados Unidos. (...) Não encontrei nenhum destes roceiros. É possível que de fato tenham imigrado para aquela região dos Estados Unidos algumas pessoas saídas da roça, mas deve ser uma minoria, diante da grande maioria daqueles que vieram de cidades, já com um certo nível de escolaridade e preparo para enfrentar tamanho desafio. E concluí que esse foi um mito criado pelo imigrante brasileiro, que caiu como uma luva para sua necessidade de alteridade com um ‘outro’ imaginário e situado numa posição inferior à sua.*” (Sales, 1999:108,110,111 – grifos meus, negrito da autora).

Sales dá continuidade a sua interpretação deste fato, retomando também os estudos de Maxine Margolis em relação aos brasileiros em Nova York, onde esta, já desde 1994, havia percebido semelhante situação. “[Maxine Margolis] *observa ainda que os brasileiros estão muito mais preocupados com a divisão de classes do que os americanos, chegando a ‘criar’ uma classe mais baixa (que ela nomeia de ‘classe baixa invisível’) para justificar sua melhor situação em relação àquela classe mais baixa*”. (Sales, 1999:111 – grifos meus).

Este último dado nos interessa sobremaneira, especialmente porque nosso foco de análise aqui é a região de Miami e, neste sentido, Miami parece abrigar uma realidade muito semelhante à dos brasileiros residentes em Nova York. Já discutimos este ponto brevemente no contexto entre a diversidade de origem encontrada nestes dois locais de destino, e novamente retomamos este ponto que nos parece um fator importante na questão da diferenciação das classes sociais também. De forma geral, todo brasileiro tem uma preocupação bastante exagerada – se comparada com esta mesma vertente de preocupação dos norte americanos – em relação à situação de classes, estejam eles onde estiverem dentro dos EUA. Nas regiões metropolitanas de Miami e Nova York, contudo, diferentemente do que ocorre em Boston, a presença de uma classe abastada de brasileiros entre os próprios brasileiros de fato existe. Não estamos falando aqui de pequenos empresários brasileiros que vivem com um relativo conforto nos EUA, muito dos quais atingiram este patamar somente em solo americano, mas sim de uma classe média e alta que se “transportou” tal e qual para território norte americano. Esta realidade coloca os brasileiros residentes nestes pontos de destino frente a uma situação de classes onde eles se sentem ainda mais vulneráveis e sensíveis. A representação da matriz cultural brasileira de classes sociais, digamos assim, está presente de forma mais completa

nestas duas regiões. Retomaremos com mais propriedade estas noções em outro momento desta tese (terceira parte).

Não sem motivos, esta é uma característica cultural que está intrinsecamente ligada à nossa formação nacional, como exposto na primeira parte deste trabalho. Ao emigrarem para um novo país, estas percepções de classe os acompanham, e uma vez que fazem parte agora da escala social mais baixa daquela sociedade, estes buscam resgatar os padrões culturais brasileiros para justificarem tal quadro. Voltando ao nosso ponto, o “mito do roceiro”, ou a invenção de uma “classe baixa invisível” são subterfúgios encontrados que os recolocam em uma situação de maior conforto ao acreditarem que eles, embora executando trabalhos de baixíssimo prestígio social na sociedade receptora, não se encontram, de forma alguma, na base da pirâmide social, especialmente porque, nesta base, devem estar os negros, os caipiras, os párias inúteis aos quais Gilberto Freyre se remete ao descrever o “brasileiro típico”, que eles fazem questão de dizer que não são – e em um outro contexto social, em um outro país de destino, os hispânicos, que eles também fazem questão de dizer que não são.

Margolis aponta também a estratégia de justificar seus trabalhos desprestigiados como algo eminentemente temporário ou aventureiro e, portanto, de pouca importância na vida social daquele indivíduo. “*Os imigrantes lançam mão de vários mecanismos para conviver com sua atual situação* [de rebaixamento de status]. *Encarar seu trabalho como temporário talvez seja o mais importante deles*”. (Margolis, 1994:352 – grifo meu). Na mudança percebida com relação a esta condição de temporalidade, esta justificativa tenderia a ter, atualmente, uma menor credibilidade. Por conseguinte, a idéia de pessoas que estariam abaixo deles próprios abarca significados ainda mais densos. Para os brasileiros de Miami-Dade, acreditar

que Broward é o local, por excelência, dos desclassificados, mineiros, caipiras e incultos, os remete a uma situação particularmente cômoda. Como mecanismo de defesa, para os brasileiros em Broward, acreditar que os brasileiros de Miami-Dade são folgados e não valorizam o trabalho, razão principal pela qual os primeiros (e supostamente todos) abandonaram tudo e se mudaram para os EUA, e a característica a qual eles mais se orgulham de ter e admiram na sociedade norte americana – o orgulho de serem vistos como *hard working* na terra do trabalho – os coloca igualmente numa pretensa posição de “superioridade” frente aos demais, mesmo sabendo que não podem competir com a condição de classe dos brasileiros abastados que, de fato, residem em Dade.

A presença de uma classe empresarial abastada e de uma classe média brasileira bem estruturada em Miami (que se mantém como classe média no local de destino) evoca igualmente sentimentos de padrões culturais da matriz brasileira intercalados com padrões culturais adquiridos da matriz social norte americana. Eis a razão freqüente de muitos sentimentos ambíguos e confusos por parte desses imigrantes que lá se encontram, ao valorizarem as características de direitos e do valor ao trabalho da sociedade norte americana, ao mesmo tempo em que ainda comungam deste mesmo sentimento de superioridade/inferioridade com relação ao valor dado ao *status* e à posição social dos mesmos. Isso explica em parte – apenas em parte – o jogo de conceituações criadas (ou aumentadas exageradamente) entre estes dois counties. Explica também o porquê da admiração dos brasileiros “imigrantes típicos” com relação aos brasileiros abastados de Miami, e para os quais muitas vezes os primeiros trabalham, ao mesmo tempo em que repudiam a falta de consideração e de valorização destas pessoas com relação a trabalhos mais modestos e/ou servis, ou mesmo a questão da desigualdade de direitos entre estas duas

camadas sociais, tanto dentro do Brasil quanto entre os brasileiros que residem nos EUA.

VII. INTEGRAÇÃO NA VIDA SOCIAL NORTE

AMERICANA

Quando iniciei esta pesquisa, em um momento ainda prévio ao campo, havia de minha parte algumas expectativas com relação a um quadro talvez mais eficaz e dinâmico da construção de uma “comunidade brasileira” com maior poder de ação e mobilidade em Miami e sul da Flórida, justamente pelo fato desta região possuir uma população brasileira melhor representada nos EUA, com setores de uma classe média empresarial, regularmente estabelecida no país e, portanto, com um maior poder aquisitivo e reivindicatório. Esperava encontrar, por conseguinte, diversas associações de brasileiros que, a exemplo do que pesquisas anteriores descobriram para a região de Massachusetts (Martes, 2000; Sousa, 1999; Sprandel, 2001), estariam presentes na Flórida de forma ainda mais enfática.

Os dados colhidos em campo, entretanto, negaram esta expectativa sob vários aspectos. Muitos destes aspectos, que já foram colocados na introdução deste trabalho, serão ainda analisados com maior riqueza de detalhes em itens posteriores. Outros aspectos, como a própria integração destas pessoas ao país de destino, ou a institucionalização de associações de caráter comunitário nacional – ou seja, que congregassem os brasileiros que residem naquela região – serão detalhadas neste capítulo.

1. *An American Quilt*: A importância de ser um Grupo Étnico nos Estados Unidos

Enquanto parece estar havendo na região de Boston (MA), uma maior compreensão entre os brasileiros ali radicados da importância de se institucionalizar dentro da sociedade norte americana tal qual um grupo étnico definido, esta pesquisa, contudo, não encontrou semelhante quadro ou mesmo uma intenção coletiva de tal esforço na região sul da Flórida.

A finalidade deste item reside em ressaltarmos a importância da formação de grupos étnicos dentro da sociedade norte americana, de tal forma que é desta maneira que ela se enxerga e se compreende na atualidade, estabelecendo critérios sociais, econômicos, e inclusive políticos, vigentes para os dias de hoje; e qual a correlação que isto tem com o grupo de brasileiros residentes no sul da Flórida, o que será melhor trabalhado nos itens subseqüentes deste mesmo capítulo.

De acordo com o que discutimos na primeira parte desta tese, poderíamos dizer que a nação norte americana vê-se a si própria enquanto uma “colcha de retalhos” (em inglês, uma *American Quilt*). Uma *American Quilt*, ou uma colcha de retalhos é a imagem que escolhi como metáfora para a composição americana. De tradição secular nos EUA, a colcha de retalhos na família norte americana é um dos objetos familiares mais preciosos no imaginário daquela população. Passada de mãe pra filha, como uma relíquia de família, a colcha é feita de pedaços de pano, cuidadosamente bordados, que acabam compondo harmoniosamente uma figura

muitas vezes representativa de algo significativo para aquela família em questão²⁵. Tradição também entre a comunidade *Amish* do nordeste dos EUA (interior dos estados de Nova Iorque e Pensilvânia), a colcha de retalhos é um dos objetos mais requintados e valorizados do artesanato tradicional daquele país (patchwork). Composta de vários pedaços diferentes que se unem em harmonia para formarem um todo (a própria colcha em si), a “*American quilt*” é a metáfora perfeita para simbolizar a idéia do “mito fundador” da sociedade norte americana. Em outras palavras, o mito do “*melting pot*”, que mais tarde se transformaria em uma unidade derivada de pluralismos culturais.

Sabemos que a concepção de nações tal qual as conhecemos hoje remonta a um passado bastante recente na história da humanidade. Assim como as comunidades imaginadas (“*imagined communities*”) de Benedict Anderson (Anderson, 1989), na formação das nações e dos estados-nações, há sempre de alguma forma a presença de um “mito fundador” que estrutura uma “origem comum” para determinada comunidade se organizar enquanto nação, conceituação teórica já abordada e analisada no capítulo I da primeira parte desta tese.

Nos EUA este “mito fundador” da nação americana se deu através das dimensões de liberdade, igualdade, oportunidades de sucesso (*the pursuit of happiness*) e, em uma outra vertente, do *melting-pot* (ou melhor dizendo, de uma tentativa “frustrada” de *melting pot*, que acabou se transformando num pluralismo cultural de grupos étnicos distintos).

Como vimos no capítulo III da primeira parte, o “melting” pretendido se baseava principalmente na junção das populações de origem inglesa, alemã e nórdicas, basicamente. A segunda base do “mito fundador” da nação norte americana se fundamenta na idéia de liberdade.

²⁵ Apenas a título de curiosidade, a este respeito ver o filme “*How to make an American Quilt*”, de Jocelyn Moorhouse, 1995.

O impasse principal, contudo, se liga às demais populações que ficaram excluídas, por assim dizer, desta formação ideológica dos EUA: primeiramente os negros e indígenas, e mais tarde os asiáticos e latino-americanos em geral (ou mesmo os latino-europeus). Estas, por sua vez, foram obrigadas a se posicionarem de outra maneira frente a este “*melting pot*” anglo-germânico de direitos, liberdade e justiça. Uma vez que elas não estavam presentes na participação desta nação enquanto sua estrutura idealizada, e viam seus direitos e possibilidades de participação negados durante séculos de opressão (caso especialmente dos negros e indígenas, ou nativo-americanos), a forma encontrada por essas populações para se incluírem na nação americana foi a da visibilidade política na constituição da nação, através da diferença. Ou seja, ao pretense “*melting pot*”, foram adicionadas novas cores, novos retalhos, que “pressionaram” sua participação na constituição americana através de movimentos reivindicatórios na inclusão de direitos civis e mesmo do direito de pertencer àquela nação.

Não se pretende aqui tomar uma postura de que estes inúmeros acontecimentos ocorreram de maneira pacífica ou mesmo tranqüila. Tudo isso, obviamente, encontra-se permeado de inúmeras incongruências, impasses e conflitos, difíceis por vezes de serem solucionados, e que, neste momento, não fazem parte de nosso objetivo de análise no contexto desta pesquisa. O importante aqui, contudo, não é o aprofundamento destas questões, e sim, a linha de pensamento que queremos montar para chegarmos ao nosso objetivo central novamente. Esta linha, que atravessa a tradição americana e seus mitos de fundação, desemboca na formação daquele país tal qual ele vigora hoje, fortemente estruturado na noção de grupos étnicos, que são diferentes, que sabem e se reconhecem como diferentes (não há aqui a pretensão da “igualdade” racial ou étnica como no Brasil), e que lutam entre si pela aquisição de bens, direitos e pertencimento dentro daquela

sociedade. Retalhos diferentes que buscam participar da formação e do usufruto de uma mesma colcha.

Um início idealizado harmoniosamente em uma convivência pacífica e igualitária entre brancos, digamos, entre alemães, ingleses e holandeses protestantes, por exemplo, em um espaço territorial ainda infinito a ser explorado (graças à dizimação das populações indígenas), é uma realidade muito diferente da imposta pela convivência “pacífica” e “igualitária” de populações tão diversas quanto árabes muçulmanos; italianos católicos; latino americanos de diversos países; chineses, coreanos, asiáticos os mais diversos; e negros, também estes, os mais diversos (negros caribenhos, negros norte americanos, negros africanos, etc...). Num universo de diversidades tão amplas, tão profundas, a questão do *melting pot* passa a figurar de maneira muito diferente, e até mesmo em descompasso à sua origem primeira, estabelecida num passado muito menos complexo e variado. É dentro desta esfera de atuação que se sobressalta, dentro da sociedade norte americana, a importância atual da formação de grupos étnicos, na tentativa de buscar um espaço de participação dentro daquela sociedade ideologicamente assim constituída.

Uma sociedade tal qual os EUA, alicerçada na noção de grupos étnicos diferentes lutando por uma mesma oportunidade de participação no “sonho americano” de igualdade e prosperidade, faz com que, na medida em que as mais diversas populações convivam nesta sociedade – o caso dos brasileiros residentes lá, por exemplo – estas pessoas se sintam compelidas a encaixarem-se neste modelo social vigente, até mesmo por questões de sobrevivência dentro daquela sociedade. Uma vez que “*os imigrantes são definidos a partir do sistema de classificação institucionalizado pelo Estado norte americano*” (Martes, 1998:28 – grifos meus); sobreviver naquele país significa, antes de mais nada, sobreviver ao modelo institucional norte americano, de regularização e decodificação daquela sociedade em termos de grupos étnicos. Assim, ao pensarmos em “grupos étnicos” para a

sociedade norte americana, devemos pensar não somente em formas de regulamentação e classificação de pessoas dentro daquela sociedade, mas, mais do que isto, em formas de negociação política e de inclusão social, formas de uma verdadeira política de sobrevivência naquele país. Ou como se refere Suzanne Oboler em relação às considerações que a sociedade norte americana, no caso, dá aos diferentes grupos étnicos que compõem aquele país: *“Rótulos étnicos (ethnic labels) incorporam as contradições sociais específicas que sua criação e disseminação pretendiam sufocar. É neste sentido que toda construção social, rótulos entre elas, pode ser vista tanto como referência quanto como estratégia. Rótulos são propostos de uma posição política e são usados por grupos sociais particulares de acordo com as particularidades e mudanças de valores sociais atribuídos a eles dentro de contextos específicos. Em um contexto de dinâmicas políticas (political dynamics), etnicidade, e mais particularmente rótulos étnicos, estão diretamente relacionados com a distribuição de recursos e oportunidades. Rótulos étnicos servem para dirigirem-se à práticas de inclusão ou exclusão política dos membros de um grupo da participação completa (full participation) como cidadãos de primeira classe em suas nações.”* (Oboler, 1995:xvi-xvii – grifos meus).

É precisamente neste sentido que se destaca aqui a importância de se enquadrar, de pertencer a um grupo étnico dentro da sociedade norte americana. Pertencer a um grupo dentre os diversos recortes étnicos, que a própria sociedade americana estabeleceu ao longo de sua formação, significa não só estar “encaixado” dentro daquela sociedade, mas significa também poder lutar e reivindicar por um espaço político, e por condições de igualdade de oportunidades, mesmo que retóricas. Muitos brasileiros radicados nos EUA, embora estes sejam ainda uma minoria, já se deram conta desta realidade social norte americana, e dentro dela procuram se adequar. A própria capacidade de organização destes brasileiros em

movimentos sociais e/ou associações de imigrantes já é um reflexo bastante positivo desta percepção.

Entretanto, esta questão do “enquadramento” em recortes étnicos já estabelecidos historicamente dentro da sociedade hospedeira nos leva a um outro ponto bastante controverso e conflituoso dentro da própria comunidade brasileira residente nos EUA. Em qual “rótulo” (*label*) se encaixar? Nenhum deles parece suprir as necessidades de identidade e de demarcação de diferenças culturais e étnicas que estes brasileiros trazem consigo. Muitos ainda nem sequer se deram conta desta necessidade de enquadramento, uma vez que, no Brasil, os modelos sociais tinham outras representações diversas. Não entendem porquê, dentro dos EUA, acabam sendo compelidos a se encaixarem em padrões que nada significam para os mesmos, ou aos quais refutam, conscientemente²⁶. Ser brasileiro, muitas vezes, parece ser algo “ímpar”, incapaz de ser encaixado em formatos já determinados.

Na colcha de retalhos da nação norte americana, os brasileiros não querem ser apenas um reforço demográfico entre quadros já estabelecidos e delimitados pela sociedade “mãe”. Querem, ao invés disso, compor um novo pedaço da colcha, único, com cores diferentes, com uma história diferente, com uma identidade diferente, uma presença única, diferente de todos os demais quadrados que já estão costurados à colcha. Imersos ainda em uma matriz cultural brasileira, acreditam que

²⁶ É esclarecedor, neste caso, o relato descrito por Ana Cristina Braga Martes em uma de suas entrevistas na região de Boston, onde um pai brasileiro afirma que “por duas vezes, com severidade (*in a row*) o diretor da escola do meu filho riscou a palavra ‘branco’ do campo destinado à raça e escreveu ‘hispânico’ no lugar.” (Martes, 2002:20). Para este pai de família, contudo, que continuava seguindo seus padrões anteriores de classificação brasileira, tal atitude consistia em um ato de desrespeito, preconceito e humilhação. Desconsideração, “no sentido de um insulto moral ao não ser reconhecida a identidade que o interlocutor afirma ser a sua” (citando Oliveira, 2001 – op Cit, 2002). Diversos são os relatos que se assemelham a este, onde os brasileiros se sentem pressionados pela sociedade norte americana a se definirem como algo que não lhes remete a nenhum sinal de identidade e/ou pouca afinidade cultural. As razões pelas quais estes brasileiros não se identificam com os grupos aos quais os americanos os classificam são tema para uma outra discussão, que se processará a seguir. O importante aqui é apenas destacar que esta “imposição” à grupos não reconhecidos pelos brasileiros é um dado real da sociedade norte americana, e que vale a pena ser avaliado.

(ao menos no discurso), quanto mais desenhos e cores a colcha tiver, mais bonita ela ficará.

2. Tudo, menos Hispânico!

A possibilidade de ser inserido, quase que com naturalidade, em uma estrutura previamente montada de definição de grupos étnicos pelo Estado e sociedade norte americanos parece não satisfazer o grupo brasileiro ali residente. Isto porque, em virtude de padrões já pré-estabelecidos pela sociedade hospedeira, a diferenciação étnica dos padrões atuais norte americanos incluem automaticamente os brasileiros dentro do grupo bastante amplo dos latinos, ou hispânicos, nomenclatura esta que os brasileiros, ao menos em princípio²⁷, tendem a rejeitar.

Segundo a própria definição do governo norte americano, latinos, ou hispânicos (há uma preferência na escolha destes termos de acordo com o contexto de quem os descreve e até mesmo de acordo com a orientação política de quem os usa²⁸) são pessoas de origem da América Central, da América do Sul e do Caribe, particularmente mexicanos, cubanos e porto-riquenhos (Martes, 2002; Oboler, 1995). O termo “hispânico” passou a vigorar com mais força a partir da imposição do governo americano que estabeleceu este “rótulo” étnico para classificar pessoas

²⁷ Discutiremos com maior detalhamento esta questão do “ao menos em princípio” no decorrer das análises elaboradas neste capítulo.

²⁸ A este respeito ver Martes, 2002.

de origem destes continentes (nos EUA, o continente da América do Norte é algo nitidamente separado do continente América do Sul ou Central) nas categorias de classificação racial do Censo norte americano, especialmente a partir da década de 1980.

Como bem observa Suzanne Oboler (1995), a categorização abrangente de “latinos” ou “hispanicos” para toda e qualquer pessoa nascida em território americano a partir da fronteira do México até os confins da Patagônia é algo muitas vezes repudiado inclusive por pessoas cujas origens históricas remontam um passado de colonização espanhola, e cuja língua falada é de fato o espanhol. Oboler chama a isso como a designação genérica do “Latino umbrella” (palavras da própria autora), que não satisfaz os desejos e anseios das particularidades nacionais ou mesmo regionais, religiosas, raciais, geracionais, e diversas outras que acabam sendo anuladas em face deste conceito maior de uma suposta massa latina homogênea (esta também, totalmente imaginada, no sentido de Anderson, 1989). *“O termo hispânico fracassa por não reconhecer a diversidade racial e étnica extremamente rica dos latino americanos, por exemplo, argentinos de descendência italiana, alemã ou francesa; mexicanos de antepassados irlandeses ou japoneses; cubanos de origem espanhola, libanesa, africana ou chinesa; peruanos de linhagem inglesa, russo-judaica ou inca, venezuelanos de origem polonesa ou uruguaia, brasileiros de herança coreana ou grega – as variedades são infinitas. E, logicamente, existem muitos destes latino americanos que são inteiramente ou parcialmente originados de africanos ou de índios americanos intercalados com alguma das descendências acima.”* (Oboler, 1995:xiv – citando Carl J. Mora - grifo meu).

Certamente, um cubano radicado em Miami há 30 anos sentirá que tem muito pouco ou quase nada em comum com a recente leva de imigração argentina para aquela cidade a partir de 2001, após o recente colapso econômico e político deste

país (Argentina). O oposto também é verdadeiro (argentinos tendem a se sentirem “únicos” dentro da América Latina). Os laços de solidariedade e de sentimento comum do primeiro em relação ao segundo podem estar presentes somente no que tange o fato de ambos serem imigrantes em algum momento onde seus países de nascimento atravessaram situações de crise, mas este sentimento de solidariedade e de pertencimento comum poderia também existir em relação ao cubano e um exilado chinês, por exemplo, uma vez que o papel em comum resgatado aqui é o de imigrante refugiado (seja econômica ou politicamente). Haverá certamente momentos de solidariedade e de algum tipo de partilha cultural em comum entre estes dois grupos (cubanos e argentinos), mesmo que sejam apenas no que concerne a língua espanhola. Mas isso não significa exatamente que ambos se sintam pertencentes a um mesmo segmento comum classificado de forma arbitrária pelo governo norte americano durante todo o tempo. Muito pelo contrário até. Dentro dos jogos de alteridade dos quais faz parte a questão das identidades culturais (Poutignat & Streiff-Fenart, 1997), haverá momentos onde a sigla hispânico será conveniente ou mesmo evocará sentimentos legítimos de solidariedade entre eles, mas na maior parte do tempo da vida cotidiana de cada um destes grupos, provavelmente não.

De forma ainda mais pragmática, tal denominador comum “hispânico” faz menos sentido ainda para os brasileiros, já que brasileiros, em primeiro lugar, não falam espanhol – condição praticamente *sine qua non* para a nomenclatura que tem em sua origem a condição da língua espanhola. “Falar espanhol, por exemplo, é um dos atributos usados para diferenciar os latinos de outros grupos na sociedade [Americana]. A noção popular é que ‘todo hispânico fala espanhol’” (Oboler, 1995:xv). Não por menos, este é o argumento número 1 que os brasileiros utilizam para demarcar sua diferença, e afirmar sua condição de “não hispânico”. O problema principal neste caso incorre dentro da própria sociedade norte americana que, salvo raras exceções, não faz a mínima idéia de que não é todo o hemisfério sul da

América de Colombo que fala espanhol. Além deste fato de primordial importância, os brasileiros ainda remetem a sua diferenciação pelo dado histórico de que não foram colonizados por espanhóis, não reparam estas mesmas memórias coletivas, e mesmo ainda no Brasil, sempre se sentiram diferentes do resto da América Latina, sendo o Brasil considerado um país à parte dos demais, sobretudo internamente. Portanto, dizer a um(a) brasileiro(a) que sua categoria social é pertencente ao grupo hispanico, a primeira vista, causa um impacto negativo e um sentimento de refuto.

Mais uma vez, a questão de classes também merece um destaque neste ponto. Como abordado acima, os brasileiros que migram levam consigo a preocupação da posição social a que pertencem (ou pertenciam no Brasil), e uma vez chegando em território norte americano, onde estes são obrigados a aceitarem os postos em geral mais baixos de trabalho, a possibilidade de pertencer ao grupo étnico daquela sociedade que mais se encaixa neste perfil de classe baixa e desvalorizada é automaticamente descartada. É fato que, dentro dos EUA, o grupo étnico que mais diretamente está relacionado a problemas de violência, desestruturação familiar, pobreza, empregos servis e desprestigiados é o grupo hispanico – no caso aqui, em se tratando de EUA como um todo, pois na Flórida, esta situação é diversa. Portanto, para além das próprias condições culturais que já não favorecem uma aceitação desta nomenclatura imposta, a “imposição” quase natural de pertencer à classe social mais baixa e desprestigiada dentro do país hospedeiro é algo que também causa um profundo incômodo. Veremos que, no estado da Flórida em particular, ser hispanico remete a uma série de outros conceitos a serem explorados, e os quais os brasileiros já se deram conta. Mas aqui, vale esta observação da associação do “hispanico” à pobreza, baixos níveis educacionais e desestruturação social que muitas vezes a sociedade norte americana preconceituosamente estipula, e que ocasiona um desinteresse ainda maior por parte dos brasileiros que lá residem em serem percebidos como tal.

Durante o período que passei em Miami, ao lado da pesquisa acadêmica que desenvolvia, trabalhei em diversos “empregos”, igualmente. Um dos empregos que consegui (o quinto e último deles) foi um dos mais cansativos. Foi contudo, sem dúvida nenhuma, o “melhor” emprego que tive lá (em termos de posição social), e o que, de longe, melhor me remunerou! Curioso, dessa vez meu patrão não foi um brasileiro, mas sim um cubano... Seria isso apenas uma coincidência?

Cheguei até este emprego através de uma brasileira - como sempre, assim foi em todos os meus empregos - e já de antemão foi-me dito que era só para trabalhar por menos de uma semana, mas em ritmo intenso. Caso eu aceitasse, deveria permanecer no trabalho de domingo até quinta, o dia que seria o mais louco de todos, pois seria 14 de fevereiro, o Valentine's Day. Este emprego era numa floricultura!

No dia em que a brasileira, muito gentilmente, me levou até seu patrão - ela já trabalhava lá - para que este pudesse me avaliar para o emprego, ela já foi me alertando: “Você diz a ele que você fala espanhol!” Ao tratarmos com ele, ela própria se adiantou e foi-me convencendo da minha capacidade, disse a ele que eu falava espanhol não perfeitamente, mas que eu estava aprendendo rápido, e entendia tudo. Disse também que eu

sabía bastante inglês, e mais uma vez, a confiança desta referência especial me colocou dentro do emprego.

A floricultura ficava em Little Haiti, bairro que algumas pessoas em Miami evitam passar, mas que eu, particularmente, achei muito interessante. Durante a semana do Valentine's Day, (e também do Mother's Day) esta floricultura atende 24 horas por dia, e coloca em sua parede frontal - não só na vitrine, mas na parede frontal inteira - centenas de ursinhos e rosas artificiais, um verdadeiro carnaval de tons vermelhos e corações. De longe se reconhece a loja. A princípio, eu fui "contratada" para, junto com a maioria das pessoas que estavam sendo contratadas naquela semana, fazer os arranjos de flores naturais - que se faziam no fundo da loja. Mas, como no domingo ainda não estavam sendo feitos estes arranjos naturais em proporções que demandassem mão de obra extra trabalhando ao mesmo tempo, eu fiquei na parte da frente da loja, e minha tarefa era embrulhar ursinhos em papel celofane, fazer as fitas de plástico para amarrar os ursinhos na ponta do celofane, e decorar as cestas no mesmo estilo, montando cestas variadas, com ursinhos, bombons, champagnes e rosas plásticas, algumas vezes balões, de acordo com cada cesta. Devo dizer que esta foi a minha maior sorte, a quem eu devo mais uma vez a esta brasileira, pois era ela quem estava fazendo este serviço - além de atender ao balcão (já era uma empregada de

confiança, a quem o dono da floricultura confiava o balcão e o caixa) - e, no meu primeiro dia, comecei o serviço por ajudá-la.



Foto 3: Interior da loja de flores em Little Haiti, Miami.

Naquele domingo, nós embrulhávamos dezenas e dezenas de ursinhos, entulhando todos eles em todos os cantos possíveis da loja - já não havia muito espaço de sobra dentro dela,

tamanha era a quantidade de ursinhos e cestas - e eu me perguntava, muita ingênua, para que tanta pressa, tanto afobamento? Mal sabia eu....

Ao final daquele dia, o patrão cubano gostou da maneira como me dediquei ao trabalho de embrulhar os ursinhos, e mais ainda, da maneira como tratei alguns clientes, pois uma vez que eu estava no interior da loja, e não na parte de trás, cheguei a fazer balcão com a brasileira algumas vezes, ainda naquele domingo à noite. Ela, por ter experiência no trabalho, já antevia que uma única pessoa no balcão jamais daria conta do serviço nos dias de "pico". Foi a minha sorte.

Ficamos neste ritmo até meia noite. Na segunda-feira eu deveria estar lá às 7 da manhã, e quando cheguei, como esta brasileira não estaria lá naquele dia, o patrão já me colocou direto no balcão para atender os clientes, ao lado de uma menina cubana, enquanto o serviço ininterrupto de embrulhar os ursinhos e cestas continuava. Neste dia também, já havia uma meia dúzia de empregados extras trabalhando atrás da loja, montando arranjos de flores naturais, que a cada pouco chegavam para abarrotar a geladeira da loja. Neste momento é que percebi com mais clareza a sorte de estar na frente da loja, e não na parte de trás dela. Já na segunda, apesar de ainda faltarem três dias para o Valentine's Day, o ritmo já foi bastante intenso, especialmente no preenchimento dos pedidos

de "delivery". Ao mesmo tempo em que preenchia os pedidos de delivery, eu devia também atender telefones (eram mais de um), trabalhar com os pedidos em massa (para escolas, por exemplo, que também demandavam organização e inglês), e durante a segunda e terça feiras, ainda embrulhando ursinhos.... Mas, depois desta segunda, onde eu fiquei encarregada destes pedidos todos e do balcão das 7 da manhã até a meia noite, isto rendeu-me o trabalho no balcão pelos demais dias todos, felizmente para mim, que acabei nunca chegando ao fundo da loja, para fazer os arranjos de flores. Finalmente o meu inglês me rendera alguma coisa!

Com o passar dos dias, o ritmo da loja e dos pedidos, especialmente de delivery, foi crescendo tanto, que durante a quarta e quinta feiras, de três a quatro pessoas atendiam o balcão. Todas de confiança do dono cubano, e a confiança que ele tinha na brasileira, ela a transferiu para mim, assegurando ao patrão que eu não iria mexer no caixa²⁹. Nestes dois últimos dias de trabalho, eu, a minha colega brasileira, e mais duas cubanas ficávamos no balcão, sendo que as cubanas, em geral, revezavam o ritmo, enquanto eu e a brasileira não saíamos de lá a não ser somente para irmos ao banheiro. Horário de almoço e janta era algo surreal naquele lugar. Assim, as

²⁹ Entretanto, mesmo que, nas conversas fosse dado muito valor a esta confiança pessoal, trabalhávamos na loja sempre vigiadas por duas câmeras sobre o caixa, e haviam mais câmeras no fundo da loja também, onde os arranjos eram feitos.

cubanas atendiam a clientela em espanhol, a outra brasileira, em ambas línguas, e eu, a clientela em inglês. Esta "divisão" foi ocorrendo de forma quase natural, já que eu falava com as pessoas mais em inglês, as cubanas em espanhol, e a outra brasileira em qualquer uma destas línguas. Quando eu falava com as meninas cubanas, aí então ensaiava meu espanhol, se bem que uma delas entendia e falava inglês perfeitamente, mas as conversas mediadas por "papito" (delas para se referir ao dono da loja) e "mamita" (entre as meninas e inclusive eu) foram ficando cada vez mais frequentes. Papito e mamita são expressões carinhosas dos cubanos, segundo me disseram elas.

Muitos clientes americanos também compravam naquela loja, especialmente os negros, e, apesar de eu atendê-los logo de cara com um simpático "Hi, may I help you sir/mam?" muitos insistiam em falar espanhol comigo. Na maioria dos casos, ao ouvirem da minha parte que eu preferia falar inglês, eles continuavam a conversa em inglês sem problemas. Mas alguns outros ficavam indignados, querendo saber porquê eu não falava espanhol com eles. Eu explicava então que vinha do Brasil, e que no Brasil não se fala espanhol. Na verdade, eu poderia falar o meu portunhol fajuto com eles, mas a necessidade de se demarcar uma diferença em certos contextos tem um peso muito forte nestas questões, o que eu pude sentir na pele. Ao ponto que aquilo foi me irritando tanto, que eu fazia

questão de nem ao menos tentar falar espanhol com os clientes, às vezes brincando com a ignorância de alguns, fingindo que espanhol e português eram línguas incomunicáveis, e que eu não entendia nenhuma palavra. Somado ao cansaço de estar naquela loja por dias consecutivos das 7 da manhã à meia noite em pé durante o tempo todo, minha paciência com este tipo de coisa foi se esgotando, e com o volume imenso de clientes que nós deveríamos atender nos principais dias, eu já falava diretamente a eles: "Sir/mam, sorry, I don't speak Spanish!". Ouvir esta frase de uma latina causava um enorme impacto neles, e muitos ficavam honestamente indignados. A pergunta mais freqüente depois disso era perguntarem-me de onde eu vinha.... Índia, talvez? Paquistão? Mas cadê o meu véu?

Dentre dezenas de exemplos que se repetiam nestes consecutivos "espantos" por eu dizer que não falava espanhol, o que me "chocou" mais foi a situação vivida com um cliente que acabou por me causar grande constrangimento. Ao ouvir que eu não falava espanhol, este me perguntou de onde eu era, ao que eu respondi "Brasil", e ele, não convencido da minha afirmação primeira, e arrotando orgulho americano, primeiro certificou-se de que o Brasil ficava na América do Sul - Brazil is South America, isn't it? - para logo em seguida me contradizer, muito irritado, dizendo que era impossível um sul-americano não falar espanhol. Ao que eu respondi - Brazil is South America

but not the whole South America speaks Spanish, did you know that? - com um tom sarcástico o qual não pude evitar, e que irritou ainda mais o cliente que começou a me insultar dizendo que eu deveria então voltar para o Brasil, entre outros apontamentos mais agressivos - todos ligados à questão de onde eu vinha, e não a questões, por exemplo, profissionais, de uma balconista atendendo mal a um cliente. Resumindo momentos e palavras de tensão e preconceito, o desfecho desta situação foi uma bronca enorme que eu levei de meu patrão cubano, e uma bronca posterior que eu levei da menina brasileira que havia arrumado o emprego para mim, e que também se sentiu prejudicada com a minha arrogância de ter enfrentado um cliente americano.

Depois deste incidente, fui "obrigada" a falar "espanhol" com as pessoas que assim quisessem, mesmo que estas fossem americanas. Mesmo sob risco de demais broncas, entretanto, eu não deixei de explicar para todos os clientes que passaram por mim, que eu não falava espanhol, porque eu era brasileira, e no Brasil, se fala português! O ritmo que a loja tomou no seu principal dia, contudo, não me permitiu tamanho requinte nacionalista, e eu tive que passar a ser, assim como as demais meninas, uma Spanish-speaker. O interessante é que, com os demais funcionários da loja, tanto as meninas cubanas do balcão, como os demais empregados que ficavam na parte de

trás - todos, e neste caso, sem exceção, hispânicos - não me incomodava falar português com eles. Mas, com os clientes sim. Especialmente com os americanos que se dirigiam a mim em espanhol, e assim se mantinham.



Foto 4: Vista exterior da loja na Byscane Boulevard (Littel Haiti)

P.S.: Acreditem se quiser, todos os ursinhos foram vendidos ao final daquela semana!

Assim como este relato vivido por mim, dezenas de outros semelhantes vividos por um sem número de brasileiros residentes nos EUA se repetem cotidianamente. Os exemplos são muitos, e não se faz necessário reproduzi-los aqui. Em geral, esta primeira percepção de ser classificado como hispânico, ou como os brasileiros costumam falar, “hispanos³⁰”, causa um certo desconforto, sendo que um desconforto que parece ser ainda maior vem justamente desta condição de necessidade de ser classificado em alguma categoria rígida de critérios raciais e/ou étnicos. Uma vez que esta necessidade era, na maioria dos casos, ausente no Brasil, ou simplesmente se processava de um modo diferente, causa constrangimento aos brasileiros terem que se auto-classificarem a todo momento, nas escolas, no trabalho, e inclusive em pesquisas de supermercados ou cupons para sorteios, através destes critérios, e especialmente aqui, porque esta classificação não pode ser mais preenchida com a alternativa de “brancos” (grupo racial ao qual a maioria dos imigrantes brasileiros considerava fazer parte antes da migração).

Sendo esta condição verdadeira para o grupo imigrante brasileiro – a de rejeição “natural” à sigla hispânico, e de “impedimento” pela sociedade hospedeira de se autodefinirem como brancos – como se coloca, a partir de tal quadro, a questão da identificação dos brasileiros dentro dos padrões de classificação étnica adotados nos EUA?

A esta questão, não se encontram respostas únicas nem simples. As nuances que se estabelecem dentro desta problemática são variadas e sutis. Decorrem de aspectos geracionais (de acordo com a geração de imigrantes, primeira ou segunda, tende-se a esta ou aquela preferência de acordo com as classificações raciais/étnicas da sociedade norte americana), contextuais (depende do momento), regionais (de

³⁰ Martes faz uma referência em relação a este aspecto: a palavra “hispano” não existe na língua portuguesa, mas é muito utilizada pelos brasileiros nos EUA, e possui o mesmo significado que o termo hispânico, nunca o de latino. A este respeito, ver Martes, 2002.

acordo com a região de destino destes brasileiros dentro dos EUA), etc... Uma vez que “a afirmação da identidade [é] como um fluxo multifacetado sujeito a negociações variáveis de acordo com o contexto interativo” (Sales, 1999:169 – grifos meus), a condição de pertencimento a um grupo étnico dentro dos EUA é algo relativamente “fluido”, especialmente para os brasileiros que, a rigor, não se encaixam em nada do que pré-existe naquela sociedade.

As indicações encontradas através das diversas pesquisas realizadas com esta população (brasileiros nos EUA) nos apontam para uma tendência geral na rejeição da sigla “hispanico”, à primeira vista, seguida de uma multiplicidade de alternativas possíveis, que acabam por desembocar quase sempre na idéia de que “brasileiro é brasileiro, e ponto final”. Esta realidade, contudo, pode ser diversa de acordo com as regiões de destino estudadas e os demais fatores expostos acima.

Os estudos realizados em Massachusetts, por exemplo, nos indicam uma primeira tentativa de aproximação do grupo brasileiro residente naquele local com o grupo luso-falante (na tentativa de diferenciar-se dos hispânicos), sejam eles portugueses mesmo – que possuem um número relativamente grande de imigrantes naquela região dos EUA, porém de uma imigração mais antiga, contemporânea à dos italianos do início do século XX; ou cabo verdianos – em proporções também significativas numericamente, e de imigração mais recente, contemporânea à dos brasileiros. Esta aproximação com o grupo luso-falante na região não se dá apenas por uma condição de proximidade cultural lingüística ou mesmo histórica, mas está também intimamente ligada ao fato da conotação amplamente desfavorável do “ser hispanico” para aquela região, especialmente neste caso, nesta necessidade de se diferenciar do grupo hispanico e dos porto-riquenhos, sobretudo. Como bem aponta Sales: “*Nos Estados Unidos [para aquela região – MA], o brasileiro também achou o seu alterego preguiçoso. Não o americano, com o qual sua alteridade se estabelece em uma posição subordinada no trabalho e que contribui para reforçar*

sua marca de povo trabalhador. Mas o hispânico. Os esteriótipos sobre hispânicos mais comumente falados por imigrantes brasileiros são os de que eles não trabalham, vivem do Welfare americano e vendem droga. (...) Em alguns poucos casos, este esteriótipo de não trabalhar e viver do Welfare é também imputado aos negros americanos. (...) São esteriótipos na verdade pré-existentes na sociedade americana, dos quais os brasileiros se valem quase como uma muleta onde se escorar para a sua própria auto-afirmação, principalmente a afirmação de povo trabalhador.” (Sales, 1999:184-185 – grifos meus)

Esta “aversão” ao ser reconhecido como hispânico não se processa da mesma forma para a região sul da Flórida, e neste caso, mais especificamente para a cidade de Miami. Não que nesta região, diferentemente dos brasileiros em Boston, estes outros brasileiros se sintam “hispânicos” por afiliações culturais que afloram de um sentimento espontâneo e genuíno de irmandade étnica e cultural. Mas sim, acima de tudo (mesmo nos momentos em que esta afinidade cultural possa ser legítima), esta “não aversão” surge principalmente do contexto e da conotação do que representa “ser hispânico” para esta região (Miami). Ser hispânico em Miami não significa ser a última das minorias étnicas na estratificação social daquela sociedade. Pelo contrário, ser hispânico em Miami significar ser o *mainstream*, em oposição ao que isso significa em Boston e na região de Massachusetts como um todo (ou mesmo para o nordeste dos EUA em geral), onde o *mainstream* é, sem dúvida alguma, anglo saxão (ou WASP³¹). Ser hispânico em Miami significa ser a presença cultural predominante naquele espaço e, acima de tudo, significa ser um grupo bem sucedido em diversas situações – especialmente em relação aos cubanos.

Logicamente, existem hispânicos que estão inseridos nos estratos mais baixos da sociedade, mesmo em Miami e região. É o caso dos salvadorenhos e

³¹ WASP: Sigla comumente utilizada nos EUA que significa “White, Anglo Saxon Protestant”.

nicaragüenses, por exemplo, da mesma forma que os porto-riquenhos em Massachusetts. Mas mesmo em relação a estes, esta atribuição desfavorável pode ser encoberta ou amenizada pela “*latino umbrella*”, como denomina Oboler (1995), que tem em sua representação o grupo cubano, expressão de força social e mesmo política naquele local. Além do que, a minoria étnica que ocupa os últimos lugares na estratificação social daquela cidade são os negros, tanto os negros americanos quanto os caribenhos (em especial os haitianos). Ou como bem descreve Portes e Stepick em suas definições quanto à cidade de Miami: “*Outras cidades norte americanas, como Nova York e Los Angeles, também possuem um grande número de população imigrante espano-falante, mas em nenhum outro lugar o peso econômico e social dos recém chegados, ou sua significação política, tem sido maior do que no sul da Flórida. Em Nova York, os recém chegados são prontamente absorvidos pela imensa estrutura da cidade; e a ampla diversidade de nacionalidades conspira contra a proeminência de qualquer grupo em particular. Em Miami, o reagrupamento da burguesia cubana não somente redefiniu o caráter da cidade, mas também impeliu outros grupos étnicos – negros americanos e mesmo os brancos – a moldarem suas próprias identidades em um relevo mais afiado.” (Portes e Stepick, 1993:xii – grifos meus). Neste sentido, não há como comparar o contexto destas duas regiões (sul da Flórida e Massachusetts, ou mesmo Nova York).*

A presença de outros grupos luso-falantes em Miami também é muito escassa (portugueses e cabo verdianos são origens nacionais muito pouco frequentes nesta região), outra condição que favorece a aproximação dos brasileiros ao grupo hispânico. Mas este fator tem um peso significativamente menor do que a importância de ser hispânico para a região, como o *mainstream*, tal qual abordado acima. A questão geracional também pode ter uma certa influência neste contexto, já que para Massachusetts, uma segunda geração de brasileiros adolescentes já está

mais fortemente estruturada (fruto de um maior contingente populacional a longo prazo) e, segundo as pesquisas indicam (Sales, 2002), estes jovens tendem a se identificarem mais com a comunidade portuguesa da região do que com os hispânicos. Novamente aqui, o peso das questões anteriormente discutidas é, sem dúvida nenhuma, muito mais intenso.

3. Pouca integração com a sociedade norte americana

Como visto em relação ao ambiente de trabalho – item 3 do capítulo IV, a integração dos brasileiros com os norte americanos é pequena, e se localiza mais entre o universo masculino, dado provavelmente à sua peculiaridade de trabalhos mais integrados a comunidade americana em si (construção civil, etc..). Com relação ao estado civil e uniões conjugais entre brasileiros e americanos, vimos que a presença feminina supera a proporção de homens brasileiros envolvidos com mulheres nativas (norte americanas) – item 2, capítulo III. No que se refere às demais esferas da vida privada e pública destes indivíduos (brasileiros que vivem no sul da Flórida) a integração desta comunidade com a sociedade norte americana parece ser bastante frágil e restrita. Todos estes aspectos, entretanto, são largamente delimitados por uma outra condição que vem estabelecer estes vínculos de integração de forma ainda mais pungente – a questão de classes – a qual será discutida com mais propriedade no capítulo seguinte (terceira parte).

Tratando-se aqui, num primeiro momento, do imigrante brasileiro “comum”, no sentido já discutido anteriormente, e que é o público alvo desta pesquisa – em sua maior parte – temos uma condição de participação destas pessoas na vida norte americana bastante restrita, que por vezes se restringe ao ambiente de trabalho destes indivíduos, onde em geral a relação de hierarquia é notoriamente vertical (brasileiros empregados e norte americanos patrões); por vezes uniões conjugais, sem que isso se traduza necessariamente em um maior vínculo com a sociedade norte americana em si; e poucas relações de amizade, vizinhança ou mesmo participação social e política – esta última em proporções ainda menores.

O próprio domínio da língua inglesa por parte destes brasileiros residentes no sul da Flórida já denota a precariedade destas relações de integração com a sociedade norte americana, supostamente a sociedade abrangente³². Poucos são os brasileiros que possuem domínio ou fluência no idioma inglês: 12,9% dos entrevistados (tabela 19), sendo que a grande maioria se concentra entre os níveis médios ou bons de capacidade do idioma: 21,2% afirmam que se consegue fazer entender – mas há que se pensar que estas pessoas em geral trabalham em ocupações onde a exigência da língua é pouca, portanto este “consegue se fazer entender” deve ser bastante rudimentar; e 40,5% – a maioria, portanto – avalia seu inglês como muito bom ou bom (tabela 19). Contudo, é importante que se saliente que esta é uma auto-avaliação do idioma, o que necessariamente não representa a verdade da capacidade de domínio do mesmo. É sabido que, nestas condições, as pessoas que estão sendo entrevistadas costumam enfatizar as condições positivas de suas habilidades em detrimento das negativas. Outra variável que deve sempre estar presente nas condições de análise de um dado como este é a própria exigência que se

³² Não há dúvidas que, uma vez em território norte americano, a sociedade abrangente por sua vez também é a norte americana. Entretanto, este “supostamente” diz respeito à particularidade da região sul da Flórida, particularmente Miami, onde não raras vezes, a sociedade abrangente neste local pode ser considerada a comunidade hispânica, como visto no item anterior.

faz do idioma inglês entre estes indivíduos. Muitas vezes, este “saber muito” significa apenas possuir habilidade para se comunicar em inglês nas tarefas cotidianas que os cercam, como o próprio ambiente de trabalho – que como visto, não exige muito – ou necessidades básicas como: fazer compras, alugar casa ou apartamento, etc... Se bem que, mesmo nestas condições (exceção talvez somente ao trabalho, em alguns casos) o espanhol, e até mesmo o português, é perfeitamente plausível, e mesmo suficiente, para se obter êxito no que se está requisitando. Portanto, a condição de “bom” e “muito bom” no domínio do inglês aqui pode estar sendo supra-representada, em consequência desta liberdade das pessoas se auto-avaliarem.

TABELA 19

**Domínio da Língua Inglesa dos imigrantes brasileiros entrevistados por Sexo –
Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida**

DOMÍNIO DA LÍNGUA INGLESA (segundo o entrevistado)	SEXO				Total	
	Masculino		Feminino		N	%
	N	%	N	%		
Excelente, com plena fluência	14	14,5	11	11,4	25	12,9
Muito bom	24	24,8	13	13,6	37	19,3
Bom	18	18,5	23	23,9	41	21,2
Regular, consegue se fazer entender	22	22,7	19	19,8	41	21,2
Insuficiente	11	11,3	13	13,6	24	12,4
Ruim	4	4,1	7	7,3	11	5,7
Nenhum, não fala inglês	4	4,1	10	10,4	14	7,3
Total	97	100,0	96	100,0	193*	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

Com relação àqueles que se auto declararam com o inglês insuficiente para se comunicar com os outros (12,4%); ruim – o que por consequência também denota incapacidade de comunicação (5,7%); e de pessoas que não falam nenhum inglês,

nos EUA – ou seja, nesta categoria cabe não só a incapacidade da pessoa em se comunicar em inglês como também a ausência de necessidade em falar esta língua – (7,3%); chama-nos atenção o fato de que o grupo de mulheres, em qualquer um destes três níveis, tem menor domínio da língua inglesa que os homens – respectivamente: 13,6% das mulheres consideram seu inglês insuficiente contra 11,3% dos homens; 7,3% o consideram ruim, contra 4,1% dos homens e 10,4% afirmam que nunca falam este idioma nos EUA em oposição a 4,1% dos homens novamente. Este fato não é de todo novo, uma vez que o universo feminino destes grupos imigrantes, regra geral, tende a possuir uma vida mais restrita socialmente, principalmente se as mulheres estiverem acompanhadas de seus cônjuges. Neste caso, não só as brasileiras, mas as mulheres imigrantes em geral, participam menos ativamente da vida social do local de destino como um todo, e por outro lado também, possuem ocupações mais “domésticas”, ou seja, que as isolam, por assim dizer, no universo doméstico e do trabalho dito feminino (faxina, limpeza, cozinha, babá, etc...), as colocando em situação de desvantagem social frente aos homens que são obrigados a interagir de forma mais ativa com a sociedade abrangente (Fleischer, 2002; Hondagneu-Sotelo, 2001).

Esta questão da importância do domínio da língua inglesa na integração dos brasileiros com a sociedade hospedeira (norte americana) pode ser interpretada inclusive em termos de comparação deste dado – que seria um dos indicativos desta integração – com outra variável que também pode ser apontada com uma indicação desta mesma ocorrência de integração (ou não): o grupo de amizades.

Neste ponto, nos deparamos com uma discrepância entre os resultados obtidos através desta auto avaliação do domínio do inglês e os dados referentes às relações de amizade e demais laços afetivos com pessoas falantes da língua inglesa. É preciso salientar, contudo, que por relações de amizade e demais laços afetivos não estamos contabilizando aqui os laços familiares, visto que estes estariam ligados

naturalmente ao grupo de brasileiros por consangüinidade, o que por si só já eliminaria o sentido da questão. Amizade e demais laços afetivos aqui se relacionam a amigos, colegas, vizinhança, etc... Relações profissionais também se encontram à parte deste segmento, embora quanto a esta última categoria não se possa fazer uma distinção asséptica de a partir de que ponto começa ou termina uma relação de amizade entre companheiros de trabalho. Mas a rigor, elas são distintas e foram avaliadas em categorias diferentes (ver tabela 11, pg. 207).

Segundo os dados recolhidos na pesquisa, poucos são os brasileiros que se inter-relacionam com norte americanos nesta situação de laços informais (ou seja, extra trabalho e mesmo união civil) de amizade e outros. Portanto, pode-se afirmar que, poucos são os brasileiros que estão fazendo uso desta suposta habilidade lingüística em termos de relações pessoais, já que o “domínio” da língua não se reverte em uma maior interação social com os anglo-falantes. De um total de 192 respostas válidas, apenas 5 (2,6% do total) apontaram os norte americanos como a maioria dos amigos/laços afetivos que possuem, sendo que as mulheres, neste caso, abarcam um maior percentual que os homens (ver tabela 20). Ainda em relação aos norte americanos, apenas 4,2% definiram que a maioria de seus amigos/laços afetivos encontra-se entre brasileiros e norte americanos, sendo que, mais uma vez, a proporção de mulheres é bem superior a dos homens (7,4% de mulheres contra apenas 1,0% de homens). A proporção de pessoas que se envolvem com o grupo hispânico em termos de amizade/laços afetivos é um pouco maior que a dos que se envolvem em sua maioria com norte americanos, chegando a 4,2% de pessoas cuja maioria dos amigos/laços afetivos está localizada somente no grupo hispânico, e a mesma proporção – 4,2% – entre hispânicos e brasileiros (tabela 20). Novamente a presença feminina se destaca nestas análises de amizade entre estes dois últimos grupos. Somente dois homens declararam que a maioria dos seus amigos/laços afetivos pertence ao grupo de norte americanos e hispânicos (o que representa 1,0%

do total: ambos os sexos); e boa parte do grupo – tanto de homens quanto de mulheres – não quis definir uma nacionalidade para a maioria dos seus amigos e pessoas com as quais se relacionam por laços afetivos: 6,7% (tabela 20), alegando que se relacionam com todas as origens nacionais, indiscriminadamente. Há, nitidamente, uma timidez muito grande entre os brasileiros em se reconhecer certos graus de preferência étnica ou racial e mesmo relações de preconceito (Munanga, 1990; Schwarcz, 1993), embora na verdade, seja fato a sua existência.

TABELA 20

Nacionalidade da maioria dos amigos e pessoas com as quais os imigrantes brasileiros entrevistados se relacionam através de laços afetivos por Sexo – Counties de Miami-Dade e Broward no Sul da Flórida

NACIONALIDADE DA MAIORIA DOS AMIGOS E PESSOAS COM AS QUAIS SE ENVOLVE POR LAÇOS AFETIVOS	SEXO				Total	
	Masculino		Feminino		N	%
	N	%	N	%		
Brasileiros	79	81,4	69	72,7	148	77,1
Norte americanos	2	2,1	3	3,1	5	2,6
Hispânicos	2	2,1	6	6,3	8	4,2
Brasileiros e americanos	1	1,0	7	7,4	8	4,2
Brasileiros e hispânicos	4	4,1	4	4,2	8	4,2
Norte americanos e hispânicos	2	2,1	-	-	2	1,0
Várias nacionalidades (não definiu uma maioria)	7	7,2	6	6,3	13	6,7
Total	97	100,0	95	100,0	192	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

* Total de casos válidos

A esmagadora concentração de pessoas, com relação a este dado, se localiza na faixa que declara seus relacionamentos de amizade e outros laços informais reservados, em sua maioria, aos seus co-nacionais, ou seja, brasileiros, igualmente.

Deste mesmo total de 192 casos, 148 declaram que esta esfera da suas vidas privadas está ligada, em sua maioria, a outros brasileiros, ou seja, 77,1% do total (tabela 20).

Se levarmos em conta, neste aspecto, que os laços informais de sentimento e amizade neste caso não incluem as relações familiares, e nem tampouco as profissionais, teremos a comprovação de que estas pessoas, embora vivendo nos EUA por períodos variados que já chegam a atingir praticamente duas décadas de migração; e mesmo que – tomando-se como verdadeiras as declarações anteriores no que dizem respeito ao domínio da língua inglesa – possuindo habilidade lingüística para estabelecer vínculos de amizade com os nativos de seu local de residência; mesmo assim não o fazem, em sua grande maioria.

Poderíamos supor, a partir de tal constatação, que o grupo de imigrantes brasileiros residentes em Miami e região estaria fortemente integrado entre si, uma vez que, com a sociedade hospedeira esta integração parece ser bastante precária ainda. Tal suposição, entretanto, se verifica verdadeira apenas em parte. É fato que, o grupo brasileiro possui na maioria dos seus amigos e laços afetivos, relações entre brasileiros (77,1% do total – tabela 20); na maioria de seus relacionamentos e uniões civis, igualmente brasileiros (83,7% – tabela 4); e mais uma vez, na maioria de seus colegas de trabalho, embora encontre-se uma proporção um pouco mais modesta, mesmo assim, a maior parte é de brasileiros (53,5% – tabela 11). Entretanto esta majoritária integração nestes termos e aspectos da vida cotidiana destes indivíduos não se traduz, de maneira alguma, em uma maior coesão do grupo em si, na tentativa de uma maior perseguição de direitos ou mesmo de um mero espaço político e cultural dentro daquela sociedade. Em outras palavras, segundo as formulações expostas no item 1 deste mesmo capítulo, uma vez com duas décadas de fluxo migratório contínuo para aquele país e igualmente região, seria de se esperar que este imigrantes estivessem se mobilizando de forma mais organizada por uma maior

visibilidade dentro daquela sociedade, o que ocasionaria, por conseguinte, uma maior capacidade de atuação política e de direitos, segundo os moldes da sociedade hospedeira (item 1). Entretanto, se estas tentativas e movimentos de organização entre os brasileiros parecem ocorrer com certa freqüência na região de Boston (MA); na Flórida, em contraposição, elas parecem ser apenas incipientes, e ainda muito frágeis.

4. Pouca integração (política) com o próprio grupo nacional

Ninguém questiona a relação de “comunidade” entre os brasileiros residentes não só na Flórida, mas nos EUA como um todo, no que concerne à questões de solidariedade em momentos críticos da migração, como o início da adaptação em solo estrangeiro, a ajuda de amigos para arrumar empregos, moradia, ajuda financeira, reconhecimento do local, das ruas, etc, etc, etc... Os exemplos são inúmeros, descritos pelos diversos pesquisadores que analisaram este grupo imigrante em algum momento de sua evolução. Meus próprios relatos estão repletos deste tipo de solidariedade e de “ajuda” comunitária no período em que passei na Flórida, e nos próprios dados obtidos nesta pesquisa. Entretanto, esta solidariedade comunitária, que existe de fato em determinados momentos da vida do imigrante brasileiro nos EUA, não se traduz – ao menos não ainda – em uma melhor consciência de coesão política destas pessoas, emigrantes de uma mesma origem

nacional, que repartem diversos laços de identidade cultural em comum, e não se identificam com nenhum dos modelos pré-estabelecidos (em termos étnicos) pela sociedade hospedeira.

Em nenhum momento pretende-se dizer que estas manifestações de solidariedade entre a “comunidade brasileira” – que são de fato legítimas, não há dúvidas – se dêem de forma linear nem mesmo ascendente, muito pelo contrário. Estas são, inversamente, permeadas por inúmeros conflitos e clivagens, também percebidos em outros territórios de destino brasileiro (no caso, Massachusetts e Nova York – Martes, 2000; Sales, 1999; Assis, 1995; Margolis, 1994), e de forma bastante densa, igualmente na Flórida. Abordaremos este tema de conflitos e clivagens, especificamente do sul da Flórida com mais clareza a seguir. Contudo, o que se pretende demonstrar aqui é a noção de que, embora os brasileiros se encontrem em número relativamente extenso dentro dos EUA (no caso aqui, no sul da Flórida) e mesmo tomando-se a consciência da necessidade de se organizarem em grupos, tal qual a matriz da sociedade norte americana se reconhece atualmente, esta realidade não se verifica em dados concretos.

“Eu considero que a comunidade brasileira hoje, eu acredito que sejamos uma comunidade pacífica, ordeira, trabalhadora, porém desunida. Os brasileiros que, é..., chegam aos EUA, eles entram no contexto norte americano, assumem o individualismo norte americano, eles passam a não querer ter contato com outros brasileiros, as vezes dão maus exemplos, criam situações embaraçosas para os órgãos governamentais americanos, alguns aplicam golpes a nível de Bell South, de power da Power Light³³,

³³ Respectivamente, a companhia telefônica que atende o Estado da Flórida (Bell South) e a empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica da região (Power Light).

de...., empresas de gás, mas são casos que existem, mas em pequenos números, certo? Mas de um modo geral, essa comunidade é desunida. Lamentavelmente é desunida. Nós somos uma comunidade sem um senso de comunidade. Ainda falta muito. Existem iniciativas na área empresarial, na área artística, promoção de eventos. (...) a comunidade brasileira neste estado, diga-se de passagem, só conta com o apoio oficial do consulado geral do Brasil em Miami, que é um apoio considerável, mas a visão deles é governamental, é uma visão de fora, é uma visão burocrática. Nossa visão é uma visão de dentro, é uma visão do povo, que nós somos o povo.”

(entrevista realizada com Marcos, em 07 de fevereiro de 2002 – membro da Associação de Brasileiros do Sul da Flórida. Grifos meus)

Discordo aqui da opinião expressa no relato deste entrevistado, que julga ser esta ausência de coesão uma característica manifestada entre os brasileiros que lá se encontram por uma posição herdada dos norte americanos (...chegam aos EUA, eles entram no contexto norte americano, assumem o individualismo norte americano, eles passam a não querer ter contato com outros brasileiros...). Não é um “contágio” cultural americano, por assim dizer, que estabelece esta condição de “frieza” entre os brasileiros emigrados. Tanto isso é verdade que, mesmo em outros locais de destino, como no caso Japão por exemplo, esta mesma dinâmica de solidariedade e distância dos brasileiros entre si se verifica, com diferentes níveis de intensidade, mas igualmente presente³⁴. Pode-se argumentar, no caso, que esta predisposição à distância aqui também foi herdada da sociedade japonesa, que assim

³⁴ A este respeito, ver Oliveira (1997), trabalho desenvolvido sobre a migração de brasileiros para o Japão, e diversos outros textos que também tratam desta corrente migratória: Sasaki, 1998; Ocada, 2001, entre outros. Em relação aos brasileiros em Boston, ver Martes, 2000, 2001.

como a norte americana, é vista como fria e individualista pelos brasileiros. Entretanto, acredito que o melhor caminho para encontrarmos respostas a esta dinâmica contraditória de solidariedade e aversão ao grupo co-nacional está inserida dentro das características culturais dos próprios brasileiros em si (como iremos discutir a seguir), e não da sociedade hospedeira, seja ela qual for.

Diferentemente do que tem sido verificado em Massachusetts, e mesmo no nordeste dos EUA de maneira geral, onde a presença de grupos e organizações entre brasileiros parece estar se estabelecendo de forma mais factual, o sul da Flórida possui raros exemplos do que poderia ser chamado de organização e/ou associação de caráter de origem nacional entre os brasileiros. Como termos comparativos, temos os exemplos de movimentos associativos de emigrantes brasileiros na região da Nova Inglaterra, especialmente na Grande Boston (Martes, 1998; Sousa, 1999; Sprandel, 2001). Estes, muitas vezes ligados a órgãos religiosos – embora nem sempre isto seja a regra – vêm participando de significativas mudanças no comportamento e na percepção de direitos e deveres dos brasileiros.

Somente para esta região de Massachusetts, Martes localiza a existência de 10 movimentos e grupos de associação participativa e ajuda aos emigrantes brasileiros (constituída aqui de forma organizativa), independentemente das comunidades religiosas. São elas: Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers (MAPS); Portuguese Speaking Providers Network; Centro do Imigrante Brasileiro (CIB); Brazilian Community Center (BCC); Brasil-Boston Network; Grupo Mulher Brasileira; Comitê Rio Maria; American Brazilian Association (ABA); Associação cidades irmãs – Framingham/Santa Luzia; Brazilian Children Foundation (BCF). Todas estas associações são bastante novas (exceção às duas primeiras, que se destinam não somente aos brasileiros, mas aos falantes da língua portuguesa em geral – cabo-verdianos, portugueses, açorianos, etc...). As demais possuem uma estória de apenas uma década ou menos, demonstrando o impacto da migração

brasileira para aquela região, bem como o intuito de organização desta população. Sprandel (2001) faz ainda referências a algumas outras associações ou grupos, localizadas em Winsconsin (The Brazilian Association of Madison); Manhattan (o Brazilian Rainbow Group, que destina uma atenção especial a grupos de homossexuais femininos e masculinos, especialmente brasileiros); Nova Inglaterra (Brazilian American Association) e igualmente Manhattan (Brazilian American Association); Nova Jersey (Brazilian American United Association – BAUA); em Danbury, Connecticut (Grupo de Informação aos Brasileiros – GIB, e Centro Brasileiro de Assistência – CBA); e em New Rochelle, estado de Nova York (Brazilian American Recreation Club – a BARCI).

Contrariamente a esta realidade da comunidade brasileira ao norte do país, a Flórida parece ter poucos exemplos de organizações associativas de caráter de origem nacional para além das instituições religiosas. Existem sim, muitas organizações de brasileiros de caráter corporativo, como é o caso da Associação dos Médicos Brasileiros no Sul da Flórida, ou dos Advogados Brasileiros no Sul da Flórida, ou a Associação de Pastores da Flórida, mas poucas que se dediquem a uma coesão maior em torno do grupo nacional de origem. Existem também diversos profissionais brasileiros que participam de associações maiores, em geral norte americanas, como o exemplo de médicos que são membros da *American Society of Plastic and Reconstructive Surgeons, Inc.*, e diversas tantas outras. Este tipo de associação, entretanto, pouco ou nada tem a ver com o papel associativo que estamos procurando entre o grupo de brasileiros residentes na região pesquisada, e que praticamente não existe. Jornais brasileiros, revistas com tiragem para brasileiros, existem várias na Flórida, mas algo com um caráter mais político e ao

mesmo tempo, que se fundamente através de laços de uma origem nacional (e não uma origem corporativa, como vínculos profissionais, etc.), são raros exemplos³⁵.

Segundo dados retirados de um estudo que afirma quantificar o potencial do mercado brasileiro nos EUA, obtidos na Câmara do Comércio Brasil-Estados Unidos (“O Mapa do Brasil com Z” e “Em busca de uma identidade numérica” – Revista Plus Brazilian International Magazine/ sem informação), o estado da Flórida surge como um dos estados mais promissores neste sentido, ultrapassando até mesmo o estado de Nova York. Dentre os dados que foram computados para um cálculo geral deste potencial estão o número estimado de população brasileira – 200 mil brasileiros concentrados na área da Grande Boston; 180 mil para o estado da Flórida como um todo (sendo aproximadamente 140 mil somente entre os counties analisados nesta pesquisa: 100 mil Miami-Dade e 40 mil Broward; os demais 40 mil espalhados pelo resto do estado, particularmente na região de Orlando e Tampa); e 120 mil para o estado todo de Nova York. Nova Jersey, como estado, contaria com uma população aproximada de 90 mil. Para além destes dados estimados de densidade demográfica de população brasileira nos diferentes estados norte americanos, diversos outros elementos foram contabilizados para a estimativa deste potencial de mercado brasileiro nos EUA. Um deles é a representação da “imprensa étnica” destinada aos brasileiros. Neste quesito, a Flórida supera todos os demais estados norte americanos, sendo que, somente para este estado como um todo, existem 12 jornais destinados exclusivamente à brasileiros: 1 semanal (o Florida Review), 4 quinzenais, 4 mensais e 3 bimestrais. Revistas compreendem o número de 4, sendo 2 mensais (sem contarmos aqui com as evangélicas); 4 programas de rádio; 1 programação de TV de segunda a sexta feira, além de 4 outros programas

³⁵ Em geral, estes jornais e revistas dedicados à comunidade brasileira se restringem a notícias cotidianas da comunidade nos EUA, matérias muito gerais sobre o Brasil (em geral, negativas) e sobre os EUA, notícias esportivas e de novelas brasileiras, informações básicas aos emigrantes, e publicidade do comércio local dirigido igualmente aos brasileiros, muita publicidade.

semanais (*broadcast e cable*); e 4 publicações específicas para turistas. Possui ainda este estado a maior Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, sendo o Brasil o maior parceiro comercial da Flórida, dado este nada desprezível para as nossas análises. Possui centenas de empresas de brasileiros registradas e mais umas centenas de lojas destinadas especificamente ao comércio de produtos brasileiros, destinadas majoritariamente para o público brasileiro do local – especialmente aqui, o sul da Flórida – e os mais diversos outros estabelecimentos que dedicam parte de seus esforços ao grupo brasileiro que ali reside, percebendo de imediato o potencial mercadológico desta população. No terreno das transações imobiliárias, a Flórida representa o estado com o maior número de brasileiros donos de imóveis dentro dos EUA (30% das vendas do mercado imobiliário de Miami estão nas mãos de brasileiros)³⁶. O Brasil responde ainda pelo maior contingente emissor de turistas para a Flórida após os EUA (“donos” da casa, por assim dizer), Canadá e Inglaterra.

Associações de caráter político e que visem uma maior coesão deste imenso e poderoso grupo ao redor de uma mesma origem nacional presente nesta localidade, entretanto, parecem ser escassas e vulneráveis, perecíveis (algumas abrem e fecham logo em seguida, com pouco tempo de vida).

Segundo dados desta mesma fonte (Revista Plus – Miami/USA), as associações de brasileiros oficialmente registradas se distribuem pelo país em cinco estados (para o ano de 1999). Massachusetts, Nova Jersey, Nova York, Washington e Texas. A Flórida, apesar do imenso potencial de mercado e de transações comerciais, e da significativa população de brasileiros imigrantes que possui, não registra nenhuma associação destinada a estas pessoas oficialmente. A “Associação de Brasileiros do Sul da Flórida” a qual o trecho da entrevista acima se refere, não

³⁶ Segundo os dados desta revista (Revista Plus Brazilian International Magazine/ sem informação) que, ao meu ver, parecem ser superestimados em alguns pontos, como este do mercado imobiliário, por exemplo.

conta com registro oficial para esta data, pois é uma associação recente, criada em 2001.

Verdade esta que se verifica mesmo no Brasil, a participação em movimentos sociais, associações e organizações provoca e inclusive reforça muitas vezes a ênfase nas mudanças de comportamento e na capacidade de ação do grupo em questão, possui ele a identidade que possui (Evers, 1984; Durhan, 1984). Para os norte americanos, onde os movimentos sociais ou grupos associativos ocupam um papel de destaque naquela sociedade, principalmente com relação aos movimentos e associações de grupos étnicos, a participação e capacidade de mobilização de tais grupos é muito mais do que uma mera condição associativa. Esta pode ser interpretada também como uma arma política em tal sociedade, como temos visto nas análises precedentes elaboradas neste texto, com base em estudos anteriores (Oboler, 1995; Portes, 1987).

Tomando-se os exemplos das demais associações de brasileiros em outros estados norte americanos que contam com uma razoável população imigrante desta mesma origem nacional, poderíamos supor, como de fato sucedeu-se em um primeiro momento, que a Flórida, e mais especificamente a região de Miami, desempenharia aqui um dos papéis mais importantes relacionados a esta questão. Se pensarmos em contingente populacional e renda *per capita* desta mesma população (Miami possui a comunidade brasileira de maior renda *per capita* dos EUA, ainda segundo dados desta mesma fonte: Revista Plus – Miami/USA), ao lado deste potencial associativo, que estaria presente entre as populações imigrantes dentro dos EUA, a capacidade empresarial dos brasileiros em Miami viria a complementar este quadro, dando-lhe ênfase e estruturação. Isto porque, segundo a literatura acadêmica referente a estas questões (Martes, 2001; Portes & Bach, 1985; Bonacich & Modell, 1980), a capacidade de atuação política dos grupos que buscam ocupar um espaço dentro da sociedade norte americana tal qual um grupo étnico específico estaria

diretamente relacionada à organização e potencialidade econômica dos mesmos – no caso, estaríamos pensando aqui no grupo de brasileiros. Os cubanos em Miami são um claro exemplo disso (Portes & Bach, 1985; Portes, 1987; Portes & Stepick, 1993). O potencial econômico do grupo atuaria assim como um dos elementos centrais responsáveis pela possibilidade de concretização desta afirmação política, ou mesmo de uma identidade étnica particular, o que é objetivo perseguido pelo grupo brasileiro nos EUA. De forma ainda mais acentuada, portanto, esta realidade estaria sendo verificada em Miami, graças à forte presença de empresários brasileiros na região.

Tal perspectiva, contudo, não chega a se realizar concretamente. Apesar do grande potencial econômico dos brasileiros no sul da Flórida, de maneira alguma isso se traduz em um maior potencial associativo (político) da população brasileira como um todo naquela região.

Cabe aqui, entretanto, uma ressalva com relação a este ponto: Referindo-se à Grande Boston, e especialmente no que diz respeito às condições econômicas dos brasileiros naquela região, Martes (2001) também encontrou grandes dificuldades na apreensão desta estrutura que parece ser a “linha mestra” da literatura norte-americana: a de que a capacidade econômica de um grupo estaria associada diretamente com sua maior capacidade de atuação enquanto grupo étnico em si, e vice-versa (Portes & Bach, 1985; Bonacich & Modell, 1980; Portes, 1987). No que diz respeito aos brasileiros residentes nos EUA, em relação a este ponto, estes parecem estar ainda muito distantes dos demais grupos imigrantes ali residentes, muito provavelmente em decorrência da própria questão temporal: a imigração brasileira para os EUA ainda é bastante recente se comparada com os demais fluxos analisados. Levando-se em conta, portanto, a perspectiva temporal, ainda é muito cedo para afirmarmos a capacidade ou não do grupo imigrante brasileiro em

corresponder a estas expectativas da literatura norte americana com relação às questões de economia “étnica” e sua correlata atuação enquanto grupo étnico em si.

Podemos apenas afirmar, por enquanto, que a condição de um forte empresariado brasileiro na região de Miami³⁷, tal qual apresentado acima – e que corresponde a uma classe social melhor estruturada em termos não só financeiros, mas inclusive de legalidade no país, além de muitas outras questões – não equivale a dizer que esta força econômica represente uma maior coesão do grupo nacional brasileiro que se encontra em solo norte americano (ao menos para aquela região), ou a um maior poder político e/ou associativo. Ao contrário até, esta condição econômica de boa parte dos brasileiros residentes em Miami é fator de disputa e afastamento, muito mais que de solidariedade e coesão.

A fragilidade deste poder associativo entre os brasileiros pode ser comprovada entre os dados recolhidos na pesquisa de campo desenvolvida aqui, levando-se em conta novamente a questão temporal na interpretação destes dados (não podemos afirmar que isso é uma tendência particular nem mesmo permanente do grupo brasileiro, principalmente por ser esta migração ainda muito recente). Da realidade vivida até aqui, entretanto, quando perguntados sobre suas participações em movimentos associativos ou comunitários, as respostas encontradas em campo confirmaram as informações que também foram obtidas em entrevistas orais (tal qual o depoimento no início deste item). Dos 194 questionários respondidos, 66,5% (129 indivíduos) disseram simplesmente não participar de nenhuma associação, organização, ou movimento social participativo, enquanto 33,5% (65 indivíduos) afirmaram que sim. Mais uma vez aqui, a presença feminina se revela mais atuante, embora haja um relativo equilíbrio entre os sexos neste ponto. Das pessoas que

³⁷ Largamente melhor estruturado do que na Grande Boston, onde predominam pequenos empresários em geral relacionados à economia étnica, diferentemente do empresariado brasileiro em Miami.

participam de algum tipo de movimento associativo ou organização, 52,3% são mulheres e 47,7% são homens.

As razões justificadas pelas quais estas pessoas afirmam nunca terem participado de nenhum grupo ou associação estão geralmente relacionadas ao mundo do trabalho, se bem que nem sempre esta é a regra. Entre as pessoas que justificaram os motivos de sua “não participação” em grupos ou associações, 46,5% alegam falta de tempo para efetivarem esta participação, o que está diretamente relacionado às condições de trabalho a que estes brasileiros são remetidos em solo norte americano. 32,6% afirmam não terem interesse na participação de quaisquer grupos ou associações, motivo este que, diferentemente do primeiro, independe da condição de trabalho dos mesmos, estando sujeito a uma falta de perspectiva dos benefícios que estas participações podem trazer a estas pessoas. 12,8% dos entrevistados alegam a falta de oportunidade ou convite para justificarem sua ausência em participar de grupos e associações. Caberia aqui, portanto, um papel de melhor divulgação e um trabalho de maior envolvimento dos indivíduos por parte destas organizações (as religiosas, particularmente as evangélicas, desempenham com veemência este papel, mas as demais instituições, sobretudo as laicas e de orientação político-reivindicatória, ainda estão muito “tênuas” entre a comunidade brasileira). Com relação aos demais motivos, interessa-nos observar principalmente a alternativa apontada como “não saber falar inglês” (2,3%) e “falta de condições econômicas” (1,2%). O restante dos entrevistados (4,6%) não souberam justificar seus motivos por não estarem participando de nenhum grupo ou associação. É interessante ainda observar que, mesmo entre estes entrevistados que não participam de nenhum grupo ou associação, 80,6% afirmam que acham importante este tipo de iniciativa, de envolvimento; e apenas 19,4% acreditam que não. É possível, contudo, que esta afirmação da importância de se participar de algum grupo ou organização associativa no exterior seja apenas retórica, no sentido de que são palavras bonitas a

se dizer a um entrevistador da comunidade brasileira nos EUA, e fazem parte do “compromisso” ideal (no sentido de tipo ideal de Max Weber) de todo cidadão consciente e de bem.

A princípio, este dado pode parecer nos contradizer as análises desenvolvidas nas linhas anteriores deste item, já que 80,6% das pessoas que não participam de nenhum grupo acham importante esta iniciativa, e 33,5% do total de entrevistados efetivamente participam de algum grupo ou organização, o que chega a ser um número relativamente alto de pessoas. Esta condição fica mais clara, contudo, quando observamos que dentre estes 33,5% de brasileiros que afirmam participarem de alguma associação, organização, ou entidade comunitária, 95,2% – quase a totalidade – definem ser esta associação ou grupo do qual participam como de caráter religioso, ou seja, ligados à igrejas.

5. Muita integração com a fé

Se num primeiro momento, como visto, a representação de 33,5% do universo dos entrevistados nesta pesquisa que participavam de alguma organização, grupo ou associação nos parece relevante, a análise seguinte que se revela através desses dados é a de que o relevante mesmo, neste caso, não é o poder associativo destes brasileiros, mas sim a força da presença das igrejas entre eles, que significa praticamente a totalidade das relações de participação destes indivíduos.

Dos 65 indivíduos que assinalaram participar de algum grupo ou associação, ao relacionarem em qual grupo estariam inseridos, 59 pessoas afirmaram pertencer a grupos religiosos, ou seja, 95,2% do total de participantes. Dos 6 entrevistados restantes, 3 não responderam a esta questão (qual o grupo/associação ou organização que participa), e os demais afirmaram pertencer a um grupo chamado AIAS (sem a respectiva definição desta sigla, o que acaba não nos dizendo qual o tipo de grupo que esta pessoa está envolvida), *Alianza Martiniana* e *American Red Cross* (respectivamente, 1 entrevistado para cada grupo, contabilizando 1,6% cada).

Através dos dados apresentados acima, pode intuir-se também, em consequência da natureza das instituições a que pertencem estas associações, o tipo de envolvimento e o grau de integração destes brasileiros com a sociedade abrangente norte americana e/ou com os diversos grupos étnicos presentes na região. O entrevistado associado à *American Red Cross*, uma entidade internacional (Cruz Vermelha no Brasil), se vincula de forma mais proeminente ao grupo norte americano (com relação aos movimentos associativos, e não a vida desta pessoa como um todo). A *Alianza Martiana*, embora não tenhamos total segurança em afirmar este dado, é composta e organizada pelo grupo hispânico, já que esta é uma instituição de caráter político, mas relacionada aos hispânicos na Flórida, e não aos brasileiros em particular. O indivíduo que assinala AIAS, por este não fazer jus à definição da sigla, pouco ou nada podemos inferir, apenas a idéia de que esta associação, igualmente, não está vinculada a brasileiros.

Estas percepções intuitivas acabam sendo confirmadas ao analisarmos a questão seguinte, que busca verificar a interação do grupo brasileiro com demais outros grupos no que se refere a estas mesmas organizações. Com relação a este aspecto, quando perguntados sobre a origem nacional (em sua maioria) dos demais membros que formam a associação, grupo ou organização da qual participavam, 87,9% das pessoas afirmaram fazer parte de grupos formados por brasileiros, onde

predominam majoritariamente brasileiros como membros do respectivo grupo ou associação. 6,9% afirmaram pertencer a grupos formados e/ou cuja maioria dos membros é norte americana. 3,4% fazem esta mesma referência ao grupo hispânico; e 1,8% atribuem esta relação à grupos mistos de brasileiros e americanos (sem localizar uma maioria). Mais uma vez, a presença da interação entre co-nacionais se revela amplamente majoritária. As organizações formadas por americanos e hispânicos, que juntas contam com a participação de 10,3% dos brasileiros entrevistados, vem nos mostrar que, para além das três instituições descritas acima (AIAS, *Alianza Martiaña*, e *American Red Cross*), algumas poucas associações religiosas às quais estes brasileiros se vinculam são, na verdade, associações formadas por grupos norte americanos e/ou hispânicos.

De fato, em minhas entrevistas orais, encontrei brasileiros que pertenciam a grupos religiosos (na maioria evangélicos) de igrejas hispânicas em Miami. A foto nº 5 é um exemplo disto, e atesta a participação de brasileiros em um coral formado por hispânicos em sua maioria, em uma igreja localizada em Hialeah, um bairro tipicamente hispânico de Miami (número 2 do mapa 6). Pela própria opulência da igreja, de onde podemos ver somente o altar nesta foto, pode-se notar que esta não é uma igreja de brasileiros. Por “igreja de brasileiros” nos EUA, estou fazendo uso da mesma definição dada por Martes, onde *“igrejas brasileiras são aqui entendidas como aquelas cujas celebrações são realizadas em português para brasileiros, sendo que a orientação das igrejas segue o padrão da cultura religiosa brasileira e não o norte americano [ou hispânico, para a realidade de Miami]”* (Martes, 2000:113 – grifo meu). Acrescentaria ainda, a esta definição, que são igrejas compostas por brasileiros em sua maioria e de capital brasileiro nos EUA.

Estas igrejas são também denominadas “igrejas étnicas”, e aqui, para os objetivos que nos interessam neste estudo, se coloca a questão desta condição étnica, que parece se fortalecer nesta idéia de associação religiosa, mas que demonstra

grande fragilidade em termos de associações políticas e/ou reivindicativas, ao menos para a região aqui estudada.

A integração de brasileiros a igrejas americanas e/ou hispânicas, apesar de ainda ser bastante restrita, não chega a ser um dado insignificante. Em outro momento de minhas entrevistas, conheci um pastor brasileiro que dirigia uma igreja hispânica (igualmente evangélica) e que conquistou esta direção por meio de seu destaque pessoal e carisma dentre os demais membros da igreja. Note-se que este indivíduo não era simplesmente um membro de uma igreja hispânica, mas o pastor.



Foto 5: Coral de uma Igreja Evangélica Hispânica – onde participam alguns brasileiros (2), cantando em inglês e espanhol.

A predominância das igrejas evangélicas, no caso destes imigrantes brasileiros residentes nos EUA, também não é um dado novo. Novamente aqui, citando Martes e seus estudos sobre o papel das igrejas para os imigrantes brasileiros localizados na Grande Boston, esta destaca a importância dos papéis desenvolvidos por essas igrejas entre as comunidades imigrantes, chegando a ponto de afirmar que *“a presença das igrejas evangélicas entre os brasileiros é, na verdade, uma das características mais visíveis deste movimento migratório”* (Martes, 2000:116 – grifos meus). Em outro momento de seu texto, esta mesma autora ressalta a importância das igrejas brasileiras – e aqui no caso, igrejas brasileiras como um todo, mas sabemos que a predominância daqueles que efetivamente praticam a religião é dos evangélicos – afirmando que: *“De fato, as igrejas brasileiras constituem, ao lado das redes familiares, de amizade e das organizações associativas, as principais redes de apoio aos brasileiros no estado de Massachusetts”*. (Martes, 2000:118).

No que se refere às igrejas evangélicas cujos entrevistados nesta pesquisa são membros, a participação destes no total das organizações de caráter religioso é maioria em Miami. Isso não significa dizer, de forma alguma, que a maioria dos imigrantes brasileiros no sul da Flórida é evangélica, mas sim que a maioria das pessoas que participam de suas igrejas ativamente, em organizações ou grupos, é evangélica. É bastante possível que a maioria dos imigrantes brasileiros no sul da Flórida como um todo seja católica, assim como Martes os quantificou em Massachusetts³⁸. Porém, entre os católicos, a presença dos chamados católicos “não praticantes”, que tem condição e origem dentro da própria cultura brasileira, retira a significação deste dado enquanto pessoas que participam de grupos ou organização.

³⁸ Nesta pesquisa, não foi perguntado à pessoa a qual religião ela pertencia, e sim a qual associação, organização ou grupo ela pertencia, se caso pertencesse a alguma. Dentro destas, a questão religiosa se destacou enormemente, como analisado no texto. A este respeito, ver questionário no anexo 2.

Como ressaltado acima, dos 62 indivíduos que definiram o tipo de associação a qual participam, 59 deles definiram sua associação ou grupo como de caráter religioso. Destes 59 indivíduos, 44 estão vinculados a alguma associação ou organização ligada às igrejas evangélicas (74,6% do total de associações religiosas), 8 estão vinculados a alguma associação católica (13,5%), 3 pessoas cada estão vinculadas à associações espírita e kardecista, respectivamente, totalizando 5,1% cada (sendo que aqui estas duas dimensões religiosas permaneceram distintas, tal qual o próprio entrevistado as definiu no questionário)³⁹, e apenas 1 pessoa (1,7%) definiu sua participação em associação ou grupo relacionado à religião judaica.

As igrejas católicas em Miami e sul da Flórida também oferecem diversos serviços comunitários, encontros, grupos e assistência social à população migrante, mas o número de participantes destes movimentos associativos (entre os leigos) é ainda bastante restrito se comparado ao dos evangélicos. Participar de uma igreja, de uma associação religiosa, significa muito mais que ir a missas ou cultos simplesmente, e retornar para casa em sua vida cotidiana separada da esfera religiosa. Participar de uma igreja, de uma comunidade religiosa, requer dedicação, integração, participação, comprometimento – *commitment*, para citarmos a palavra inglesa tão expressiva daquela matriz cultural. Por isso um número tão expressivo de evangélicos (incluindo-se neste grupo os Adventistas do Sétimo Dia).

Estas igrejas brasileiras, tanto evangélicas quanto católicas e mesmo as de outras denominações, desempenham um duplo papel entre os próprios brasileiros no sul da Flórida, assim como entre os brasileiros em Massachusetts, e assim como as demais “igrejas étnicas” de outros grupos. Este duplo papel significa que, para além das suas funções regulares de cultos e cerimônias religiosas, amparo espiritual que é o papel fundamental de cada uma destas religiões, entre os imigrantes se processa,

³⁹ A religião apontada pelos entrevistados como “espírita” e a apontada como “kardecista” nem sempre são a mesma, pois às vezes os membros de religiões como a mesa branca se autodenominam espíritas.

por parte destas mesmas igrejas, uma função associativa de caráter extra-espiritual, ou seja, material, concreto. Desempenham, por assim dizer, verdadeiramente o papel de associações políticas ou governamentais, ONGs, grupos de apoio, amparo jurídico, etc, etc.... Tanto mais isto é verdadeiro para o sul da Flórida, onde parece haver uma maior fragilidade destas instituições laicas. Portanto, participar de uma associação ou comunidade religiosa, neste contexto, significa muito mais que apenas uma questão de fé. Significa também, muitas vezes, uma questão de sobrevivência.

“Olha Adriana, hoje eu considero que as igrejas, eu vou fazer um comercialzinho, puxar a brasa, então, hoje até o próprio consulado geral do Brasil em Miami reconhece que, as igrejas evangélicas, ou as igrejas de um modo geral, eu devo citar também as católicas, mas eu sigo o meu exemplo doméstico, as evangélicas, elas tão preocupadas com a área social. Brasileiro quando chega aos EUA, ele tem necessidades básicas que precisam ser supridas imediatamente. Primeiro: emprego. É óbvio! Nenhum brasileiro está autorizado a trabalhar nos EUA, mas nós não vamos ficar brincando de faz-de-conta, que sabemos que, apesar de ele não poder trabalhar, ele tem que trabalhar. (...) os turistas são trabalhadores disfarçados de turista. Então, as igrejas evangélicas elas procuram arranjar empregos, as igrejas evangélicas é..., possuem um programa chamado food bank, que são cestas básicas mensais, ou semanais, ou quinzenais, a depender da condição de cada igreja, por exemplo, eu participei de uma igreja, na cidade de Miami Shores, de 97 até 2001, onde as cestas básicas eram semanais, com itens que, no Brasil, nos dias atuais, seriam itens luxuosos:

pizzas, sorvete, queijo, produtos, entre outras, 'supérfluos' no Brasil, mas aqui, perfeitamente acessíveis para a família até mesmo de baixa renda, certo? Então as igrejas oferecem assistência, além da assistência espiritual, que é extremamente importante, a assistência jurídica, a assistência para a, é.... digamos assim, na área de empregos, na área de encaminhamento de, de encaminhamento para um juiz de paz, quem não domina o idioma, nem o espanhol nem o inglês, para com que eles possam fazer com que seus filhos sejam matriculados, eu já trabalhei muito nessa área, modestia a parte eu já ajudei a muitos brasileiros que chegaram aqui mal sabiam falar o português, não eram nem fluentes no português, quanto mais fluentes no espanhol e fluentes no, no..., inglês, né?"
(entrevista realizada com Augusto, em 16 de janeiro de 2001 – membro de uma Igreja Evangélica em Miami)

O relato acima demonstra com clareza as diversas funções às quais as igrejas estão incumbidas de realizar entre a comunidade de imigrantes brasileiros no sul da Flórida (e não somente lá, mas entre a comunidade brasileira nos EUA como um todo). Pertencer a uma associação religiosa, portanto, significa bem mais que ser um crente que professa determinada fé. De importância igual ou ainda maior, significa também ser um membro de um grupo que o ampara nas mais diversas dificuldades encontradas em solo estrangeiro, muitas vezes, inclusive financeiramente. Significa se sentir parte de um grupo, num contexto onde você é apontado cotidianamente como estranho, estrangeiro, se sentir um igual, protegido por algo que é muito maior que o indivíduo, e tem um poder de atuação muito maior que o individual, pois é uma coletividade (Durkheim, 1978). Sentir-se igual quando todos o apontam como

diferente é, muitas vezes, um conforto psicológico que supera o próprio apoio espiritual (de fé) das igrejas em si.

Mesmo que estes mecanismos de “defesa” coletiva não apareçam de maneira consciente entre os objetivos pessoais na busca por estas associações religiosas, pelo próprio tempo de participação nestas igrejas, é possível fazermos um paralelo entre os conflitos pessoais de ser um estrangeiro, vulnerável, desprovido (inclusive de bens materiais) e a adesão religiosa destas pessoas. Ou seja, uma correlação – ainda que não factual, pois este dado pode ser apenas inferido através da pesquisa, jamais afirmado – entre a migração para os EUA e a conversão a alguma igreja que lhes desse apoio, especialmente aqui, as evangélicas, como já foi apontado.

Analisando-se os motivos pelos quais as pessoas entrevistadas nesta pesquisa iniciaram suas participações nestas associações relacionadas anteriormente, veremos que, de fato, as razões que as levam à procura de igrejas estão quase sempre relacionadas à condições de angústia e/ou desamparo e; em uma outra vertente, à condições de rede (familiares e amigos). Motivos relacionados à pura convicção da fé também estão presentes e, curiosamente, todas as vezes que aparecem, são citados por evangélicos. Dentre as principais razões que as pessoas identificam como sendo a “causa” de sua afiliação religiosa estão: influência de familiares e/ou amigos, tinha familiares e/ou amigos que participavam (22,9%); busca de Deus, comunhão com Deus (23,0% - todos evangélicos); já pertencia a esta religião no Brasil (16,4%); busca por laços de solidariedade entre os brasileiros (9,8%); solidão (3,3%); ajuda psicológica (3,3%); e convicção no que prega a igreja (3,3% - novamente, todos casos de evangélicos). Os demais motivos são muito esparsos, e não chegam a somar mais que 3,3% cada.

Percebe-se, portanto, que para estes imigrantes, estar envolvido em uma associação ou grupo (de preferência com seus co-nacionais) qualquer que seja o seu caráter, é de fundamental importância para suas vidas no exterior. Talvez assim

também o fosse para suas vidas no Brasil, caso nunca tivessem deixado o país. Mas os indícios que temos, derivados desta pesquisa de campo e das demais pesquisas já realizadas, nos apontam que, na maioria das vezes, a migração constitui-se como um fator decisivo no grau de importância atribuído a este dado.

Mais uma vez aqui, a presença brasileira em Miami vem reforçar as análises precedentes no que diz respeito à ligação bastante próxima que existe entre a migração para aquele país e a condição religiosa dos brasileiros que dão vida a este fluxo.

TERCEIRA PARTE

ENTRE MITOS E REALIDADES:
IDENTIDADES NACIONAIS EM QUESTÃO

I. UMA QUESTÃO DE CLASSE: CLIVAGENS

Clivagem é uma palavra que significa, entre outras coisas, a “*propriedade que têm certos cristais de se fragmentar segundo determinados planos, que sempre são faces possíveis do próprio cristal*” (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2001). Originada da palavra francesa “cliver”, que por sua vez tem origens na palavra “klieven” da língua neerlandesa (língua de origem germânica falada nos Países Baixos), significa em sua raiz etimológica, fender. No sentido desenvolvido aqui neste texto, clivagem representa esta mesma possibilidade de fragmentação de um “cristal” (a idéia ou a imagem que se faz de uma determinada identidade nacional) em suas próprias faces possíveis.

Depois de meu último emprego - o da floricultura em Little Haiti - dediquei-me inteiramente à pesquisa, pois meu tempo na cidade já estava finalizando, minhas relações com os brasileiros estavam cada vez mais amplas, e a possibilidade de entrevistas também. Como a floricultura havia me pagado o

suficiente para o final de minha estadia em Miami, a partir desta data, então, minha dedicação às entrevistas foi total.

Em um almoço com uma brasileira que conheci em Miami, e que se dispôs a participar de uma entrevista comigo, falávamos sobre muitas coisas. Ela, uma profissional liberal, em situação regular nos EUA, tendo emigrado para lá já com toda a documentação e as condições financeiras estabelecidas, possuía licença de trabalho, atuava em sua área profissional dentro do país, possuía casa própria, morava em um condomínio fechado de relativo luxo nos arredores de Miami (Northwest Dade County), amava viver nos Estados Unidos. Dizia-me que o que não conseguia suportar mais no Brasil era a violência, e não havia saído do país por questões econômicas, pois ela sempre viveu muito bem no Brasil, mas sim porque, após seu filho ter sofrido um assalto no Rio de Janeiro, decidiu concretizar a vontade de se mudar para os EUA. Vontade esta que já havia passado por sua cabeça e a de seu esposo inúmeras vezes anteriormente, durante as diversas visitas que já havia feito ao país, especialmente à cidade de Orlando, aos parques da Disney e Universal, e à Nova York. A cada volta de suas viagens aos EUA, era um verdadeiro “choque” a readaptação à bagunça, ao lixo e ao caos da cidade carioca. Seu desconforto com o Brasil só cresceu durante este tempo, intercalado pelas visitas aos EUA, e ela não se conformava com a situação de não

poder sair nas ruas do Rio à noite, de não poder mais usar suas jóias nas festas, de ter medo de deixar seu carro estacionado na rua, medo de ser seqüestrada ao sair. O assalto ao seu filho, mesmo cercada de todas as providências possíveis para evitar que a violência os atingisse, foi a “gota d’água” que estava faltando. Em Miami, apesar desta ser apontada como uma das cidades mais violentas do país¹, ela se sentia segura, e esta não era apenas a impressão desta mulher, mas da imensa maioria dos demais entrevistados que falavam comigo, fossem eles faxineiros ou profissionais liberais. Perto do Brasil, Miami era uma pérola na segurança pública!

A entrevista correu bem e, no seu decorrer, fui percebendo, mais uma vez, que o universo desta mulher brasileira nos EUA pouco, ou quase nada, tinha em comum com o universo de outras mulheres (e homens) saídos do mesmo local, e vivendo no mesmo destino com os quais eu havia falado antes. Praticamente nada, a não ser uma origem comum - que ela praticamente fazia questão de esquecer - e a língua que estava intermediando a entrevista. Ao final da entrevista, a descontração tomou conta da mesa, e eu relatava a ela as loucuras que havia vivido na minha semana de balconista na floricultura, se ela havia visto alguma reportagem sobre o caso -

¹ Miami é considerada uma das piores cidades dos EUA, tanto em termos econômicos quanto em termos de violência. Segundo o Censo de 2000, a cidade de Miami foi apontada como a cidade mais pobre dos EUA, com 28,4% de sua população vivendo no nível de pobreza. (Jornal Agora, 1º quinzena de dezembro de 2001).

esta floricultura vende tantas flores e afins em datas especiais, que ela é sempre alvo de reportagens da TV local. Ao saber que eu havia trabalhado lá, a mulher ficou visivelmente chocada. “Mas você é louca?!?” - me disse ela - “Frequentar aquele lugar!!! Lá é uma região muito perigosa, depois da 15 (nome de uma das ruas limítrofes do bairro), nem a polícia aconselha a gente a passar! Um dia, quando a gente ainda não conhecia bem a cidade, meu marido errou o caminho e nós nos perdemos por lá. Até a polícia disse que a gente não devia andar por lá. Aquel bairro é horrível, muito perigoso, lá só tem pretos, você não sabia?!”

Se em algum momento a emigração de brasileiros amenizou as diversas clivagens existentes dentro do pretense “grupo Brasil”, este fato só pode ter ocorrido em um período muito incipiente da própria migração². Isto porque, tão logo o grupo passe por um processo de expansão – maior número de brasileiros convivendo em

² Para afirmar tal coisa estou me baseando aqui não só na questão de Miami, mas muito também nas pesquisas elaboradas por mim anteriormente, sobre os brasileiros no Japão. Inúmeras vezes ouvi diversos relatos de migrantes que afirmavam a abrupta diferença entre os primeiros anos da migração brasileira ao Japão e o período atual (na época, 1996-1997). Quase que com um tom de “saudade”, estes se recordavam do tempo em que os brasileiros eram muito poucos em número de pessoas ali convivendo, e que aquilo promovia uma “maior união” entre eles, não importando muito de onde vinham. Bastava ser brasileiro! Com o passar do tempo, e o vertiginoso crescimento da população brasileira naquele país, os regionalismos (que no caso do Japão chegam a ser mais fortes que as divergências de classe, por vezes, o que de forma alguma acontece em Miami) foram tomando força, ao lado de outras clivagens existentes, como o grau de geração daquelas pessoas, o grau de descendência, etc.... Esta mesma relação “saudosa” com os primórdios da emigração brasileira em Miami também me foi relatada, se bem que não com tanta ênfase como na migração Brasil-Japão.

um mesmo local – as diversas clivagens trazidas do Brasil afloram com muita intensidade nestes novos locais de destino. Para a questão dos brasileiros em Miami, eu acrescentaria ainda mais. A principal clivagem existente entre os brasileiros daquele local, quiçá dos EUA como um todo – a clivagem de classe social – jamais teve um período “incubado”.

Talvez a maior dificuldade que exista para se estabelecerem laços associativos de caráter nacional entre os brasileiros na região do sul da Flórida esteja exatamente nesta condição das clivagens, sendo que a mais expoente, ao meu ver, está justamente nesta condição de classe. Como mencionei na introdução deste trabalho, por minha capacidade de uma “dupla inserção” em universos tão distintos quanto o da faxina doméstica e o do meio intelectual, além de minha própria condição de “ser branca”, mas não “muito branca”, conseguia me mover com certo desembaraço entre estes dois mundos, que são também representações de algo maior que faz referência ao Brasil, mas que, assim como acontece em território nacional, são mundos distantes, em muitos aspectos completamente à parte, e que se encontram ligados por percepções de laços culturais em comum, como é o exemplo da própria língua materna. Estar entre o universo da faxina doméstica, limpando casas e restaurantes, e conversando, convivendo com pessoas que se mudaram para os EUA para, ao menos em princípio, desenvolver trabalhos semelhantes, era como sair de um mundo “marginal”, clandestino, dificultoso, cercado de sujeira (no sentido literal da palavra), e adentrar em um outro mundo diverso daquele, um mundo legalizado, onde as pessoas podem aparecer sem medo e reclamar por seus direitos, podem voltar para “casa” se estiverem com saudades, podem freqüentar de forma ativa a sociedade norte americana, interagindo e usufruindo da mesma não só economicamente, mas inclusive culturalmente e até mesmo politicamente. Este “outro mundo” cheira bem, freqüenta a *Victoria's Secret*, está cercado de jantares

em restaurantes que não vendem apenas *fast-foods*, não fala das novelas brasileiras, e sim de outros assuntos mais intelectualizados e “rebuscados”. Este “outro mundo” se parece bem mais com o mundo ao qual eu própria estou acostumada no Brasil. Não chega a ser um mundo luxuoso, mas é um mundo onde as minhas necessidades mais urgentes são plenamente satisfeitas, e onde eu me sinto capaz de me locomover na sociedade com um certo grau de autonomia. O mundo relativamente estável da “classe média”. Até aqui, nada de novo. São situações de classe. A “novidade” aqui está no fato de que, estes dois mundos distintos – e que às vezes mal chegam a se tocar – estão ambos inseridos dentro de um país estrangeiro, e se remetem a uma situação de “pretensa igualdade” quando atuam sobre uma das multiplicidades que compõem a vida dos cidadãos: a origem nacional (diria, até mesmo, a identidade nacional).

Por situação de classe (ou classe simplesmente)³ estou fazendo uso aqui da conceituação de Max Weber com relação a este termo. Para Weber, aquilo que ele define como sendo uma situação de classe está relacionado àquilo que ele define como poder “condicionado economicamente”, que ele esclarece não ser idêntico ao “poder” como tal, mas pode muito bem ser sua consequência por diversos motivos. Esta associado, por sua vez (o poder como tal, inclusive o poder econômico) às “honras sociais” que ele acarreta; e a forma com que estas honras sociais são distribuídas em uma comunidade, em uma coletividade de homens, entre os grupos típicos que participam dessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Esta, por sua vez, “*é para nós [a ordem social], simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto,*

³ Weber faz uma sutil distinção entre estes termos: “*chamamos de ‘classe’ todo grupo de pessoas que se encontram em igual situação de classe*” (Weber, 1991:199 – grifo meu).

condicionada em alto grau pela ordem econômica⁴, e por sua vez influi nela. Desta forma, 'classes', 'estamentos' e 'partidos' são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade." (Weber, 1963:212 – grifos meus).

Portanto, "podemos falar de 'classe' quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente casual específico em suas unidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda e 3) mercado de trabalho. (...) A forma pela qual a propriedade material é distribuída entre várias pessoas, que competem no mercado com a finalidade de troca, cria, em si, oportunidades específicas de vida, o que constitui um fato econômico bastante elementar. Segundo a lei da utilidade marginal, esse modo de distribuição exclui os não-proprietários da competição de bens muito desejados; favorece os proprietários e, na verdade, lhes dá o monopólio para a aquisição desses bens. Em igualdade de fatores, esse modo de distribuição monopoliza as oportunidades de transações lucrativas para todos os que, dispondo de bens, não têm necessariamente de trocá-los. Aumenta, pelo menos em geral, seu poderio nas guerras de preço com os que, não tendo propriedades, só tem a oferecer seus serviços⁵, em forma bruta, ou bens numa forma constituída através de seu próprio trabalho e que, acima de tudo, são compelidos a se desfazer desses produtos para que possam, simplesmente, subsistir. (...) 'Propriedade' e 'falta de propriedade' são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe". (Weber, 1963:212-213 – grifos meus).

Assim, para a discussão que está sendo elaborada quanto a estas situações de classe entre os brasileiros que residem no sul da Flórida, faço uso desta definição no

⁴ Weber fala ainda de uma terceira dimensão desse processo: a "ordem jurídica". Todas estas ordens definidas por ele, na verdade estão intrinsecamente relacionadas, porém não são idênticas, como o próprio autor enfatiza.

⁵ Embora estejam preocupados com, e focalizem esferas de análise diferentes, ver como a definição de classe de Weber se aproxima da de Marx em muitos sentidos. (Weber, 1963; Weber, 1991; Marx, 1989; entre outros títulos destes autores onde este tema é abordado).

sentido weberiano, que acaba por nos conduzir a uma definição de classe atribuída a um grupo ou camada social que se organiza – no nosso caso aqui em sociedades estratificadas como as sociedades ocidentais modernas (capitalistas) –, e para cuja formação contribuem a divisão do trabalho, as diferenças de propriedade e de renda, e a distribuição de riquezas. Conseqüentemente (Weber explorará isso mais tarde no desenvolvimento de suas formulações previamente citadas), seus correspondentes atributos culturais. Para os brasileiros que migraram e que estão vivendo nos EUA (no caso aqui, sul da Flórida), é precisamente com este sentido que a noção de classe se aplica. É neste sentido também que eles a empregam.

Ser faxineiro em Miami (ou nos EUA como um todo), não exclui a condição de ser um brasileiro no exterior, e da mesma forma assim se processa com os micro empresários, os profissionais liberais, os grandes empresários, inclusive. Entretanto, mais uma vez, o jogo multifacetado ao qual as identidades sociais nos permitem “administrar” (Hall, 1996; Ruben, 1986; Ribeiro, 1999), condiciona ambas as possibilidades em graus de intensidade muito distintos de acordo com cada contexto em que se inserem. Da mesma forma o “ser negro”, “ser mulher”, “ser mineiro”, etc...

De acordo com o que analisamos nos itens precedentes (especialmente nos itens 2, 3 e 4 do capítulo VII), existe toda uma abordagem teórica que faz referência a uma certa coesão ao redor da identidade nacional em favor das situações adversas encontradas em momentos de uma migração externa (não só nestes momentos, logicamente, mas estes momentos são tomados aqui como situações privilegiadas para o fortalecimento ou mesmo a percepção de identidades nacionais e/ou regionais). Esta abordagem teórica, sobretudo a norte americana (Portes & Stepick, 1993; Oboler, 1995; Portes, 1987; Portes & Bach, 1985; Bonacich & Modell, 1980), estabelece algumas noções de relações étnicas (no caso aqui, a “etnicidade”

pretendida seria a brasileira) que se constituiriam permeadas por relações de solidariedade e de complementaridade, cooperação.

Não faz parte dos objetivos desta tese investigar à exaustão tais conceitos e mesmo a aplicação deles na vida real de diversos grupos imigrantes para os EUA. Tampouco é minha intenção aqui desqualificar os trabalhos acadêmicos que valorizam e se apóiam sobre estas teorias que, em boa parte dos casos, de fato se constata como amplamente sustentáveis. O meu objetivo aqui, entretanto, é apenas resgatar alguns aspectos observados em campo, e que se relacionam de maneira direta com os propósitos mais centrais desta tese. Estes propósitos, não nos esqueçamos, visam discorrer sobre as questões migratórias enfocando (para além da própria questão etnográfica) a questão da identidade nacional partilhada por estes imigrantes brasileiros. É neste sentido, e apenas com este objetivo, que trago para discussão estas abordagens teóricas precedentes.

No item em que nos referimos ao grau de participação dos brasileiros dentro da sociedade norte americana (item 3 do capítulo VII), constatou-se que a integração, ou mesmo a participação dos imigrantes brasileiros residentes em Miami (sul da Flórida) com a sociedade abrangente – norte americana – têm índices relativamente baixos, tanto em termos de relações de amizades, convívio no trabalho, relações recíprocas de vizinhança, participação em associações, etc... Esta é uma verdade para o caso apresentado, que se concretiza inclusive numericamente (apresentação dos dados da pesquisa). É uma verdade “relativa” porém, se pensarmos na questão de que, em Miami (especialmente em Miami mesmo – county de Miami-Dade), existem outros grupos de brasileiros, que não chegaram a ser representados numericamente nesta pesquisa – salvo raras exceções, como o caso descrito no relato acima – mas que fazem igualmente parte da vida de todo e

qualquer imigrante brasileiro naquela região, mesmo que seja única e exclusivamente em seu imaginário. Em outras palavras, existe em Miami um Brasil que pouco foi documentado numericamente nesta pesquisa: as pessoas de classe média/ média alta são mais “difíceis” por vezes de serem encontradas, certamente bem mais que o “imigrante comum”, especialmente para a situação em que eu estive em Miami no momento da pesquisa de campo; e a classe alta, praticamente impossível. Porém, mesmo que não se encontrem estas pessoas em termos de vida cotidiana daqueles que contemplam a representatividade do “imigrante comum” na literatura, inclusive acadêmica – pessoa que abandona o seu país em decorrência de crises em geral econômicas e/ou políticas e buscam a migração como alternativa de trabalho e renda – estes brasileiros “bem de vida” fazem parte do imaginário cotidiano destes outros imigrantes, inclusive em termos de identidade nacional. De forma especial isso ocorre em Miami, onde a representatividade desta população mais abastada, de mesma origem nacional, é maior. É como se o “Brasil desigual” que eles abandonaram, de alguma forma tivesse se mudado junto com eles para a Flórida. E este Brasil é de fato tão desigual, que transitar por estes “dois mundos”, tal qual eu me referi acima, nos dá uma sensação de um recorte nítido, como se estivéssemos saindo de um grupo totalmente à parte, para outro distinto daquele, mas que partilham a mesma língua, as mesmas lembranças de infância e adolescência, em muitas coisas os mesmos costumes, a mesma “matriz cultural”, por assim dizer.

Costumava dizer que a Churrascaria “O Porcão”, localizada em uma das áreas mais nobres de Miami⁶, próxima à Câmara do Comércio Brasil-Estados Unidos, e

⁶ Esta churrascaria se localiza na Brickell Bay Drive, avenida à qual eu me referi em outro momento do texto como sendo a representante da Avenida Paulista (SP) em Miami. Curiosamente, fica próxima do apartamento do Lalau também (o juiz Nicolau dos Santos Neto), outro símbolo do “Brasil desigual”, acrescido ainda do “Brasil injusto” e do “Brasil impune”.

entre diversos empreendimentos imobiliários brasileiros e escritórios de negócios, igualmente brasileiros, era um símbolo desta dicotomia presente no imaginário de meus entrevistados, imigrantes comuns portanto, em sua grande maioria.

Nas entrevistas que realizava com estas pessoas, diversos momentos relacionados às saudades de costumes e hábitos brasileiros permeavam os depoimentos, muitas vezes emocionados, de pessoas que não vivem no Brasil já há anos. Hábitos alimentares sempre entravam em discussão, sendo um dos assuntos mais recorrentes com relação às coisas das quais estas pessoas sentiam falta do Brasil vivendo nos EUA. Assim como muitos antropólogos já fizeram referência, o momento da partilha da comida, especialmente quando partilhada entre familiares e amigos, significa não somente a satisfação de uma necessidade básica – comer – mas muito mais do que isso, é um momento permeado por simbologias e significados que estão intimamente ligados à esfera cultural da vida dos homens, inclusive em termos de suas identidades. É dentro desta perspectiva que Ribeiro se refere aos restaurantes e bares brasileiros em São Francisco, que possuem ampla significação cultural na vida dos imigrantes brasileiros que ali residem. Da mesma forma faço uso desta abordagem cultural-antropológica com relação à churrascaria “O Porcão” em Miami – levando-se em conta que, o churrasco em si, já é um símbolo nacional, quase tão expressivo quanto a feijoada, a coxinha ou o pão de queijo, especialmente em países de larga população brasileira residente, como é o caso dos EUA e do Japão. É neste sentido que: *“Os restaurantes são locais chaves para a construção de identidades e sua confirmação. Por definição são lugares de comensalidade, e a comensalidade tende a mapear as pessoas em grupos – famílias, casta, gênero, classe, comunidade de crentes. Comer junto reforça sentimentos de semelhança, mesmo de distinção, pois as pessoas compartilham uma mesa e incorporam substâncias comuns. Além disso, as comidas são poderosamente*

evocativas. Elas podem significar bem-estar ou doença, segurança ou perigo; recordam momentos, lugares, cenas inteiras do passado ou, talvez visões do futuro. Finalmente, comer em um restaurante é uma prática que requer conhecimento de um script cultural.” (Ribeiro, 1999:48 – citando Linger, 1997 – grifos meus).

Muitos foram os entrevistados que se referiam a um almoço ou jantar no Porcão como um momento especial de suas vidas em Miami (já vivido ou a ser conquistado). Considerado um restaurante brasileiro “de classe”⁷ na cidade (interessante observar que não existem “restaurantes de classe” em Pompano Beach, apesar das dezenas de restaurantes brasileiros encontrados naquela cidade), possui uma clientela brasileira e inclusive norte americana de pessoas dos segmentos mais abastados do local, empresários brasileiros, hispânicos e norte americanos, artistas brasileiros que viajam à Miami, entre outros. É dedicado portanto a momentos especiais por parte dos imigrantes brasileiros “comuns” que ali residem. Datas comemorativas como aniversários, aniversários de casamento, celebração de alguma ocasião especial, comemoração de alguma conquista, são momentos especiais muitas vezes partilhados neste restaurante, o que requer um certo poder de poupança para o dispêndio de uma família. Portanto, mesmo nestes momentos especiais, isso é viável somente para aqueles brasileiros que já possuem uma certa condição de gasto nos EUA; para os que ainda estão na fase de grande economia e esforço concentrado, na intenção de adquirir algum bem ou mesmo remeter dinheiro ao Brasil (a fase do ouro), a churrascaria figura como um sonho de consumo, apenas. Comer em uma churrascaria como “O Porcão” em Miami, significa portanto partilhar de dois contextos simultâneos de identidade: a identidade nacional e a identidade de classes. Economicamente, seria muito mais vantajoso comemorar alguma data especial e comer lagosta em um restaurante como o *Red Lobster* nos

⁷ Repare no uso deste termo, “classe”, definido assim pelos próprios entrevistados.

EUA⁸, mas as datas especiais e comemorativas são destinadas a serem comemoradas no “Porcão”, ao mesmo tempo em que lá, neste restaurante, a imagem dos brasileiros mais abastados que, igualmente vivem em Miami, se expõe com maior nitidez.



Foto 6: Frente da Churrascaria “O Porcão”, em Coconut Grove, Miami

⁸ Cadeia de restaurantes norte americana tipo um “*fast food chic*”, que oferece entre seus pratos principais diversas variações de lagosta e outros frutos do mar.

Não é só a churrascaria “O Porcão” que faz parte do imaginário destes brasileiros quando a questão destes “dois Brasis” é abordada. Esta churrascaria toma uma significação mais evidente, por se tratar de um empreendimento brasileiro, relacionado à cultura brasileira; mas diversas outras condições de consumo e diferenciação de padrões de vida entre os brasileiros que vivem em Miami são fartamente relatadas nos casos de entrevistas orais feita com esta população. As freqüentes viagens à Orlando, nos parques da Disney, ou a condição de hospedagem em algum hotel de luxo da orla de Miami Beach. Os turistas brasileiros endinheirados que, ano após ano invadem as praias de South Beach e as lojas mais requintadas da Lincon Road, da Brickell Avenue ou mesmo do Bayside – que não chega a ser exatamente um exemplo de requinte – remete estes outros brasileiros, “imigrantes comuns” a um Brasil do qual eles tentaram escapar. O Brasil daqueles que podem, *versus* o Brasil daqueles que não podem. Afinal de contas, uma das principais razões pela qual estes deixaram seu país natal – quando não a razão principal – em busca de uma terra estrangeira, foi justamente esta tentativa de se incluírem neste “Brasil que pode”, mesmo que fora do Brasil. Causa um certo desconforto, quando não um evidente mal estar, deparar-se com este Brasil dicotômico outra vez, agora, a muitos quilômetros de casa. Tanto mais isso pode se tornar verdadeiro quando o que existe entre estes “dois Brasis” é uma relação de emprego (patrão e empregado brasileiros). Existe um certo consenso em Miami – e neste caso não só em Miami, mas em Massachusetts (Fleischer, 2002) e Nova York (Margolis, 1994) igualmente, de que o pior de todos os padrões é o padrão brasileiro: o que mais explora, o que menos paga, e o que mais se vale da ingenuidade do trabalhador conterrâneo, tal como colocado em meu terceiro relato (pg. 280). Esta relação de exploração entre patrão e empregado de uma mesma origem nacional se

torna ainda mais forte quando comparados a outros fluxos que, da mesma maneira, possuem co-nacionais em relações de trabalho e subordinação⁹. Para o ano de 1994, Maxine Margolis afirmava que: *“Além do mais, em virtude da área comercial brasileira ser tão restrita, os imigrantes recém chegados do Brasil, diferentemente dos imigrantes chineses, indianos, paquistaneses, coreanos e gregos, não têm uma fonte de trabalho ativa dentro de sua comunidade. Eles não têm uma base étnica de unidade econômica. Muito pelo contrário, disse um informante, os poucos brasileiros donos de negócios ‘não somente não ajudam os novos imigrantes, como também os exploram, pagando-lhes menos e fazendo-os trabalhar longas jornadas’.”* (Margolis, 1994:306 – grifos meus). Quase uma década mais tarde, quando esta área comercial brasileira já não é mais tão restrita assim, e em locais onde esta se constitui ainda com mais força, como é o caso de Miami, a noção de que o brasileiro é o pior patrão de seus compatriotas continua extremamente atual e verdadeira entre os imigrantes desta comunidade.

Poder ter casa de férias em Orlando, ou em Fort Lauderdale, West Palm Beach ou Boca Raton para passar os dias mais intensos do verão é algo que, mesmo entre os americanos, poucos podem se dar a este luxo. Não é insignificante, entretanto, o número de brasileiros que desta forma vive. A própria burguesia do sul da Flórida é, ela mesma, latino americana em sua maioria (Portes & Stepick, 1993), e entre os diversos grupos das classes mais abastadas dos países da América Latina, não se dá diferentemente com o caso do Brasil. Mas não precisamos ir tão longe para atingirmos o “mal estar” destes outros brasileiros inseridos na parte mais baixa da pirâmide. Não é preciso pensarmos no apartamento do Lalau na Brickell, ou na casa da Xuxa a beira de uma ilha entre South Beach e Miami downtown (ver mapa7

⁹ Embora a bibliografia norte americana também aponte relações de exploração entre trabalhadores e seus patrões de mesma origem nacional, há uma certa tendência em acreditar que co-nacionais estariam vinculados muito mais por relações de cooperação do que de exploração, como dito acima (Portes & Stepick, 1993; Portes, 1987; Portes & Bach, 1985; Bonacich & Modell, 1980).

– pg.244) para que o imaginário dos “dois Brasis” aflore. Basta que pensemos no Porcão, nos parques, e nas diversas oportunidades de lazer que o sul da Flórida oferece, e que a estes brasileiros, em muitos casos, fica relegado à esfera do trabalho (muitos imigrantes brasileiros trabalham justamente nestes empreendimentos destinados ao turismo e lazer, e não raras vezes chegam a servir outros brasileiros que estão desfrutando prazerosamente destes locais). Basta que pensemos na condição clandestina, de não poder voltar para visitar o país natal, ao lado de uma classe média, média alta e alta que vive em Miami e viaja ao Brasil regularmente, às vezes apenas para fazer um tratamento dentário ou uma avaliação de cirurgia plástica – que são setores muito bem conceituados no Brasil, pelos próprios brasileiros que vivem no exterior.

O mercado imobiliário (assim como citado no item 4 do capítulo VII), mais uma vez entra aqui como um espaço privilegiado de declarada evidência destes “dois Brasis” que convivem juntos no sul da Flórida. Além de atrair artistas (em geral televisivos e musicais) dos mais diversos países latino americanos, o mercado imobiliário nesta região da Flórida é amplamente sustentado pela elite latino americana, com destaque aqui para a própria classe alta e média alta brasileira. Como diz um pesquisador da Universidade de Miami, citado pelo jornal inglês *Financial Times* (sem dados do nome deste pesquisador): “*é possível acompanhar os problemas da América Latina seguindo o rastro dos ricos que desembarcam na Flórida*” (Revista Veja, 2002:58). Em alguns condomínios de luxo ou de padrão de conforto médio para alto, 50% ou mais de seus moradores são latino americanos, entre eles, muitos brasileiros. “*Em Weston, onde o preço das casas em condomínios fechados começa em 200.000 dólares, os latino americanos já representam 40% da população. A cidade atrai pela proximidade com Miami e por seus cobiçados campos de golfe. A alta qualidade de vida oferecida por Weston não passou*

desapercebida aos brasileiros. A brasileira Sandra Silva, corretora há treze anos na região, simplesmente quintuplicou a venda de imóveis para conterrâneos nos últimos cinco anos. Ela negocia em média setenta casas por ano, metade delas na faixa de 300.000 dólares. Em Miami os brasileiros preferem os bairros de Key Biscayne, Coral Gables e Coconut Grove [ver mapa 3 na página 240]. Nestes locais, uma apartamento de três dormitórios não sai por menos de 300.000 dólares. Mais ao norte, o bairro Aventura, com residências que custam até 5 milhões de dólares, atrai os milionários. Um dos xodós tem sido o condomínio Williams Island, um complexo de apartamentos que custam a partir de 500.000 dólares.” (Veja, 2002:58 – grifos meus). Estes são, por assim dizer, os brasileiros que, a qualquer momento, e sem qualquer planejamento prévio, podem decidir jantar ou apenas tomar uma caipirinha e beliscar uma picanha na churrascaria O Porcão, sem ao menos se dar conta que este é um dos sonhos de consumo de milhares de outros conterrâneos seus, que igualmente vivem na Flórida.

Neste contexto, se encaixa perfeitamente a observação que foi relatada à pesquisadora Rosana Resende (Resende, 2000), sobre a própria cidade de Pompano Beach, que é vista com um certo “desdém” pelos brasileiros de Miami-Dade, especialmente os de condições sociais e econômicas mais estáveis (ver capítulo VI). Há de fato, não poucas vezes, uma distância muito grande entre os brasileiros de Broward e os de Miami-Dade, mas isso não está relacionado às condições de origem regional destas populações (mineiros e demais regiões brasileiras), mas sim ao fato das diferenças que permeiam as próprias condições de classes sociais existentes entre estas duas localidades de destino da população brasileira na Flórida. Somente dentro deste contexto faz sentido alguém proferir o comentário de que em Broward os negócios brasileiros são mais estáveis porque a clientela de tais estabelecimentos lá (brasileira, em sua grande maioria) não pode ter a mesma sazonalidade que os brasileiros em Dade, graças ao seu estado clandestino. Juntamente com esta

condição “clandestina”, se insere a condição do que eu chamo aqui de “imigrante comum”: ilegal, e que reside nos EUA em busca de um maior poder de poupança e/ou renda. Pessoas de classe média ou média baixa no Brasil que buscam na migração uma forma de mobilidade social.

Entre os brasileiros de Miami-Dade que se encontram neste grupo referido dos assim chamados “imigrantes comuns”, seu universo econômico, social e cultural está muito próximo aos de Broward. Contudo, percebe-se uma adesão aos conceitos de distinção promulgados pelos brasileiros de melhor nível sócio-econômico, quase como que uma “assimilação” da visão de uma classe dominante em relação a seus compatriotas de menor nível sócio-econômico (tal qual a adesão da hegemonia da classe dominante de Gramsci – Gramsci, 1982). Assim como ocorre em território nacional, a população brasileira residente no sul da Flórida reproduz, por assim dizer, esta valorização dada ao poder aquisitivo, que se traduz em questões culturais, igualmente, entre as diferentes classes sociais existentes. É por isso que, mesmo estando próximos culturalmente e economicamente dos brasileiros de Broward, muitos brasileiros em Miami-Dade reproduzem o discurso da “classe dominante” de mesma origem nacional com relação aos seus vizinhos de Pompano Beach e cidades adjacentes. Nenhuma destas representações culturais pode fazer sentido se compreendidas fora desta questão de classes que está muito presente entre os brasileiros que residem neste espaço da Flórida, mesmo que somente em seus imaginários, como já foi dito.

O trecho descrito abaixo relata um pouco desta situação profundamente incômoda entre os brasileiros “imigrantes comuns” que deixaram o Brasil em favor de uma maior capacidade de poder aquisitivo como uma das principais metas de sua viagem (quando não a maior) e, mais uma vez, se deparam com a necessidade permanente de fazer escolhas entre o poder de compra que estes possuem, suas condições sócio-econômicas, e as próprias condições de vida dos mesmos. Dentro

ou fora do Brasil, a preocupação com a questão de classes parece ser uma constante entre os brasileiros, e as composições culturais, inclusive em termos valorativos daqueles “que podem” *versus* os “que não podem”, continuam a prevalecer em terra estrangeira, segundo as matrizes adquiridas no Brasil¹⁰.

Carolina [referindo-se ao grande dilema dos brasileiros “imigrantes comuns” que invejam a situação daqueles compatriotas que não precisam passar por este mal estar]: *“Não, agora eu vou construir minha casa”, depois construiu a casa fala “Não, eu não vou pro Brasil porque eu vou construir uma outra coisa”, no final você não..., sabe, você pode fazer tudo lá no Brasil e não tem nada aqui. E se você quiser ter alguma coisa aqui, você nunca vai voltar, porque nunca vai conseguir ter nada lá! Que nem no caso dele, ficou 10 anos sem ver a família Adriana, não tem nada no Brasil, porque ele não constrói nada no Brasil, só tem aqui, casa, um carro, um escritório..., mas, sabe..., tem coisas que, as vezes ele mesmo fala “Não vale muito a pena!”, porque você mesmo, o importante na tua vida é a sua família também!*

Rodrigo: *É, isso é verdade, se ficar aqui muito tempo, eles trabalham muito, mas você não consegue criar...*

- É aquilo que ele falou, sabe que, eu tava contando pra ela do Augusto que quer voltar por 10 anos..., e que nem ele tava falando, “se aqui, pra você voltar pro Brasil e ter alguma coisa”, e isso é

¹⁰ E não por exemplo, em termos de questões étnicas ou raciais, como vigora com mais propriedade dentro da cultura norte americana.

verdade, porque eu e o Rodrigo, sabe..., “você não pode nem viver, né?” Não, você não vive.....

- Não, porque se você vive, você não consegue juntar.....

- Exatamente! Cê tem que, se você quer dinheiro rápido, você tem que trabalhar direto, direto, e comer miojo.... Exatamente, você tem que ter uma meta, e se você não cumprir essa meta, você não tem nada no Brasil e nunca vai voltar pro Brasil, que nem ele fala: “Carol, eu não volto pro Brasil porque eu não tenho nada no Brasil, porque aqui eu não consigo andar de carro velho”. Tem casa aqui, não mora de aluguel, então quer dizer..., vive bem, você, se você vive bem aqui você não tem nada no Brasil! Que nem eu e o Rodrigo aqui, vai no circo, é 45 dólares, vai no Sea Aquarium, é mais 25 dólares, se você, todo final de semana, você fica passeando, passeando, passeando, você nunca vai ter nada no Brasil.

- É, é muito ruim, aí, esse é o problema, se chega no Brasil, aí tem pessoas que vem passear aqui e fala “Poxa, cê foi em tal parque em Orlando e tal...?”, e você tá aqui, cara, e não conheceu nada, dá uma raiva cara, não tem coisa pior do que isso! Então, se você tá aqui, e você quer ir pra Orlando....

- Você tem que gastar.....

- Aí você vai pra lá, você não pode ficar um dia, você tem que ficar uma semana, então, pra duas pessoas é o que?... No mínimo uns 500 dólares! Aí você fica.....

- Pra você ter uma idéia, nós fomos num parque de Natal que teve aqui Adriana, que todo final de ano tem esse parque aqui....

- Aí, muito legal!...

- É lindo! Gastamos 120 dólares, só pra nós dois!!! A entrada do parque foi 20 dólares, 20 dólares pra mim 20 pra ele, mas o preço pra comer...., aqui tudo é caríssimo Adriana, você entra, pra comer qualquer coisa nesses parque, é tudo 3 dólares, 5 dólares, um refrigerante!!!, que você compra aí em qualquer lugar 1 dólar, eles vendem, 50, 50 centavos na, na máquina! Sabe?! A gente, graças a Deus, a gente tenta conciliar! Mas..., é tipo assim, você passeia uma vez só no mês, porque se você quiser passear todo final de semana, você não tem nada no Brasil! A gente ainda, uma vez por mês, assim, a gente ainda passeia, porque também é o que eu falo pra ele, e ele também concorda comigo: a gente também não pode ficar aqui só pra trabalhar que nem a Bia! Uma vez eu falei: “Bia, vamô no circo?” Ela: “Nossa!, 45 dólares!, é quase..., é cento e pouco no Brasil, cento e poucos reais!!!”

(...)

- Aí não tem nada pior, Adriana, não tem nada pior que você chegar no Brasil e conversar com as pessoas, muita gente que vem aqui só passear e fala “Poxa, mas você, você viu tal coisa, tal parque em Orlando? Pô mas você tá lá, cê tá sempre indo pra Orlando....” E você assim.... “pô, não fui!...” aaaa caraca! Não tem coisa pior!
- Ah, é que nem aqui, principalmente que eu não falo inglês, os outros, as vezes vem falar com você um americano, e você tem que falar: “I’m sorry, no speak English!”, você... É muito chato isso! Você falar que você..., você se sente igual o cocô do cabrito (risos).... É, se bem que aqui em Miami nem tanto, né?, que aqui em Miami.....
- Não precisa de inglês, não precisa...
- Aqui você não precisa, se você souber o espanhol cê tá tranqüilo....

- Não, mas mesmo assim é ruim! É a mesma coisa, você que vive aqui um ano, dois anos, é o que eu tô falando, você..., fica aqui um ano, dois anos, não fala inglês, não vai à lugar nenhum, quando você chega no Brasil, tem aquela discriminação, a pessoa nem acredita que

você esteve aqui

- É...

- Não acredita!

- Mas só que as pessoas não sabem como isso daqui é!...

- Ôôô!!!! O trabalho que é.....

Marlene: Mas pessoas cobram isso da gente, não Carol?

- Cobram, ôôôôô!!!

- Tem pessoas em casa que não tem..., mas que eu tinha que saber falar inglês “Você não tá falando inglês aí?” Tem gente do Brasil que não fala inglês comigo?????, e, e..., querem que eu respondo!! Já falei, já..., sabe?! (indignada) Hoje mesmo eu falei com o Pedro em Presidente Prudente, e ele falou tudo inglês!!! “Eh, e você tá aí já um ano e não responde nada do que eu te perguntei?” (com tom de desprezo). Eu falei: “Ué, eu não sei, eu não sei, eu não fui pra escola ainda, eu não sei!”

- É, e o duro aqui é porque se a gente trabalha muito, a gente também não tem tempo de estudar.

- Mas tem gente que cobra!

- Mas isso também Adriana, é porque é nas ruas, porque tem muita loja que você vai, vai, e que é só americano, que nem, nesses parques que você vai, os funcionários é tudo americano, é tudo....

- Orlano é ruim, só fala inglês!

- É! Porque aqui, gente, eu não falo nada de inglês....

- Mas cê vai nesses parques nessas coisas....

- É, nos parques, né?, é que nem hoje, a gente foi no Miami Sea Aquarium, daí veio a mulher brincar, só que ela veio brincar com a menina do lado, né? E ela só, a mulher só falando inglês, eu pensei que ela vinha falar comigo, eu falei “Ái Rodrigo que vergonha se ela vier falar comigo!” Porque não falar inglês é duro aqui! Hoje mesmo eu me senti super mal, porque... eu me sinto humilhada de não saber falar, mesmo não precisando. Tem tanta gente no Brasil que fala e nunca nem veio pra cá!.... Eu tô aqui e não consigo falar nada!... Ái, é horrível!

- Caraca, é muito ruim mesmo!

(entrevista realizada com Carolina e Rodrigo [casados] e Marlene, em 03 de março de 2002 – grifos meus)

Esta mesma sensação da “humilhação” do não saber falar inglês, mesmo em um local onde esta necessidade não se faz presente, é semelhante à situação relatada em diversas outras obras que se dedicam aos estudos de brasileiros no exterior, como, por exemplo, a questão das clivagens entre brasileiros que se dirigem aos EUA para estudar, e os demais brasileiros “imigrantes típicos”, quando ambos são numericamente representativos (ver nota 2 deste capítulo) e convivem em uma mesma localidade de destino. Esta realidade se encontra mais presente em Massachusetts e na Califórnia, espaços muito bem conceituados na questão das universidades norte americanas, que convivem lado a lado com um contingente bastante grande de população brasileira imigrante (especialmente Massachusetts), nos termos a que já me referi. É desta maneira que se pode dizer, com relação aos estudantes do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) ou de Harvard

(Universidade de Harvard): *“Estes se caracterizam como mais elitizados e pouco convivem com os migrantes que objetivam trabalhar e ganhar dinheiro. (...) O inglês também vem dividindo os brasileiros segundo o domínio da língua. (...) A comunidade brasileira é dividida: os que falam inglês desvalorizam os demais. Interessante notar que, ao invés de se unirem porque compartilham a mesma língua materna, se rivalizam pela exclusividade de saber uma língua estrangeira.”* (Fleischer, 2002:69-70 – grifos meus).

Tão ou mais forte que esta divisão dos que sabem falar inglês *versus* os que não sabem, é o sentimento entre aqueles que possuem papéis e os que não possuem¹¹; entre os que podem passear todo final de semana ou sempre que quiserem e os que não podem; entre os que podem viajar sempre ao Brasil e os que não podem (não só porque não possuem papéis, mas porque não possuem condições econômicas de financiar múltiplas viagens, igualmente); entre os que podem comer sempre que quiserem no Porcão ao final de um longo dia de expediente, por exemplo, e os que não podem.

Esta questão de classes não chega a ser novidade, como disse no início deste capítulo. Tampouco pretendo dizer aqui que este é um fato de exclusividade brasileira. Não compete aos propósitos desta tese um maior aprofundamento nestas questões, principalmente se formos compará-las à de outras nacionalidades que igualmente migram para os EUA com sua elite e suas diferentes classes sociais, como é o caso do enclave étnico cubano em Miami (Portes, 1987; Portes & Stepick,

¹¹ Uma das brasileiras de classe média com quem eu conversei em Miami, que migrou para os EUA com sua situação totalmente regularizada, e igualmente se encontra vivendo nos EUA sem prejuízo de sua condição ou *status* sócio-econômico anterior (da mesma forma que a brasileira descrita no relato apresentado no início deste capítulo), me dizia que há, entre os brasileiros residentes no sul da Flórida, uma verdadeira paranóia do “ter papel” (estar legalizado a viver e trabalhar nos EUA). Quando esta, que participava de ações de benevolência em uma igreja católica de Miami, encontrava-se com os demais brasileiros “imigrantes comuns”, também frequentadores desta mesma igreja, a primeira pergunta que eles faziam a ela era exatamente essa: “A senhora tem papel? Como conseguiu?”. Teresa Sales (1999) e mesmo Margolis (1994) fazem um belo estudo sobre esta condição do “ser clandestino”, especialmente Sales, ao tratar da “Legitimidade da condição clandestina” (1999).

1993), freqüentemente citado entre os brasileiros como exemplo de comunidade unida e solidariedade entre seus nacionais. Poderíamos trazer inclusive as questões dos refugiados cubanos da década de 60, e as correntes posteriores de refugiados, como a de Mariel em 1980. Mas não é este o foco que pretendo seguir aqui. O que quero destacar aqui é tão somente a presença desta população brasileira residente nos EUA, no caso aqui mais especificamente no sul da Flórida, que se vê compelida a viver sob o jugo de uma pretensa identidade nacional que “a todos englobaria” (parafrazeando aqui, mais uma vez, Darcy Ribeiro), mas que se sente profundamente dividida e não raras vezes discriminada dentro da reprodução de um Brasil desigual que migrou para os EUA junto com estas pessoas.

Isto também não é exclusividade da Flórida. Já em 1994, em relação aos brasileiros residentes em Nova York, Margolis afirmava que: *“Uma das características mais marcantes da comunidade brasileira em Nova York é o grau em que as diferenças de padrão social se sobrepõem a uma identidade nacional e lingüística compartilhada. Mas as divisões que chamo de “classes sociais” não são tão fundamentadas no critério tradicional que as define – condição econômica, educacional e familiar –, pois a maioria dos imigrantes brasileiros de Nova York vem das camadas média e média baixa de seu país, relativamente privilegiadas. Em vez disso, as diferenças de classe nesta comunidade estão largamente enraizadas nas disparidades de estilos de vida e ocupações, resultantes do caráter servil dos trabalhos realizados por praticamente todos os novos imigrantes e da condição ilegal de muitos deles. A estrutura social da comunidade brasileira em Nova York é uma versão atenuada dessa mesma estrutura no Brasil, na medida em que o seu segmento maior e mais pobre não se encontra representado na cidade [referindo-se aos brasileiros das camadas baixas no Brasil, que não conseguem emigrar]”*. (Margolis, 1994:339-340 – grifos meus). Mais tarde, esta mesma autora afirma que: *“Além desses segmentos de imigrantes de toda faixa social, Nova York tem também*

uma pequena comunidade de residentes veteranos. Mas aqui, também, pode-se verificar desigualdades entre os seus três principais elementos constituintes: os empregados assalariados, a elite brasileira e os comerciantes do Little Brazil. (...) Os membros dessa elite não têm nada a ver com o restante da comunidade brasileira em Nova York, e preferem estar socialmente entre eles mesmos e com gente fina, sejam americanos ou estrangeiros vivendo na mais cosmopolita das cidades.” (Margolis, 1994:346-47 – grifos meus e negrito da autora).

É precisamente dentro deste quadro de análise que a realidade do sul da Flórida se encaixa nesta pesquisa, com características ainda mais pungentes talvez (ou no mínimo, iguais às de Nova York e maiores que a de outros estados norte americanos de grande população brasileira: Massachusetts e Califórnia, por exemplo). Miami também tem, assim como Nova York, segmentos de imigrantes de toda faixa social; empregados assalariados e regularizados a viver e trabalhar nos EUA (aos quais eu me refiro aqui como a classe média ou média alta); comerciantes (no caso aqui, de downtown Miami); e, da mesma forma, uma elite brasileira que convive lado a lado com todos estes outros elementos da comunidade de brasileiros residentes naquele local, elementos daquilo que Margolis chama de “torta social” (1994:346). Esta “torta social”, contudo, não se integra. Seus diferentes ingredientes possuem diversos movimentos de aproximação e repulsa, de acordo com cada contexto evocado, mas a integração ainda é um passo a ser dado. Passo este que pode sim estar ausente devido à própria recência da migração de brasileiros para o exterior, ou pode simplesmente estar ligado às características da própria cultura nacional brasileira, de profundos cortes de classe e origem social. Pode ainda, ser um misto dos dois, o que parece ser o mais provável.

O que importa destacar aqui, contudo, é que esta visão idealizada da solidariedade de grupos imigrantes unidos por laços de uma origem em comum (seja ela nacional ou étnica) não pode ser aplicada para o caso brasileiro na Flórida, ao

menos não nas dimensões relatadas pela literatura que prega a solidariedade entre co-nacionais (e talvez nunca o seja). Para os brasileiros estudados, esta “solidariedade imigrante” pode até existir, como de fato existe em diversos momentos da vida destas pessoas¹², mas esta solidariedade imigrante ocorre na maioria das vezes entre “grupos de brasileiros” e não entre brasileiros como um todo. Brasileiros ricos e brasileiros pobres, brasileiros mineiros e brasileiros cariocas ou paulistas, brasileiros educados e brasileiros “sem educação”, brasileiros cultos e brasileiros ignorantes, brasileiros “gente fina” e brasileiros “Zé povinho”, brasileiros honestos e brasileiros malandros, brasileiros crentes e brasileiros infieis e assim sucessivamente. Dentre cada uma destas diversas clivagens que estão presentes entre os brasileiros em Miami, a questão de classes é, sem dúvida alguma, a que possui mais ênfase na divisão entre eles. E a que permeia a maioria destas categorias imaginadas descritas acima, assim como as demais que são utilizadas como método de distinguir o “eu” do “eles”. Neste caso, o mais intrigante, como dito, não a distinção entre o “eu” brasileiro e o “eles” estrangeiros, mas o “eu”, brasileiro X, *versus* o “eles”, brasileiros Y.

É dentro deste contexto que cabe a discussão proposta aqui.

¹² A exemplo das igrejas brasileiras nos EUA, e dos meus próprios relatos pessoais vividos.

II. A “POBREZA” A TODOS NOS UNE

Era ano novo, e as decorações de Natal precisavam ser removidas. Felizmente, para os migrantes, novas oportunidades de emprego... Foi assim que eu arrumei meu segundo emprego em Miami. Já estava tudo combinado, e durante uma tarde inteira, eu deveria limpar aquele apartamento. Não, não era um apartamento por dentro, mas sim um prédio de apartamento! Meu dever ali era limpar as varandas de todos os apartamentos, retirar as luzinhas de Natal, limpar depois a lavanderia do prédio (onde ficam as máquinas de lavar e secar para fazer o “laundry”), varrer, ou melhor, “blowar”¹³ os

¹³ Esta palavra é de minha autoria. Assim como os demais brasileiros “inventam” palavras quando estão trabalhando nos EUA, acabei inventando esta – se é que ela já não existe – pois ao me dar as instruções de como varrer todo aquele prédio, o proprietário me deu também uma máquina para fazê-lo, o tal do Super Blower! – sim, o nome da máquina é este mesmo. É um aparelho que assopra o pó e a sujeira, supostamente para limpar o local. É comumente encontrado entre os servidores públicos da limpeza urbana de Miami, que assim “varrem” as ruas, assopram a poeira, a sujeira e as folhas. Nas minhas mãos, entretanto, aquilo transformou-se num verdadeiro suplício para a execução do meu trabalho, pois enquanto eu assoprava a sujeira de um lado, ela empocalhava todo o outro lado, que eu acabara de limpar, assoprando. E assim, eu não conseguia sair do lugar! Ao ponto que aquilo me irritou tanto, que eu fui até o depósito procurar desesperadamente por uma vassoura, vassoura mesmo, como as nossas, nada de tecnologia americana, mas sim a nossa vassourinha, tão útil, pois senti que com o Super Blower eu jamais sairia daquele lugar. E assim, feliz da vida com a minha vassoura, eu limpei todo aquele prédio, me lembrando do que havia ouvido (lido)

corredores, as escadas, o pátio e o estacionamento e, finalmente, arrumar e limpar o local destinado ao depósito de lixo dos apartamentos em conjunto. Comecei cedo, ao meio dia. Tinha a tarde toda para fazê-lo mas, por falta de prática, acabei me estendendo até a noite. Não era um prédio muito grande, quatro andares, quatro apartamentos por andar. Dezesseis varandas, o pátio, lavanderia, estacionamento e o depósito para o lixo. Não era o emprego dos meus "sonhos", mas, como era recém chegada, ainda não tinha tido a chance de arrumar uma faxina de apartamento mesmo, ou seja, por dentro do apartamento! - o "must" dos empregos entre os brasileiros (em geral as brasileiras) em Miami. Então decidi aceitar essa faxina, que era por fora mesmo. Emprego este, aliás, que eu consegui, mais uma vez, através das mãos de um brasileiro. Aliás, todos os empregos que consegui em Miami foram sempre através das mãos de brasileiros, que me davam dicas, e me chamavam também quando vagava alguma coisa. Como eu fazia "amizade" com o pessoal que entrevistava, sempre em algum momento surgia na conversa o assunto, de que eu também estava procurando algum trabalho por lá, juntamente com a pesquisa, e boa parte dessas pessoas me retornaram com

da experiência de minha orientadora em seus trabalhos sobre migração para os EUA. Que as faxineiras brasileiras não se conformam com a ausência de ralos nas casas americanas, e com a faxina toda na base do spray. E realmente, que coisa horrível são aquelas máquinas para limpar, sem nunca poder "lavar com água", tudo a base de máquinas e sprays, parece que nada nunca fica limpo. Ainda bem que eu achei a minha vassourinha....

ofertas de emprego os quais elas tiveram conhecimento. Poderia inclusive ter arrumado um emprego "fixo" lá, numa loja de internet onde eu conheci uma brasileira que queria me colocar a todo custo numa vaga que surgiu (atendimento aos clientes) no período em que estive lá. Não aceitei por causa da pesquisa, e obviamente, porque minha intenção era voltar.

Este emprego do prédio, entretanto, o segundo que conseguia lá, apesar de parecer meio cansativo, era bem melhor que o outro emprego que eu tivera - meu primeiro emprego em Miami - trabalhando na limpeza de um restaurante. Na "dish", como diriam nossos conterrâneos em Boston! E realmente, como toda migrante, apesar de tê-lo sido por apenas um dia (fui dar um "help"), posso dizer que não tem nada pior para se trabalhar que a limpeza em restaurante! Como já ouvi de entrevistados meus: "uma lição de vida pra quem era classe média no Brasil!". Sendo assim, depois de trabalhar na dish, como dizem em Boston, limpando nevera e pelando papas, segundo Miami, qualquer emprego para mim seria melhor que isso! Não, não foram os hispânicos que disseram "nevera" ou "pelar papas", no caso, eu aprendi essas palavras com os brasileiros, que me ensinaram o trabalho....

Assim, depois de ter tido as instruções para este meu segundo emprego, estava pronta para limpar a "carcaça" do prédio. No primeiro apartamento, o proprietário entrou comigo,

me apresentou ao inquilino, e me explicou como tirar as luzinhas e os arames da varanda. Como estas eram luzes de prédio, não eram luzinhas como as que se colocam dentro de casa, fininhas, mas sim luzes em cabos de mangueiras, que se prendiam com arames. Então, eu deveria ter uma certa habilidade com o alicate, para destorcer o arame completamente enferrujado pela ação do tempo. E assim eu deveria fazer.

Para entrar, entretanto, nos apartamentos até atingir a varanda, eu deveria pedir licença ao morador. Não havia síndico no prédio, e eu não saberia dizer se isso é comum nos EUA, ou se isso se devia ao fato de ser aquele um prédio pobre, claramente de classe média baixa ou mesmo baixa para os padrões norte americanos. Mesmo que eu pulasse de uma varanda para a outra quando estas eram vizinhas, mesmo assim tinha que falar com o morador, a menos que este não estivesse em casa. Tocava a campainha então, e pedía licença, explicando a razão de eu estar lá, em inglês - novamente o meu inglês, que mais me atrapalhava do que ajudava em certos momentos... As pessoas, sem exceção, me responderam em espanhol. Não nos esqueçamos, era um prédio de apartamento "pobre". Mesmo as que entendiam o que eu estava dizendo em inglês, sem problema algum me respondiam em espanhol, provando mais uma vez a força que tem aquela língua naquele

local. As demais me diziam que não estavam entendendo, e pediam pra eu repetir tudo em espanhol. Havia um apartamento de brasileiros que, logicamente, falaram comigo em português, e inclusive me ajudaram com os demais vizinhos, todos falantes de espanhol. Em todas as famílias daquele prédio, desde a primeira que falou em espanhol com o proprietário, era sempre o espanhol que eu ouvia.... Exceção a apenas duas. As duas únicas famílias daquele prédio que me receberam e conversaram comigo em inglês, e somente em inglês, eram, veja só que curioso, negras.

Este relato não tem a intenção de sugerir uma fraternidade entre negros e hispânicos em Miami, pois é bem verdade que isso não ocorre. Mas a “união” da pobreza muitas vezes coloca estes grupos em posições muito próximas uns dos outros. Entretanto, a intenção desta pesquisa não é fazer um estudo entre a proximidade de hispânicos e negros em Miami, seja ela por qual motivo for, inclusive porque, acredito que neste caso a questão étnica possua um peso significativamente maior do que as próprias condições de classe, haja visto que estamos tratando aqui de negros norte americanos. A idéia deste relato, por outro lado, é justamente chamar a atenção do leitor para a união não entre negros e hispânicos, que pode até existir em determinados momentos ou não, mas sim a união

entre brasileiros e hispânicos, esta sim, muitas vezes, encontra-se “unida” pela pobreza (ou, quem sabe até, pela “riqueza”)¹⁴.

De acordo com aquilo que discutimos no capítulo anterior, poderíamos dizer que, em decorrência desta própria condição das clivagens expostas, o que existe em Miami (sul da Flórida) não são “imigrantes brasileiros”, mas sim “grupos de imigrantes brasileiros”. Neste sentido, faço minhas as palavras de Ribeiro, quando este afirma que: “*Os imigrantes brasileiros em São Francisco [e da mesma forma em Miami] são uma abstração. Na verdade trata-se de uma população diferenciada por classe social, status, gênero, origem regional (uma nítida maioria de goianos, por exemplo) e raça.” (Ribeiro, 1999:45 – grifos meus). Já deixei claro acima que, dentre estas diversas possibilidades de clivagens, considero, do meu ponto de vista, a de classe social a mais proeminente entre a população por mim pesquisada, e que, de certa forma, “contamina” as demais clivagens expostas pelo autor: *status* – visceralmente ligada à condição de classe social – origem regional (que como vimos, é uma mitificação dos termos de classes também), raça, etc... Talvez apenas a condição de gênero esteja mais “asséptica” em relação às condições de classe. As demais, estão permeadas por esta clivagem que eu considero “maior”. Entretanto, este mesmo autor dá seqüência ao seu texto descrito acima afirmando que: “*No entanto, novas populações de migrantes em contextos interétnicos, em que as marcações de diferenças sociopolíticas e socioeconômicas são altamente informadas por ideologias étnicas e raciais, como é notadamente o caso norte americano, tendem a ser eticizadas, percebidas e representadas de maneira homogeneizante. Os brasileiros em São Francisco [e da mesma forma em Miami], como qualquer população inserida em uma estrutura de segmentação étnica, vivem em função tanto das relações internas ao seu segmento quanto das relações**

¹⁴ Já dizia Marx que a burguesia não tem pátria. Da mesma forma não deveria tê-la o proletariado.

estabelecidas com outros segmentos étnicos. O trânsito constante entre experiências internas e externas ao segmento brasileiro, com os correspondentes jogos de imagens e esteriótipos, é uma das fontes da criação de uma forte ambivalência cultural e identitária.” (op Cit, 1999: 45-46 – grifos meus).

Este trecho acima citado descreve de forma bastante elucidativa esta relação vivida pelos brasileiros imigrantes nos EUA. Internamente, dentro do “segmento brasileiro” ou entre o “grupo Brasil”, como queiramos chamar, as relações desta população residente no sul da Flórida já foram trabalhadas no capítulo I desta terceira parte. Quanto às “relações estabelecidas com outros segmentos étnicos”, acredito que o peso do local de destino da população imigrante dentro dos EUA seja um dos fatores que causa impactos diversos no conjunto destas relações.

1. Ser Hispânico no Sul da Flórida

Para que tal correlação possa ser feita é preciso primeiro retomarmos aqui o que já foi explorado sobre a noção de que os brasileiros, embora sejam considerados pela sociedade hospedeira, regra geral, simplesmente como hispânicos, para si próprios, esta classificação não faz sentido. Como colocado no item 2 do capítulo VII, a primeira reação à denominação da sigla “hispânico” por parte da comunidade brasileira residente nos EUA é de refuto, encontre-se ela em Massachusetts ou na Flórida, num primeiro momento, como foi descrito. Por outro lado, a percepção de que fazer parte de um grupo étnico dentro dos EUA pode ser algo vantajoso para

uma comunidade imigrante é adquirida pelos brasileiros tão logo eles passem a se envolver com mais propriedade dentro da sociedade norte americana. Esta percepção vai direcionar os brasileiros para diferentes caminhos, de acordo com as diversas nuances que envolvem este tema, tal qual já explorado naquele mesmo item. Em Massachusetts, “admitir” ser hispânico não se torna vantajoso nem mesmo em um segundo momento, uma vez que, para aquela região, ser hispânico significa ser a minoria étnica mais discriminada e pior conceituada pelo *mainstream* branco e anglo-saxão. Já, para o sul da Flórida, entre as opções existentes, poder ser hispânico significa ser o *mainstream* daquela região, especialmente aqui, no caso da cidade de Miami (apesar deste “rótulo” ainda carregar uma série de noções preconceituosas, mesmo em Miami).

Já vimos que, tanto em termos de amizade, como em termos de relações de trabalho, relações associativas, uniões conjugais, etc..., os brasileiros se mantêm agrupados entre seus co-nacionais na maior parte dos casos. Entretanto, não é nada desprezível o dado estimado em mais de 30% dos colegas de trabalho dos brasileiros residentes no sul da Flórida serem hispânicos (entre hispânicos somente e hispânicos e outras nacionalidades – página 205). Mesmo entre os demais aspectos pesquisados, a condição das relações entre brasileiros e hispânicos não chega a ser insignificante, uma vez que não somente em relação ao ambiente de trabalho estes brasileiros estão vivendo em constante comunicação com a comunidade hispânica de Miami. Nas relações que envolvem laços afetivos igualmente esta relação se dá como, por exemplo, em situações de amizade, vizinhança, ou mesmo vínculos associativos e/ou religiosos. Como declara um de meus entrevistados:

“(...) é, eu vejo também que são dois povos muito parecidos, dois povos amigos, eu tenho muitos amigos hispanos¹⁵, sou apaixonado por eles, me identifico muito com o povo hispano, que eles são seres humanos. Existe essa união, por exemplo, o hispano gosta do brasileiro, via de regra, o brasileiro gosta do hispano, são idiomas semelhantes, há aqui na Flórida, a grande maioria dos brasileiros fala o portunhol, diga-se de passagem. Os brasileiros mais esclarecidos falam o verdadeiro espanhol, mas a grande maioria consegue ser entendida, falam misturando o portunhol, certo? Mas os brasileiros mais esclarecidos, estes falam o inglês e o espanhol, falam verdadeiramente. Agora, é uma comunidade, a comunidade hispana é alegre, é comunicativa, é humana, é sensível, e cá pra nós, muito mais organizada, muito mais dinâmica, eu creio, muito mais objetiva do que a nossa, pelo menos no tocante à questão de consciência comunitária. Eu admiro muito o povo hispano, eu admiro muito o povo hispano.”

(entrevista realizada com Alex, em 6 de março de 2002 – grifos meus)

Note-se que, nesta fala, além das conceituações que são feitas em relação aos hispânicos – que é o que nos interessa sobremaneira aqui – existe também, mais uma vez, a interferência desta noção daquilo que eu chamo de “percepções de classe”, baseado em tudo o que foi descrito no capítulo anterior. O entrevistado deixa claro, através de seu depoimento com relação a aspectos que em nada teriam a ver com o problema de classe a princípio, que existem brasileiros “esclarecidos”, os únicos, por

¹⁵ Novamente aqui vale a referência ao termo “hispano”, que não existe na língua portuguesa, mas é muito utilizado entre os brasileiros (ver nota 30, pg.289).

assim dizer, que conseguiriam falar verdadeiramente o espanhol. Ele próprio se ressentia disso, tendo consciência que não se encaixa no grupo destes “brasileiros esclarecidos” e, por conseguinte, não fala o espanhol verdadeiro (muito menos o inglês).

Contudo, ter amizade com hispânicos, colegas de trabalho hispânicos, ou mesmo certa admiração e afinidade com a cultura hispânica, não é algo presente entre os imigrantes brasileiros somente em Miami. Estes fatores porém, embora ocorram nas outras regiões dentro dos EUA onde os brasileiros também se encontram (Massachusetts, Nova York, Califórnia, etc...), por outro lado, parecem possuir uma significação muito vinculada ao contexto regional daquele local: o sul da Flórida. Miami, neste sentido, parece se destacar como uma região ímpar dentro dos EUA.

A cidade de Miami, bem como, de certa forma, toda a região do sul da Flórida, pode ser considerada uma região distinta entre as demais dos EUA neste sentido. Por diversos aspectos esta região se diferencia das demais dentro do país, mas, sem dúvida alguma, um aspecto fundamental que a torna única está estritamente relacionado à sua composição populacional: a predominância de população hispânica naquele território. Já em 1990, a área denominada Metropolitan Miami (Miami-Dade) contava com a seguinte distribuição populacional: de um total de 1.937.000 pessoas, 586.000 são brancos, não hispânicos; 953.000 são hispânicos; e 369.000 são negros (Portes & Stepick, 1993:211)¹⁶. Contudo, não é apenas numericamente que Miami se diferencia dos demais pontos de concentração hispânica nos EUA, como é o caso do estado da Califórnia, por exemplo. O grande diferencial de Miami reside, outrossim, exatamente na representação que esta população hispânica exerce dentro daquele território, ou como colocado acima, no

¹⁶ Dados do Metro-Dade Planning Department, Divisão de Pesquisas, Dade County Facts (Miami: Metropolitan Dade County Government, 1990).

fato de que, ser hispânico nesta região, significa pertencer ao *mainstream* daquela sociedade local. Inclusive politicamente. A representação dos hispânicos (no caso aqui, cubanos) no cenário político do county de Miami Dade é incomparável com a de qualquer outro lugar dos EUA. Já para o ano de 1990, quatro dos “sub-prefeitos” (*mayoral*) do Dade County¹⁷, incluindo aqueles das duas maiores municipalidades do local, Miami e Hialeah – ver mapas 3 e 6 – eram hispânicos; a maioria das câmaras destas duas cidades e de muitas outras cidades menores era hispânica; os administradores de Miami City e do Dade County eram hispânicos; sete delegados de Estado e dois senadores estaduais eram também hispânicos (um terço de toda a delegação do county) e um representante do Congresso Americano era, igualmente, hispânico. De lá para cá, o número de hispânicos no cenário político da Flórida somente aumentou. (dados da mesma fonte, op Cit, 1993:212). Portanto, dizer que os hispânicos em Miami são o *mainstream* daquela sociedade local não significa afirmar sua presença apenas culturalmente, ou mesmo economicamente. Estas duas dimensões de força da comunidade hispânica em Miami se transportam para a esfera política também, culminando quase que em uma “hegemonia latina” na região.

Quando se chega à Miami, tem-se uma clara percepção de não se estar chegando aos EUA, ao menos, não enquanto a nação imaginada norte americana, branca e anglo-falante. Pelo contrário, a sensação que Miami provoca é precisamente a de se estar entrando em um universo essencialmente latino-americano dentro de uma matriz estrutural norte americana, que comportaria assim uma outra cultura dentro dos modelos geográficos e de representações culturais mais amplos, norte americanos (estadunidenses). É exatamente esta sensação que se confirma através de estudos e pesquisas sobre esta biculturalidade da cidade de

¹⁷ Como já colocado na nota 1 da introdução desta tese, o county é um tipo de divisão política inexistente no Brasil. Engloba portanto, diversas cidades (algumas maiores, outras menores) que formam junto aquilo que, no Brasil, representaria por vezes uma cidade grande, ou uma área metropolitana. No caso de Miami, o Dade county seria como a cidade de São Paulo dividida em diversas “subprefeituras”.

Miami e da região do sul da Flórida como um todo, se bem que algumas distinções devem ser feitas a este respeito¹⁸. Portes e Stepick afirmam com propriedade dos fatos que: “*Involuntariamente, Miami tornou-se o primeiro experimento bem sucedido da nação de uma vivência bicultural na era contemporânea* [referindo-se aqui ao fato de que hispânicos e brancos partilham uma biculturalidade real, como em nenhum outro local dos EUA, nem mesmo na Califórnia]”. (Portes e Stepick, 1993:xi-xii – grifos meus).

O impacto maior que a cidade provoca entre aqueles que a conhecem talvez seja este mesmo, a força da cultura latina representada naquele local não como mero coadjuvante folclórico de uma cultura outra que predomina, mas, ao contrário, uma cultura latina tão forte e tão dominante quanto a matriz cultural anglo-americana. Exemplo desta força cultural que a comunidade hispânica desfruta em Miami pode ser verificado inclusive na questão da língua, onde o espanhol pode ser considerado praticamente como a língua oficial da cidade (neste caso específico, esta situação vale mais para o county de Miami-Dade do que para Broward).

Esta relação com o idioma espanhol, apontada pelos brasileiros nos questionários e nas próprias entrevistas como um dos motivos inclusive pela escolha do local de destino, pode ser considerada como a primeira estratégia de sobrevivência e inserção do imigrante brasileiro em território norte americano (para a região estudada, logicamente). Não foi por acaso que eu a descrevi assim em meu primeiro relato apresentado nesta tese (pg.151). Mas não somente à questão da língua se restringem os laços construídos entre a comunidade brasileira residente em Miami e a comunidade hispânica. Muito além disto, para os brasileiros que ali se encontram, a proximidade cultural entre estes dois universos pode ser muito vantajosa para aqueles que não detêm muitos instrumentos de inserção na sociedade

¹⁸ O condado de Broward é muito mais “americano” que hispânico, diferentemente de Miami-Dade

abrangente, sejam eles legais ou mesmo aspectos de capital cultural destas pessoas (o não domínio da língua inglesa, por exemplo, ou o não domínio dos códigos sociais da sociedade branca e anglo-falante). Em outras palavras, para aqueles imigrantes brasileiros do sul da Flórida que se encontram em situação irregular, ocupando postos de trabalhos rebaixados socialmente e que não possuem mecanismos de inserção social dentro da própria sociedade norte americana – o “imigrante típico”, que como vimos no capítulo anterior desta mesma parte, não está vinculado às classes mais abastadas de brasileiros que igualmente convivem naquela região. Para estas pessoas, estar em Miami, ao lado de uma comunidade hispânica fortemente representada inclusive em termos econômicos e políticos, acaba por se tornar uma vantagem excepcional, já que estes brasileiros que não possuem outras formas de inserção no país de destino. Além desta vantagem estratégica, estar em Miami também proporciona o conforto com a proximidade de uma cultura que, diferentemente de outras regiões dos EUA, não ocupa um dos estratos mais inferiores, quando não o estrato mais inferior das classificações sociais norte americanas (vinculadas sempre à componentes étnicos, desde sua formação colonial, a exemplo dos irlandeses no século XVIII, e não à situações de classe propriamente ditas). Assim, estar em pleno contato com esta matriz hispânica, ao mesmo tempo em que pode proporcionar para estes brasileiros uma “vantagem estratégica”, proporciona também o conforto de se falar “portunhol” sem ser sequer necessário aprender inglês, poder ir a um *fast-food* e pedir arroz e feijão¹⁹, sentir-se inserido em um meio cultural abrangente – no caso, a comunidade hispânica – mesmo sendo uma minoria. Enfim, de se “sentir em casa”, mesmo estando fora de casa.

¹⁹ Uma das maiores cadeias de *fastfood* do sul da Flórida é o “Pollo Tropical”, que serve refeições rápidas de pratos de arroz e feijão – sempre – com variadas formas de frango. Esta cadeia de restaurantes, no local, compete lado a lado com outros restaurantes consagrados nos EUA, como o McDonald’s e o Burger King, e não fica devendo nada à magnitude destes dois restaurantes tipicamente americanos.

Esta “estratégia” de inserção na sociedade abrangente, entretanto, não se dá de forma simples, mas sim por meio de uma malha de complexidades. Quando entre si, brasileiros apontam grandes diferenças entre eles e a cultura hispânica, refutam a denominação de hispânicos, afirmam a distinção clara de serem tão somente brasileiros. Quando interagem com a sociedade abrangente, entretanto, a vinculação cultural entre o Brasil e os demais países latino-americanos, todos aglomerados sob uma mesma nomenclatura de “hispânicos”, adotada pelo sistema de classificação racial dos EUA²⁰, pode ser, como de fato o é, muito vantajosa para estes brasileiros, tanto nos próprios aspectos culturais em si, como nos aspectos políticos. Neste sentido, mesmo que os brasileiros rejeitem a nomenclatura hispânica entre si, pertencer a este grupo pode ser viável e inclusive vantajoso, de acordo com cada situação, haja visto que ser “hispânico” em Miami representa significações muito diversas e mais complexas do que a conotação negativa que esta mesma nomenclatura desfruta em outras partes dos EUA. Ser hispânico em Miami é, acima de tudo, “estar em casa”, desde suas origens coloniais até os dias de hoje.

2. Etnicidade e Classe: Um jogo de identidades

Se ser hispânico pode ser vantajoso para os brasileiros que se encontram no sul da Flórida, não podemos deixar de ter em mente que, “os brasileiros” tal como anteriormente referido, são uma abstração, e não uma realidade concreta.

²⁰ Oficialmente (segundo aspectos governamentais), a palavra que descreve este grupo étnico é “hispânico” e nunca “latino” (Martes, 2002; Oboler, 1995).

Entre estes movimentos descritos acima, de relações internas e externas, internas com o próprio “grupo Brasil” e externas com os demais segmentos étnicos – dos quais aqui, para esta região estudada, o grupo hispânico certamente é referência – podemos verificar que, a proximidade real e mesmo cultural às vezes é mais estreita entre grupos de uma mesma origem socioeconômica (questão de classe social, portanto) do que entre grupos de uma mesma origem nacional – referindo-se aqui ao caso brasileiro, origem nacional brasileira. Dito de outra forma: entre aqueles imigrantes que chamei de “imigrantes típicos”, a distância real e a própria distância cultural é mais forte entre estes e os brasileiros abastados que vivem lado a lado em Miami, embora ambos tenham origens natais no mesmo país, do que entre estes brasileiros “imigrantes típicos” e outros “imigrantes típicos” de origem hispânica. O mesmo pode se processar entre os próprios brasileiros mais abastados, embora esta pesquisa não tenha se debruçado sobre eles. Porém, como vimos já em Margolis (1994), a “*elite brasileira prefere ficar entre gente fina*”. Neste sentido, “a pobreza”, ou a própria condição imigrante, realmente os une.

Dentro deste quadro de análises, as possibilidades de “combinação” são múltiplas. Alguns brasileiros se sentem muito próximos dos argentinos ou uruguaios, por exemplo, mas marcadamente distantes dos bolivianos ou peruanos. Outros, já se sentem próximos aos mexicanos, por ser o México e o Brasil dois países que comungam uma certa identidade de “gigantes” da América Latina que estão sempre impedidos de crescer por um inimigo em comum, os EUA. Outros, relatam uma extrema afinidade com os cubanos, afirmando que Cuba e Brasil possuem matrizes culturais muito semelhantes, desde o passado colonial até hoje, questões como a cultura da cana e a mestiçagem escrava entre os brancos senhores. Acreditam também que esta afinidade esteja presente entre o poderio empreendedor dos cubanos em Miami e, da mesma forma, esta capacidade de luta e espírito empreendedor que estes próprios brasileiros retomam para si mesmos. Outros ainda

se sentem mais próximos de equatorianos e colombianos, pelos traços que os ligam com um mesmo sangue indígena anterior (mesmo que estes laços sejam totalmente “imaginados”, mais uma vez, no sentido de Anderson, 1989). E existem também, é lógico, aqueles que se sentem intimamente ligados aos próprios norte americanos, em geral pela condição primeira de serem brancos (ou negros), como se isso fosse o sinal de legitimidade requerido pela sociedade hospedeira para tal inclusão. Neste grupo cabem os brasileiros de descendência puramente européia, e que não são poucos a viver nos EUA. Estes, muitas vezes, refutam sua afinidade cultural até mesmo com os demais brasileiros. Muitos gaúchos se incluem neste quadro, trazendo consigo um certo regionalismo diferenciador que existia desde seus tempos no Brasil.

É desta forma que encontrei Rafaela, uma gaúcha de olhos azuis, cabelos claros, e pele muito branca. Esta, denominava a si própria de *manager*, quando na verdade sua função era tomar conta de uma pequena lojinha de produtos alimentícios brasileiros (em geral bolachas e chocolates) em downtown Miami. Ao ser questionada sobre sua condição nos EUA, me relatou que, por ter tido avós europeus, sentia-se muito mais próxima dos norte americanos do que dos próprios brasileiros e dos demais hispânicos, que para ela eram como os brasileiros (portanto para ela, brasileiro era hispânico, já que ela não se considerava uma “brasileira” e sim uma gaúcha, o que é diferente). Fossem hispânicos ou brasileiros, ela os descrevia com um certo desdém, incorporando e reproduzindo as características estereotipadas de boa parte dos próprios brasileiros brancos e da sociedade norte americana abrangente: preguiçosos, sem muita disposição para o trabalho, encrenqueiros, desonestos.... Muito diferentes dela e de sua família, que eram laboriosos, batalhadores, pessoas com garra, sem preguiça e sem esta tendência “hispânica” de uma certa predisposição ao ócio e ao “trambique”, uma predisposição “malandra” de enganar as outras “pessoas de bem”. Eis porque ela se sentia muito

mais norte americana (norte americana branca, logicamente) do que até mesmo brasileira. Em suas pesquisas com brasileiros de origem italiana ou européia em geral, que atualmente se encontram vivendo em Boston (MA), Assis encontrou semelhante percepção. Consideram-se “brasileiros diferentes”, pois não são como os demais “brasileiros preguiçosos e folgados”, e buscam se aproximar de uma identificação com a sociedade norte americana em Boston, com outros descendentes de italianos (*oriundi*) ou, de alguma forma, penetrarem na prestigiosa camada dos brancos dentro do sistema de classificação racial norte americano, devido a sua condição racial (Assis, 2002).

Rafaela se sente muito “norte americana”. Mas, por mais que tente, ou por mais que queira acreditar que possa ser tão americana quanto os próprios americanos, e por mais que sua pele branca a permita transitar neste mundo com uma certa liberdade, ela não o é, e no fundo no fundo, sabe que a sociedade hospedeira nunca vai aceitá-la como sendo. Ela não tem papéis (não é uma imigrante documentada, ao menos não ainda), não domina o inglês, nem sequer se comunica bem neste idioma, vive e trabalha no meio de outros brasileiros e demais hispânicos, não interage com a sociedade norte americana, mas sim com a hispânica (downtown Miami é um dos pontos mais “hispânicos” de Miami Dade), seu trabalho é considerado um sub emprego pela sociedade norte americana, embora ela própria se denomine *manager*. Portanto, assim como Rafaela, centenas de outros brasileiros que no Brasil se julgavam brancos – alguns brancos de fato, como ela, outros nem tanto, uma vez que nossa classificação racial de processa de maneira diversa a norte americana²¹ – desejariam poder escolher a opção “*white*” (branco) dentro do sistema de classificação étnica e racial dos EUA. Mas eles não podem. Como não podem, e como a opção “simplesmente brasileiro” ainda não existe de fato, e quando evocada

²¹ A este respeito, ver Martes, 2002.

é permeada de incongruências – incongruências de classe, de falta de integração política, etc... – resta a estas pessoas, nos momentos em que esta condição possa se fazer vantajosa, a opção do hispânico, já que, como visto, em Miami, ser hispânico é ser o meio dominante por excelência.

Quanto à nossa classe média alta e alta, que na sua imensa maioria é branca de fato, cabe a elas uma maior possibilidade de integração com a própria sociedade norte americana, uma vez que, além de brancos “legítimos” – não raras vezes eles são descendentes inteiramente de europeus, haja visto que os brasileiros que conseguem emigrar para os EUA em condições legais e sem rebaixamento de *status* são os brasileiros das classes mais abastadas no interior do Brasil, portanto brancos “legítimos”, em sua maioria, dada a nossa condição racial/social (vide primeira parte desta tese) – possuem ainda legitimidade legal, boas condições de trabalho – não se inserem entre os trabalhos “marginais” destinados aos demais imigrantes, mas ocupam cargos administrativos em grandes empresas brasileiras e norte americanas, ou são profissionais liberais bem sucedidos. Seus filhos freqüentam as mesmas escolas que os filhos dos norte americanos, ou dos demais hispânicos “bem de vida”, o domínio do inglês e do espanhol (em Miami é recomendável os dois) é algo que já trouxeram do Brasil, ou então que se adquire em pouco tempo. Moram em condomínios luxuosos, e em bairros não hispânicos da cidade²². Diferentemente dos demais imigrantes brasileiros como Rafaela, que podem até ser brancos, mas não podem estar incluídos neste círculo legitimado pela sociedade norte americana e pelas próprias elites, estes brasileiros, que poderiam ser um grande aporte para a comunidade brasileira como um todo dentro dos EUA, acabam vivendo dentro de seu próprio mundo, faça ele referência ao conceito hispânico, brasileiro, ou norte americano (de preferência), não importa.

²² Os bairros “hispânicos” de Dade county, como Hialeah e o próprio centro (downtown Miami) são considerados bairros “pobres” e desprestigiados.

“O, o brasileiro, nós temos que reconhecer que existem diversos tipos de brasileiros, diversos segmentos comunitários, existem aqueles segmentos abonados, dominam amplamente o idioma, moram em mansões luxuosas, hollywoodianas, pessoas que têm futuro, pessoas que poderiam ajudar muito mais a comunidade e não ajudam, que estão preocupadas com, com os seus negócios. Existem brasileiros muuuuuito bem de vida, empresários paulistas, empresários de diversos estados brasileiros, que vieram encontrar uma certa facilidade em termos de segurança física nos EUA. Estes, não estão nem aí pra nada, não querem nem saber.”

(entrevista realizada com Marcos, em 17 de fevereiro de 2002 –
grifos meus)

Aos demais brasileiros, ao menos em princípio (quanto mais recente for o imigrante, menos desprovido de condições favoráveis ele está), e a menos que consigam adquirir uma grande ascensão econômica conjugada com uma forte integração na sociedade abrangente, compete a eles permanecerem excluídos desta esfera de possibilidades. Se apóiam portanto em histórias bem sucedidas de hispânicos para traçarem suas próprias trajetórias dentro daquele local de destino. Neste aspecto, a presença cubana em Miami, que representa em um contexto maior a própria presença hispânica, tem um significado único para estes imigrantes que, sendo a maioria dos brasileiros que se encontram no sul da Flórida, se espelham na trajetória de uma comunidade hispânica bem sucedida como exemplo de prosperidade, e na classe alta brasileira que convive com eles neste mesmo país de destino, como exemplo de um Brasil que eles tentam esquecer.

III. COMO ALEGRIA QUE NÃO TEM ONDE

ENCOSTAR...

17 de janeiro de 2002 - 14:40

Vejo do lado de fora da janela do oitavo andar da South Bayshore Drive um dos vários cais de Miami, cheio de iates luxuosos, um estacionamento cheio de carros, com seus Porches, seus Cyslers, um restaurante todo perfeitamente quadriculado, o Monty's Restaurant, palmeiras artificialmente e meticulosamente, milimetricamente plantadas em lugares pré-fixados dentro do planejamento de paisagismo daquela área. O mar, muito bonito, expande-se até encontrar outras ilhas - Miami Beach, talvez - cobertas de prédios bem planejados, quase perfeitos, a maioria deles, hotéis.

Dentro da sala onde estou, uma das várias salas do Consulado Brasileiro em Miami, de cuja janela vejo esta vista, pouca coisa existe. Uma mesa limpa e reluzente de madeira e ao

estilo governamental, um vaso de plantas ornamentando um dos cantos da sala, em um outro canto, a bandeira brasileira, impetuosa, arrastando-se ao chão, e nas minhas costas, o retrato do presidente do país, Fernando Henrique Cardoso [à época]. Mas de tudo, tudo o que me cerca, o que me chama atenção mesmo é o quadro que está a minha frente, uma representação do Brasil. Neste quadro, de Durval Pereira (1972) que eu nem sequer conheço, existe uma cidade brasileira, que eu imagino ser do interior de Minas Gerais, pois no topo das montanhas que preenchem o fundo do quadro encontram-se três igrejas, como aquelas igrejas mineiras, barrocas, históricas, tão brasileiras. Os morros são cobertos de casas, como aquelas do interior de Minas, ou de partes do interior de São Paulo - quiçá de outras partes do Brasil também, que eu desconheço, exceção a estas duas. Talvez casas de morros do Brasil inteiro, não sei. Coloridas entre as portas e janelas, um branco já bastante gasto e castigado ao fundo, todo sujo de barro, todo descascado. As portas são muito altas, e acima delas existem aqueles vidros que as enfeitam, como em Paraty. Por entre as montanhas, aquelas mesmas com as igrejinhas nos topos, descem ruas beirando as casinhas, que vão se unir em uma rua mais larga ao fundo, a rua principal do quadro, que parece ser de terra, não tem asfalto, mas tem calçada na porta das casas. Os telhados são formados com aquelas telhas marrons,

sobrepostas, consumidas também pelo tempo. E algumas casas possuem varandas em seus sobrados, como em Ouro Preto. Varandas de ferro cuidadosamente torcidos e combinados para ornamentar a casa. Os postes de luz, embora saibamos que atualmente são elétricos, ainda se apresentam como aqueles do Império. Losangos completos, como balões de São João. Em algumas dessas varandas existem roupas penduradas, que colorem ainda mais os sobrados. Deve parecer a Bahia, ao menos na minha imaginação (nunca vi a Bahia ao vivo...).

Toda essa paisagem está cercada pelo verde, por um verde intenso e vivo, ao redor de cores intensas e vivas, que parecem dar mais vida àquele quadro do que a vida que reside lá fora, a qual eu posso ver pela janela. Neste momento, me aperta uma saudade tão grande de casa, mas tão grande, quase inexplicável. Não é a saudade da minha casa física, que se encontra em um bairro italiano de uma megalópole, e em absolutamente nada se parece com as casas do quadro. Também não chega a ser saudade da minha família, pois estou a pouco tempo longe deles, e diferentemente dos outros migrantes, sei que muito em breve voltarei a vê-los. Mas é uma saudade de casa, no sentido mais amplo que a palavra saudade consegue exprimir, saudade de uma "casa" maior que a minha na Moóca, saudade de uma casa chamada Brasil. Por um momento eu me sinto a pessoa mais solitária do mundo, por

saber que estou tão distante assim daquela rua batida de chão, daquelas casas desgastadas e pobres, mas intensamente cheias de vida, cheias de cor. Minha vontade é mergulhar naquele quadro, me misturar àquela gente, também ela, colorida e viva. Colorida em seus vestidinhos de chita, em seus chapéus de palha, e em sua pele. Mais que colorida, autêntica. Mais do que autêntica, livre. Livre como eu gostaria de poder estar sendo naquele momento, e não sou.

A saudade aperta tanto, e se eu pudesse, voltaria amanhã para o Brasil. Como pode ser que, em meio a um lugar tão simples, com pessoas tão simples, que provavelmente jamais saíram daquele lugar, eu possa ver tanta liberdade? Eu possa enxergar tanta beleza? Eu não sou uma imigrante ilegal, eu tenho o meu passaporte totalmente regulamentado e livre, eu posso ir e vir para onde bem eu quiser, e eu tenho renda para isso. Eu estou sentada em um edifício maravilhoso, em uma das avenidas mais bonitas de Miami, em um dos locais mais prestigiados da cidade, Coconut Grove. Lá fora, um cais luxuoso, com carros ainda mais luxuosos, ruas coordenadas perfeitamente, telhados perfeitos, casas perfeitas. E eu me sentindo tão presa, tão tolhida. Quanta incoerência! É que, na verdade, eu estou cansada de ruas perfeitas com palmeiras milimetricamente dispostas ao longo das calçadas. Estou cansada de tanto luxo, tanta artificialidade, tantos malls,

tantas compras. Estou cansada de ver tantos Crysler, tantos Porches, tantas Land Rovers. Estou cansada de ver o sol brilhando lá fora e tendo que usar uma malha nos ônibus por causa do forte ar condicionado que eles possuem. Eu tenho vontade de sentir o bafo quente do verão entrando pelas janelas abertas de um ônibus ou de um carro. Aliás, estou cansada de estar sempre, sempre cercada de ar condicionado onde quer que eu vá. Estou cansada de morar em uma casa que só tem janelas para decoração, mas que nunca se abrem, pois há um circuito interno de ar que circula pela casa em ritmos variados. Eu quero sentir o ar! Quero sentir não o cheiro de lojas novinhas, mas sim algum cheiro de fruta, como o de manga no pé, ou mesmo na feira. Quero poder ver árvores que crescem naturalmente, desordenadamente, e não palmeiras perfeitas, perfeitamente dispostas em avenidas perfeitas. Eu quero ver o simples, que não significa pobreza, já que a pobreza imunda das cidades grandes eu também vejo em Miami, assim como em São Paulo, mas eu quero algo mais, que não é o luxo dos malls, que não é a pobreza fétida das cidades, mas sim algo que é simples, é singelo, é extremamente autêntico. É pobre, mas ao mesmo tempo, é imensamente rico também. Uma riqueza que poucos entendem. É, acima de tudo, verdadeiro. É mais que a minha casa, é o meu lar, a minha memória, a minha infância,

a minha gente. É algo que, nem todo o dinheiro e os shoppings, e o luxo de Miami, jamais vão poder me dar.

Talvez essa seja, no fundo no fundo, a saudade que algum dia, admitindo ou não, todo migrante sente de seu lar. E que nem todo o “melhor salário do mundo” pode compensar.

Acabo me lembrando de uma música do Chico Buarque, que para mim, é o acompanhamento perfeito para aquela pintura que tanto faz parte de mim, e da qual eu não consigo tirar os olhos, contrastada com o luxo que eu vejo através daquela janela.

*“São casas simples, com cadeiras na calçada,
E na fachada escrito em cima que é um lar.
Pela varanda, flores tristes e baldias
Como a alegria que não tem onde encostar,
E aí me dá uma tristeza no meu peito,
Feito um despeito de eu não ter como lutar.
E eu que não creio peço a Deus por minha gente,
É gente humilde, que vontade de chorar.”*

Esta é a imagem de um Brasil que eu me recordo: “a alegria que não tem onde encostar”. E é esta a mensagem que, sem saber ou não, as pessoas me

deixavam de seu país natal – o Brasil – quando falavam dele para mim em suas entrevistas. Embora muitas vezes elas não quisessem transparecer esta idéia, era precisamente esta a tristeza e o ressentimento talvez que elas carregassem do país onde nasceram e foram criadas, e que por um motivo ou outro, tiveram que (optaram por) deixar.

1. Identidades Nacionais: os mestiços e os prósperos...

Uma última parte desta pesquisa (em campo) envolvia questões referentes às próprias conceituações que cada um dos brasileiros entrevistados fazia com relação ao que consideravam ser “o melhor” e “o pior” dos brasileiros e dos norte americanos, o que cada um deles mais admirava em um povo e em outro (ver questionário no anexo 2). Tais questões tinham como finalidade uma melhor apreensão das perspectivas de identidades destes brasileiros, que assim como em outros momentos, refletiam estigmas e construções formuladas ainda no Brasil, muitas vezes reforçadas em território norte americano. A sempre presente questão do “povo brasileiro quente e caloroso” em contrapartida com o “povo estrangeiro – no caso aqui, norte americano – frio e racional” esteve mais uma vez presente, assim como em outros pontos de destino dos imigrantes brasileiros, a exemplo do Japão (Oliveira, 1997; Sasaki, 1998; Ocada, 2001). Ícones da nossa identidade nacional também foram várias vezes apontados: sensualidade feminina, a mulher brasileira, o futebol, a música, Pelé, amizade, calor humano, etc... A língua portuguesa, marco de nossa diferenciação com os hispânicos, também possui um lugar de destaque entre

estes ícones nacionais. Mestiçagem – que é a razão pela qual muitos explicam e justificam o calor humano brasileiro – povo pacífico e ordeiro, povo sem preconceitos de raça, e demais atributos construídos em cima deste padrão racial brasileiro (ver construção do mito nacional brasileiro na primeira parte desta tese) também são recorrentemente evocados. Estas, regra geral, são as características que se relacionam àquilo que as pessoas alegam serem motivos de orgulho nacional. Estão, na maioria das vezes, intimamente ligadas às nossas construções ideológicas de nação, no sentido em que foi explorado na parte primeira desta tese. Juntamente com estas características que acompanham o imaginário da formação do caráter brasileiro desde suas vidas ainda no Brasil, surge também a condição de “povo trabalhador, *hard working*, batalhador”. Esta caracterização, diferentemente das anteriores, não foi forjada no Brasil, mas sim nos EUA, em decorrência do próprio processo de migração, a exemplo do que Sales (1999) discute nesta nova conceituação de identidade brasileira estabelecida em solo norte americano.

Em termos numéricos, os dados recolhidos na pesquisa mostram que, com relação às características que os entrevistados mais admiram no “povo brasileiro”, do qual fazem parte (que aqui também, sabemos, é uma abstração, mas para o sentido que se pretendia apurar, perfeitamente cabível), os sentimentos mais presentes foram: alegria do povo/festas/diversão (22,0% das respostas obtidas); amizade/confiabilidade (14,0%); calor humano (9,33%); povo trabalhador/vontade/esforço no trabalho (8,6%); a incrível percentagem de 7,3% de pessoas que se negaram a admitir alguma característica de admiração com relação ao povo brasileiro, afirmando não se orgulhar de nada nem mesmo admirar nada com relação a esta população²³; povo acolhedor/hospitaleiro (6,6%) e a capacidade do povo de ser feliz mesmo na pobreza (3,3%). As demais características se espalham por uma

²³ Como se eles próprios não fossem parte do “povo brasileiro”.

infinidade de variedades destes mesmos traços, que não chegam a somar sozinhas mais de 3,3%: importância que dão para a família, versatilidade, capacidade de adaptação, criatividade, garra, luta, perseverança, coragem, sangue quente, ambição, vontade de subir na vida, humildade, simplicidade, sensibilidade, resignação, jogo de cintura, perspicácia, união (apenas 2,0% apontaram esta característica), regionalismo, povo pacífico, “melhor povo do mundo” (sem explicitação do que isso vem a ser), povo inteligente, naturalmente culto, de bom humor, carismático, comunicativo, solidário, generoso, cordial (vejam aí o termo exato de Sérgio Buarque de Holanda), companheiro, honesto, simpático, fraterno, otimista, sempre com esperança de ver as coisas melhorarem, que professa a igualdade, e por fim, que o brasileiro não pensa só em dinheiro, considerada esta uma característica a qual se deve admirar.

Todas estas variações, de uma forma ou de outra, representam as formulações expostas no próprio contexto da formação nacional brasileira, tal como discutido na primeira parte desta tese. Exceção talvez à questão do trabalho que, como vimos, está intimamente relacionada à condição do migrante: *“Nas entrevistas, este esteriótipo do brasileiro trabalhador apareceu em vários momentos e em vários contextos de discussão, sobretudo nas discussões em grupo. O fato de trabalhar muito, em jornadas absurdamente elevadas por dia, sem domingo nem feriado, é mais citado como característica não apenas dos primeiros tempos da migração, quando o objetivo era juntar dinheiro para a volta, mas também característica do tempo inicial de cada imigrante individualmente”*. (Sales, 1999:180). Mesclando esta condição de trabalho com demais fatores atribuídos igualmente ao “povo brasileiro”, como a criatividade, a versatilidade, simpatia e calor humano; o brasileiro se sente não só um bom trabalhador, no sentido literal da palavra, mas

também o melhor trabalhador entre os demais que exercem profissões semelhantes a ele em território estrangeiro²⁴.

Quanto às construções ideológicas e percepções referentes à população do país hospedeiro²⁵, ao serem perguntados sobre as características que mais admiravam no povo norte americano (estes igualmente, uma abstração que aqui serve a um determinado fim), entre as características assinaladas, sejam elas adquiridas em solo norte americano ou já presentes desde um momento prévio à migração, o patriotismo e a auto estima do povo americano se destaca como a característica mais admirada naquela população, quase como um revés de uma mesma moeda, já que eles atribuem à falta de patriotismo dos brasileiros, diversas mazelas pelas quais seu país nativo (Brasil) passa atualmente. Desta forma, temos em dados numéricos, com relação às características que os imigrantes brasileiros entrevistados mais admiram na população norte americana: patriotismo/auto estima positiva (14,8% do total de casos); franqueza/honestidade/caráter (14,2%); a faixa daqueles que alegaram não admirar nada nesta população ficou em 9,1%; a intelectualidade dos norte americanos desponta em quarto lugar, com 7,4%; a racionalidade dos mesmos fica com 6,8%; seriedade/responsabilidade (5,7%); fidelidade aos compromissos/pontualidade (4,5%); e a economia (3,4%). De semelhante forma, um leque de outros atributos seguem estes mais recorrentes, muitas vezes relacionados aos primeiros. Uma vez que a resposta a esta questão era totalmente aberta, possibilitando a liberdade de escolha, o número de características apontadas é muito amplo. Por outro lado, é interessante notarmos que, sem nenhum

²⁴ Interessante notar que esta mesma condição de “povo trabalhador” e de melhores trabalhadores do ramo que ocupam ocorre de forma análoga entre os imigrantes brasileiros residentes no Japão (Oliveira, 1997).

²⁵ Em relação à população do país hospedeiro, foi considerada apenas a população norte americana, e não a hispânica. Isto se deve ao fato de que a confecção deste modelo de questionário foi feita em um momento ainda prévio à pesquisa de campo, o que resultou em uma deficiência do conhecimento da importância da população hispânica para aquela região, naquele momento ainda anterior ao campo.

tipo de orientação que conduziu à respostas pré-determinadas, tantos foram os entrevistados que assinalaram características em comum, como é o caso do próprio patriotismo no caso norte americano, ou da diversão e do calor humano no caso brasileiro. As demais representações atribuídas ao povo norte americano como fatores de admiração, que não chegam a somar sozinhas mais de 3% das características apontadas pelos entrevistados foram: justiça/leis americanas, ausência de jeitinho, ausência de corrupção, atenção/valorização de idosos e crianças, oportunidades de trabalho, língua inglesa, acolhimento aos imigrantes (apenas 1,1% das respostas), mentalidade capitalista, credibilidade/confiança, determinação/garra, disciplina, educação no trânsito, educados/atenciosos/gentis, individualidade, praticidade/agilidade, cultura americana, frieza (foi considerado aqui um ponto de admiração), são trabalhadores, respeito, administração do país, primeiro mundo/melhor país para se viver (da mesma forma que o ocorrido no caso brasileiro, sem uma justificativa ou explicação deste exposto), reconhecimento, independência financeira, união, exigência, calor humano (1,1%), limpeza/higiene, objetividade, prosperidade, segurança, luta por seus direitos, ingenuidade (muitos brasileiros acham os norte americanos muito ingênuos), solidariedade, são reservados, são realistas, generosidade, simpatia, liberdade, e por fim, ausência de preconceitos (igualmente 1,1%). Muitas destas características, como podemos observar, estão intimamente ligadas às conceituações da identidade norte americana, discutidas na primeira parte desta tese. Assim como o mito nacional brasileiro exerce uma grande influência entre as características que os próprios brasileiros mais admiram e se orgulham de seu próprio país e de sua própria identidade nacional, o mito norte americano da prosperidade, liberdade e direito à felicidade também impregna estas representações da identidade nacional desta população referida acima.

2. Orgulho de ser brasileiro?

A exemplo daquilo que Maxine Margolis chamou de “*a ladainha de reclamações*” (Margolis, 1994:310), com relação aos próprios brasileiros imigrantes em Nova York que reclamavam de seus conterrâneos, faço uso aqui desta mesma sentença para expor a série de reclamações e queixas atribuídas pelos próprios brasileiros a seus conterrâneos, tanto os imigrantes que como eles se encontram nos EUA, quanto aos brasileiros que permanecem no Brasil. Quanto às características do “ser brasileiro”, e mesmo à questão do orgulho de possuir esta nacionalidade (vide questionário no anexo 2), embora muitos entrevistados tenham de fato colocado características tidas como muito positivas em relação ao fato do ser brasileiro no espaço destinada a este campo, a constatação desta pesquisa revela, muitas vezes, uma verdadeira ausência destes sentimentos, ao menos no discurso²⁶, e em lugar destes atributos positivos, prossegue-se uma verdadeira enxurrada de reclamações, insatisfações, indignação, revolta e muito ressentimento.

Certas atitudes em relação ao país natal revelaram não só um desapontamento com a economia do país, a política, corrupção, e demais problemas brasileiros que se sucedem em uma lista interminável, mas, para além disso, um ressentimento arraigado, um sentimento de profundo rancor, de amargura. Rancor e amargura que podem ser explicados em parte pela própria condição destas pessoas de “terem” que ter saído de seu país natal. Abandonar a própria pátria, o país onde se tem a família biológica, onde a pessoa nasceu e foi criada, não é uma tarefa que se processa de

²⁶ Ver a este respeito a questão dos discursos que já foi abordada (pg. 201-202).

forma tranqüila na psique das pessoas. Resultado disto são as próprias condições de muitas pessoas que afirmam pretender voltar para o Brasil algum dia, sabendo-se que este dia pode muito bem nunca chegar, mas elas não conseguem admitir para si próprias esta possibilidade e, como consequência, ficam adiando “este dia” indefinidamente. Em outra vertente, a concepção trabalhada nos EUA e reforçada pela própria imprensa brasileira no país de que o Brasil é um país absolutamente sem jeito, sem saída, sem condições de vida, também faz parte de uma estratégia “anestésica” ao abandono da terra natal. Neste sentido, pinta-se um quadro bem mais feio que a realidade, na intenção de argumentos mais sólidos que justifiquem a saída do país natal, ou o não retorno ao mesmo (Sales, 1999). Boa parte desta conceituação de um país sem esperanças, em parte formulada e endossada pela chamada “imprensa brazuca”, está reproduzida aqui na fala de meus entrevistados, e em suas respostas aos questionários. Uma outra parte deste quadro, reflete uma situação de profundo ressentimento que, no meu entender, é reflexo de se querer poder voltar, de querer poder novamente sentir aquele cheiro de manga no pé ou mesmo na feira, ou o vento livre dentro de um ônibus circulando a beira mar; mas não se permitir, saber que não se pode, dada as condições do país, e as perspectivas individuais de cada uma destas pessoas.

Se perguntados quanto ao fato de gostarem ou não de terem nascido brasileiros, do meu universo de análise, 91,0% das pessoas afirmam que sim e 9,0% afirmam que não²⁷. Ao serem questionados em relação aos motivos que os fizeram afirmar tal situação, as respostas, mais uma vez, são variadas e remetem às mesmas condições descritas no item anterior com relação aos aspectos que mais admiram no povo brasileiro. Aqueles que afirmam gostarem do fato de terem nascido brasileiro

²⁷ Dezesesseis entrevistados se recusaram a responder esta pergunta, alegando não saber ou não querer responder.

apontam como os principais motivos para isso simplesmente o fato de “gostar de ser brasileiro”, pelo Brasil em si (19,5%), e devido à própria cultura brasileira (8,9%). Sentimentos patrióticos também são revelados em afirmações tais como: “eu amo o meu país” (7,3%), “gosto do povo brasileiro” (7,3%), “gosto do Brasil, apesar de tantos problemas” (5,7%), “é o melhor país para se viver” (4,9%), e até mesmo a admiração aos símbolos nacionais (1,6%). Outras características que fazem parte destas justificativas se remetem mais uma vez às características às quais os entrevistados se orgulham e/ou admiram no povo brasileiro: alegria do povo/festas/diversão, amizade/confiabilidade, capacidade de ser feliz mesmo na pobreza, versatilidade, capacidade de adaptação, calor humano, garra/luta/perseverança/coragem, liberdade, língua portuguesa, povo pacífico, união das raças, acolhedor, hospitaleiro, simpatia do brasileiro, etc... Há ainda um destaque especial pelo fator natureza, apontado por 5,7% das pessoas como a razão pela qual gostam de terem nascido brasileiro, e o fato de acharem que o Brasil é um país admirado por outros povos (0,8%).

Com relação àqueles que assinalaram que não gostam do fato de terem nascido brasileiros, as justificativas expostas para tal afirmação se concentram em: corrupção, desigualdade social, pobreza, desonestidade, falta de cultura/falta de educação, discriminação social, má administração do país, pelo fato do Brasil ser um país subdesenvolvido, desrespeito existente no país, nada em especial, apenas tem que se conformar com o fato de que nasceu no Brasil (como se isso fosse um castigo a ser cumprido – “não gosto, apenas aceito”). Alguns despejam tamanho ressentimento em relação a este aspecto (mais uma vez chamo a atenção aqui de que estes fatos são no discurso), que deixam como “justificativa” algumas mensagens em nada vangloriosas, como o exemplo do entrevistado que justificou ser este o fato (de ter nascido brasileiro) “como a pior cagada que a mãe lhe fez na vida”.

O orgulho de ser brasileiro está mais uma vez relacionado às características apontadas no item anterior, que são fatores de admiração do povo brasileiro igualmente. Alegria do povo/festas/diversão, amizade/confiabilidade do brasileiro, capacidade de ser feliz mesmo na pobreza, garra/luta/perseverança/coragem, otimismo, calor humano, sensibilidade, união das raças, etc... Além destas características que são as mesmas ou muito similares às características apontadas como fatores de admiração do povo brasileiro, com relação ao sentimento de orgulho de ser brasileiro (do que mais se orgulha em ser brasileiro) o destaque aqui envolve questões que se referem à natureza do Brasil, exuberante, farta, esplêndida (11,9% do total de afirmações de orgulho); ao futebol (4,5%), à mulher brasileira/beleza da mulher brasileira (1,5%) e ao fato de no Brasil não haver guerras nem terremotos (0,7%).

Já, em relação aos fatores que são os motivos pelos quais estes mesmos brasileiros menos se orgulham de o serem (independente daqueles que assinalaram gostar do fato de ter nascido brasileiro ou não), a corrupção política sozinha abarca um total de 46,8%, o que vem a ser de fato um dado bastante elucidativo, visto que a resposta para este campo era aberta também. As demais razões apontadas como características do país da qual estas pessoas menos se orgulham estão em grande parte relacionadas a este item primeiro – a corrupção política. Seguem-se neste campo uma infinidade de reclamações e de queixas, mas uma vez reiterando o que Margolis afirma ser a “*ladainha das reclamações*”: violência (10,8%), pobreza/desigualdade social (7,6%), desonestidade (3,2%), falta de patriotismo (3,2%), falta de cultura/falta de educação (2,5%), crises econômicas/falta de estabilidade (2,5%), má administração do país (2,5%); e demais apontamentos que não chegam a somar 2,5%, tais como: desunião dos brasileiros, falta de justiça, impunidade, malandragem, esteriótipo da mulher brasileira (interessante observar

como isto é motivo de orgulho para alguns, e motivo de não orgulho – ou vergonha – para outros), ausência de direitos, falta de respeito ao cidadão, falta de oportunidades para a população, covardia/resignação (esta também, apontada por alguns como uma característica positiva, e por outros como negativa), sujeira, os brasileiros em Miami que são motivos de um “não orgulho”, notícias brasileiras veiculadas na televisão, desemprego, má fama dos brasileiros no exterior, ausência de políticas públicas, descaso com o povo, falta de segurança, prostituição infantil, decadência moral do país, mania de brasileiro de querer passar a perna nos outros, desvalorização do idoso, falta de seriedade, discriminação social, o fato de “brasileiro viver de aparências”, e houve até quem colocasse “programas como o Linha Direta” (já que grande parte da população brasileira residente nos EUA assiste assiduamente a Globo Internacional).

É fato que meu foco de análise aqui em relação a estas reclamações e queixas não é exatamente o mesmo de Margolis, uma vez que esta autora trabalha com as questões de reclamações dos brasileiros entre seus próprios conterrâneos que igualmente emigraram para os EUA, e eu aqui priorizo as questões que envolvem o Brasil como um todo, não somente a comunidade brasileira nos EUA. Mas, tomando-se as devidas proporções de enfoque que cada um dos estudos dá, é possível claramente vermos similitudes. Margolis afirma que: *“A ladainha de reclamações sobre tal comportamento era tão interminável e redundante, que foi realmente raro encontrar algum informante que não me dissesse que os brasileiros ‘se atropelam entre eles’, ‘não se ajudam’, ‘não querem que os outros brasileiros se saiam bem’, ‘trapaceiam’, ‘roubam os outros’, ‘pensam apenas neles mesmos’, ou algo semelhante, igualmente depreciativo.”* (Margolis, 1994:310). Estas características que os brasileiros reconhecem dentro de sua comunidade imigrante estão muitas vezes relacionadas com as características que eles reconhecem como

fazendo parte do Brasil como um todo. Outras vezes não, são atitudes e características atribuídas ao contexto migracional, como se os brasileiros no Brasil fossem bons e amáveis, e os brasileiros nos EUA fossem frios e egoístas – muito disso às vezes vem relacionado ainda a uma suposta aquisição de valores norte americanos por parte destes brasileiros imigrantes que se deixaram “corromper” em sua bondade original, por assim dizer.

As reclamações se sucedem continuamente, repetidamente, e em um espaço destinado a comentários livres que as pessoas poderiam fazer a respeito da pesquisa ou de quaisquer um dos aspectos trabalhados nela, a série de atributos negativos ao Brasil continua, algumas vezes de forma bastante ostensiva. Estes são alguns casos de entrevistados que deixaram “como mensagem” recomendações tais como:

- “Depois que conseguir os papéis, irei jogar uma bomba no Brasil”
- “Só tem um jeito para consertar o Brasil: 1 litro de gasolina e uma caixa de fósforos”
- “Eu sou uma pessoa revoltada por não ter a mesma oportunidade e condição de viver na minha terra natal”
- “Minha decepção é tão profundamente grande que não tenho o que dizer”
- “Por favor, deixem os americanos tomarem conta da nossa política! Só assim o nosso país será o Primeiro Mundo!”
- “O Brasil é como um câncer que entrou em metástase, não tem mais cura”

- “No dia em que viajei aos EUA [há dezoito anos atrás], joguei a chave da minha casa quando passei pelo rio Amazonas [simbolicamente] para marcar bem que não voltaria mais”
- “Todos os motivos explicados acima [referindo-se aos motivos expostos em seu questionário] e muito mais, porém, não há espaço para eu poder expressar mais o ódio que sinto”

Verdades ou exagero de discursos, o que importa aqui é o sentimento “comum” de revolta e ressentimento em relação ao Brasil, o que eu afirmo, mais uma vez, ser algo quase como uma “fuga” ao fato de terem que encarar o abandono da terra natal, ou como bem escreveu um entrevistado citado acima, ao fato de não poder – não ter o direito – de viver em sua terra natal.

Talvez sejam estes sentimentos de “fuga” que, da mesma forma os fazem afirmar que não sentem saudades ou falta do Brasil – quando muito afirmam sentirem saudades da família, mas não do Brasil. Em relação a este ponto, não é por acaso que, quando perguntados sobre o que mais sentiam falta do Brasil, em uma relação de prioridade (podendo ser assinalado até cinco alternativas em ordem de prioridade – ver questionário), a família aparece como a maior percentagem na prioridade primeira: 80,5% dos entrevistados apontam a falta da família como aquilo do que mais sentem falta do Brasil, em primeiro lugar. Na escala de prioridades, a prioridade segunda em relação ao que sentem falta do Brasil são os amigos, que ficam com 62,0% dos casos. Em terceiro lugar, a terceira coisa da qual mais sentem falta do Brasil é a comida, com 34,4% das afirmações. Aqui, novamente retomamos a noção da importância cultural do ato de comer, discutida anteriormente no capítulo

I desta mesma parte da tese (pg. 335). A hospitalidade do brasileiro é também muito conceituada com relação à terceira coisa da qual mais sentem falta do Brasil, ficando com 22,1% das escolhas. O quarto lugar nesta lista de prioridades é exatamente uma inversão do terceiro, ficando aqui a hospitalidade do brasileiro com o maior índice percentual (27,0%), e logo em seguida a relação da comida, com 23,6% dos casos apontados. Nesta quarta condição também já se destaca com um certo ímpeto a alternativa “*status social*”, com 10,1% dos casos. Não sem motivos, esta é a categoria apontada como a quinta condição (segundo esta escala de prioridades do questionário) da qual os entrevistados mais sentem falta do Brasil: o *status social*, como 20,6% dos casos entre a quinta prioridade. Com relação a esta quinta prioridade, talvez por ser a mais distante nesta “lista de prioridades”, existe um equilíbrio bem maior entre as suas categorias, sendo o maior percentual 20,6% (*status social*), logo em seguida temos o clima (19,0%)²⁸, seguido de “falar o português” (15,9%). Todas as demais categorias somam menos de 10% das opções assinaladas pelos entrevistados com relação a esta quinta prioridade, como dito.

Interessante notarmos aqui o percentual de pessoas que alegaram não sentir falta de absolutamente nada do Brasil: 8 pessoas, ou 4,1% do total de questionários respondidos. Embora este número possa parecer muito reduzido, apenas 8 pessoas em um universo de 194, ele não é de fato nada desprezível, uma vez que é necessário um grau de afastamento muito grande com seu país natal – afastamento real, afastamento imaginado de “fuga”, afastamento psicológico, sentimental, negação da realidade, negação dos seus sentimentos, seja qual for o motivo – para

²⁸ Interessante observar aqui que, em relação a estas pessoas que assinalavam o “clima”, quando eu as perguntava o porquê, já que Miami era também bastante quente, estas me diziam que sentiam falta do clima que muda de estações, e que possui outono e inverno, e não um constante verão. Eram brasileiros em geral do estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente, que chegavam a reclamar do calor de Miami, que possui uma média de 30-33° Celsius no verão, não registrando menos de 19° Celsius no “inverno”.

alegar não sentir falta de absolutamente nada de um local onde a pessoa nasceu e foi criada. Houve ainda situações de informantes que declararam como sendo a única coisa da qual sentiam falta do Brasil, “os produtos da Natura”, “frutas mais baratas na feira”, ou mesmo trivialidades como “a palha de aço Assolan”. Não que haja algo de errado em se sentir falta destas coisas, isso é perfeitamente legítimo, mas atribuir estes fatos como sendo a única coisa da qual estas pessoas alegam sentirem falta do Brasil soa quase que como uma “ironia” (no próprio questionário, além das alternativas presentes que poderiam ser assinaladas em uma escala de prioridades, havia espaço para alternativas incluídas na categoria “outros”, que poderiam ser descritas livremente, portanto).

Muitos entrevistados também afirmaram – especialmente nas entrevistas orais – que este “não sentir falta de nada do Brasil além da própria família” ocorre em decorrência das condições atuais de facilidade de aquisição dos produtos e serviços brasileiros. Atualmente, a exemplo daquilo que foi descrito a respeito da cidade de Pompano Beach, pode-se encontrar de tudo nos mercados especializados em produtos brasileiros ou até mesmo em mercados hispânicos, amplamente difundidos pela região. Um outro aspecto que merece ser mencionado diz respeito ao que um entrevistado colocou entre esta possibilidade de “outros” nas alternativas que se referem a este escopo. Afirmava este, em segundo lugar na escala de prioridades pedida, que depois da família, o que mais sentia falta do Brasil era “estar dentro da sociedade, ir a barzinhos, quermesses, festas juninas”. Embora este tenha sido o único entrevistado a mencionar coisas como quermesses e festas juninas, a questão do “estar dentro da sociedade” apareceu em outros questionários também, mesmo que descrita de outras formas. Participar de eventos, de festas, da cultura popular do local, são coisas das quais os brasileiros se ressentem bastante de estarem privados nos EUA.

Um outro ponto abordado em relação a estas questões de percepções de identidade nacional está relacionado ao item que envolve algum acontecimento passível de provocar vergonha de se sentir brasileiro nestas pessoas entrevistadas, tivessem estes acontecimentos ocorridos ainda no Brasil ou já nos EUA. No que se refere a este dado, 47,0% dos entrevistados disseram que sim, que já sentiram vergonha de serem brasileiros, e 53,0% afirmou que não, que tal situação nunca ocorreu. Entre os que disseram que já sentiram vergonha por serem brasileiros, o fato vivido que ocasionou tal constrangimento ocorreu no Brasil em 43,2% dos casos, nos EUA em 34,6% dos casos, e alguns entrevistados assinalaram em ambos os países, relatando mais de um acontecimento, portanto, que ocorreram nos EUA e no Brasil (22,2% dos casos).

Mais uma vez, as justificativas apontadas como o motivo ou razão pela qual esta vergonha surgiu ou foi estabelecida remontam a mesma série de características negativas atribuídas ao país ou ao próprio povo brasileiro. E mais uma vez aqui, a corrupção política se sobressai de forma estridente. 28,1% dos casos relatados atribuem a ela (à corrupção política) o motivo da vergonha de serem brasileiros. Em seguida, o fator que se destaca após a corrupção é a violência, que fica com 7,3% dos casos justificados como motivo ou razão pela qual sentem (sentiram) vergonha de ser brasileiro²⁹. A partir daí, segue-se um rol de aspectos negativos que não chegam a ultrapassar este percentual de escolhas: falta de justiça/impunidade (6,1%), pobreza/desigualdade social (6,1%), notícias brasileiras (6,1%), os brasileiros que “passam a perna nos outros” (6,1%), esteriótipo da mulher brasileira

²⁹ A questão da violência urbana no Brasil é muito comentada entre os brasileiros que vivem em Miami, especialmente porque eles têm acesso aos programas de TV brasileiros, acabam recebendo as notícias transmitidas diariamente sobre a violência no país, e as reproduzem insistentemente, muitas vezes até mesmo com um certo grau de exagero. Era muito comum as pessoas me dizerem nas entrevistas, como um “sinal” de que o Brasil não tinha mesmo mais jeito, que hoje em dia, por causa da violência, “nem rico mais a gente pode ser no Brasil”.

(4,9%), falta de cultura/falta de educação do povo brasileiro (4,9%), desonestidade (3,7%), má fama dos brasileiros no exterior (3,7%), o comportamento dos brasileiros que vivem em Miami (2,4%), descaso do governo para com o povo (2,4%); e a partir daqui, todas as demais características agrupam apenas 1,2% das respostas dos entrevistados – falta de oportunidade para a população, sujeira nas ruas das cidades brasileiras, má administração do país, o fato de que brasileiro vive de aparências, o fato do brasileiro ser bagunceiro e “aprontar” onde quer que vá, a atual situação do país, prostituição infantil, falta de seriedade, falta de segurança, sucessivas crises econômicas, falta de estabilidade do país, a malandragem do brasileiro, ausência de direitos, falta de respeito, e o fato de pessoas que sentiram vergonha de serem brasileiras por não saber falar o inglês.

Alguns comentários descritos sobre estes motivos que fizeram os brasileiros se envergonharem de o serem merecem ser citados, mesmo que em um número mínimo, uma vez que as características descritas acima foram agrupamentos de pequenos textos e explicações dos motivos da vergonha, traduzidos em itens que pudessem ser contabilizados. As frases exatas dos entrevistados, por sua vez, especificam ainda mais as categorias expressas acima:

Quanto à questão do inglês:

- “Quando enfrentei o racismo na escola americana, não por ser brasileira, mas sim estrangeira, e não poder falar a língua quando mais precisava” (de uma garota de 25 anos que vive há 11 anos nos EUA)
- “Por não falar inglês, de escutar críticas sobre mim e não saber falar [inglês]”

Quanto à questão dos brasileiros serem bagunceiros e desordeiros:

- “Quando vou em festas brasileiras e no final ficam todos aqueles baianos cantando pneu, ouvindo pagode nas alturas, fazendo graça, correndo de carro”
- “Dos brasileiros fazerem baderna lá em Orlando, que botaram até anúncio em português, pra não jogarem lixo no chão. O hispano e o latino são muito porcos, muito sujos”

Sobre os brasileiros de Miami (repare aqui na condição de classe discutida anteriormente):

- “Alguns brasileiros que já vivem aqui há anos são simplesmente intragáveis, são os mais exigentes no restaurante e os que mais procuram ‘pêlos em ovos’. Reclamam de tudo! Pensam serem reis!” (de uma garota de 27 anos que trabalha em um restaurante brasileiro em downtown Miami)
- “Nos restaurantes, porque já trabalhei neles, servir brasileiro em restaurante é uma missão muito chata, eles são muito chatos”
- “O brasileiro é mesquinho, pão duro, só gosta de tirar proveito, não pode ver ninguém ir pra frente. Isso é pra comunidade brasileira de Miami e alguns turistas” (bem ao estilo daquilo que Margolis descreve em sua “*ladainha*”, op Cit, 1994:310)

Sobre a corrupção política (mais uma vez, ver a condição de classe expressa nesta frase):

- “Ver os políticos construírem verdadeiras mansões nos EUA e eu sabendo que é dinheiro de drogas, imposto sonegado e corrupção. Dinheiro do povo!”

Em relação ao esteriótipo da mulher brasileira:

- “Porque quando se diz que sou brasileira, os homens logo dizem ‘o samba’, lembra carnaval, mulher pelada e outras poucas vergonhas” (de uma garota de 21 anos que não atesta pertencer a nenhuma religião enquanto membro associativo)
- “Do que o Brasil mostra na televisão de ser o Brasil, mulher pelada, carnaval, faz questão de mostrar só o lado ruim, da mulher fácil e com malícia, vadia mesmo” (de uma mulher de 42 anos que também não atesta pertencer a nenhuma religião enquanto membro associativo)
- “Quando souberam que eu era brasileira, só faltaram me chamar de puta” (de uma garota de 28 anos)

Sobre a má fama (ou imagem) dos brasileiros no exterior:

- “Porque me chamaram de morta de fome, de sub raça”
- “Falaram pra mim que no Brasil não havia Coca-Cola”

- “Quando alguém comenta da forma malandra de alguns cariocas falarem, e quando vejo algum brasileiro querendo enganar as pessoas, o que é muito comum aqui, pois trabalho com o público” (de uma garota de 21 anos, carioca, que é caixa em um restaurante brasileiro)

Sobre os brasileiros de maneira geral:

- “No Brasil, um japonês, após eu me atrasar ao entregar um produto, quando eu lhe pedi desculpas ele me disse: ‘não tem problema, brasileiro é assim mesmo, se fosse no Japão....’”

Finalizando a abordagem que foi feita em relação a estas percepções de identidade nacional, ao final do questionário, era solicitado que o entrevistado marcasse alguma das alternativas que indicavam frases capazes de caracterizar o Brasil (frases exageradas, por certo, sendo esta noção “esteriotipada” parte da intenção da pesquisadora – ver questionário). Como não poderia deixar de ser, dado às informações relatadas anteriormente, a frase mais assinalada em relação à característica mais apropriada a representar o Brasil (como se fosse a “identidade” do país) foi: “O Brasil é o país da corrupção”, com 35,8% das escolhas feitas pelos entrevistados. Em seguida, reiterando esta ambivalência de amor e ódio em relação ao país, a opção mais assinalada foi: “No Brasil não existem guerras e as pessoas vivem em harmonia”. Veja na relação abaixo a listagem completa das opções

assinaladas pelos entrevistados (no questionário era pedido que a pessoa assinalasse somente uma questão, a mais representativa):

35,8% - O Brasil é o país da corrupção

13,9% - O Brasil é um país abençoado, lá não existem guerras, e as mais diversas pessoas vivem em harmonia, sem conflitos raciais

12,1% - O Brasil é o melhor país do mundo para se viver, o povo é fraterno e harmonioso, muito solidário, alegre e hospitaleiro

11,6% - No Brasil, mesmo trabalhando muito, as pessoas estão sempre na miséria

9,2% - O Brasil é um país de natureza abençoada, mas tem um povinho horrível!

5,2% - O Brasil é o país do futuro

4,0% - No Brasil, existem muitas oportunidades, se você trabalhar bastante consegue subir de vida

2,9% - O Brasil é o país do carnaval, ninguém leva nada a sério lá

1,7% - O Brasil não tem jeito

1,2% - O Brasil é um país pobre porque brasileiro não gosta de trabalhar

1,2% - O Brasil é o país da fartura, sem guerras, sem catástrofes naturais, com muita fartura

0,6% - O Brasil é o país da democracia racial, lá não existe preconceito, ou barreiras raciais

0,6% - Resposta mal definida

Através destas percepções aqui representadas em frases estereotipadas, podemos perceber o quanto aqueles “mitos” discutidos na primeira parte desta tese ainda se relacionam ao imaginário popular ou não. Cabe aqui um destaque especial à questão da democracia racial de Gilberto Freyre, descrita como o nosso mito

nacional por excelência. Em senso estrito, declarado, esta opção parece estar totalmente ultrapassada no interior das atribuições sobre as verdades características do Brasil, uma vez que a opção sobre democracia racial, ausência de preconceito e ausência de barreiras raciais foi a última opção escolhida, por apenas um entrevistado. Contudo, se analisarmos a opção que figura em segundo lugar, portanto, que só perde em termos de comparação ao fato do Brasil ser o país da corrupção, ou mesmo em relação à frase que se posicionou em terceiro lugar, referindo-se ao Brasil como “o melhor país do mundo para se viver”, com um povo fraterno e harmonioso; a imagem do Brasil ainda permanece consagrada (utilizando aqui novamente os termos de Lília Schwarcz sobre a harmonia brasileira) como a de um país sem conflitos, sem guerras, onde as pessoas podem viver e de fato vivem em harmonia. Esta imagem, embora permeada de críticas relacionadas às “desgraças” brasileiras enumeradas exaustivamente pelos entrevistados, ainda permanece viva e solidificada na memória de muitos e, apesar de nos parecer ambígua num primeiro momento, reflete no fundo esta mesma condição de ambigüidade vivenciada por cada um destes imigrantes, onde, ao mesmo tempo em que se ressentem profundamente com relação ao Brasil, da possibilidade que lhes foi tirada de uma vida tranqüila em seu país natal; por mais que neguem, visualizam o Brasil ainda como um lugar de harmonia, liberdade, felicidade, lazer. Talvez, mesmo entre aqueles que mais desgraças apontaram em relação ao Brasil, as recordações de infância, de um local de harmonia, do colo da mãe, da vizinhança, do pé de manga, remetam estas pessoas (juntamente com as demais que atribuem características positivas ao Brasil), à figura daquela pintura que eu descrevia no início deste capítulo. Uma figura harmoniosa, colorida, cheia de vida, que mesmo entre aqueles brasileiros que nunca viveram em cidadezinhas como aquela representada no quadro exposto, como eu própria, participam desta memória coletiva de um lugar único, imaginado talvez, mas com cores únicas, com vida

própria, com casinhas pobres mas alegres, a “nossa casa”, o “nosso lar”, a “nossa gente”. Neste sentido, o Brasil, representado aqui por tantos aspectos positivos, como as festas, alegria do povo, confraternização e amizade, ao lado de um Brasil nojento, corrupto, ladrão, insensível e desigual, representa sim, mais do que meros esteriótipos construídos, a alegria que não tem onde encostar.

Ou, como disse-me uma de minhas entrevistadas, que ao final do preenchimento do questionário e da longa entrevista oral que fizemos, depois de percorridas milhares de reclamações e insultos raivosos descritos sobre seu país, me olha com os olhos cheios de lágrimas, e apenas sussurra: “Eu bem que poderia não estar aqui, né bem?”

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelados através da pesquisa de campo e de minha vivência em Miami acabaram por confirmar, em parte, minhas expectativas desenvolvidas através das hipóteses iniciais de trabalho, principalmente no que se refere a uma maior expectativa temporal em relação aos brasileiros que vivem atualmente nos EUA (no caso, no sul da Flórida, mas acredito que esta seja uma tendência que perpassa o país como um todo). Em relação a isto, o trabalho de campo não só comprovou as expectativas como, muito além disso, as superou enormemente, pois constatou-se de fato uma redefinição das expectativas temporais em favor de uma maior permanência do grupo imigrante nos EUA. Entretanto, a concepção de que, uma vez isto ocorrendo, uma identidade coletiva brasileira estaria se compondo de forma mais organizada na busca de uma melhor estruturação para si e para seus filhos dentro do país, tal qual o modelo de grupos étnicos vigentes nos EUA, não pôde ser comprovada. Isto porque, muito além de uma comunidade brasileira naquela região existem várias “comunidades brasileiras”, que não se diferenciam somente em determinadas situações, mas se diferenciam sempre, como regra. Aqui, a exceção não são os momentos de clivagens, comuns em todos os demais grupos de emigrantes brasileiros, estejam eles em Boston ou Hamamatsu. Pelo contrário, aqui, a diferença – e especialmente uma, a diferenciação de classes – não é uma exceção relacional, mas sim a regra.

A exemplo do que ocorre em Boston (Martes, 2000; Souza, 1999; Sprandel, 2001), mesmo estando permeados por clivagens, os brasileiros têm conseguido um mínimo de organização em grupos e associações e parecem caminhar, ao menos em parte, no sentido de um esforço coletivo pela unidade (mesmo que fictícia) “Brasil” dentro dos EUA. Mesmo existindo diversas clivagens no interior desta população, estas não parecem impedir o esforço no sentido de uma caracterização mais abrangente – o grupo Brasil – quando este se faz necessário. Em Miami, entretanto, as diferenças existentes parecem impedir esta formação.

A larga margem de população hispânica da cidade também contribui, por outro lado, para a formação deste quadro. Mesmo assim, acredito que o peso que esta condição exerça dentro da frágil relação de “unidade” brasileira na região não seja equivalente ao que se vincula às condições de classe dessa mesma população. A existência de uma classe empresarial brasileira em Miami já construída e solidificada não favorece a estruturação do grupo com relação a uma identidade nacional prévia. Ao contrário, muitas vezes ela a dificulta. A questão de classes por um lado e a significação da presença hispânica por outro, proporcionam um quadro bastante interessante da população brasileira em Miami.

Em outras palavras, as relações de identidade cultural entre os brasileiros daquela região encontram-se constantemente vinculadas a questões de classe dessa mesma população. Em decorrência disto, a convergência do grupo no sentido de uma maior unidade na busca de espaços dentro da sociedade receptora é muito dificultada. Por outro lado, confirmando os preceitos de alteridade das teorias de migração e de identidades culturais, a referência ao grupo “hispânico”, em decorrência desta subdivisão de classes dentro da comunidade brasileira, acaba sendo muito vantajosa para a camada mais frágil desta relação. Como visto, ser um “hispânico” em Miami é extremamente favorável em determinadas situações do cotidiano, inclusive em termos de direitos dentro daquela sociedade local. Mais do

que isto, os laços de solidariedade estão muito mais presentes entre os hispânicos e determinados grupos de brasileiros (não somente a solidariedade “prática”, mas, inclusive, a de identidades culturais), do que entre grupos distintos de brasileiros. E talvez seja este o ponto mais importante a ser explorado entre os brasileiros daquela região. De acordo com as diferenças locais de cada ambiente norte-americano, relações distintas com a identidade nacional brasileira se formam, como bem aponta Martes: *“Identidade nacional compreende a manipulação de muitos conteúdos possíveis, que são processados para forjar um certo nível de uniformidade, mas não necessariamente uma unidade no sentido em que as pessoas e os grupos se apropriam. O contexto institucional local é tão importante quanto às próprias características internas dos grupos.”* (Martes, 2002:28 – grifos meus).

Em Miami, é possível presenciarmos esta correlação no cotidiano da vida daqueles brasileiros. Atravessados por situações de classe e pela força da comunidade hispânica naquela região, a identidade brasileira vai se estruturando pouco a pouco como algo próprio daquele contexto.

Ainda, em relação às conceituações de identidades nacionais, se retomarmos aqui, mais uma vez, as reflexões expostas na primeira parte desta tese, como o próprio conceito de *nation-ness* (Anderson, 1989) que é tido como um conceito estruturalmente construído, poderíamos discutir sobre o peso que noções como “raça” e “classe” possuem no elaborar de cada nacionalidade em foco.

A questão racial, mesmo com o passar do tempo, veicula ainda como uma base estrutural para a formação de nossos conceitos (tratando-se de Brasil) de quem somos, qual é nossa identidade, e não por menos é tão pouco discutida e comentada. Margolis já afirmava que *“o que é mais notável em relação à questão racial é que este raramente é um tema espontâneo nas conversas entre os imigrantes brasileiros em Nova York. Os brasileiros parecem conversar muito mais sobre outros assuntos que tocam sua identidade: sua invisibilidade como grupo étnico distinto, o fato de*

serem confundidos com hispânicos, a falta de espírito comunitário, e a origem social, econômica e educacional de outros brasileiros em Nova York. Em todas essas discussões, a questão racial raramente, ou nunca, é mencionada.” (Margolis, 1994:362 – grifos meus). De fato, esta não poderia ser mencionada livre e abertamente, uma vez que tal conceituação faz parte da base dos nossos mitos fundadores, da nossa história de nação, construída. Não vigorou entre nós uma análise política dos termos que se remetem à formação do país, ao menos não em nível amplo, do próprio povo. É de Gilberto Freyre que as pessoas lembram quando falam do Brasil, e não de Caio Prado Junior. Portanto, é muito desconfortável para um brasileiro falar sobre sua raça, bem como sobre seu racismo. Por que a visão harmoniosa da casa-grande e não outras?

Por outro lado, na formação da identidade nacional norte americana, semelhante manipulação ideológica na construção da nação pode ser verificada em seu contexto histórico. Como vimos, a relação imigração/não-imigração, que pode ser muitas vezes traduzida na relação aceitação da diferença (ou não) frente ao ideal de liberdade e ao asilo dos oprimidos na constituição da América, é um paradoxo presente nos EUA desde o princípio de sua formação enquanto tal. Entretanto, o ideal que ficou consagrado foi justamente aquele da liberdade e do acolhimento dos povos que, uma vez chegando à América, estariam livres e aptos (pois a América é a terra das oportunidades, igualmente) a conquistarem seus ideais e sua prosperidade. Mais uma vez, entretanto, a questão se coloca: porquê esta imagem de América ficou consagrada, e não outras? Por quê nos EUA não se discute abertamente a questão das classes sociais, mas somente a de grupos étnicos ou raças? Poderíamos dizer que, assim como no Brasil, onde a imagem da democracia racial é

constantemente reproduzida, nos Estados Unidos, a imagem da liberdade, igualdade e democracia figura neste mesmo sentido¹.

Talvez seja este o motivo pelo qual Maxine Margolis, pesquisadora norte americana, se pergunta o porquê da importância que os brasileiros dão às questões de classe social. Ela mesma afirma que “*os brasileiros são muito mais preocupados com a divisão de classes que os americanos*” (Margolis, 1994:350). Talvez seja pelo mesmo motivo que nós, brasileiros, nos perguntamos porquê os americanos são tão preocupados em classificar as raças e discutir questões raciais ou mesmo étnicas? Não será por que, em cada um destes casos, tocamos naquilo que de mais profundo temos em relação à construção de nossas próprias identidades nacionais?

Através destas imagens que sedimentam o ideal de nação e de identidade da população que a ela própria (a nação) se refere, nem sempre há um encontro perfeito entre a realidade histórica destes países e a formulação de seus mitos. Não precisamos nos preocupar em descrever com muitos exemplos que, na realidade concreta, o Brasil não é efetivamente uma democracia racial, assim como os EUA não são, efetivamente, a terra da liberdade e da igualdade entre todos os homens, nem de sua respectiva igualdade de oportunidades. Entretanto, estas versões consagradas em “mitos” permitem a unificação de conglomerados humanos os mais diversos em torno de semelhantes expectativas (haja visto quantos milhares não migram para os EUA em torno destas mesmas perspectivas...); e de semelhante grau de reconhecimento mútuo entre si, encobrando assim, conflitos maiores que ficam

¹ Interessante observarmos como estes ideais, que são continuamente reproduzidos através dos aparatos oficiais do Estado (como as escolas, por exemplo), são também constantemente veiculados através dos meios de comunicação que mais penetram e influenciam a coletividade do país. Assim, temos as novelas de televisão, no caso do Brasil (como visto). Em contrapartida, nos EUA, esta mesma imagem mítica da liberdade, democracia e igualdade, da terra da prosperidade, etc... é largamente utilizada por um dos meios de comunicação mais abrangentes daquele país: a indústria cinematográfica de Hollywood. São inúmeros os filmes que representam a luta do “bem” (a democracia americana) contra o “mal” (quaisquer outros regimes de outras nações, ora o comunismo, ora o nazismo, ditaduras as mais variadas, árabes, etc...). Igualmente farta é a relação de filmes que contam estórias individuais de sucesso, adquirido, obviamente, na América.

“diminuídos”, ou até mesmo apagados, por estas construções ideológicas mais magnânimas. É desta forma que, no Brasil, o mito da democracia racial vem encobrir parte dos conflitos, e mais importante ainda, a conscientização destes conflitos, na questão da desigualdade social abrupta que reina neste país durante séculos. Já nos EUA, é justamente a questão da prosperidade econômica (e acima de tudo, da igualdade de condições que proporciona esta prosperidade) que vem encobrir uma maior conscientização de lutas sociais (lutas de classe, por exemplo) por uma distribuição mais justa de poder econômico e político entre os diferentes segmentos de classe que formam aquela sociedade.

A disparidade (uma das) existente entre Brasil e EUA – a democracia racial e a democracia econômica, digamos assim – vem reverberar justamente nestes conflitos de classe e conflitos raciais entre estes dois países. No Brasil, a democracia racial vem encobrir a realidade de que a grande maioria da população miserável do país é composta (e sempre foi) por negros e mestiços. Nos EUA, a idéia de igualdade de oportunidades vem encobrir o fato de que tal igualdade efetivamente nunca existiu, e que as condições de classe são também vigentes e imperativas, mesmo que se alegue que o são porque irlandeses, negros ou hispânicos não possuem “força de vontade” ou garra suficiente para progredir, já que todas as oportunidades lhes são oferecidas na América. Temos assim, um impasse de desigualdade social no Brasil obscurecido pela pretensa igualdade entre as raças, e um sério impasse racial nos EUA, que coloca aquele país em constantes disputas e conflitos étnicos, mas que é acobertado pela ilusão de uma capacidade individual de vencer frente a um terreno de igual oportunidade entre os homens. Não é por menos que, nos EUA, a classificação das pessoas entre “*losers*” (perdedores) e “*winner*s” (vencedores) é não somente aceita, como também habitual, corriqueira, e vivamente repetida pelos indivíduos daquela sociedade.

No Brasil, o preconceito social (enfaticamente mais evidente que o racial) é capaz de conglomerar negros e brancos em versões de pobres e ricos (não é nenhuma novidade a questão de que, no Brasil, negros ricos são brancos, enquanto brancos pobres e miseráveis são negros, fato este que jamais se verificaria de semelhante forma nos EUA, onde o critério “raça” é a chave dos conflitos)². O nosso “fetiche da igualdade” (Sales, 1994) vem, de certa maneira, acobertar e suavizar conflitos maiores que poderiam surgir, de acordo com a realidade histórica de tamanha desigualdade social. “*O fetiche da igualdade é um mediador nas relações de classe que em muito contribui para que situações conflitivas freqüentemente não resultem em conflitos de fato, mas em conciliação*” (Sales, 1994:37). Já para os EUA, a individualidade representada entre “*losers*” e “*winners*” retira do cenário a responsabilidade mais profunda do ambiente social no qual os indivíduos são formados, e tal estratégia só pode ser de fato concretizada através da sedimentação desta idéia de capacidade individual igualmente distribuída a todos em uma sociedade de iguais oportunidades, ou seja, através do mito da democracia, liberdade, igualdade e prosperidade.

² Exemplos de negros que se tornam “brancos” socialmente no Brasil, de acordo com seu poder aquisitivo, são vários. Talvez o mais famoso deles seja o de Pelé que, negro em sua origem, é aceito como “branco” socialmente, graças ao seu *status* econômico. Mais interessante ainda é a observação do fato contrário (brancos que se tornam “negros” socialmente) como o que podemos observar no relato de Teresa Sales quando esta escreve sobre sua pesquisa, feita no nordeste brasileiro: “*Entrevistava uma mulher sertaneja, daquelas cujo passado não conheceu a escravidão como forma de trabalho ou como mistura étnica. Era uma mulher branca, de olhos azuis (...). Sua vivacidade ficava por conta daqueles bonitos olhos aos quais não passava despercebido o mundo em volta e o mundo de fora trazido pelos seus familiares que retornavam de São Paulo. Por mais de uma vez ela se referiu a ‘nós, negros’, ao que eu quis saber por que, se ela era branca. ‘Branco são vocês, os ricos’, respondeu-me. ‘Nós aqui somos todos negros’.*” (Sales, 1994:35)

BIBLIOGRAFIA

AGORA, Jornal – Miami: a cidade mais pobre dos Estados Unidos, (jornal informativo da comunidade brasileira nos EUA), Ano 1, nº 3, quinzena de dezembro de 2001.

AMERISTAT – *Migration: Immigrant Magnets*, Population Reference Bureau and Social Science Data Analyses Network, www.ameristat.org/migration/immigrantmagnetsconcentrationnewresidents.html

AMERISTAT – *Race and Ethnicity in the Census: 1860 to 2000*, Population Reference Bureau and Social Science Data Analyses Network, www.ameristat.org/raceethnic/census.htm

ANDERSON, Benedict - *Nação e Consciência Nacional*, Editora Ática, São Paulo, 1989.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni) - *Cultura e Opulência do Brasil - por suas drogas e minas* (Texto confrontado com a edição de 1711), Edições Melhoramentos em convênio com o Instituto Nacional do Livro - MEC, São Paulo, 1976.

ARENDT, Hanna - “O declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do Homem”, in: *As Origens do Totalitarismo*, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

ASSIS, Gláucia de Oliveira – *Estar aqui, estar lá..., uma cartografia da vida entre dois lugares*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1995.

ASSIS, Gláucia de Oliveira – “Estar aqui..., estar lá...: Uma... cartografia da emigração valadarense para os EUA” in: SALES, Teresa & REIS, Rossana Rocha – *Cenas do Brasil Migrante*, Boitempo Editorial, 1ª edição, São Paulo, 1999.

ASSIS, Gláucia Oliveira – *Os novos fluxos de migração internacional da população brasileira e as transformações nas relações familiares e de gênero*, Texto apresentado para Exame de Qualificação do Doutorado (mimeo), Campinas, Junho de 2002.

ASSIS, Machado de - *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Edições Críticas de Obras de Machado de Assis, Volume 13, Ed. Civilização Brasileira em convênio com MEC, Rio de Janeiro, 1975.

BARTH, Frederick (org.) – *Grupos Étnicos e suas Fronteiras* (tradução do original: *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*), Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1996.

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick e BLANC, Cristina Szanton - “Transnational Projects: A New Perspective” in: *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nations-States*, Ed. Gordon and Breach, 1993.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo - “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico” in: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo* - Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, Vol. 1, São Paulo: FNUAP, Campinas, Setembro de 1995.

BBC News – Whites a minority in US cities (news from World: Americas), www.bbc.co.uk/worldamericas.completar/shtml, April 30th, 2001.

BELLAH, Robert N., et al – *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*, University of California Press, Berkeley/London, 1996.

BONACICH, Edna & MODELL, John – *The Economic basis of ethnic solidarity: Small business in the Japanese-American community*, University of California Press, Berkeley, 1980.

BRUN Jeanine – *America! America! Trois siècles d'émigration aux États-Unis (1620-1920)*, Éditions Gallimard/Julliard, França, 1980.

CAPELATO, Maria Helena – “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano” in: MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *Viagem Incompleta: A experiência Brasileira (1500-2000) A grande Transição*, Editora Senac, São Paulo, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci – *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-colônia*, 2ª edição, Editora Brasiliense, 1988.

CASTELLS, Manuel – “Globalização, informacionalização e movimentos sociais” IN: *O Poder da Identidade – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume II, Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel – “Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede” IN: *O Poder da Identidade – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume II, Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia - “Latinos nos EUA: Unindo Américas, fazendo a América de lá ou perdendo a nossa América?” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano IV, Número 11, Setembro/Dezembro de 1991.

CENSUS – *Population Estimatives for States by Race and Hispanic Origin*, U.S. Census Bureau, Washington DC, July 1, 1999.

CHESNEAUX, Jean – *Modernidade-Mundo: Brave modern world*, Editora Vozes, Petrópolis, 1996.

CONDON, Peter – *Knownothingism*, The Catholic Encyclopedia, Volume III.

DE BIAGGI – Sylvia Duarte Dantas – *Changing Gender Roles: Brazilian Immigrant Families in the U.S.*, LFB Scholarly Publishing LLC, New York 2002.

Dicionário Exitus das Línguas Inglesa e Portuguesa, Enciclopédia Britannica, 1979.

DONATI, Pierpaolo – “Identity and Solidarity in the complex of Citizenship: The relational approach”, in: “*International Sociology Review*”, Volume 10, nº 3, September 1995.

DUBLIN, Thomas – *Immigrant Voices: New lives in América 1773-1986*, University of Illinois Press, Urbana e Chicago, 1993.

DUPUY, Jean-Pierre - “Natureza e Diferenças” in: *Revista de Filosofia e Política*, nº 4, Publicação da Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Departamento de Filosofia da Unicamp, outono de 1987.

DURHAM, Eunice Ribeiro – “Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania” in: *Novos Estudos Cebrap (Revista)*, nº 10, São Paulo, outubro de 1984.

DURKHEIM, Émile - *Educação e Sociologia*, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1978.

EVERS, Tilman – “Identidade – a face oculta dos movimentos sociais” in: *Novos Estudos Cebrap*, nº 4, São Paulo, abril de 1984.

FERREIRA, Inês Miguel Castro – *Imigrantes Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sob a perspectiva de gênero*, Monografia Final do Curso de Ciências Sociais, (mimeo), Campinas, dezembro de 1999.

FLAUSA, Revista – *Visit Florida*. Revista de divulgação turística com uma edição em português, 2001.

FLEISCHER, Soraya R. – *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*, Editora Annablume, São Paulo, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO - “A procura da Felicidade” (por Robert Darton) e “Felicidade à Brasileira” (por Gilberto Velho), 3 de novembro de 1996, pg. 5-7, 5-8, 5-9 e 5-10.

FOLHA DE SÃO PAULO – “Teoria da democracia racial é debatida”, “Gilberto Freyre é o Orson Welles magno da sociologia” e “Freyre descolonizou o pensamento brasileiro” (caderno especial Ilustrada), 22 de janeiro de 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO – Brasileiros se adaptam melhor aos EUA (reportagem de Ricardo Bonalume Neto), 13 de julho de 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO – Imigrante é ora vilão, ora indispensável: Estudo da ONU revela necessidade europeia de importar mão de obra e muda debate sobre o tema (por Charlotte Rotman), 18 de junho de 2000.

FORTES, Alexandre – *Identidade, classe e nacionalidade: os ‘polacos’ em Porto Alegre*, Paper apresentado ao Simpósio Anual do projeto Identidades: Reconfigurações de Cultura e Política, CEMI (Centro de Estudos Migratórios) Unicamp, novembro de 1998.

FREYRE, Gilberto - *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 17ª edição brasileira, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975.

FUSCO, Wilson – *Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH, Campinas, novembro de 2000.

FUSCO, Wilson – *Redes Sociais na Migração Internacional: O Caso de Governador Valadares*, Textos NEPO, nº 40, Campinas, março de 2002.

GEORGE, Paul S. – “Miami and the Spanish-American War: The Story of the magic city during a splendid war”, in: *South Florida Magazine*, volume 26, nº 2, Spring 1998.

GEORGE, Paul S. – “Miami: one hundred years of History”, in: *South Florida Magazine*, volume 24, nº 2, Summer 1996.

GLAZER, Nathan. & MOYNIHAN, Daniel – *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City*, The MIT Press, Cambridge, MA, Second Edition, 1970.

GOZA, Frankkin – “A imigração brasileira na América do Norte”, in: *Revista Brasileira de Estudos da População*, volume 9, nº1, janeiro/junho de 1992.

GOZA, Franklin - “Brazilian Immigration to North America” in: *International Migration Review*, Volume XXVIII, nº 1, New York, Spring 1994.

GRAMSCI, Antonio - *Os intelectuais e a organização da cultura*, Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, 1982.

GUSSI, Alcides Fernando - *Identidades no Contexto transnacional: Lembranças e esquecimentos de ser brasileiro, norte americano e confederado de Santa Bárbara d'Oeste e Americana*, Dissertação de Mestrado Apresentada ao Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, maio de 1996.

HABERMAS, Jürgen - “O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização - o passado e o futuro da soberania e da cidadania”, in: *Novos Estudos Cebrap*, nº 43, novembro de 1995.

HALL, Stuart – “Identidade Cultural e Diáspora” in: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996.

HANDLIN, Oscar – *Immigration as a factor in American History*, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 1959.

HANDLIN, Oscar – *The Uprooted – The epic story of the great migrations that made American People*, (Second Edition Enlarged), Atlantic Monthly Press Book, Boston, 1973.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence – *A invenção das Tradições*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*, 7ª edição, (Prefácio de Antônio Cândido), José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette – *Doméstica: Immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles/London, 2001.

HUTCHINSON, John & SMITH, Anthony (ed.) – *Ethnicity*, (Capítulos II, III e IV: “Theories of Ethnicity”; “Ethnicity in History” & “Ethnicity in the Modern

World” – vários autores), Oxford University Press (Oxford Readers), Oxford/New York, 1996.

IANNI, Octávio - “A racionalização do Mundo” e “A dialética da globalização” in: *Teorias da Globalização*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

ISTO É, Revista – Você se orgulha de ser brasileiro? (matéria de capa), Editora Três, nº 1534, 24 de fevereiro de 1999.

JONES, Maldwyn Allen – *American Immigration*, The University of Chicago Press, Chicago, 1961.

LATOUCHE, Serge - *A Ocidentalização do Mundo - Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*, Editora Vozes, Petrópolis RJ, 1994.

LESSER, Jeffery – *A negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, Editora Unesp, São Paulo, 2000.

LEVITT, Peggy – “Making values from two worlds fit” in: *The Transnational Villagers*, University of California Press, Berkeley/London, 2001.

LEWIN, Tamar – “Growing up, growing apart: Best Friends try to resist the pressure to divide by race” in: THE NEW YORK TIMES – Série especial sobre a questão racial nos EUA, www.nytimes.com/library/national/race/, Maplewood N.J., June 24th, 2000.

MACHADO, Igor José - “*A Invenção do Brasil exótico entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*” – Apresentação no GT Migrações Internacionais sa XXIII Anpocs, Caxambu, outubro de 1999.

MAHLER, Sarah J. – *American Dreaming – Immigrant Life on the Margins*, Princeton University Press, New Jersey, 1995.

MANIFESTO, Revista – O Muro Americano: Nosso repórter percorreu os 3.140 kms da fronteira Estados Unidos-México para ver os limites da globalização (a revista toda é sobre esta matéria), Editora Manifesto, São Paulo, nº Zero, dezembro de 1997.

MARGOLIS, Maxine - “A minoria invisível: Imigrantes brasileiros em Nova York” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano VIII, Número 21, Janeiro/Abril de 1995.

MARGOLIS, Maxine L. - *Little Brazil: Imigrantes Brasileiros em Nova York*, Papirus Editora, Campinas, 1994.

MARTES, Ana Cristina Braga - *Imigrantes Brasileiros em Massachusetts*, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARTES, Ana Cristina Braga – “Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachusetts” in: SALES, Teresa & REIS, Rossana Rocha – *Cenas do Brasil Migrante*, Boitempo Editorial, 1ª edição, São Paulo, 1999.

MARTES, Ana Cristina Braga – *Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2000.

MARTES, Ana Cristina Braga – *Empresários Brasileiros em Boston*, Relatório nº 45/2001, Série Relatórios de Pesquisa do NPP (Núcleo de Pesquisas e Publicações) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MARTES, Ana Cristina Braga – *Neither Hispanic, nor Black: We're Brazilian*, paper apresentado na Conferência What about other Latinos?, Harvard University, 7 de abril de 2002.

MARTÍ, Mario – “Historia de Miami” e “San Augustín de La Florida” in: www.mgar.net/var/miami.htm.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*, Editora Vozes, Petrópolis, 1989.

MASSEY, D. et al. – *Return to Aztlan: The social process of international migration in Western Mexico*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1987.

MASSEY, D. S. & GOLDRING, L. – *Continuities in transnational migration: an analysis of thirteen Mexican communities*, (Paper apresentado no

Workshop U.S. Immigration Research: An Assessment of Data needs for Future Research), Washington, 1992.

MATTOSO, Kátia de Queirós – *Ser Escravo no Brasil*, 3^o edição, Editora Brasiliense, 1990.

MAYKOVICH, Minako K. – “To stay or not to stay: Dimensions of Ethnic Assimilation” in: *International Migration Review*, Volume X, nº 3, Fall 1976.

MILLMAN, Joel – “Delray Beach, Florida: Import Substitution” in: *The Other Americans: How immigrants renew our country, our economy, and our values*, Viking Penguin (a division of Penguin Books USA Inc.), New York, 1997.

MILLMAN, Joel – “Typicalness: Massachusetts and Minas Gerais” in: *The Other Americans: How immigrants renew our country, our economy, and our values*, Viking Penguin (a division of Penguin Books USA Inc.), New York, 1997.

Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), www.mre.gov.br, 2000.

MITCHELL, Chistopher – Contemporary U.S. Immigration Policies in the Western Hemisphere, with Special reference to Source Nations such as Brazil, Paper preparado para a apresentação no seminário “Políticas Migratórias” organizado pela Anpocs, São Paulo, Junho de 2000.

MONTEIRO, Joyce Anne R. – *Estados Unidos: Um retrato Político das migrações internacionais*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH, Campinas, 1997.

MONTEIRO, Joyce Anne Rodrigues – “‘Iirira 96’ Fechando o cerco aos clandestinos nos EUA” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano XI, nº 30, Janeiro/Abril de 1998.

MORGANTHAU, Tom – “America: Still a Melting Pot?” in: *Newsweek (Revista)*, New York, 1993.

MULLER, Peter O. (colaborador) - “Miami (Florida)”, Microsoft® Encarta® Online Encyclopedia, www.encarta.msn.com, 2004.

MUNANGA, Kabengele - “Racismo - Da desigualdade à intolerância”, in: *São Paulo em Perspectiva* (Revista da Fundação SEADE), 4(2), São Paulo, abril/junho de 1990.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2000 (Século XXI).

O ESTADO DE SÃO PAULO – “Caem remessas de residentes no exterior” (por Pedro Luiz Rodrigues), 28 de dezembro de 1997.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Censo levará em conta ‘êxodo’ de brasileiros (caderno geral), 18 de junho de 2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Vergonha de ser brasileiro (por Gilberto de Mello Kujawski), Espaço Aberto, 21 de setembro de 2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Vergonha de ser brasileiro (por Gilberto de Mello Kujawski), Espaço Aberto, 21 de setembro de 2000.

OBOLER, Suzanne – *Ethnic labels, Latino Lives: Identity and the Politics of (Re)presentation in the United States*, University of Minnesota Press, Minneapolis/London, 1995.

OCADA, Fábio Kazuo – *Nos Subterrâneos do modelo japonês – Os 3 Ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e kitsui (pesado)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2002.

OJITO, Mirta – “Best of Friends, worlds apart” in: THE NEW YORK TIMES – Série especial sobre a questão racial nos EUA, www.nytimes.com/library/national/race/, Miami FL., June 24th, 2000.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de - *Japoneses no Brasil ou Brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório*, Dissertação de Mestrado Apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, agosto de 1997.

PATARRA, Neide Lopes (organizadora) - *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*, Oficina Editorial, São Paulo:FNUAP, Campinas, 1996.

PATARRA, Neide Lopes e BAENINGER, Rosana - “Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil” in: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil*

Contemporâneo - Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, Vol. 1, São Paulo: FNUAP, Campinas, Setembro de 1995.

Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) de 2001; microdados, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PINHO, Patrícia de Santana – *A Invenção da África: Blocos afro (re) criando uma identidade negra*, (mimeo) Primeiro Relatório apresentado à Fapesp, março de 1997.

PINHO, Patrícia de Santana – *A Invenção da África: Blocos afro (re) criando uma identidade negra*, (mimeo) Quinto Relatório apresentado à Fapesp, março de 2001.

PINSKY, Jaime e ELUF, Luiza Nagib - *Brasileiro(a) é assim mesmo: Cidadania e preconceito*, Editora Contexto, 1ª edição, São Paulo, 1993.

PIORE, Michael - *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societes*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

PLUS, Revista (Brazilian International Magazine) – “Em busca da identidade numérica” e “O mapa do Brasil com Z”, (sem informação), Miami, 1999.

POPULATION TODAY (Revista) – “Racial and Ethnic Groups Concentrating”, Published by the Population Reference Bureau (PRB), Washington DC, Vol. 26, Nº 2, February 1998.

PORTES, A & BACH, Robert L. – *Latin journey: Cuban and Mexican Immigrants in the United States*, University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1985.

PORTES, A. – “The Social Origins of the Cuban Enclave Economy of Miami”, in: *Sociological Perspectives*, nº 30, Outubro de 1987.

PORTES, A & STEPICK, A – *City on the Edge: The Transformation of Miami*, Univeristy of California Press, Berkeley/London, 1993.

PORTES, Alejandro – “Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview” in: PORTES, Alejandro (editor) – *The*

Economic Sociology of Immigration: Aessays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship, Russell Sage Foundation, New York, 1995.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade*, Editora Unesp, São Paulo, 1997.

PRADO JR., Caio - *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 5^o edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1966.

PRADO, Maria Ligia Coelho – “Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX” in: MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *Viagem Incompleta: A experiência Brasileira (1500-2000) A grande Transição*, Editora Senac, São Paulo, 2000.

PRADO, Paulo - *Retrato do Brasil - Ensaio sobre a tristeza brasileira*, 5^o edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1944.

RESENDE, Rosana – *Tropical Brazucas* (mimeo), texto apresentado na Conferência “Brazilians Outside Brazil: Brasileiros fora do Brasil”, University of Miami, 2002.

REVISTA DO SESC – “Ecos da Escravidão”, Revista Mensal do Sesc/SP, N^o 6, Ano 7, Janeiro de 2001.

REVIVER DAS RAÍZES (Imigração e Colonização) - Revista do Museu da Imigração sobre exposição histórico-fotográfica, Bairro do Brás, São Paulo, Abril/Maio de 1996.

RIBEIRO, Darcy - *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, Ed. Companhia das Letras, Segunda edição, São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins – *O que faz do Brasil, Brazil: Jogos identitários em San Francisco*, (mimeo), Departamento de Antropologia da universidade de Brasília, Brasília, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins - “O que faz o Brasil, Brazil. Jogos identitários em San Francisco in: SALES, Teresa & REIS, Rossana (org.) *Cênas do Brasil Migrante*, Boitempo Editorial, São Paulo, 1999.

RICHMOND, Anthony H. – *Immigration and Ethnic Conflict*, Macmillan Press, London, 1988.

RUBEN, Guillermo Raúl - “Teoria da Identidade: Uma crítica” in: *Anuário Antropológico*, Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, Brasília, 1986.

RUBEN, Guillermo Raúl - *O que é nacionalidade?* (Coleção Primeiros Passos nº 120), Editora Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1987.

RUMBAUT, Rubén G. – “The Crucible Within: Ethnic Identity, Self-Esteem, and Segmented Assimilation among Children of Immigrants” in: *International Migration Review*, Volume XXVIII, Number 4, Winter 1994.

SALES, Teresa - “Novos fluxos migratórios da população brasileira” in: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo, vol. 8, nº 1/2, janeiro/dezembro de 1991.

SALES, Teresa – “Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: Uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa” in: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo, vol. 9, nº 1, janeiro/julho de 1992.

SALES, Teresa (e debatedores) – “Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira” (e comentários dos debatedores) – in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Anpocs), número 25, junho de 1994.

SALES, Teresa - “O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais” in: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo* - Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, Vol. 1, São Paulo: FNUAP, Campinas, Setembro de 1995.

SALES, Teresa - “O Brasil no contexto das novas migrações internacionais” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano VIII, 21, Janeiro/Abril de 1995-A.

SALES, Teresa – “A legitimidade da condição clandestina” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano XI, nº 30, Janeiro/Abril de 1998.

SALES, Teresa – *Brasileiros longe de Casa*, Ed. Cortez, Primeira Edição, São Paulo, 1999.

SALES, Teresa – “Identidade Étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston” in: SALES, Teresa & REIS, Rossana Rocha – *Cenas do Brasil Migrante*, Boitempo Editorial, 1ª edição, São Paulo, 1999-A.

SALES, Teresa – Segunda geração de emigrantes brasileiros nos EUA, in: *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*, CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), Brasília, agosto de 2001.

SALES, Teresa & LOUREIRO, Márcia – Imigrantes Brasileiros adolescentes de segunda geração em Massachusetts, EUA, no prelo.

SANDEFUR, Gary D. & JEON, Jiwon – “Migration, Race and Ethnicity, 1960-1980” in: *International Migration Review*, Volume XXV, Number 2, Summer 1991.

SASAKI, Elisa Massae – *O Jogo da Diferença: A experiência identitária no movimento Dekassegui*, Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao IFCH, Campinas, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz - *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz - “Preconceito no Brasil é uma pseudofilosofia”, “Teorias raciais ganharam um novo significado no mundo tropical”, e “As cores do racismo são muitas no Brasil”, in: FOLHA DE SÃO PAULO, 12 de setembro de 1993, pg. 6-10 e 6-11.

SCHWARCZ, Lilia Moritz – “Quando o Escravo vira Africano: Reflexões sobre a construção da noção de estrangeiro no Brasil de finais do século XIX” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano VI, Número 17, Setembro/Dezembro de 1993-A.

SCHWARZ, Roberto - *Ao Vencedor as Batatas - Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, 2ª edição, Ed. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1981.

SCHWARZ, Roberto - *Que horas são? Ensaio*, 1ª Reimpressão, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

SCUDELER, Valéria Cristina – *O Fluxo Migratório Brasil-Flórida: Os imigrantes brasileiros fogem da década perdida para viver no Primeiro mundo*, Relatório de Atividades CNPq, Projeto ‘O Brasil no Contexto das Novas Migrações Internacionais’ (mimeo), agosto de 1995.

SCUDELER, Valéria Cristina – “Imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos EUA” in: SALES, Teresa & REIS, Rossana Rocha – *Cenas do Brasil Migrante*, Boitempo Editorial, 1ª edição, São Paulo, 1999.

SEYFERTH, Giralda – Imigração no Brasil: Os preceitos de exclusão (reportagens) in: Brasil: migrações internacionais e identidade, www.comciencia.br, 2000.

SILVA, Alberto da Costa e – “Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil” in: MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *Viagem Incompleta: A experiência Brasileira (1500-2000) A grande Transição*, Editora Senac, São Paulo, 2000.

SOARES, Weber – “Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano” in: SALES, Teresa & REIS, Rossana Rocha – *Cenas do Brasil Migrante*, Boitempo Editorial, 1ª edição, São Paulo, 1999.

SOARES, Weber – “Ser Valadarense: A conquista de nova posição no espaço social e a ‘(re)territorialização’ na origem” in: *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), ano VIII, nº 21, Janeiro/Abril de 1995.

SOUZA, Heloisa M. – Associações Brasileiras em Boston: um primeiro olhar, in: *Travessia – Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano XII, nº 34, maio/agosto de 1999.

SPRANDEL, Márcia – “Migrações internacionais e a sociedade civil brasileira” in: *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*, CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), Brasília, agosto de 2001.

STOLCKE, Verena - “Cultura européia: uma nova retórica da exclusão?” in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 22, ano 8, junho de 1993.

SUAREZ, Ana Veciana – “Brazilian community growing strong in Broward”, (Part three of an occasional series titled “Tales along U.S.”), in: THE MIAMI HERALD, April, 09th, 2003.

TANAKA, Stefan – “History: Consuming Pasts” in: *Journal of Narrative and Life History*, Volume 4, nº 4, Lawrence Erlbaum Associates Inc., New Jersey, 1994.

TASSELLO, Graziano - “Itália, país de imigração” in; *Travessia - Revista do Migrante*, Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios), Ano IV, nº 11, Setembro/Dezembro de 1991.

THE NEW YORK TIMES – Beyond Multiculturalism, Freedom? (reportagem de Holland Cotter), July 29th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Blacks Split on disclosing Multirational Roots (reportagem de Eric Schmitt), Vicksburg, Miss., March 26th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Closing of Hiring Site reflects tensions over Latino Workers (reportagem de Al Baker), Farmingdale, NY, June 13th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Devastating Picture of Immigrants dead in Arizona Desert (reportagem de James Sterngold), Wellton, Ariz., May 24th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Exodus of Migrant families is bleeding Mexico’s heartland (reportagem de Ginger Thompson), Casa Blanca, Mexico, June 17th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Família norte americana não é mais a mesma (Editorial), The New York Times em português, www.ig.com.br/home/channels/times_overview/html, 18 de maio de 2001.

THE NEW YORK TIMES – For 7 Million People in Census, One Race category isn't enough (reportagem de Eric Schmitt), Washington, March 12th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – In U.S. Illegally Immigrants get license to drive (reportagem de David Firestone), Garner, NC, August 4th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – No Chinese for Ten Years (recuperação do documento publicado originalmente em 1882, através da internet) www.nytimes.com/race, Washington, 28 de abril de 1882.

THE NEW YORK TIMES – San Alberto Journal: Awful lot of Brazilians in Paraguay, Local says (reportagem de Larry Rother), San Alberto de Mbaracayú, Paraguay, June 12th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Segregation growing among U.S. Children (reportagem de Eric Schmitt), Washington, May 5th, 2001.

THE NEW YORK TIMES – Translating New York's History into English (reportagem de Andrés Martínez), August 7th, 2001.

TILLY, C. – “Transplanted networks” in: YANS, M. V. – *Immigration reconsidered: history, sociology, and politics*, New York: Oxford University Press, 1990.

TIME, Revista (Latin American Edition) – Black Schools go White, March 20th, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de – *A Democracia na América, Leis e Costumes*, (com prefácio de François Furet), Editora Martins Fontes, São Paulo, 1998.

TSUDA, Takeyuki – “From Ethnic Affinity to Alienation in the Global Ecumene: The Cultural Encounter between the Japanese and the Japanese-Brazilian Return Migrants”, Paper apresentado na *Cultural Conference between Latin America and the Pacific Rim*, (mimeo), San Diego, 1998.

TV ESCOLA – “Brava Gente Brasileira: 500 anos de pluralidade cultural”, Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, Abril de 2001.

ÚLTIMO SEGUNDO (jornal de internet) – Correspondente iG: Os negros americanos são os mais discriminados dentro dos EUA (reportagem de Chris Delboni), Washington, www.ig.com.br/home/html, 22 de junho de 2001.

VAINER, Carlos B. - “Estado e imigração internacional: da imigração à emigração” in: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo* - Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, Vol. 1, São Paulo: FNUAP, Campinas, Setembro de 1995.

VEJA, Revista - “A Suíça que se perdeu no Brasil”, Reportagem de Marcos Sá Corrêa, Editora Abril, São Paulo, 13 de novembro de 1996.

VEJA, Revista - “A Miami do Brasil: A Flórida é a nova fronteira dos brasileiros, que já são 200.000 e faturam 5 bilhões por ano” (matéria especial – com apêndices), Reportagem de João Sorima Neto e Ernesto Bernardes, Editora Abril, São Paulo, Ano 29, nº 29, Revista Veja de 17 de julho de 1996-A.

VEJA, Revista - “Nossa gente lá fora”, Reportagem de Jaime Klintowitz, Editora Abril, São Paulo, Ano 29, nº 14, Revista Veja de 03 de abril de 1996-B.

VEJA, Revista – “Eles fogem da bagunça”, Reportagem de Eduardo Salgado e Gabriela Carelli, Editora Abril, São Paulo, Ano 34, Número 28, 18 de julho de 2001.

VEJA, Revista – Visto para a Fama: Agência facilita imigração de ricos e famosos para os EUA, 6 de junho de 2001.

VEJA, Revista – A Solução que vem de fora: Governos e economistas de países ricos ignoram a xenofobia da população e atraem imigrantes, 1º de agosto de 2001-A.

VEJA, Revista – A fuga dourada: Em busca de segurança, ricos latinos fazem a festa das imobiliárias de Miami, Ano 35, nº 42, 23 de outubro de 2002.

VIANNA, Oliveira - *Populações Meridionais do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul*, Primeiro Volume, 7ª edição, Ed. Itatiaia Limitada/Ed. da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), Belo Horizonte/Niterói, 1987.

WATERS, Mary C. – “Ethnic and Racial Identities of Second-Generation Black Immigrants in New York City” in: *International Migration Review*, Volume XXVIII, nº 4, Winter 1994.

WEBER, Max – *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Editora Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1991.

WEBER, Max – *Ensaio de Sociologia*, Zahar Editores (Biblioteca de Ciências Sociais), Rio de Janeiro 1963.

WERTSCH, James V. – “Narrative Tools of History and Identity” in: *Culture & Psychology*, Volume 3, nº 1, SAGE Publications, 1997.

WIGGINS, Larry – The Birth of the city of Miami, Historical Museum of Southern Florida, www.historical-museum.org, 1999.

WILLIAMS, Linda K. – South Florida: A Brief History, Historical Museum of Southern Florida, www.historical-museum.org, June 1983.

WILLS, John S. – “Popular Culture, Curriculum, and Historical Representation: The Situation of Native Americans in American History and the Perpetuation of Stereotypes” in: *Journal of Narrative and Life History*, Volume 4, nº4, Lawrence Erlbaum Associates Inc., New Jersey, 1994.

YOSHIOKA, Reimei - *Por que migramos do e para o Japão - Os exemplos dos bairros das Alianças e dos atuais dekasseguis*, Massao Ohno Editor, São Paulo, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1: Versão completa de “*Letters from an American Farmer*”, de Michel Guillaume St. Jean de Crèvecoeur

(Retirado de Hadlin, 1959)

Whence came all these people? They are a mixture of English, Scotch, Irish, French, Dutch, Germans, and Swedes. From this promiscuous breed, that race, now called Americans, have arisen. In this great American asylum, the poor of Europe have by some means met together.... To what purpose should they ask one another what countrymen they are? Alas, two-thirds of them had no country. Can a wretch, who wanders about, who works and starves, whose life is a continual scene of sore affliction or pinching penury; can that man call England or any other kingdom his country, a country that had no bread for him, whose fields produced him no harvest; who met him nothing but the frowns of the rich, the severity of the laws, with jails and punishments; who owned not a single foot of the extensive surface of this planet? No! Urged by a variety of motives, here they came. Everything has tended to regenerate them: new laws, a new mode of living, a new social system. Here they are become men. In Europe they were so many useless plants, wanting vegetative mold and refreshing showers. But now, by the power of transplantation, like all other plants, they have taken root and flourish! Formerly they were not numbered in any civil lists of their country, except in those of poor, here they rank as citizens.

By what invisible power has this surprising metamorphosis been performed? By that of the laws and that of.... [the people's] industry. The laws, the indulgent laws, protect them as they arrive, stamping on them the symbol of adoption. They receive ample rewards for their labors; these accumulated rewards procure them lands; those lands confer on them the title of freemen; and to that title every benefit is affixed which men can possibly require. This is the great operation daily

performed by our laws. Whence proceed these laws? From our government. Whence that government? It is derived from the original genius and the strong desire of the people ratified and confirmed by the Crown.

What attachment can a poor European emigrant have for a country where he had nothing? The knowledge of the language, the love of a few kindred as poor as himself, were the only cords that tied him. His country is now that which gives him land, bread, protection, and consequence.... He is either a European, or the descendant of a European; hence, that strange mixture of blood, which you will find in no other country.... **He** is an American, who, leaving behind him all his ancient prejudices and manners, receives new ones from the new mode of life he has embraced, the new government he obeys, and the new rank he holds... Here individuals of all nations are melted into a new race of men, whose labors and posterity will one day cause great changes in the world. Americans are the western pilgrims, who are carrying along with them that great mass of arts, sciences, vigor, and industry, which began long since in the east. They will finish the great circle.

The Americans were once scattered all over Europe. Here they are incorporated into one of the finest systems of population which has ever appeared, and which will hereafter become distinct by the power of the different climates they inhabit. The American is a new man, who acts upon new principles; he must therefore entertain new ideas and form new opinions. From involuntary idleness, servile dependence, penury, and useless labor, he has passed to toils of a very different nature, rewarded by ample subsistence. – This is an American.

ANEXO 2: Questionário distribuído no Sul da Flórida **(Pesquisa de Campo)**

Entrevista nº: _____

Data: ____/____/____

DADOS PESSOAIS:

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Sexo: () M () F

Local de Nascimento (cidade e estado): _____

DADOS FAMILIARES:

Estado Civil: _____

Casou-se no Brasil ou nos EUA? _____

Seu cônjuge é: () brasileiro

() norte-americano

() outra nacionalidade. Qual? _____

Possui filhos? () sim () não

No caso de possuir filhos, estes nasceram: () no Brasil / cidade _____

Estado: _____

() nos EUA / cidade: _____

Estado: _____

Qual a idade dos seus filhos? _____

Seus filhos moram: () no Brasil

() nos EUA

Caso seus filhos tenham ficado no Brasil, com quem ficaram?

DADOS PROFISSIONAIS:

Última ocupação no Brasil:

Estava desempregado quando decidiu emigrar para os EUA?

() sim () não

Ocupação atual nos EUA:

Este foi seu primeiro trabalho nos EUA? () sim () não

Em caso negativo, quais foram seus outros empregos anteriores?

Você gosta do trabalho que exerce atualmente? () sim () não

Em caso negativo, por quê?

Você trabalha com outros brasileiros? () sim () não

Você diria que, na maioria, seus colegas de trabalho são:

() brasileiros

() norte-americanos

() cubanos

() demais latino americanos – Quais: _____

() outros grupos – Quais: _____

Considera sua remuneração salarial nos EUA (de seu atual emprego):

- excelente, acima do que eu esperava
- muito boa
- boa
- satisfatória para as minhas necessidades básicas
- insuficiente para viver bem aqui
- ruim, abaixo do que eu esperava
- péssima, muito abaixo do que eu esperava

Você consegue economizar parte do seu salário para enviar a parentes ou para investir no Brasil? sim não

Em caso afirmativo, aproximadamente quanto de sua renda mensal você envia para o Brasil? de 50 à 40% de minha renda mensal

- de 40 à 30%
- de 30 à 20%
- de 20 à 10%
- de 10 à 5%
- menos de 5%

DADOS GERAIS:

Grau de instrução no Brasil:

- analfabeto
- primeiro grau incompleto
- primeiro grau completo
- segundo grau incompleto
- segundo grau completo
- curso técnico / Especifique: _____
- terceiro grau incompleto / Qual curso? _____
- terceiro grau completo / Qual curso? _____
- pós-graduação / Especifique: _____

Sua primeira cidade de residência nos EUA foi no Sul da Flórida (Miami ou arredores)? sim não

Em caso negativo, quais outras cidades onde já morou nos EUA:

Porque a escolha de Miami (Sul da Flórida) para residir?

- conhecia parentes que já moravam nesta cidade
 - conhecia amigos que já moravam nesta cidade
 - foi o local onde arrumou trabalho
 - devido ao clima quente, que lembra o ambiente brasileiro
 - outros
-

Em que local de Miami ou região (bairro/distrito/cidade) você reside atualmente?

No Brasil, você já havia morado em outras cidades que não sua cidade natal?

- sim não

Em caso afirmativo, quais?

Como você avalia seu próprio domínio da língua inglesa?

- excelente, tenho plena fluência no inglês
- muito bom
- bom
- regular, consigo me fazer entender
- insuficiente
- ruim
- nenhum, não falo inglês aqui

Há quantos anos/meses você mora nos EUA? _____

Há quantos anos/meses você mora em Miami (ou sul da Flórida)? _____

Quais as características que você mais admira no povo americano?

Quais as características que mais admira no povo brasileiro?

Em poucas palavras, do que você mais sente falta do Brasil, vivendo aqui nos EUA?
(assinale no máximo 5 alternativas, por ordem de prioridade: 1 para o mais importante – 5 para o menos importante)

- família
- amigos
- clima
- comida
- hospitalidade do brasileiro
- falar o português
- trabalho
- status social
- outros

INTEGRAÇÃO NA VIDA SOCIAL NORTE-AMERICANA:

Você participa de algum tipo de grupo, organização comunitária ou associação (exemplo: associações de grupos imigrantes, ONGs, associações políticas, associações religiosas, etc...)

- sim não

Em caso afirmativo, qual associação? _____

Esta associação é de um grupo brasileiro?

- sim
 não /Grupo: _____

Há quanto tempo participa desta associação (anos e meses)? _____

Em caso de ser esta participação vinculada a alguma associação ou comunidade religiosa, a qual igreja esta comunidade pertence? (especifique se é católica, protestante, evangélica, espírita, etc....) _____

O que o motivou a participar de tal grupo? (assinale a principal motivação)

- influência da família (tinha familiares trabalhando/participando lá)
 - influência de amigos (tinha amigos trabalhando/participando lá)
 - solidão
 - busca por laços de solidariedade entre os brasileiros
 - ajuda psicológica
 - ajuda material
 - vontade de fazer algum tipo de trabalho voluntário
 - integração na vida social dos norte-americanos
 - busca na luta de direitos políticos
 - apoio jurídico
 - outros
-
-
-

Qual a importância na participação deste grupo para sua vida aqui em Miami?

- muito grande
- grande
- não interfere em nada
- tem pouca importância
- não sei

Caso você não participe de nenhum grupo ou associação, porquê nunca o fez?

Mesmo não participando de nenhuma associação ou grupo, você acha importante este tipo de iniciativa?

- sim
- não

Você considera que a maioria dos seus amigos e pessoas com as quais se relaciona por laços afetivos são:

- brasileiros
- norte-americanos
- de outra nacionalidade: Qual? _____

Quais são suas expectativas em relação ao Brasil?

pretendo voltar para lá em breve

pretendo voltar para lá algum dia, não sei exatamente quando

tenho planos estabelecidos, só voltarei para lá após alcançar meu objetivo aqui
Qual objetivo?

não pretendo mais voltar ao Brasil, minha vida agora é aqui nos EUA

Você gosta do fato de ter nascido brasileiro(a)?

sim não

Por quê?

Do que mais você se orgulha em ser brasileiro(a)?

Do que menos se orgulha?

Alguma vez, você já sentiu algum tipo de “vergonha” por ser brasileiro(a)?

sim não

Se sim, qual foi o motivo?

ANEXO 3: Roteiro de entrevistas – Brasileiros em Miami, USA – (Pesquisa de Campo)

Adriana Capuano de Oliveira – Dezembro de 2001 – Março de 2002

1 – Como você teve a idéia de vir para os EUA? De onde esta idéia surgiu? O que você fazia no Brasil quando se decidiu vir para cá? Estava desempregado? Conhecia pessoas que já viviam aqui? Quem? (amigos/parentes). Quanto ganhava no Brasil antes de vir para os EUA? Em que ano você veio pra cá?

2 – Quais eram as suas expectativas quando você decidiu largar o Brasil e se mudar para os EUA? Sua primeira escolha de residência neste país foi a Flórida? Se não, qual lugar foi o seu primeiro ponto de destino? O quê o fez mudar para a Flórida?

3 – O que os Estados Unidos significa para você? O que a Flórida (ou a cidade de Miami em si) significa pra você?

4 – Qual foi a reação da sua família quando você decidiu vir para cá? Onde mora a sua família atualmente? Você já voltou alguma vez para o Brasil para visitar seus parentes? Com que frequência você se comunica com eles? Quais os meios de comunicação que você utiliza (telefone, cartas, e-mail, etc...) Quanto aproximadamente você gasta de telefone por mês?

5 – Alguém da sua família veio com você para os EUA? Em que época, junto com você ou após sua adaptação aqui? Quais membros da sua família vivem com você nos EUA? (esposa, filhos, pais, etc...). O que eles pensam de estarem vivendo nos EUA?

6 – Quando você chegou aqui nos EUA pela primeira vez, alguém lhe ajudou a se estabelecer? Quem? Como foi esta ajuda?

7 – Como conseguiu arrumar emprego aqui nos EUA? Teve ajuda ou indicação de alguém? No que você trabalha? Este foi o seu primeiro emprego aqui? Como você descreveria o seu trabalho? Como é tratado dentro do seu ambiente profissional? Você trabalha com outros latinos? Quais?

8 – Quando você não está trabalhando, o que você costuma fazer? Você frequenta alguma igreja ou associação comunitária? Esta igreja ou associação é também frequentada por outros brasileiros? Quantos, aproximadamente?

9 – Você convive com outros brasileiros nas suas horas de lazer? (festas, lojas brasileiras, locais de música brasileira, etc...). Quando você está reunido com brasileiros, o que você sente?

10 – Como você interpreta a comunidade latina em Miami (Flórida)? Você diria que tem uma boa convivência com esta comunidade? Frequenta suas festas, suas manifestações? Você sabe falar espanhol?

11 – Você assiste televisão em seu tempo livre? Que canais, os canais latinos ou os americanos? Possui a Globo Internacional na sua casa? Aluga fitas de programas brasileiros? Quais programas?

12 – Você se considera um latino também? Como sente a receptividade (ou não) desta comunidade em relação aos brasileiros?

13 – Você fala algum inglês? Quanto? Qual a língua que você mais utiliza no seu dia a dia? Inglês, espanhol ou português?

14 – Você já procurou o Consulado Brasileiro aqui nos EUA? Por quê motivo? Você já se interessou em saber sobre as associações de brasileiros, se elas existem na Flórida, quais são, e o que podem fazer por você?

15 – Você manda remessas de dinheiro para o Brasil? Com frequência? Para quem? Esta frequência é ainda a mesma do início de sua vivência aqui nos EUA ou ela sofreu alguma alteração? (diminuiu, aumentou?)

16 – Você se sente bem morando nos EUA? Gosta daqui? Gosta daqui pq aqui é a Flórida ou pq é os EUA?

17 – O que você acha dos EUA? E do povo americano? E o que você acha da Flórida especificamente? Você considera a Flórida ou Miami um estado/cidade diferenciado dentro dos EUA? Por quê?

18 – Você pretende voltar ao Brasil algum dia? Quando? Se sim, ou se não, por quê?

19 – Você sente falta do Brasil? Do que mais sente falta de lá? (parentes, comida, cultura, etc...) Por quê imagina que estas são as coisas de que mais sente falta no Brasil?

20 – Como você avalia atualmente a sua experiência de viver aqui na Flórida? Você gosta de Miami?

21 – O que você pensa do povo brasileiro e das pessoas que ficaram lá? Você considera o povo brasileiro nos EUA diferente daqueles que vivem no Brasil? Por quê?

22 – Compare o Brasil com os EUA:

23 – Depois de estar vivendo aqui, você se sente mais ou menos brasileiro? Por quê?

24 – Quando você pensa no Brasil, o que lhe vem à mente?

25 – Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

ANEXO 4: Critérios de Ocupação segundo Níveis Hierárquicos

(Instituto de Economia da UNICAMP / PNAD)

Grupo 1 – Direção, gerência e planejamento: refere-se às ocupações encarregadas da função de planejar, coordenar e supervisionar as tarefas a serem executadas nas diversas atividades econômicas. É desagregado em três grupos:

- 1.1 empresários e proprietários (inclusive magistratura)
- 1.2 gerência intermediária e direção superior
- 1.3 profissionais responsáveis por atividade de planejamento (inclui profissionais liberais)

Grupo 2 – Execução: neste grupo estão agregadas aquelas ocupações ligadas às atividades econômicas com as quais se encontram envolvidas. Exemplo: vendedor no comércio, metalúrgico, etc... Devido as diferenças de atribuições, as ocupações foram agregadas em 3 grupos diferentes no interior deste mesmo.

- 2.1 qualificados (maior grau de especialização e experiência para a execução da tarefa)
- 2.2 semi-qualificados (tarefas repetitivas, com menor grau de complexidade)
- 2.3 não-qualificados (em geral, trabalhos braçais que ajudam a execução das tarefas)

Grupo 3 – De Apoio: são aqueles que exercem as tarefas complementares àquelas que caracterizam a principal atividade da empresa ou negócio em que atuam, sendo diferenciados em:

3.1 serviços não-operacionais: ocupados com tarefas administrativas em geral, comercialização, manutenção, etc...

3.2 serviços de escritório

3.3 serviços gerais : limpeza, portaria, segurança

Grupo 4 – Outros:

4.1.ocupações mal definidas e não especificadas

Grupo 5 – Sem ocupação:

5.1 aposentado

5.2 estudante

5.3 do lar

5.4 desempregado

ANEXO 5: Fotos da Pesquisa de Campo no Sul da Flórida:



Foto 6: Foto de um jogador brasileiro na Flagler Street, uma das principais ruas do centro de Miami (downtown Miami)



Foto 7: Loja brasileira em Downtown Miami – ver a questão dos regionalismos



Foto 8: Mais uma loja brasileira em Downtown Miami – novamente o regionalismo



Foto 9: Downtown Miami – invadido pelo comércio brasileiro, especialmente nas galerias do centro.

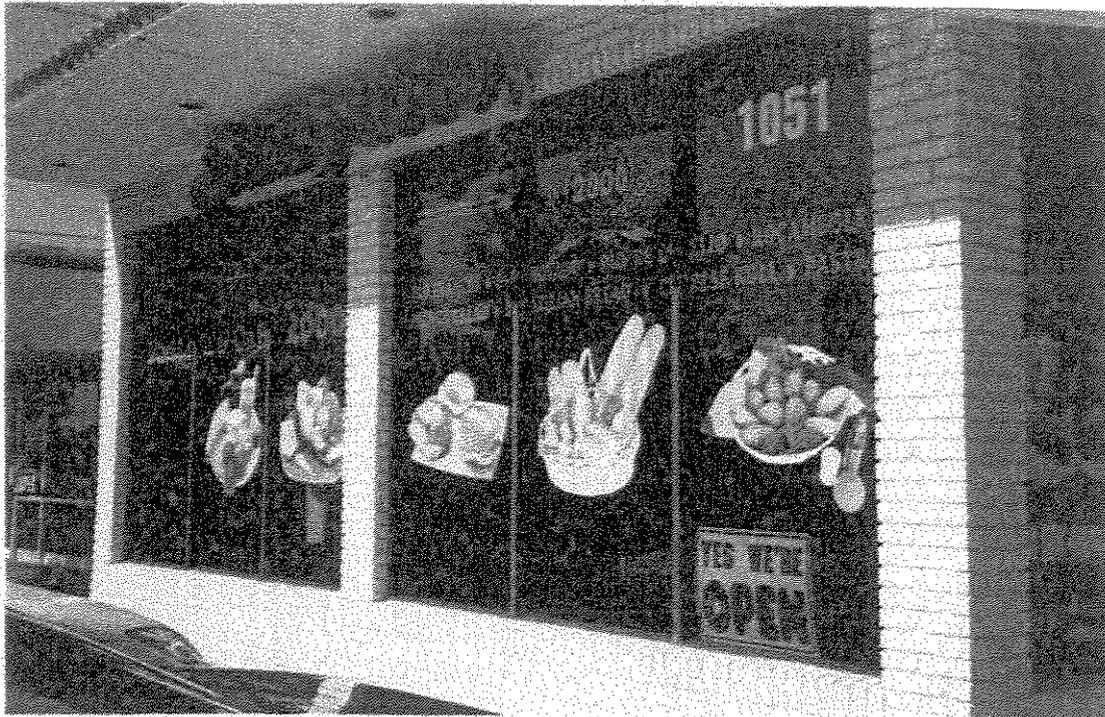


Foto 10: Pompano Beach – famosa padaria brasileira da cidade, a Bakery 2000 reproduz a maioria dos salgadinhos e pães típicos do Brasil



Foto 11: Pompano Beach – restaurante “Rice & Beans”, Brazilian Rodízio



Foto 12: Pompano Beach – “Mall” dos brasileiros (strip malls), apenas um dos que a cidade possui



Foto 13: Pompano Beach – Brazil Mart, mais um dos diversos mercados brasileiros da cidade



Foto 14: Hollywood – Igreja Nossa Senhora Aparecida, igreja católica brasileira desta cidade

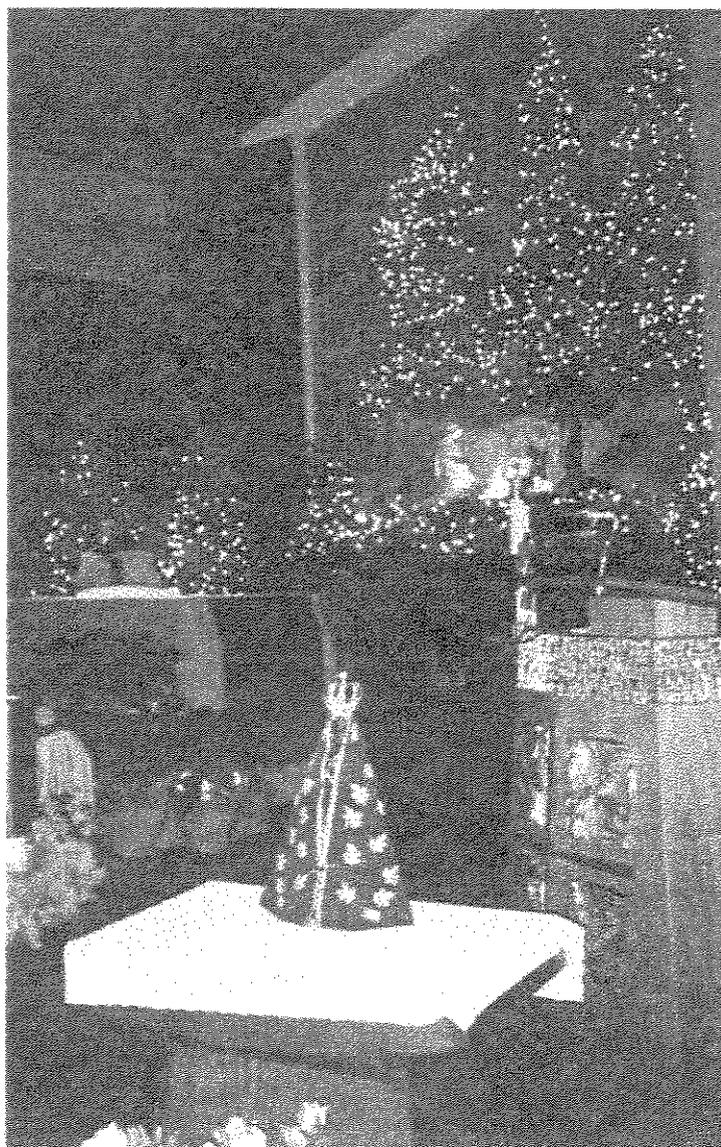


Foto 15: Mais uma igreja católica brasileira, agora no bairro de Kendall (Miami-Dade), onde vivem, igualmente, muitos brasileiros. A presença de Nossa Senhora Aparecida, praticamente um “ícone” de nossa identidade nacional, é uma constante entre as igrejas católicas da região